

Panorama Atual: Educação, Esporte, Cultura, Lazer,
Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade
Social Empresarial, Sindicatos e Indústria



ESTUDOS DE TENDÊNCIAS SOCIAIS OBSERVATÓRIO SESI

Panorama Atual

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Presidente: *Armando de Queiroz Monteiro Neto*

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI

Conselho Nacional

Presidente: *Jair Meneguelli*

SESI – Departamento Nacional

Diretor: *Armando de Queiroz Monteiro Neto*

Diretor-Superintendente: *Antonio Carlos Brito Maciel*

Diretor de Operações: *Carlos Henrique Ramos Fonseca*

Panorama Atual: Educação, Esporte, Cultura, Lazer,
Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade
Social Empresarial, Sindicatos e Indústria



ESTUDOS DE TENDÊNCIAS SOCIAIS OBSERVATÓRIO SESI

© 2008. **SESI – Departamento Nacional**

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

SESI/DN

Unidade de Tendências e Prospecção – UNITEP

FICHA CATALOGRÁFICA

S491p

Serviço Social da Indústria. Departamento Nacional.

Panorama atual: educação, esporte, cultura, lazer, saúde e segurança no trabalho, responsabilidade social empresarial, sindicatos e indústrias / SESI/DN. – Brasília: SESI/DN, 2008.

7 v. : il. ; 23 cm (Estudos de Tendências Sociais, v.2)

ISBN 978-85-7710-114-6

Conteúdo: v.1. O SESI, o Trabalhador e a Indústria: Um Resgate Histórico – v.2. Panorama Atual: Educação, Esporte, Cultura, Lazer, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social Empresarial, Sindicatos e Indústria – v.3. Perspectivas para o Século XXI: Tendências Socioeconômicas e Científico-Tecnológicas – v.4. Tendências em Educação – v.5. Tendências em Saúde do Trabalhador – v.6. Tendências em Esporte, Cultura e Lazer – v.7. Tendências em Responsabilidade Social Empresarial.

1. Serviço Social 2. Indústria I. Título

CDU 364.442: 65

SESI

Serviço Social da Indústria
Departamento Nacional

Sede

Setor Bancário Norte
Quadra 1 – Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3317-9084
<http://www.sesi.org.br>

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Periodização da história da educação no Brasil	27
Tabela 2 – Etapas da educação básica	49
Tabela 3 – Estabelecimentos e matrículas da educação básica por etapa/modalidade de ensino – 30/3/2005.....	65
Tabela 4 – Matrículas na educação básica de 2004 e 2005, segundo etapa/modalidade de ensino – 2004/2005.....	66
Tabela 5 – Índice do desenvolvimento humano, taxa de analfabetismo e PIB – 2004	69
Tabela 6 – Percentual de pessoas que freqüentavam a escola, por faixa etária e grandes regiões – Brasil – 2005.....	70
Tabela 7 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grandes regiões e faixas etárias – 1995-2005.....	75
Tabela 8 – Proporção dos municípios com existência ou não de conselho municipal de esporte ou atuando na área esportiva – Brasil – 2003	113
Tabela 9 – Distribuição da população de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo grupo de horas habitualmente trabalhadas por semana – Brasil – 2002-2004	158
Tabela 10 – Índices econômicos da indústria da televisão aberta – Brasil – 2000/2001	193
Tabela 11 – Índices da indústria do rádio – Brasil – 2002	194
Tabela 12 – Índices da indústria da internet – Brasil – 2000	194
Tabela 13 – Índices da indústria fonográfica – Brasil – 2000	195

Tabela 14 – Índices da indústria cinematográfica – Brasil – 2000.....	195
Tabela 15 – Índices da indústria do livro – Brasil – 2000.....	196
Tabela 16 – Normas Reguladoras de Saúde e Segurança do Trabalho	215
Tabela 17 – Convenções da OIT	218
Tabela 18 – Número de filhos por mil mulheres – Brasil – 1970-2000	230
Tabela 19 – Proporção (%) da renda familiar utilizada com saúde, por classes de rendimento monetário e não monetário mensal familiar – Brasil – 2003	236
Tabela 20 – Frequência média de utilização, segundo tipo de evento de assistência médica e tipo de contratação do plano – Brasil – 2002-2006	241
Tabela 21 – Custo médio dos eventos médico-hospitalares segundo tipo de evento e de contratação – Brasil – 2002-2006.....	242
Tabela 22 – Taxa de mortalidade específica por acidentes de trabalho – Brasil – 2005	254
Tabela 23 – Investimento Social Privado – Brasil 2000/2004.....	295
Tabela 24 – Grau de assimilação do consumo consciente – Brasil – 2006	300

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Competências e grupos de pesquisas na área de educação, por unidade federal – 2007	63
Gráfico 2 – Porcentagem de matrículas em 2005	64
Gráfico 3 – Número de matrículas em 2005.....	65
Gráfico 4 – Distribuição das instituições da amostra por tipos de cursos a distância oferecidos.....	68
Gráfico 5 – Percentual de pessoas que freqüentavam a escola por faixa etária – Brasil – 2005	71
Gráfico 6 – Percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo ocupadas, por gênero – Brasil – 2005	72
Gráfico 7 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por faixa etária – 2005.....	73
Gráfico 8 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e ocupadas, segundo as grandes regiões – 2005	74
Gráfico 9 – Municípios com lei orgânica para o esporte, segundo classes de tamanho da população dos municípios e grandes regiões – Brasil –2003	99
Gráfico 10 – Percentual dos municípios com outras leis que regulamentem o esporte, por objeto regulamentado – Brasil – 2003	100
Gráfico 11 – Números de grupos de pesquisa e especialistas na área de esporte por unidades da federação – Brasil – 2007	102
Gráfico 12 – Especialistas em esporte no Brasil por titulação máxima – Brasil – 2007	103

Gráfico 13 – Especialistas em esporte por área do conhecimento – Brasil – 2007	104
Gráfico 14 – Grupos de pesquisa em esporte por área do conhecimento – Brasil – Maio/2007	106
Gráfico 15 – Relação entre o número de teses e dissertações defendidas nos programas de mestrado e doutorado recomendados pela Capes e as pertencentes à base do nuteses – Brasil – 2004... ..	107
Gráfico 16 – Relação entre as áreas de concentração das produções científicas e suas requisições feitas pelos usuários da base do nuteses – Brasil – 2004	108
Gráfico 17 – A estrutura institucional do mundo do esporte	109
Gráfico 18 – Fundações privadas e associações sem fins lucrativos da área de esporte e recreação por data de criação – Brasil – 1965-2002	114
Gráfico 19 – Número de estabelecimentos na área de esporte – Brasil – 2001-2005	115
Gráfico 20 – Número de empregos na área de esporte – Brasil – 2001-2005	116
Gráfico 21 – Quantidade de empresas da área esportiva por número de empregados – Brasil – 2001-2005	116
Gráfico 22 – Empregos na área esportiva por grau de instrução – Brasil – 2001-2005	117
Gráfico 23 – Empregos na área esportiva por faixa de idade – Brasil – 2001-2005	118
Gráfico 24 – Empregos da área esportiva por faixa de rendimento mensal – Brasil – 2001-2005	119

Gráfico 25 – Leis de incentivo à cultura nos estados e capitais – Brasil – 2007	136
Gráfico 26 – Patrocínio cultural pelas empresas /públicas e privadas – Brasil – 1980-1997	137
Gráfico 27 – Lei Rouanet – financiamentos efetivados por região – Brasil – 2000-2006	138
Gráfico 28 – Relação dos projetos apresentados, aprovados e financiados pela Lei Rouanet – Brasil – 1998-2004.....	139
Gráfico 29 – Relação dos projetos financiados por meio do mecanismo de incentivo da Lei Rouanet por modalidade cultural – Brasil – 1996-2006.....	140
Gráfico 30 – Grupos de pesquisa e especialistas na área de cultura por unidades da federação – Brasil – Maio/2007	143
Gráfico 31 – Especialistas em cultura por titulação – Brasil – maio/2007	144
Gráfico 32 – Especialistas em cultura por área do conhecimento – Brasil – Maio/2007	145
Gráfico 33 – Grupos de pesquisa em cultura por área do conhecimento – Brasil – Maio/2007	146
Gráfico 34 – Despesa com cultura do governo federal, segundo o órgão – Brasil – 2003	149
Gráfico 35 – Distribuição das despesas com cultura, por esferas de governo – Brasil – 2003	150
Gráfico 36 – Percentual de municípios com existência de conselhos municipais de cultura e orçamento municipal específico para cultura – Brasil – 2005	151

Gráfico 37 – Percentual acumulado de empresas públicas e privadas que passaram a investir em cultura – Brasil – 1980-1997	152
Gráfico 38 – Natureza jurídica das organizações do setor cultural e pessoal ocupado – Brasil – 2003	155
Gráfico 39 – Distribuição percentual de empresas e pessoal ocupado no setor cultural – Brasil – dez/2003.....	156
Gráfico 40 – Participação na despesa mensal média de consumo familiar, por grupo de despesa, sem a inclusão da telefonia no grupo cultura – Brasil – 2002-2003	159
Gráfico 41 – Atuação das prefeituras na área cultural – Brasil – 2005	161
Gráfico 42 – Participação das atividades culturais, artísticas e artesanais no total dos municípios – Brasil – 2005	162
Gráfico 43 – Número de estabelecimentos na área de cultura – Brasil – 2001-2005	165
Gráfico 44 – Número de empregos na área de cultura – Brasil – 2001-2005.....	166
Gráfico 45 – Quantidade de empresas da área cultural por número de empregados – Brasil – 2001-2005.....	166
Gráfico 46 – Empregos da área cultural por faixa de rendimento mensal – Brasil – 2001-2005.....	167
Gráfico 47 – Empregos na área cultural por grau de instrução máximo dos empregados – Brasil – 2001-2005	168
Gráfico 48 – Empregos na área cultural por faixa de idade dos empregados – Brasil – 2001-2005.....	168
Gráfico 49 – Distribuição das despesas com cultura dos governos estaduais – Brasil – 2003	171

Gráfico 50 – Distribuição das despesas do governo municipal, com cultura, por grandes regiões – Brasil – 2003	171
Gráfico 51 – Competência em lazer por estados – Brasil – maio 2007	187
Gráfico 52 – Pessoal ocupado nas empresas ligadas às atividades características do turismo por setor de serviços – Brasil – 2003	190
Gráfico 53 – Setor infocomunicacional – Brasil – 2000.....	191
Gráfico 54 – Coeficiente de concentração do setor infocomunicacional – Brasil – 2000	192
Gráfico 55 – Domínio do mercado por parte do maior operador – Brasil – 2000	192
Gráfico 56 – Empresas pertencentes às atividades características do turismo, por setores de serviços – Brasil – 2003.....	197
Gráfico 57 – Objetivos quanto ao uso da internet – Brasil – 2005	199
Gráfico 58 – Idade média dos usuários de internet, conforme finalidade do uso – Brasil – 2005	200
Gráfico 59 – Percentual de domicílios com alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes – Brasil – 2005... 200	
Gráfico 60 – Crescimento proporcional dos equipamentos culturais e meios de comunicação – Brasil – 1999/2005	201
Gráfico 61 – Distribuição de especialistas e grupos por UF – Brasil – Maio 2007	221
Gráfico 62 – Titulação dos especialistas – Brasil – 2007	222
Gráfico 63 – Especialistas em SST por área de conhecimento – Brasil – 2007	223

Gráfico 64 – Expectativa de vida segundo sexo – Brasil – 1980/1991/2000/2003	229
Gráfico 65 – Número de filhos por mulher, por região brasileira – 2004	230
Gráfico 66 – Principais fatores de risco e morte atribuíveis nas Américas – 2000	231
Gráfico 67 – Prevalência de inatividade física em adultos de 15 capitais e do Distrito Federal – 2002-2003	232
Gráfico 68 – Evolução do excesso de peso no Brasil – 1975/1989/2003	233
Gráfico 69 – Incidência de AIDS (por 100 mil hab.) por regiões brasileiras – 1986-2003	234
Gráfico 70 – População sexualmente ativa segundo o uso de preservativo, por faixa etária – Brasil – 2004.....	235
Gráfico 71 – Beneficiários de planos de saúde por cobertura assistencial – Brasil – 2000-2007	239
Gráfico 72 – Beneficiários de planos de assistência médica por tipo de contratação do plano – Brasil 2000-2007	240
Gráfico 73 – Distribuição dos acidentes de acordo com a classificação – Brasil – 2001-2005	245
Gráfico 74 – Acidentes por setor – Brasil – 2005	246
Gráfico 75 – Incidência de acidentes por 1.000 trabalhadores no ano de 2005	247
Gráfico 76 – Número de acidentes de trabalho – Brasil – 2001-2005.....	248
Gráfico 77 – Incidência de acidentes de trabalho – Brasil – 2001-2005 ...	249
Gráfico 78 – Incidências mais freqüentes da CID-10 em decorrência de acidentes típicos no ano de 2005	250

Gráfico 79 – Incidências mais freqüentes da CID-10 em decorrência de acidentes de trajeto no ano de 2005.....	251
Gráfico 80 – Número de acidentes pelo número de empregados em cada estado do país em 2005.....	253
Gráfico 81 – Incidências mais freqüentes da CID-10 em decorrência de doenças de trabalho – 2005	258
Gráfico 82 – Taxa de incidência de doenças de trabalho por gênero entre 2001-2005.....	259
Gráfico 83 – Taxa de incidência de doenças de trabalho por faixa etária no Brasil entre 2001-2005.....	260
Gráfico 84 – Taxa de incidência de doenças de trabalho por UF – Brasil – 2005	261
Gráfico 85 – Distribuição de especialistas e grupos por UF – Brasil – 2007	284
Gráfico 86 – Titulação dos especialistas – Brasil – 2007	285
Gráfico 87 – Área de conhecimento em que os especialistas estão inseridos – Brasil – 2007	285
Gráfico 88 – Empresas que realizam ações sociais para a comunidade – Brasil – 2000/2004	291
Gráfico 89 – Empresas que realizaram ações sociais para comunidade, por região – Brasil – 2000/2004	292
Gráfico 90 – Empresas que realizaram ações sociais voltadas à comunidade, por número de empregados – Brasil – 2000/2004	293
Gráfico 91 – Participação das empresas em ações sociais para a comunidade – Brasil – 2000/2004	294

Gráfico 92 – Número de empresas que receberam o selo balanço social IBASE/BETINHO – Brasil – 1999-2005	296
Gráfico 93 – Número de empresas que produziram relatórios baseados no modelo GRI – Brasil – 2002-2007.....	297
Gráfico 94 – Presença dos stakeholders nos balanços sociais nos anos de 2001 e 2003	298
Gráfico 95 – Presença dos stakeholders nos balanços sociais nos anos de 2002 e 2003.	299
Gráfico 96 – Organizações patronais e trabalhistas – Brasil – 2005	313
Gráfico 97 – Tamanho das organizações sindicais-trabalhistas – Brasil – 2005	314
Gráfico 98 – Tamanho das organizações – Brasil – 2005	315
Gráfico 99 – Número de empregos das organizações – Brasil – 2005.....	316
Gráfico 100 – Grau de Instrução nas organizações sindicais trabalhistas – Brasil – 2005	317
Gráfico 101 – Grau de instrução nas organizações empresariais e patronais – Brasil – 2005	318
Gráfico 102 – Estabelecimentos por tipo de indústria – Brasil – 2005	325
Gráfico 103 – Empregos por tipo de indústria – Brasil – 2005	326
Gráfico 104 – Renda média dos trabalhadores da indústria – Brasil – 2005	327
Gráfico 105 – Instrução dos trabalhadores da indústria – Brasil – 2005.....	328
Gráfico 106 – Gênero na indústria brasileira – Brasil – 2005.....	329
Gráfico 107 – Gênero por tipo de indústria – Brasil – 2005	330
Gráfico 108 – Faixa etária dos trabalhadores da indústria – Brasil – 2005.....	331

Gráfico 109 – Classificação por vínculo ativo – Brasil – 2005.....	332
Gráfico 110 – Porte das indústrias brasileiras – Brasil – 2005.....	333
Gráfico 111 – Estabelecimentos e empregos – Brasil – 2001-2005	334
Gráfico 112 – Projeção dos estabelecimentos – Brasil – 2001-2005.....	335
Gráfico 113 – Projeção dos estabelecimentos – Brasil – 2001-2005.....	336
Gráfico 114 – Projeção dos estabelecimentos – Brasil – 2001-2005.....	337
Gráfico 115 – Projeção do emprego industrial – Brasil – 2001-2005	338
Gráfico 116 – Projeção do emprego industrial – Brasil – 2001-2005	339
Gráfico 117 – Projeção do emprego industrial – Brasil – 2001-2005	340

LISTA DE CARTOGRAMAS

Cartograma 1 – Estabelecimentos de ensino no Brasil – 2005.....	61
Cartograma 2 – Número de matrículas – 2005.....	67
Cartograma 3 – Estabelecimentos na área esportiva por estados da federação – Brasil – 2005.....	120
Cartograma 4 – Empregos na área de esporte por estados da federação – Brasil - 2005.....	121
Cartograma 5 – Municípios com bibliotecas – Brasil – 1999-2005.....	160
Cartograma 6 – Municípios com grupos musicais – Brasil – 2005	163
Cartograma 7 – Municípios com grupos de teatro – Brasil – 2005.....	163
Cartograma 8 – Municípios com grupos de folclore – Brasil – 2005	164
Cartograma 9 – Municípios com associações literárias – Brasil – 2005.....	164
Cartograma 10 – Estabelecimentos na área cultural por Estados da Federação – Brasil – 2005.....	169
Cartograma 11 – Empregos na área cultural por Estados da Federação – Brasil – 2005.....	170
Cartograma 12 – Número de estabelecimentos de saúde no Brasil – 2005.....	224
Cartograma 13 – Operadoras de planos de saúde em atividade, conforme UF da sede – Brasil – 2007	238
Cartograma 14 – Distribuição dos acidentes de trabalho no Brasil - 2005.....	252
Cartograma 15 – Representatividade de ONGS no Brasil – 2005	290
Cartograma 16 – Número de indústrias – Brasil – 2005	323
Cartograma 17 – Empregos da indústria – Brasil – 2005.....	324

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	EDUCAÇÃO	25
2.1	Conceitos.....	27
2.2	Ministério da Educação	44
2.3	Gestão em Educação	56
2.4	Panorama Quantitativo da Educação no Brasil.....	59
2.5	Considerações Finais	75
	Referências	80
3	ESPORTE	89
3.1	Conceitos.....	91
3.2	Esporte no Trabalho	95
3.3	Legislação e Certificação.....	97
3.4	Competências Acadêmicas	100
3.5	Organizações.....	108
3.6	Panorama Quantitativo.....	114
3.7	Considerações Finais	121
	Referências	123
4	CULTURA.....	129
4.1	Conceitos.....	131
4.2	Legislação e Certificação.....	133
4.3	Competências Acadêmicas	142
4.4	Organizações.....	147
4.5	Panorama Quantitativo.....	153
4.6	Considerações Finais	172
	Referências	174
5	LAZER.....	181
5.1	Conceitos.....	183
5.2	Lazer e Trabalho.....	185
5.3	Legislação e Certificação.....	186

5.4	Competências Acadêmicas	186
5.5	Organizações.....	188
5.6	Panorama Quantitativo	189
5.7	Atividades de Lazer	196
5.8	Considerações Finais	204
	Referências	205
6	SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO (SST).....	209
6.1	Conceitos.....	211
6.2	Legislação e Certificação.....	214
6.3	Competências Acadêmicas	220
6.4	Organizações.....	224
6.5	Aspectos Sociais e da Saúde no Brasil.....	228
6.6	Saúde Suplementar no Brasil.....	236
6.7	Acidentes de Trabalho	242
6.8	Doenças Relacionadas ao Trabalho.....	255
6.9	Considerações Finais	262
	Referências	264
7	RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE).....	271
7.1	Conceitos.....	273
7.2	Legislação, Normas e Certificações	278
7.3	Competências.....	283
7.4	Organizações.....	286
7.5	Panorama Quantitativo	289
7.6	Considerações Finais	301
	Referências	303
8	SINDICATOS.....	311
8.1	Reforma Sindical	318
8.2	Considerações Finais	319
	Referências	320
9	INDÚSTRIA	321
9.1	Considerações Finais	340
	Referências	342

1 INTRODUÇÃO



O Serviço Social da Indústria (SESI) – Departamento Nacional, por meio de sua Unidade de Tendências e Prospecção (UNITEP), desenvolveu no período entre abril de 2007 e maio de 2008 o “Projeto Estudos de Tendências”, com o objetivo de subsidiar as atividades de planejamento estratégico da instituição e propor novas diretrizes de negócio.

O “Projeto Estudos de Tendências” tem como suporte metodológico a Prospectiva Estratégica, desenvolvida pelo *Laboratoire d’Investigation en Prospective Stratégie et Organisation* (LIPSOR), no *Conservatoire National des Arts et Métiers* (CNAM) da França, e é composto por etapas de pesquisa, produção de conteúdos e realização de painéis com especialistas.

Dentre os resultados do processo foram gerados sete documentos de acesso público:

- I. O SESI, o Trabalhador e a Indústria: Um Resgate Histórico;
- II. Panorama Atual: Educação, Esporte, Cultura, Lazer, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social Empresarial, Sindicatos e Indústria;
- III. Perspectivas para o Século XXI: Tendências Socioeconômicas e Científico-Tecnológicas;
- IV. Tendências em Educação;
- V. Tendências em Saúde do Trabalhador;
- VI. Tendências em Esporte, Cultura e Lazer;
- VII. Tendências em Responsabilidade Social Empresarial.

O presente estudo – “**Panorama Atual: Educação, Esporte, Cultura, Lazer, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social Empresarial, Sindicatos e Indústria**” – traz informações específicas de cada área, compondo um referencial de conceitos, legislações, instituições de referência e indicadores de

acompanhamento. A constituição do documento foi realizada a partir de pesquisas em bases de dados nacionais coletados do IBGE, MTE/RAIS, Portal da Inovação, Plataforma Lattes, CNPq e outras bases geradas por ministérios e ONGs.

A seção **Educação** inicia com uma breve história da educação no Brasil, contextualizando o cenário político de cada época, métodos e objetivos pedagógicos. Prossegue apresentando as atuais instâncias formuladoras de política na área educacional, legislações e características da gestão da educação no país. Conclui com uma visão panorâmica da educação brasileira.

Na seção **Esporte**, o foco inicial é o nivelamento de conceitos e levantamento de informações legislativas. O texto traz uma análise das competências acadêmicas no tema e uma apresentação das estruturas institucionais no mundo do esporte, concluindo com um panorama atual que permite verificar o dinamismo econômico do setor.

A **Cultura** neste estudo é delimitada às expressões e bens culturais. Nesta seção são apresentadas e analisadas as leis de incentivo à cultura e seu impacto na produção cultural, assim como as principais instituições nacionais e internacionais de incentivo à cultura. A pesquisa traz também uma caracterização e mapeamento das competências acadêmicas na área concluindo com um panorama quantitativo sobre cultura no Brasil.

O capítulo destinado ao **Lazer** conceitua e contextualiza a evolução do tema no tempo. O texto aborda aspectos legais, mapeia os especialistas e grupos de pesquisa, apresenta as organizações mais representativas no setor e conclui com uma pesquisa sobre os diversos tipos de lazer com indicadores quantitativos.

Em **Saúde e Segurança no Trabalho**, o estudo começa com uma delimitação do escopo, se concentrando em seguida em questões de legislação, mapeamento de competências e identificação de organizações de referência na área. Parte importante do esforço de pesquisa foi voltada para a análise de aspectos sociais e de saúde, dos acidentes de trabalho e das doenças relacionadas ao trabalho no país.

A **Responsabilidade Social Empresarial** inicia com um alinhamento conceitual e prossegue com um apanhado das legislações, normas e certificações que impactam nas ações de RSE. A pesquisa traz um levantamento de especialistas, grupos de pesquisa e organizações de referência. Conclui com um panorama quantitativo abarcando o terceiro setor, empresas, balanços sociais e consumo consciente.

A seção **Sindicatos** trata de sindicatos patronais e trabalhistas e analisa o grau de instrução dos quadros, o tamanho e o crescimento das organizações. Para a **Indústria** são analisados indicadores econômicos nacionais, evidenciando setores que tiveram crescimento de número de estabelecimentos e empregos.

O “**Panorama Atual: Educação, Esporte, Cultura, Lazer, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social Empresarial, Sindicatos e Indústria**” passou por um processo de validação realizado por especialistas da área, selecionados por produção científica no Portal Inovação MCT/CNPq-Lattes.

2 EDUCAÇÃO



2.1 Conceitos

A história da educação no Brasil descrita nesta seção baseou-se na periodização utilizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, da Faculdade de Educação – UNICAMP (HISTEDBR, 2007), conforme descreve a Tabela 1.

Tabela 1 – Periodização da história da educação no Brasil

Macro-Período	Períodos Componentes
Período Colonial	1. Jesuítica (1500 – 1759)
	2. Pombalino (1759 – 1822)
Período Monárquico	3. Império (1822 – 1889)
Período Republicano	4. Primeira República (1889 – 1930)
	5. Era Vargas (1930 – 1945)
	6. Nacional Desenvolvimentista (1945 – 1964)
	7. Período Militar (1964 – 1984)
	8. Transição Democrática (1984 – hoje)

Fonte: Adaptado de HISTEDBR, 2007.

Nota: Dados trabalhados pelo OBSERVATÓRIO SESI-PR.

2.1.1 Período Jesuítico (1500 – 1759)

Durante o início da colonização do Brasil, Portugal voltou seus esforços para a exploração das riquezas naturais, deixando a administração do povoamento em segundo plano. Nas décadas seguintes, surgiu a necessidade de “superar a desordem, fazendo obedecer a um rei, difundindo uma fé e fixando uma lei” (VILLALTA, 2002, p. 332 apud FONSECA, 2007, p. 1). Parte desta tripla tarefa ficou a cargo dos jesuítas, que chegaram à colônia em 1549, e iniciaram a expansão da fé e do império. Segundo Fonseca (2007, p. 1), “com sua política de instrução – uma escola, uma igreja – edificaram templos e colégios nas mais diversas regiões da colônia, constituindo um sistema de educação e expandindo sua pedagogia [...]”.

Dentre os objetivos da educação neste período, destacam-se a catequese dos índios, a educação dos filhos de colonos, a formação de novos sacerdotes e a educação da elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra (ARANHA, 1996).

Seguindo as orientações contidas nas Constituições da Companhia de Jesus, apresentadas por Inácio de Loyola, em 1550, com a intenção de rebater a Reforma Protestante e a expansão do Luteranismo, os jesuítas adaptavam-se às diversidades locais como uma forma de aumentar a abrangência dos seus ensinamentos, conforme escreve Sangenis (2004, p. 93):

De fato, os jesuítas empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla rede de escolas elementares e colégios, como o fizeram de modo muito organizado ecoando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o *Ratio Studiorum*¹ a sua expressão máxima.

O *Ratio Studiorum* continha um método de estudos que visava, essencialmente, “a formação do homem perfeito, do bom cristão, e era centrado em um currículo de educação literária e humanista voltada para a elite colonial.” (FONSECA, 2007, p. 2).

A organização curricular jesuítica, desde o século XVI, compreende a estrutura de três cursos: (1) letras humanas; (2) filosofia e ciência (ou artes); e (3) teologia e ciências sagradas; destinados à formação do humanista, do filosófico e do teólogo, respectivamente (ARANHA, 1996).

Este monopólio educacional do *Ratio Studiorum* durou duzentos e dez anos, até a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal², em 1759.

¹ “O *Ratio Studiorum* ou Plano de Estudos era o método pedagógico dos jesuítas e foi publicado em 1599 a partir das experiências pedagógicas que tiveram início no Colégio de Messina, primeiro colégio aberto na Sicília, em 1548” (FONSECA, 2006, p. 2).

² Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, comandou a política e a economia portuguesa durante o período de 1750 a 1777.

2.1.2 Período Pombalino (1759 – 1822)

O século XVIII foi marcado pela crise do antigo regime europeu, motivada pela ascensão dos ideais liberais. A Revolução Industrial alçou a Inglaterra à condição de grande potência. João V faleceu em 1750, deixando o trono de Portugal para D. José I (1750-1777). A economia portuguesa não conseguiu acompanhar o progresso econômico dos principais países da Europa e surgiram as primeiras revoltas nativistas em favor da independência da colônia brasileira.

Como uma tentativa de recuperação da economia, o novo rei de Portugal D. José I nomeou Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) como primeiro ministro, iniciando, assim, uma fase de transformação com as Reformas Pombalinas. A principal meta dessas reformas era modernizar o país e torná-lo uma nação capitalista, a exemplo da Inglaterra. Durante o chamado “Período Pombalino”, Portugal tentava passar da etapa mercantil para a industrial.

Neste período, foi criado o Diretório dos Índios, que substituiria os jesuítas na administração das missões. Por meio do Alvará Régio, de 28 de junho de 1759, todas as escolas jesuíticas foram suprimidas tanto de Portugal quanto de suas colônias. O objetivo central deste período era implantar uma educação laica ou leiga, e não religiosa, como foi predominante na fase jesuítica.

A Real Mesa Censória foi criada em 1767, mas somente alguns anos depois ela passou a administrar e dirigir os estudos das escolas menores de Portugal e de suas colônias. Em 1772 foi instituído o subsídio literário, um imposto que incidia sobre a carne, o vinho, o vinagre e a cachaça, e por meio dele o ensino público passou a ser financiado pelo Estado e para o Estado (SECO; AMARAL, 2007).

Para o Brasil, tais reformas significaram um retrocesso na educação escolar com o desmantelamento completo da educação brasileira oferecida pelo antigo sistema de educação jesuítico, mais bem estruturado do que as aulas régias puderam oferecer. [...] As aulas régias instituídas por Pombal para substituir o ensino religioso constituíram, dessa forma, a primeira experiência de ensino promovida pelo Estado na história brasileira. (SECO; AMARAL, 2007).

A organização jesuítica em forma de cursos (humanidades) passa, na fase pombalina, a um currículo baseado em aulas avulsas de latim, grego, filosofia e retórica. A exigência de novos métodos e livros representou um avanço, mas também foi um retrocesso pedagógico na organização curricular. Outra consequência negativa foi a adoção de professores mal remunerados e despreparados para a função, geralmente nomeados por indicação ou sob concordância de bispos, que se tornavam “proprietários” vitalícios de suas aulas régias (RIBEIRO, 2003).

A principal conquista deste período foi a implantação do ensino público oficial no Brasil, mais especificamente no ano de 1772. Também está ligada a Pombal a origem da cultura científica do país, por meio da transformação da Universidade de Coimbra num centro onde os jovens brasileiros mais abastados aprendiam métodos e estudos de investigação (ARANHA, 1996).

O final do período pombalino sofreu influência direta da Revolução Francesa, ocorrida em 1789 e da Revolução Industrial. Duas nações européias destacavam-se nesse período: a Inglaterra, devido à sua hegemonia econômica; e a França, governada por Napoleão Bonaparte, que encontrava-se em processo de expansão de seus domínios. Em 1808, para escapar do ataque francês, a família real portuguesa e sua corte transferiram-se para o Brasil. Este fato marcaria a fase de transição do país de Colônia para Nação, desencadeando uma série de transformações, como a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior e a criação das primeiras instituições de ensino superior no país.

Determinados autores consideram que estes acontecimentos pertencem a uma fase histórica específica da educação brasileira, chamada “período joanino” (1808-1820), devido aos impactos da transferência da família real para a colônia brasileira em aspectos econômicos, políticos, sociais e educacionais (RIBEIRO, 2003).

Em virtude das necessidades urgentes de manutenção de uma realeza, foram criados cursos ligados à defesa militar e à saúde, caracterizando uma preferência pela educação técnica e superior. D. João VI, que ficou conhecido como o “fundador de instituições”, instalou no Brasil a Academia Real de Marinha (1808), a Academia Real Militar (1810), os cursos de Cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro e o curso de Anatomia no Rio de Janeiro. Entretanto, pouco foi feito pela

educação básica neste período, pois a provisoría capital do Império Português estava focada no ensino superior (LIMA, 2005).

O ensino secundário teria que arrastar-se, através de todo o século XIX, desorganizado, anárquico, incessantemente desagregado. Entre o ensino primário e o secundário não havia pontes ou articulação curricular. A educação do povo, com estudos primários e médios, ficou esquecida. Durante todo o período colonial, houve poucos e localizados avanços educacionais (LIMA, 2005).

2.1.3 Império (1822 – 1889)

A Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, foi o resultado de várias revoltas por emancipação ocorridas no final do século XVIII, com destaque para a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798), que evidenciaram a crise do antigo sistema colonial. Além disso, essa independência “restringiu-se à esfera política, não alterando em nada a realidade socioeconômica, que se manteve com as mesmas características do período colonial” (HISTORIANET, 2007).

A referida crise do antigo sistema colonial, cujo estopim foi uma conjugação de fatores, como a revolução industrial encabeçada pela Inglaterra e a difusão do liberalismo econômico juntamente com as idéias iluministas, foi “um dos mais importantes movimentos de transição na História, representado pela transição do capitalismo comercial para o industrial” (HISTORIANET, 2007). Mesmo com estas mudanças, predominava uma sociedade conservadora, agrícola e escravista, contrária aos ideais liberais europeus.

Quase dois anos após a Independência, uma Assembléia Geral Constituinte foi convocada para a elaboração da primeira Constituição do Brasil. Outorgado em 25 de março de 1824, o documento ficou “marcado pela arbitrariedade” e foi elaborado “para atender os interesses do partido português” (HISTORIANET, 2007).

O Artigo 170 da Constituição de 1824 já determinava a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos. Em 1827 foi aprovada a primeira legislação

relativa à instrução pública nacional do Império do Brasil, que criava dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um em São Paulo e outro em Olinda. Alguns anos após a criação da Lei de 1827, a situação do ensino elementar no país era precária. Relatórios da época apontavam “o baixo salário dos professores, a excessiva complexidade dos conhecimentos exigidos pela lei e que dificultavam o provimento de professores, e a inadequação do método em vista das condições particulares do país” (NASCIMENTO, M. I. M, 2007, p. 2-3).

A Lei de 1827 foi o primeiro instrumento legal relevante para a educação brasileira, superando a Constituição de 1824 que se limitava ao discurso da gratuitidade do ensino para todos os cidadãos. Essa legislação definia o método a ser adotado (Lancaster³ ou ensino mútuo), conteúdos de ensino, previsões de formas de provimento, ordenados e capacitação dos professores, determinações sobre os edifícios escolares, bem como a criação de ‘escolas de meninas’ nas cidades e vilas mais populosas. Porém, na prática, a Lei de 1827 foi uma “promessa de boas intenções”.

Durante a crise do primeiro império, D. Pedro I abdicou ao trono em favor do seu filho, então com oito anos de idade, e retornou para Portugal em abril de 1831. A partir deste momento, iniciaram os quatro governos regenciais, marcados por movimentos revoltosos, cujo objetivo era obter a independência de determinadas províncias. Dentre outras iniciativas, podem ser destacadas a Revolta dos Farrapos, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (1835-1845), e a Cabanagem, no Pará (1835-1840).

O Ato Adicional de 1834 foi o golpe de misericórdia à Lei de 1827 e à Constituição de 1824:

Essa reforma descentraliza o ensino, atribuindo à Coroa a função de promover e regulamentar o ensino superior, enquanto às províncias (futuros

³ Joseph Lancaster era um pedagogo inglês que criou o sistema de monitoria ou método Lancaster em 1798. Neste método, também conhecido como ensino mútuo, havia apenas 1 professor por escola e, para cada grupo de 10 alunos (decúria), haveria um aluno menos ignorante ou de mais habilidade (decurião) que ensinaria aos demais sob a supervisão do professor. Este método foi adotado em uma escola do Rio de Janeiro em 1823 e foi aplicado no Brasil por 15 anos (ARANHÁ, 1996, p. 135).

estados) foi destinada a escola elementar e secundária. Dessa forma, a educação da elite fica a cargo do poder central e a do povo, confiada às províncias (ARANHA, 1996).

A descentralização impediu a formação da unidade orgânica dos sistemas educacionais, pois as províncias não tinham, na época, as condições econômicas, políticas e sociais para absorver a educação elementar e secundária.

A fase final do período imperial foi caracterizada por várias propostas de reforma no âmbito educacional, que buscavam integração ao processo de desenvolvimento do país, como: Reforma Couto Ferraz, Reforma Luis Pedreira, Reforma Leôncio de Carvalho, Projeto de Rodolfo Dantas/Parecer de Rui Barbosa.

A busca da formação da elite dirigente foi o principal objetivo da educação no período imperial. A dicotomia do ensino espelhava a realidade da sociedade, ou seja, ensino propedêutico para as elites e ensino profissional para as classes mais pobres (LIMA, 2005).

2.1.4 Primeira República (1889 – 1930)

Conforme Clark (2007), o Movimento Republicano, motivado pelo descontentamento de setores da sociedade com a política do Império, ganhou força nas últimas décadas do século XIX e culminou no fim do regime monárquico e no advento do primeiro surto industrial brasileiro.

A implantação da República, em 1889, e a elaboração da Constituição de 1891 instituíram no Brasil um regime presidencialista, declarado como liberal e democrático. Contudo, a realidade demonstrava o domínio político de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Esse quadro seria modificado somente com o início da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918).

No governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant Botelho de Magalhães tornou-se Ministro da Instrução Pública, Correios e

Telégrafos. Esse mesmo ministério foi extinto em 1892 e a educação passou a constituir uma diretoria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O artigo 62 do Decreto 510, deste mesmo governo provisório da República, diz: “o ensino será leigo e livre em todos os graus e gratuito no primário”.

As dificuldades com as importações forçaram o desenvolvimento interno, principalmente no setor industrial localizado entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Com o crescimento da população urbana, decorrente do início do desenvolvimento industrial, tornou-se mais evidente o atraso e a precariedade do sistema educacional, como descreve Paiva (1990, p. 8-9):

A divulgação dos índices de analfabetismo em diferentes países do mundo na virada do século revelava a importância que a questão vinha adquirindo nos países centrais e, certamente, tocou os brios nacionais. Entre os países considerados, o Brasil ocupava a pior posição, divulgando-se internacionalmente os dados oferecidos pelo censo de 1890, que indicava a existência de 85,21% de iletrados, considerando-se a população total.

Uma tentativa de reforma educacional iniciou-se com a aprovação, pelo governo paulista, do Decreto Estadual nº. 248, de 26 de setembro de 1894, que criava os Grupos Escolares. Esse novo conceito de educação pública mostrava-se como um “notável esforço de modernização do estado [...]”. Os alunos eram organizados conforme a idade e proficiência e havia, pela primeira vez, um programa seqüencial de estudos, dividido em séries anuais” (SOUZA, 1998 apud SCHWARTZMAN, 2005, p. 13).

Durante o período da Primeira República, a educação primária e média ainda eram de responsabilidade dos governos local e estadual. Segundo o Censo Nacional realizado em 1916, somente 25% da população era alfabetizada (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1916).

Conforme cita Schwartzman (2005, p. 14), “[...] imigrantes alemães e japoneses criaram suas próprias escolas, às vezes com o apoio dos governos de seus países, ou de padres estrangeiros”. A influência dessas escolas é inegável, conforme indicam os dados coletados por Bittencourt (1990 apud SCHWARTZMAN, 2005, p. 14):

Antes da guerra, havia cerca de cinco mil professores alemães trabalhando num sistema escolar bem integrado que se espalhava pelos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Em São Paulo, em 1917, havia 37 escolas alemãs e 51 italianas. Os japoneses começaram a chegar em maior quantidade em meados da década de 1920, e já em 1936 havia 310 escolas estrangeiras no estado de São Paulo, das quais 215 eram japonesas.

Para Ribeiro (2003), novas reformas foram sugeridas à educação brasileira, como tentativa de melhor adequá-la à realidade do país, ou de atender interesses de algumas parcelas da sociedade: Reforma Benjamin Constant (1890), Reforma Epitácio Pessoa (1901), Reforma Rivadávia Corrêa (1911), Reforma Carlos Maximiliano (1915) e Reforma João Luis Alves e Rocha Vaz (1925).

A aproximação da década de 1930 definiu-se por um período de passagem de uma sociedade artesanal, pré-capitalista e agrário-comercial para uma nova sociedade urbano-industrial, caracterizada por profundas transformações sociais, aumentando e diversificando a classe média, formada prioritariamente por pessoas ligadas ao processo produtivo. Esta fase foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo industrial (RIBEIRO, 2003).

2.1.5 Era Vargas (1930 – 1945)

A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada e para tal era preciso investir na educação. Entre as décadas de 1920 e 1930, foi criado o Plano Nacional de Educação, uma proposta inovadora que estabeleceu uma linha de diretrizes curriculares. Dentro destas intenções, criou-se a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, contribuindo para a formação de uma nova consciência educacional. Além da definição do papel do Estado na educação, a entidade defendia a necessidade de expansão da escola pública, a exigência de uma política nacional de educação, tendo o poder central o papel de coordenador, de orientador na expansão do ensino em âmbito nacional. Várias dessas reivindicações consolidaram-se em proposições do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, e em dispositivos da Constituição de 1924.

A década de 1930 foi marcada por transformações decorrentes do processo de industrialização e urbanização, além de fatores políticos, como a Revolução Constitucionalista de 1932 e a implantação do Estado Novo, em 1937.

Em 1930, o governo federal criou o Ministério da Educação e Cultura. Em 1931, o governo provisório sancionou decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes decretos ficaram conhecidos como “Reforma Francisco Campos”. O Decreto 19.850, de 11 de abril de 1931, cria o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação (que só vão começar a funcionar em 1934). O Decreto 19.851, também de 11 de abril de 1931, institui o Estatuto das Universidades Brasileiras, que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário. O Decreto 19.852, do mesmo dia 11 de abril de 1931, dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. O Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931, dispõe sobre a organização do ensino secundário. O Decreto 20.158, de 30 de julho de 1931, organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. O Decreto 21.241, de 14 de abril de 1931, consolida as disposições sobre o ensino secundário (RIBEIRO; RIBEIRO, 2003; GHIRALDELLI JÚNIOR, 2006).

Educadores envolvidos com as campanhas regionais de reforma do ensino publicaram o “Manifesto dos Pioneiros da Nova Educação” (AZEVEDO, 1932), que serviria de base para o estabelecimento das prioridades para a área (SCHWARTZMAN, 2005).

O ideário republicano pregava o discurso pedagógico liberal, denominado Escola Nova. Como explica Andreotti (2007, p. 2), tratava-se de um:

[...] movimento de renovação escolar que se desenvolveu em vários países e chegou ao Brasil na década de 1920, fruto das mudanças inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista, com seus novos valores, necessitando, segundo seus defensores, de uma renovação da escola.

No método pedagógico que predominou até o fim do século XIX, enfatizava-se a atuação do professor e o “como ensinar” dava as diretrizes da prática pe-

pedagógica. Com a nova proposta pedagógica, mudou-se o foco para o aluno, enfatizando-se, agora, o “como aprender” (ANDREOTTI, 2007).

De acordo com Ghiraldelli (2006), a Constituição Federal de 1934 considerou pela primeira vez a educação como direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. No mesmo ano, a Universidade de São Paulo foi a primeira instituição universitária a ser criada e organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931.

Além da implantação da pedagogia da nova escola, duas realizações podem ser destacadas: a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), o primeiro centro brasileiro de estudos e pesquisa sobre a educação; e a reforma e atualização da escola normal, que originou o Instituto de Educação no Rio de Janeiro, numa tentativa “de se tornar a versão brasileira da *École Normale* francesa e um modelo para o país” (SCHWARTZMAN, 2005, p. 16).

Nesse período, o ensino primário obrigatório e universal atendia a crianças com idade média entre sete e dez anos. Essa etapa era seguida do ginásio, também com duração de quatro anos. Por fim, chegava-se ao nível colegial, com duração de dois a três anos, que servia como um preparatório para as universidades. As escolas de comércio apresentavam-se como uma segunda opção para os jovens que não conseguiam entrar nos ginásios públicos ou pagar pelas mensalidades dos colégios particulares, em geral católicos (SCHWARTZMAN, 2005).

O advento da Constituição de 1937, resultante da instalação do Estado Novo (1937-1945), proporcionou um “dualismo educacional explícito”. Os ricos proveriam seus estudos através do sistema público ou particular e os pobres, sem usufruir desse sistema, deveriam se destinar às escolas profissionais. Neste sentido, a nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional. Por outro lado, propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação. Mantém ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário. Também dispõe como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias (ROMANELLI, 1993).

Segundo Romanelli (1993, p. 153), a Carta Magna de 1937 fez com que os debates sobre as questões da educação brasileira, profundamente rica no período anterior, entrassem “numa espécie de hibernação”. As conquistas do movimento renovador, influenciando a Constituição de 1934, foram enfraquecidas com o advento da Constituição de 1937. Houve uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas.

Por iniciativa do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, foram reformados, em 1942, alguns ramos do ensino. Estas reformas ficaram conhecidas como Leis Orgânicas do Ensino, e são compostas por alguns Decretos-Lei, durante o Estado Novo, dentre os quais se destacam, aqui, aqueles relacionados ao setor industrial. O Decreto-Lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. O Decreto-Lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942, regulamenta o ensino industrial. O Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942, regulamenta o ensino secundário. O Decreto-Lei 4.481, de 16 de julho de 1942, dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% correspondente ao número de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI (ROMANELLI, 1978; GUIRALDELLI JÚNIOR, 2006).

Neste mesmo cenário, foi editado o Decreto-Lei 9.403, de 25 de junho de 1946, que atribuía à Confederação Nacional da Indústria (CNI) a criação do Serviço Social da Indústria - Sesi. A entidade nasceu, portanto, com o caráter da conciliação. O Sesi foi uma das primeiras instituições privadas de prestação de serviços assistenciais, inclusive educacionais, construída com recursos e com a direção do empresariado (SESI, 2007).

Neste período, a educação brasileira, na sua estrutura, passou a configurar um ensino composto por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a preocupar-se mais com a formação geral. Apesar desta divisão do ensino secundário, entre clássico e científico, a predominância recaiu sobre o científico, reunindo cerca de 90% dos alunos do colegial (PILETTI, 1996).

2.1.6 Nacional Desenvolvimentismo (1946 – 1964)

O término da Segunda Guerra Mundial gerou modificações na política brasileira e acelerou o fim do regime ditatorial do Estado Novo (1937 – 1945), com a deposição de Getúlio Vargas.

Baseado nas doutrinas emanadas pela Carta Magna de 1946, o Ministro Clemente Mariani criou uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral da educação nacional. A comissão, presidida pelo eminente educador Lourenço Filho, era organizada em três subcomissões: uma para o Ensino Primário, uma para o Ensino Médio e outra para o Ensino Superior. Em novembro de 1948, este anteprojeto foi encaminhado à Câmara Federal, dando início a uma luta ideológica em torno das propostas apresentadas. Num primeiro momento, as discussões estavam voltadas às interpretações contraditórias das propostas constitucionais. Posteriormente, após a apresentação de um substitutivo do Deputado Carlos Lacerda, as discussões mais marcantes relacionaram-se à questão da responsabilidade do Estado quanto à educação, inspirados nos educadores da velha geração de 1930, e a participação das instituições privadas de ensino (ROMANELLI, 1978).

Neste contexto de redemocratização do país e depois de 13 anos de acirradas discussões, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), através da Lei nº. 4.024/1961, de 20 de dezembro de 1961. A legislação garantia a igualdade de tratamento, por parte do Poder Público, para os estabelecimentos oficiais e particulares. Assim, como destaca Manoel N. M. Nascimento (2007, p. 4), os aspectos positivos da LDBEN eram “a unificação do sistema escolar e a sua descentralização; a autonomia do Estado para exercer a função educadora e o da distribuição de recursos para a educação”. Em 1962, foi criado o Conselho Federal de Educação, cumprindo o artigo 9º da nova Lei de Diretrizes e Bases, substituindo o anterior Conselho Nacional de Educação, e por consequência, foram criados também os Conselhos Estaduais de Educação.

A expectativa era que a LDBEN suprisse as necessidades das classes populares. Porém, as frustrações geradas pela ineficácia da lei geraram mobilizações em prol da educação popular, como o Movimento de Educação de Base e o Movimento Paulo Freire de Educação de Adultos.

2.1.7 Período Militar (1964 – 1984)

A crise política que se arrastava desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, as tensões sociais e o temor de um golpe comunista culminaram na tomada do poder pelos militares em março de 1964. Por meio do Ato Institucional nº. 1 (AI-1), foram cassados os mandatos políticos de todos os opositores do regime militar e extinguida a estabilidade de funcionários.

A ditadura que vigorou no Brasil entre 1964 e 1984 baseou-se no autoritarismo do Estado, por meio de Atos Institucionais, censuras, repressão, torturas, perseguições aos opositores do sistema, respaldados pela Doutrina de Segurança Nacional. A convergência dessas medidas resultou em um modelo econômico concentrador de renda, que desmantelou um relativo “equilíbrio existente entre o modelo político de tendências populistas e o modelo econômico de expansão da indústria vigentes no período anterior ao golpe civil-militar” (CLARK; NASCIMENTO; SILVA, 2005 apud SILVA, 2007, p. 1).

As políticas educacionais seguiam a linha das políticas econômicas, visando ao alinhamento com o capital internacional. Os acordos entre o Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development* (MEC-USAID) foram assinados nesse sentido:

Os acordos deram à USAID um poder de atuação em todos os níveis de ensino (primário, médio e superior), nos ramos acadêmico e profissional, no funcionamento do sistema educacional, através da reestruturação administrativa, no planejamento e treinamento de pessoal docente e técnico, e no controle do conteúdo geral do ensino através do controle da publicação e distribuição de livros técnicos e didáticos. Essa abrangência de atuação mostra a importância atribuída à educação pelos países centrais, na integração e no posicionamento das sociedades periféricas no contexto geral do capitalismo internacional. (CLARK; NASCIMENTO; SILVA, 2005, p. 5 apud SILVA, 2007, p. 4).

No fim da década de 1960, houve uma transformação no ensino superior, “com a introdução de inovações ao estilo estadunidense, como o sistema de

créditos, os departamentos acadêmicos e os programas de pós-graduação” (SCHWARTZMAN, 2005, p. 19).

O método de alfabetização elaborado por Paulo Freire e instituído no governo de João Goulart, por meio do Decreto nº. 53.465/1964 foi extinto pelo Decreto nº. 53.886/1964. Em substituição, foi implantada a Cruzada da Ação Básica Cristã – Cruzada ABC (Decreto nº. 63.365/1968), com o intuito de neutralizar a ação das Ligas Camponesas, e também o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), por meio do Decreto nº. 62.455/1968, utilizado para “controlar politicamente as massas” (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994 apud SILVA, 2007, p. 4).

A partir das orientações estabelecidas pelos acordos MEC-USAID, foram realizadas as reformas educacionais que resultaram nas Leis nº. 5.540/1968, destinada ao ensino superior, e nº. 5.692/1971, voltada aos ensinos de primeiro e segundo graus.

A reforma universitária, amparada pela Lei nº. 5.540/1968, estabeleceu a extinção do regime de cátedras e no seu lugar foram implantados os departamentos (CUNHA, 1988). A lei também instituiu o sistema de créditos, o vestibular unificado e classificatório como uma forma de resolver o problema da falta de vagas, além de criar uma estrutura burocrática para dar suporte a esse novo sistema universitário.

Em 1971, entrou em vigor a Lei nº. 5.692/1971, cujo art. 1º declara:

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1971).

Percebe-se que o objetivo era direcionar o ensino para a qualificação profissional e, sob a inspiração do tecnicismo e a orientação dos técnicos da USAID, instaurar a profissionalização compulsória no ensino de segundo grau, “que tinha carga horária reduzida para a educação geral e que teria criado uma falsa ilusão no imaginário das camadas populares de melhoria da empregabilidade” (ARAUJO, 2002).

2.1.8 Democracia (A partir de 1984)

Após vinte anos de ditadura militar, em 1988 foi elaborada e aprovada a nova Constituição Federal. Algumas falhas são apontadas por Minto, dentre elas a falta de exclusividade dos recursos públicos para os estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado, o que abriu “uma brecha – que, aliás, ainda não foi fechada – para o setor privado apropriar-se de novas fatias do fundo público para a educação” (MINTO, 2007, p. 2).

Ainda sobre as demandas do setor privado na política educacional brasileira, Minto (2007, p. 2) afirma que “consagrou-se também uma nova tendência, que marcou todo o processo legislativo no país nos anos 90: legislar de forma fragmentada, em doses homeopáticas, sem tratar de grandes questões num mesmo processo”. Um dos exemplos citados pelo autor é a Lei nº. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), levou oito anos para ser elaborada e foi aprovada de modo a deixar lacunas a serem preenchidas por legislação complementar.

A LDB foi elaborada para promover a descentralização e a autonomia das escolas, universidades e dos sistemas de ensino e a valorização do professor e do magistério e para permitir a criação de um processo regular de avaliação do ensino brasileiro.

Entre as ações do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), podem ser destacadas: (i) extinção do Conselho Federal de Educação e a imediata criação do Conselho Nacional de Educação; (ii) Plano Nacional da Educação (PNE); (iii) implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a reabilitação do antigo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) como agência de pesquisas estatísticas e avaliação do ensino; e (iv) a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), por meio do Decreto nº. 2.264/1997.

Além de ser gestor da reorganização das estatísticas educacionais, o INEP também tornou-se responsável pela implementação do sistema de avaliação dos três níveis de ensino. Este mecanismo de acompanhamento consiste no Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB); Exame Nacional para Estudantes do

Ensino Médio (ENEM); e exames nacionais para os programas de graduação, popularmente conhecidos como “Provão”. Lima (2007) afirma que o Brasil possui o maior sistema de avaliação do mundo.

O FUNDEF apresenta uma mudança na estrutura de financiamento do ensino fundamental no país. Uma parcela dos recursos constitucionalmente destinados à educação fica vinculada a esse nível de ensino. Além disso, o FUNDEF introduz novos critérios de distribuição e o uso de 15% dos principais impostos de estados e municípios, promovendo a partilha de recursos entre o governo estadual e seus municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino (BRASIL, 2007a).

Um novo fundo foi criado em 20 de junho de 2007, quando foi sancionada a Lei nº. 11.494/2007 que regulamenta o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Em vigor desde o dia 1º de janeiro de 2007, por medida provisória, este novo fundo substitui o FUNDEF. O FUNDEB apresenta mudanças em relação aos critérios de financiamento que constam do FUNDEF, passando a destinar-se não somente ao ensino fundamental, como também à educação infantil, ao ensino médio e à educação de jovens e adultos, quando esta é destinada àqueles que ainda não possuem escolarização (BRASIL, 2007a).

Simultaneamente às reestruturações legais para educação, a criação de programas direcionados às famílias de baixa renda teve por objetivo incentivar a frequência à escola. O programa Bolsa-Família, criado pela Lei nº. 10.836/2004, foi uma adaptação do Bolsa-Escola, criado pela Lei nº. 10.219/2001, que passou a conceder uma ajuda de custo às famílias que mantiverem os seus filhos na escola.

Quanto ao ensino superior, o governo federal é o responsável por uma rede composta por 39 universidades e outras 18 instituições, que absorvem 20% da população estudantil. Considerando-se também a rede pública pertencente aos governos estaduais, o número eleva-se para 35%.

A baixa abrangência do ensino superior serviu, e ainda serve, de pretexto para a ampliação do setor privado como um modo de “democratização das

oportunidades de ensino” (MINTO, 2007, p. 3). É importante ressaltar as conquistas da educação profissionalizante de qualidade no país. Conforme descreve Schwartzman (2005, p. 28), a melhoria do “ensino profissionalizante de boa qualidade” é o resultado da aplicação de uma “política de seleção competitiva de estudantes, através de exames vestibulares [...]”.

Durante a trajetória histórica da educação brasileira, reformas e políticas envolvidas em convergências e conflitos de interesses representaram avanços e retrocessos na busca de um sistema de ensino mais democrático e contributivo ao desenvolvimento efetivo do país e de seu povo. Antes de 1930, os mais pobres não tinham acesso à escola. Depois de 1930, passaram a ter acesso, mas não permaneciam na escola. Hoje, os mais pobres têm acesso à escola, todavia ainda recebem um ensino “pobre” de conteúdo, num contexto ainda marcado por altos índices de evasão e repetência (LIMA, 2005).

2.2 Ministério da Educação

O Ministério da Educação é a instância de formulação da política nacional, orientação, coordenação e redistribuição de recursos dos sistemas de ensino. Também lhe cabe um papel de atuação em áreas nas quais estados e municípios não encontram condições ou recursos para satisfazer às necessidades do sistema educacional (GOLDEMBERG, 1993).

Dentre as secretarias que compõem o Ministério da Educação, destacam-se: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), Secretaria de Educação Básica (SEB), Secretaria de Educação a Distância (SEED) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

2.2.1 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

Criada em julho de 2004, responde por programas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação ambiental, educação escolar indígena e diversidade étnico-racial. Entre seus departamentos está o

de Educação de Jovens e Adultos (EJA), responsável por diretrizes políticas e pedagógicas voltadas a pessoas que não tiveram acesso à escola.

2.2.1.1 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

O MEC oferece apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino, bem como elaboração e distribuição de material didático para a oferta da educação de jovens e adultos. Seus programas principais são:

- I. Programa “Fazendo Escola”: apoio aos sistemas de ensino para atendimento à educação de jovens e adultos.
- II. Proposta Curricular: subsídios à elaboração de projetos e propostas curriculares para o primeiro e segundo segmentos do Ensino Fundamental.
- III. Material Didático: materiais disponibilizados pela Coordenação-Geral de Educação de Jovens e Adultos (COEJA).

Em relação à normatização, a educação de jovens e adultos está respaldada pelas seguintes leis:

- I. **Constituição Federal de 1988** – estabelece que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família [...]” (BRASIL, 1988) e ainda, ensino fundamental obrigatório e gratuito. Sua oferta é garantida a todos os que não tiveram acesso a ela na idade própria.
- II. **Parecer 05/97 do Conselho Nacional de Educação** – aborda a questão das denominações “Educação de Jovens e Adultos e Ensino Supletivo”, define os limites de idade para exames supletivos, define as competências dos sistemas de ensino e explicita as possibilidades de certificação.
- III. **Parecer 12/97 do Conselho Nacional de Educação** – elucida dúvidas sobre cursos e exames supletivos e outras.

- IV. **Parecer 11/99 do Conselho Nacional de Educação** – aborda o objeto da portaria ministerial nº. 754/99 que dispõe sobre a prestação de exames supletivos pelos brasileiros residentes no Japão.
- V. **Resolução CNE/CEB nº. 1, de 5 de julho de 2000** – estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- VI. **Parecer 11/2000 do Conselho Nacional de Educação** – aborda as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA.

Além disso, o Departamento de Educação de Jovens e Adultos compreende uma coordenação voltada exclusivamente à alfabetização, responsável por gerir e acompanhar a execução das ações do programa “Brasil Alfabetizado”. O programa segue as seguintes diretrizes:

- I. Ampliação do período de alfabetização de seis para até oito meses;
- II. Aumento de 50% nos recursos para a formação dos alfabetizadores;
- III. Estabelecimento de um piso para o valor da bolsa paga ao alfabetizador, aumentando a quantidade de turmas em regiões com baixa densidade populacional e em comunidades populares de periferias urbanas;
- IV. Implantação de um sistema integrado de monitoramento e avaliação;
- V. Maior oportunidade de continuidade da escolarização de jovens e adultos, a partir do aumento de 42% para 68% do percentual dos recursos alocados para estados e municípios.

2.2.1.2 Educação Continuada

Há uma variedade na terminologia empregada em torno da idéia da educação continuada, que se fundamenta numa interpretação da educação como um processo que deve prolongar-se durante a vida adulta. Educação per-

manente, formação permanente, educação continuada, educação contínua, requalificação profissional e desenvolvimento profissional são termos em torno de um mesmo núcleo de preocupação. (SILVA, 2006, p. 2).

A educação continuada consiste no aperfeiçoamento dos recursos humanos “por meio dos mecanismos globais da cultura, de forma assistemática, e por meio da educação formal, não formal e informal, de forma sistemática”. Significa o desenvolvimento contínuo de competências, que demanda acesso à informação de qualidade (por meio, por exemplo, de TVs educativas) e acesso a bens culturais, para o desenvolvimento das sinapses e, dessa forma, do conhecimento (CERQUEIRA, 2007).

Planejado a médio e longo prazo, a qualificação profissional alcançada por meio da educação continuada visa a atender às demandas do mercado de trabalho, que se encontra em constante transformação.

Atualmente a educação continuada não é mais uma exclusividade acadêmica, mas uma imposição do mercado de trabalho, modificada principalmente pelas mudanças tecnológicas e econômicas. Por isso ela deixa de ser somente uma atualização para ser incorporada também com o conceito de requalificação. (SILVA, 2002).

Silva (2002) argumenta que a educação continuada, em sua acepção mais ampla, consiste em um ideal utópico para o contexto brasileiro contemporâneo. Segundo Mundim (2002 apud SILVA, 2002), a formação continuada no país era exclusividade das esferas acadêmicas até meados da década de 1980. Observa-se, portanto, uma mudança na natureza da prestação de serviços no meio acadêmico. Nas transformações ocorridas, “a educação continuada passa a ser uma forma das instituições de ensino proporcionarem aos cidadãos condições de aprendizagem continuada por toda a sua vida profissional, atendendo aos requisitos de sociedade em permanente mudança” (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, 2007).

2.2.1.3 Educação Formal e Não-Formal

A designação educação formal e não-formal classifica modalidades educacionais de acordo com seu grau de institucionalização.

A educação formal pode ser resumida como aquela que está presente no ensino escolar institucionalizado, cronologicamente gradual e hierarquicamente estruturado, e a informal como aquela na qual qualquer pessoa adquire e acumula conhecimentos, através de experiência diária em casa, no trabalho e no lazer. A educação não-formal, porém, define-se como qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que, normalmente, se realiza fora dos quadros do sistema formal de ensino. (BIANCONI, M. L., CARUSO, 2005).

A definição de educação formal e não-formal pretende, de certa forma, legitimar as iniciativas educacionais que se efetuam fora do ambiente escolar tradicional. Alguns dos autores que trabalham com tal perspectiva defendem que “a educação formal, realizada via rede de instituições escolares, apresenta sérias dificuldades para valorizar as diferenças regionais e conseqüentemente as particularidades culturais” (RIBEIRO, 2003).

Bianconi e Caruso (2005) salientam que “as propostas de aperfeiçoamento no ensino por meio da educação não-formal, com atividades extra-classe, levaram os alunos a visitarem outros espaços, dentre eles centros de ciência e as próprias universidades”. A educação não-formal também possibilitou espaço para o surgimento de metodologias lúdicas, não-habituais, “fazendo das artes, por exemplo, ferramentas de trabalho capazes de estimular os estudantes a aprender e a expressar os conhecimentos adquiridos através de uma nova linguagem”.

2.2.2 Secretaria de Educação Básica

A Secretaria de Educação Básica (SEB) atende as seguintes etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Tabela 2 apresenta as atribuições de cada uma das etapas da educação básica e os serviços oferecidos pelo MEC.

Tabela 2 – Etapas da educação básica

Etapas		Duração	Idade
Educação Infantil	Creche	3 a 4 anos	0 a 3 anos
	Pré-escolar	2 a 3 anos	4 e 5/6 anos
Ensino Fundamental		8 ou 9 anos	6/7 anos aos 14 anos
Ensino Médio		3 anos	15 aos 17 anos

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação, 2007a.

Nota: A variação deve-se ao período de adaptação à Lei nº. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que aponta a obrigatoriedade da Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos, e o prazo até 2010 para que os sistemas de ensino se adaptem.

A Constituição Federal Brasileira aborda a educação como um “direito social” e dever do Estado e da família (artigo 205). O dever do Estado para com a Educação deve ser efetivado por meio da garantia de:

(i) - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (ii) - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; (iii) - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (iv) - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; (v) - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; (vi) - oferta de ensino noturno regular, adequada às condições do educando; e (vii) - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988).

Em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) promove a descentralização e a autonomia das escolas, universidades e dos sistemas de ensino; a valorização do professor e do magistério, e permite a criação de um processo regular de avaliação do ensino brasileiro. Conforme declara o artigo 1º da LDB:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e

pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Neste mesmo ano, 1996, o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) foi instituído pela Emenda Constitucional nº. 14 (09/96), conforme já comentado na seção anterior. Em dezembro do mesmo ano foi regulamentado pela Lei nº. 9.424 e em junho de 1997, pelo Decreto nº. 2.264. Apenas em 1º de janeiro de 1998 o fundo foi implantado nacionalmente e alterou a estrutura de financiamento do Ensino Fundamental no país. Uma parcela dos recursos constitucionalmente destinados à Educação fica vinculada a este nível de ensino. Além disso, o FUNDEF introduz novos critérios de distribuição e uso de 15% dos principais impostos de estados e municípios, promovendo a sua partilha de recursos entre o governo estadual e seus municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino (CNTE, 2007).

Além da LDB, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº. 10.172/2001, é o outro principal documento norteador da Educação Básica, ambos, naturalmente, regidos pela Constituição Federal. Já na Constituição Brasileira de 1934, o artigo 150 declarava ser competência da União “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país”. E atribuía, no artigo 152, competência ao Conselho Nacional de Educação, a elaborar o plano para ser aprovado pelo Poder Legislativo (Lei 10.172). Entretanto, apenas em 2001 foi aprovado um plano nacional com força de lei (os planos discutidos antes disso não chegaram a tomar a forma de lei permanecendo como iniciativas do governo, constantemente revisadas).

O PNE teve como eixos norteadores, do ponto de vista legal, a Constituição Federal (1988), a LDB (1996) e a Emenda Constitucional nº. 14 (1995), que instituiu o FUNDEF.

2.2.3 Secretaria de Educação a Distância

Atua como agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)

e das técnicas de educação a distância aos métodos didático-pedagógicos (BRASIL, 2007c). Nesse sentido, o MEC incentiva e promove a pesquisa e o desenvolvimento de “novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras” (BRASIL, 2007c).

Assim como declara o artigo 25 do Decreto nº. 5.159/2004, as competências da SEED são:

(i) formular, propor, planejar, avaliar e supervisionar políticas e programas de educação a distância, visando à universalização e democratização do acesso à informação, ao conhecimento e à educação; (ii) criar, desenvolver e fomentar a produção de conteúdos, programas e ferramentas para a formação inicial e continuada a distância; (iii) prospectar e desenvolver tecnologias de informação e comunicação que possam aprimorar o processo de ensino e aprendizagem; (iv) prover infra-estrutura de tecnologia de informação e comunicação às escolas e instituições públicas de ensino; (v) articular-se com os demais órgãos do Ministério, com as Secretarias de Educação dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, com as redes de telecomunicações públicas e privadas, de educação a distância; (vi) promover e disseminar estudos sobre a educação a distância; (vii) incentivar a melhoria do padrão de qualidade da educação a distância em todos os níveis e modalidades; (viii) planejar, coordenar e supervisionar a execução de programas de capacitação, orientação e apoio a professores na área de educação a distância; (ix) promover cooperação técnica e financeira entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e organismos nacionais, estrangeiros e internacionais, para o desenvolvimento de programas de educação a distância; e (x) assessorar o Ministério da Educação na definição e implementação de políticas, objetivando a democratização do acesso e o desenvolvimento da educação a distância. (BRASIL, 2007c)

Conforme consta no Artigo 1º do Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005,

[...] caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e

comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos. (BRASIL, 2005a).

Em suma, a educação a distância é um processo formativo não-presencial, que pode ser aplicado, em tese, a todos os níveis e modalidades de ensino e aos programas de educação permanente. Trata-se de uma forma diferenciada de comunicação, efetuada por diversos meios, tais como: (i) ensino por correspondência; (ii) teleducação (via rádio e televisão); (iii) sistemas integrados (via computador, multimídia e hipermídia, nacionais ou internacionais, escolas virtuais, Internet).

Os meios através dos quais a educação a distância se efetua sofreram um imenso crescimento, com o desenvolvimento das TICs. No entanto, Tedesco (1998) destaca que é importante ressaltar que, assim como ocorre com o excesso de informação disponível, a simples existência desses meios de comunicação não constrói, isoladamente, o conhecimento.

Cerqueira (2007) resalta a importância de diferenciação da educação a distância e o *e-learning*. Conforme Romiszowski (2007), o *e-learning* pode ser uma atividade solitária/individual, cujo treinamento/ensino é baseado em computador, ou colaborativa/grupal, com comunicação mediada por computador. O processo de comunicação pode ser síncrono (ocorrendo em “tempo real”, com todos os participantes on-line no mesmo momento) e também assíncrono (permitindo a escolha flexível do tempo de estudo).

O resultado da educação a distância depende do conhecimento/domínio por parte dos estudantes. Como as pessoas que dominam a tecnologia empregada no curso costumam ser bem sucedidas, é importante que as aulas sejam adequadas à realidade dos estudantes. A educação a distância é um instrumento de democratização, considerando-se que ela facilita o acesso à educação (CERQUEIRA, 2007).

2.2.4 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

A partir da década de setenta, o governo federal inicia um processo de transformação das escolas técnicas em centros federais de educação tecnológicas.

O objetivo era “suprir a demandas por profissionais adaptados a ambientes laborais cada vez mais complexos, decorrentes do desenvolvimento econômico”. Os primeiros estados a serem contemplados com os CEFETs foram Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná (SOUZA, 2004).

O Sistema Nacional de Educação Tecnológica é criado por meio da Lei Federal nº. 8.948/1994. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, o termo educação profissional “passou a abranger o que, até então, era conhecido como ensino técnico” (HISTEDBR, 2007). Esta é “a modalidade da educação escolar brasileira destinada à preparação para o exercício de atividades laborais nos diversos setores da economia” (HISTEDBR, 2007).

O Ministério da Educação (BRASIL, 2007c) identifica três metas da educação profissional: (i) garantir cursos que facilitem o acesso dos jovens ao mercado de trabalho; (ii) atender aos profissionais já atuantes no mercado que desejam melhorar sua qualificação; e (iii) garantir a reinserção de trabalhadores ao mercado de trabalho.

Conforme o Art. 1º do Decreto nº. 5.154/2004, a educação profissional estrutura-se da seguinte forma: (i) formação inicial e continuada de trabalhadores; (ii) educação profissional técnica de nível médio; e (iii) educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. (BRASIL, 2004).

O mesmo decreto estabelece que os cursos e programas da educação profissional, especificamente os de nível técnico, devem se desenvolver de maneira articulada com o Ensino Médio, de acordo com as seguintes opções:

- (i) integrada, conduzindo o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio na mesma instituição de ensino e contando com uma única matrícula para cada aluno; (ii) concomitante, oferecida a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: na mesma instituição; em instituições de ensino

distintas; ou, em instituições de ensino distintas, mediante convênio de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados; (iii) subsequente, oferecida a quem já tenha concluído o Ensino Médio. (HISTEDBR, 2007).

A resolução nº. 1/2005 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) determina que os diplomas de técnico de nível médio correspondentes aos cursos realizados de forma integrada com o Ensino Médio terão validade tanto para fins de habilitação profissional quanto para fins de certificação exigida para a continuidade dos estudos na Educação Superior (HISTEDBR, 2007).

2.2.5 Educação corporativa

A educação corporativa está vinculada à Secretaria de Tecnologia Industrial, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Silva (2002, p. 2) afirma que seu principal objetivo é manter o profissional atualizado em todas as esferas (técnica, cultural e profissionalmente), evitando que este profissional não “perca sua capacidade de exercer a profissão com competência e eficiência, causando desprestígio à profissão, além do sentimento de incapacidade profissional”.

Esta modalidade de educação é descrita como “um sistema de desenvolvimento de pessoas e talentos humanos alinhados às estratégias de negócio”, cuja meta é “construir a ponte entre o desenvolvimento das pessoas e as estratégias de negócios da empresa, visando a uma vantagem competitiva” (SILVA, 2002, p. 2-3).

Conforme escreve Eboli (2007), o termo Universidade Corporativa (UC) começou a ser utilizado durante a década de 1990, quando cerca de 10 empresas possuíam UCs. A partir do ano de 2000, presenciou-se um crescimento notável no número de experiências do gênero no país. Atualmente, o Brasil conta com mais de cem organizações que implementaram sistemas educacionais pautados pelos princípios e práticas de UC. “As UCs estão se consolidando, amadurecendo e evoluindo [...] vieram realmente para ficar, e tornar as empresas mais inovadoras e competitivas” (EBOLI, 2007).

Dentre as motivações para o surgimento da universidade corporativa estão: “conseqüência da reengenharia, mudanças culturais, nova cúpula administrativa, resultado de nova legislação, até mesmo a reestruturação de toda a indústria, como no caso dos serviços públicos, telecomunicações e saúde” (SILVA, 2002, p. 3).

O autor ainda ressalta que a universidade corporativa destaca-se como o setor de maior crescimento superior, devido, principalmente, a cinco itens: (i) organizações flexíveis; (ii) era do conhecimento; (iii) rápida obsolescência do conhecimento; (iv) empregabilidade; e (v) educação global (SILVA, 2002).

Fleury e Oliveira Jr. (2001, p. 91) listam os pressupostos para a implementação do conceito de universidade corporativa:

- (i) desenvolver as competências críticas em vez de habilidade; (ii) privilegiar o aprendizado organizacional, fortalecendo a cultura corporativa, e não apenas o conhecimento individual; (iii) concentrar-se nas necessidades dos negócios, tornando o escopo estratégico, e não focado exclusivamente nas necessidades individuais; (iv) público interno e externo (clientes, fornecedores e comunidade), e não somente funcionários; (v) migrar do modelo ‘sala de aula’ para múltiplas formas de aprendizagem; e (vi) criar sistemas efetivos de avaliação dos investimentos e resultados obtidos.

Deste modo, a Universidade Corporativa não pode se restringir ao seu quadro; deve ser voltada também para a formação de pessoal visando novos cargos. A UC deve considerar a pessoa em todos os seus círculos (familiar, profissional, cultural), tendo como objetivo a formação do sujeito pleno (MACHADO, 2007).

Silva (2002, p. 7) afirma que a UC não representa uma concorrência às universidades tradicionais, pois:

- [...] elas são complementares na medida em que a universidade tradicional fornece toda a formação conceitual e metodológica aos profissionais, enquanto a corporativa oportuniza formação focada no ambiente

de negócios, desenvolvendo, pelo mapeamento de ‘trilhas de capacitação’, o aprimoramento nas competências essenciais ou críticas de cada organização.

O autor ainda indica que são grandes as possibilidades de alianças bem sucedidas entre universidades corporativas e tradicionais, quando visam à formação de redes de trabalho, a capacitação e o aumento da empregabilidade dos profissionais (SILVA, 2002).

2.3 Gestão em Educação

2.3.1 Investimentos em Educação

Na Constituição Federal de 1988 é estabelecido um sistema de vinculação de uma parcela da receita de impostos para a área da educação. Desta forma, no mínimo 18% da receita líquida de impostos da União e 25% dos estados e municípios devem ser destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino (INEP, 2004).

O Banco Mundial e o Ministério da Educação estimam que o setor público investiu em educação, no ano de 2000, aproximadamente 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) – valor equivalente a 63,8 bilhões de reais (THE WORLD BANK, 2002 apud SCHWARTZMAN, 2004, p. 1). Para fins comparativos, Schwartzman (2004) aponta os investimentos em educação de outros países: México – 5,5% do PIB; Itália – 4,8%; Japão – 4,8%; e Chile – 4,3%.

Quanto à distribuição desse montante, no ano de 2001, o governo federal investiu 60% dos recursos da educação com o Ensino Superior – equivalente a 6,6 bilhões de reais. O restante dos recursos foi revertido para os Ensinos Médio e Fundamental. Essas estimativas não incluem os gastos dos estados com Educação Superior (SCHWARTZMAN, 2004).

Em dezembro de 2006, a Emenda Constitucional nº. 53 criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profis-

sionais da Educação (FUNDEB), cujo objetivo é proporcionar a elevação e uma nova distribuição dos investimentos em educação. Para isso, foram estipuladas mudanças relacionadas às fontes financeiras, ao percentual e ao montante de recursos que compõem o fundo.

O FUNDEB é indicativo das expectativas públicas a respeito dos investimentos em educação (CALSING, 2007). O fundo apresenta mudanças em relação aos critérios de financiamento do FUNDEF, atendendo não só ao Ensino Fundamental (6/7 a 14 anos), como também à Educação Infantil (0 a 5/6 anos), ao Ensino Médio (15 a 17 anos) e à Educação de Jovens e Adultos – esta destinada àqueles que ainda não têm escolarização (BRASIL, 2001).

2.3.1.1 Diretivas para as Políticas Públicas Educacionais

O Plano Decenal para a Educação de Todos estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e a valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação pelo período de dez anos. A finalidade de orientar as ações do Poder Público nas três esferas da administração (União, Estados e Municípios) torna o plano uma peça-chave no direcionamento da política educacional do país (CNTE, 2007).

O Plano Decenal para a Educação de Todos foi preparado de acordo com as recomendações da reunião organizada pela UNESCO e realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1993 (BRASIL, 2001). Seus objetivos são: (i) a elevação global do nível de escolaridade da população; (ii) a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; e (iii) a redução das desigualdades sociais e regionais em relação ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e a democratização da gestão do ensino público.

2.3.2 Autonomia Escolar e Projeto Pedagógico

A legislação vigente possibilita um grau considerável de autonomia para a diversificação da gestão escolar. Existe, portanto, uma margem de liberdade

concedida pelo sistema (CERVI, 1999 apud IESDE, 2000). O Artigo 12 da Lei nº. 9.394/96 incumbe os estabelecimentos de ensino de “elaborar e executar sua proposta pedagógica”, que deve contar com a participação direta dos docentes. Assim especifica o artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme o seguinte princípio: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola (BRASIL, 1996).

O processo de delegação de atribuições da legislação segue o princípio da educação descentralizada, respeitadora das especificidades culturais locais. O projeto pedagógico da escola pretende ser um reflexo da identidade e dos propósitos singulares de cada estabelecimento, construído por meio da gestão compartilhada/participativa.

Cervi (1999, apud IESDE, 2000) denuncia, entretanto, que as escolas brasileiras, em larga medida, não foram capazes de acompanhar a intenção da legislação. Para o autor, a prática de participação na gestão da escola não se generalizou, prevalecendo o autoritarismo e a burocracia nos meios pedagógicos. Na medida em que o projeto pedagógico pretende ser instrumento de articulação de metas convergentes para os inúmeros integrantes da escola, é fundamental que seu caráter participativo se baseie na soma de competências diversificadas. Além disso, é necessário que o processo de reflexão tenha continuidade, estando em constante revisão por meio de análises críticas que ajudem a aprimorar a gestão escolar.

2.3.3 Qualidade Educacional

Schwartzman (2004, p. 6) sustenta que:

Os problemas centrais da educação básica brasileira são a má qualidade do ensino, a iniquidade que persiste no acesso à educação de melhor qualidade, o atendimento a jovens e adultos que não conseguem completar sua educação, e a questão da relevância e pertinência dos conteúdos da educação para a vida das pessoas.

A qualidade educacional está diretamente ligada às condições internas das instituições da área, como espaço físico, recursos materiais, organização do tempo, parceria com as famílias, ambiente de cuidado e clima institucional (BRASIL, 1998 apud IESDE, 2000).

2.3.4 Profissional Docente

A qualificação profissional do docente é fundamental para a manutenção e melhoria da qualidade do ensino, intensificada pelo papel de destaque que exerce na elaboração do projeto escolar. No entanto, assim como afirmam Soares, César e Mambrini (2001 apud SCHWARTZMAN, 2004, p. 7) “adianta pouco [...] dar treinamento ou melhorar o pagamento dos professores, se os problemas derivados da desigualdade de condições não forem compensados de alguma forma”.

Lima (2007) defende que o professor deve se comportar como um gestor ou facilitador na sala de aula. Machado (2007) critica a existência de falhas nas políticas educacionais, especialmente as relacionadas com a formação dos professores. Para a autora, o acesso à cultura por parte dos profissionais docentes está ligado diretamente ao desenvolvimento do aluno. A mudança na qualidade de ensino deve partir da qualidade de formação do professor, sendo necessário que as esferas de pressão social reivindiquem políticas públicas voltadas aos docentes (MACHADO, 2007).

2.4 Panorama Quantitativo da Educação no Brasil

Para se ter uma visão panorâmica da situação da educação no país, é importante considerar alguns aspectos que, se não dão conta de todo o campo educacional, permitem um diagnóstico macroscópico de questões relevantes e importantes para a tomada de decisão.

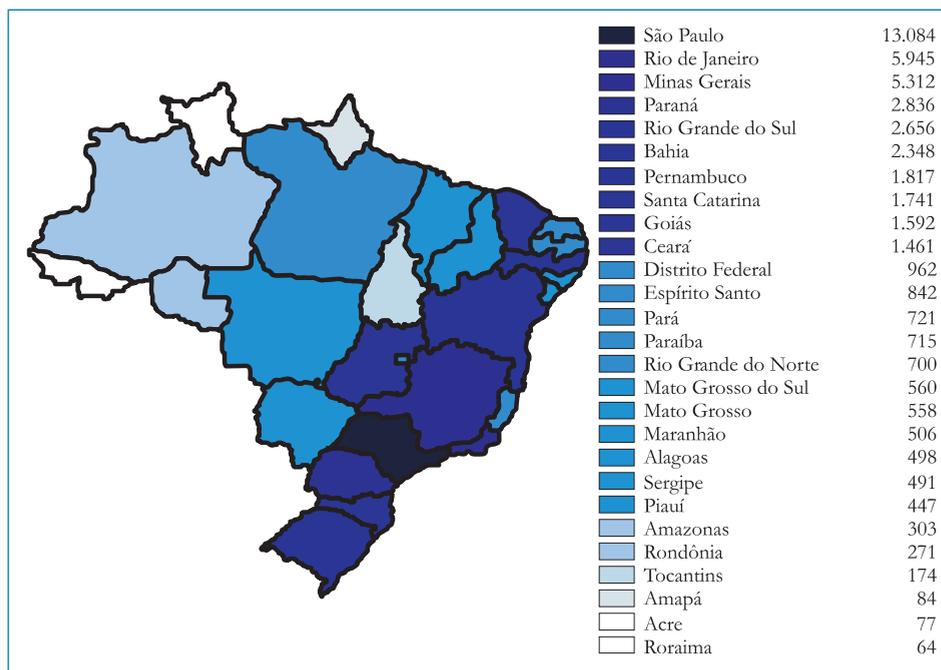
Para subsidiar este estudo, foram utilizados dados de fontes amplamente reconhecidas. Informações sobre as estatísticas que relacionam a população e a educação, tal como o nível de escolaridade, foram obtidas por meio do Censo Escolar rea-

lizado no ano de 2005, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada também no ano de 2005 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados sobre os estabelecimentos de ensino e os empregos gerados por esses estabelecimentos foram obtidos por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ano-base 2005, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) são apresentados neste panorama como uma forma de mapear a situação da Educação Básica e do Ensino Médio no Brasil. Os dados coletados estão estruturados em forma de cartogramas, gráficos e tabelas.

O Cartograma 1 mostra a distribuição dos estabelecimentos de ensino no território nacional, quantificados por Unidade Federal. As seguintes categorias de estabelecimentos de ensino foram consideradas: (i) creche, (ii) pré-escola, (iii) ensino fundamental, (iv) ensino médio, (v) graduação, (vi) graduação e pós-graduação, (vii) educação profissional-nível técnico e nível tecnológico, e (viii) cursos de idiomas.

Cartograma 1 – Estabelecimentos de ensino no Brasil – 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005b.

Nota: A intensidade da cor azul indica a representatividade do estado em relação aos demais.

O mapa demonstra que a maior concentração de estabelecimentos de ensino encontra-se nas regiões Sul e Sudeste, bem como em parte da região Nordeste. O menor índice é verificado na região Norte.

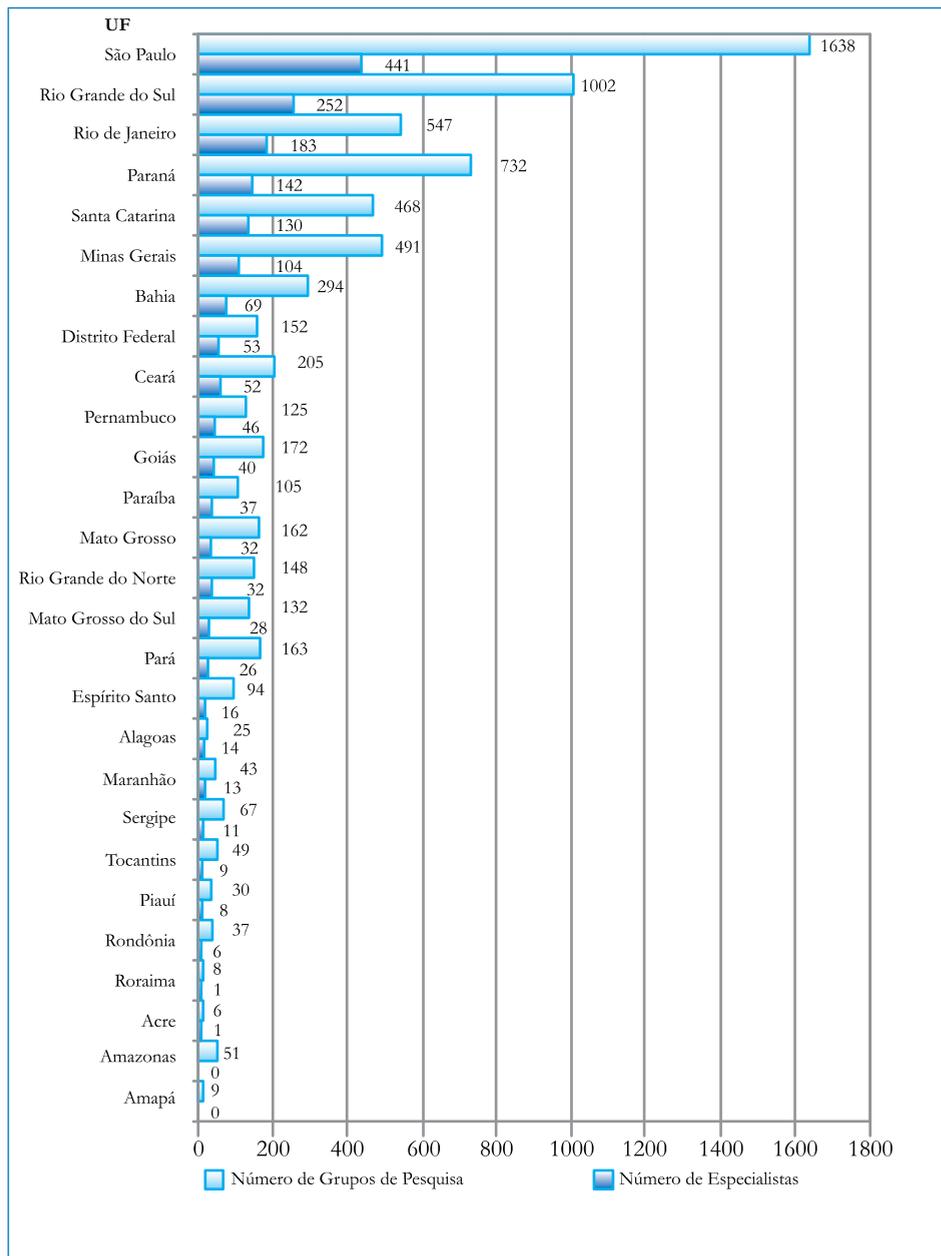
Com o intuito de verificar quais são as competências, ou seja, as pessoas que trabalham e fazem pesquisa na área de educação no Brasil, foi feita uma pesquisa booleana⁴ no Portal Inovação, mantido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Plataforma Lattes. Na busca, foram utilizadas as palavras-chave: (i) educação, (ii) pedagogia e (iii) escola, com o operador lógico “*and*” para restringir o universo de busca. O resultado da pesquisa retor-

⁴ Pesquisa booleana é uma pesquisa que se utiliza da lógica de Boole para expandir e limitar as buscas, combinando os termos da pesquisa por meio de operadores booleanos, como o “*and*” e “*or*”. (CENTRO DE COMPUTAÇÃO UNICAMP. **Mecanismos de busca na web**. Disponível em: <[http://ftp.unicamp.br/pub/apoio/treinamentos/ busca/sld001.htm](http://ftp.unicamp.br/pub/apoio/treinamentos/busca/sld001.htm)>. Acesso em: 30 maio 2007).

nou um total de 7.093 especialistas, sendo 3.475 doutores, 2.610 mestres, 623 especialistas e 281 graduados. Também foram identificados 1.758 grupos de pesquisa distribuídos em 26 unidades federativas do país.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição das competências e dos grupos de pesquisas por Unidade Federativa. A região Sudeste representa 43,71% das competências na área de educação, seguida da região Sul, com 34,75%. Em São Paulo se encontra a maior concentração de competências (24%) e grupos de pesquisa (25%). As regiões Norte e Nordeste despontam com percentuais inferiores (5,10% e 16,44%, respectivamente).

Gráfico 1 – Competências e grupos de pesquisas na área de educação, por unidade federal – 2007



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2007b.

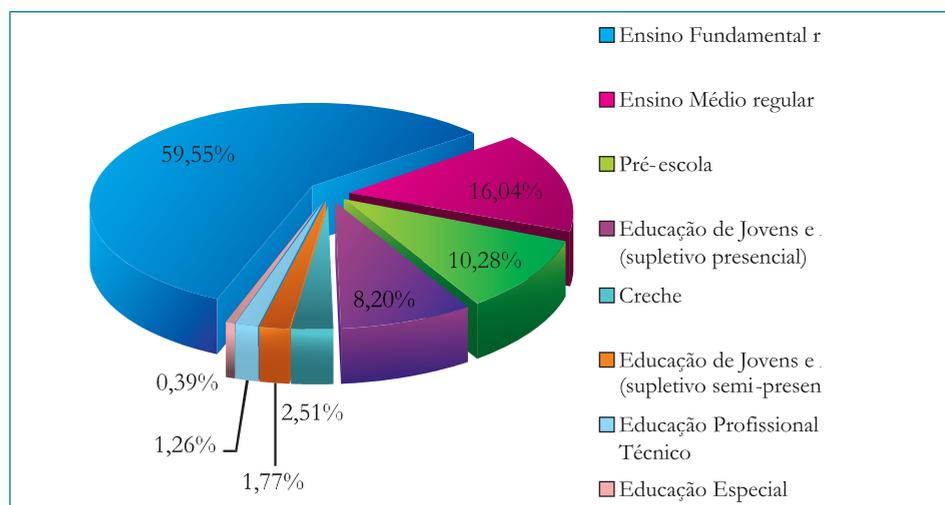
Nota: Os dados do Portal Inovação são baseados no banco de dados do CNPq/LATTES.

O Censo Escolar é uma pesquisa declaratória realizada anualmente, mediante questionário próprio, nos estabelecimentos públicos ou privados de educação básica. Os dados estatísticos referem-se às diferentes etapas e modalidades educacionais: “educação infantil, ensinos fundamental e médio, educação especial, educação profissional, educação de jovens e adultos e educação profissional de nível técnico” (INEP, 2006).

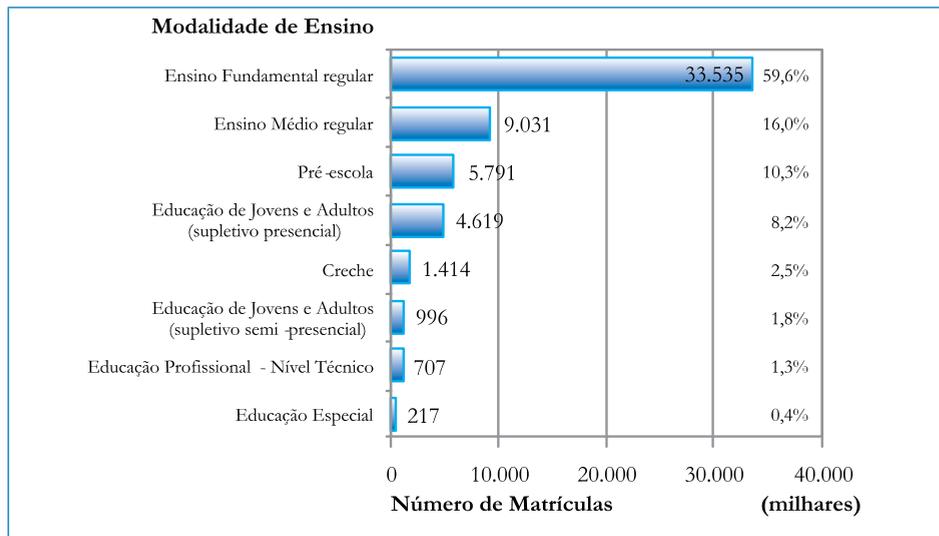
O Censo Escolar 2005 contabilizou aproximadamente 56,5 milhões de matrículas em 207 mil estabelecimentos de ensino, distribuídos pelas diversas etapas e modalidades da Educação Básica. Por meio deste levantamento, é possível visualizar a abrangência do atendimento escolar público, que atende a 49 milhões de alunos da educação básica – sendo 25,3 milhões na rede municipal e 23,6 milhões na rede estadual.

Conforme o Gráfico 2, do total de 56,5 milhões de matrículas, a maioria refere-se ao Ensino Fundamental regular (59,55%). O restante das matrículas está distribuído entre as outras etapas e modalidades, com destaque para o Ensino Médio regular (16,04%) e a Educação Profissional de Nível Técnico (8,20%). O número total de matrículas em cada etapa ou modalidade de ensino considerada está descrito no Gráfico 3.

Gráfico 2 – Porcentagem de matrículas em 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do INEP, 2006.

Gráfico 3 – Número de matrículas em 2005


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do INEP, 2006.

A Tabela 3 evidencia que a zona urbana concentra cerca de 53,4% dos estabelecimentos da educação básica e 86,4% do total das matrículas efetuadas em 2005.

Tabela 3 – Estabelecimentos e matrículas da educação básica por etapa/ modalidade de ensino – 30/3/2005.

Etapa / Modalidade de Ensino	Estabelecimento					Matrícula				
	Total	Urbana		Rural		Total	Urbana		Rural	
		N	%	n	%		N	%	n	%
Educação Infantil	137.912	87.172	63,2	50.740	36,8	7.245.013	6.302.310	87,0	942.703	13,0
Ensino Fundamental	162.727	72.314	44,4	90.413	55,6	33.534.561	27.735.174	82,7	5.799.387	17,3
Ensino Médio	23.561	22.184	94,2	1.377	5,8	9.031.302	8.824.397	97,7	206.905	2,3
Educação Especial	7.053	6.814	96,6	239	3,4	378.074	373.340	98,7	4.734	1,3
EJA	45.433	24.959	54,9	20.474	45,1	5.615.409	4.921.400	87,6	694.009	12,4
Educação Profissional	3.230	3.088	95,6	142	4,4	707.263	674.933	95,4	32.330	4,6
Total	207.234	110.677	53,4	96.557	46,6	56.511.622	48.831.554	86,4	7.680.068	13,6

Fonte: INEP, 2006.

O Censo Escolar 2005 registrou um número inferior de matrículas em comparação ao ano anterior. Os Ensinos Fundamental e Médio, bem como a Educação de Jovens e Adultos, sofreram uma queda de aproximadamente 379 mil matrículas (índice negativo de 0,7%). A Tabela 4 apresenta a evolução dos números de 2004 e 2005 por modalidade de ensino.

Tabela 4 – Matrículas na educação básica de 2004 e 2005, segundo etapa/modalidade de ensino – 2004/2005.

Etapa / Modalidade de Ensino	2005	2004	Diferença: 2005-2004	Variação % em relação a 2004
Educação Infantil	7.205.013	6.903.763	301.250	4,4
Ensino Fundamental	33.534.561	34.012.434	-477.873	-1,4
Ensino Médio	9.031.302	9.169.357	-138.055	-1,5
EJA	5.615.409	5.718.061	-102.652	-1,8
Educação Especial	378.074	371.382	6.692	1,8
Educação Profissional	707.263	676.093	31.170	4,6
Total	56.471.622	56.851.090	-379.468	-0,7

Fonte: INEP, 2006.

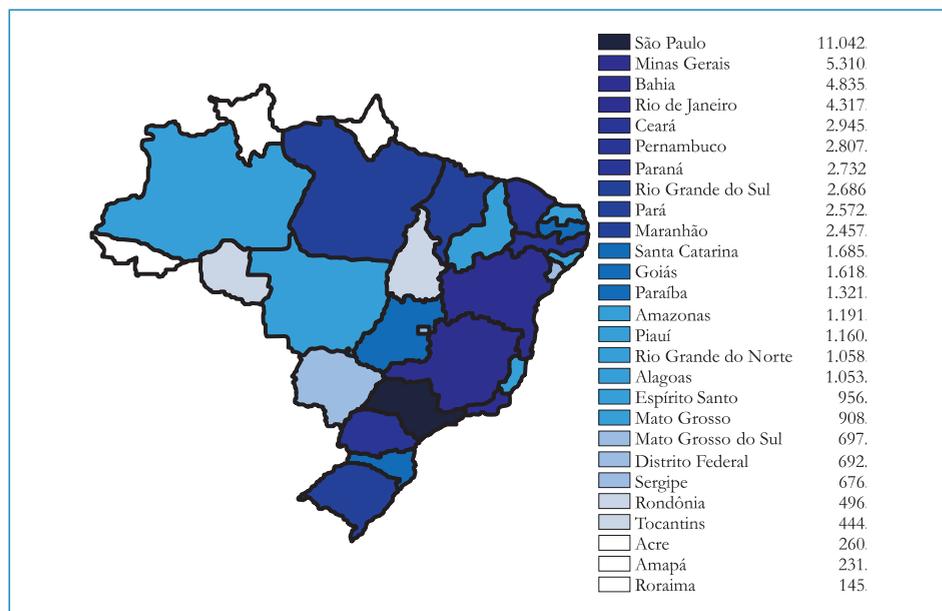
O número de matrículas nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica reflete o fluxo escolar, as variáveis demográficas e as prioridades estabelecidas pelas políticas educacionais. A Educação Infantil apresentou um crescimento de 4,4% em 2005, o que indica a ampliação da cobertura no atendimento escolar para alunos com até seis anos de idade. O número de matrículas na Educação Especial e na Educação Profissional também aumentou, com taxas de 1,8% e 4,6%, respectivamente. Em contrapartida, os Ensinos Fundamental e Médio apresentaram um decréscimo das matrículas em comparação com 2004.

Segundo o INEP (2006, p. 35), já havia a expectativa da queda no número de matrículas do Ensino Fundamental, conforme Tabela 4, pois essa diminuição “reflete tanto a melhoria do fluxo escolar quanto a transição demográfica em curso no país”. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) o decréscimo foi de 1,8% nas matrículas.

O INEP acredita, cada vez mais, na importância de agilizar o processo de disseminação dos dados educacionais, já que os números apresentados [...] comprovam sua contribuição na avaliação das políticas educacionais e na definição de prioridades a serem alcançadas no futuro (INEP, 2006, p. 35).

No Cartograma 2 é apresentado o número de matrículas por Unidade Federativa, de acordo com o Censo Escolar 2005. Os resultados referem-se à matrícula inicial nos seguintes estabelecimentos de ensino: (i) creche, (ii) pré-escola, (iii) educação especial, (iv) ensino fundamental regular, (v) ensino médio regular, (vi) educação profissional nível técnico, (vii) educação de jovens e adultos (supletivo presencial) e (viii) educação de jovens e adultos (supletivo semi-presencial).

Cartograma 2 – Número de matrículas – 2005

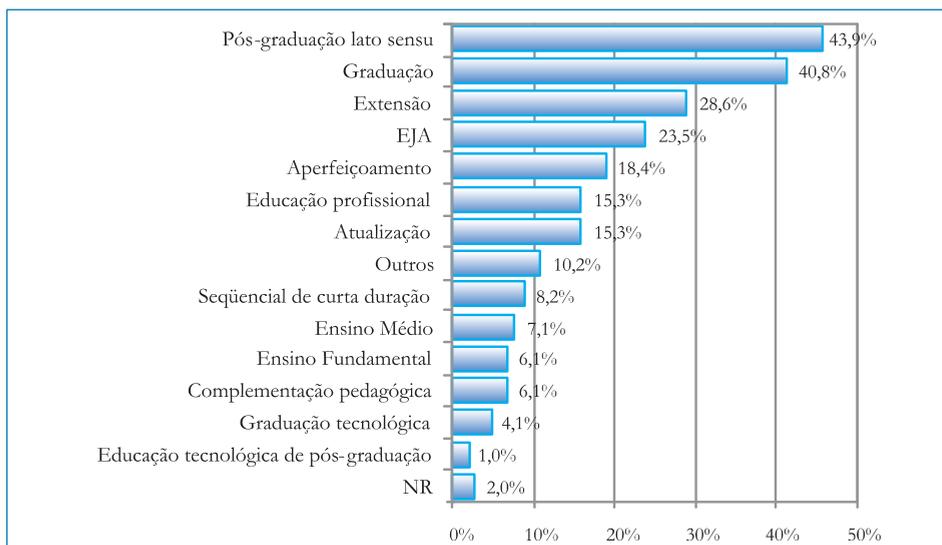


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do INEP, 2006.

Nota: A intensidade da cor azul indica a representatividade do estado em relação aos demais.

Algumas instituições têm oferecido cursos na modalidade a distância. Na pesquisa realizada com 98 das 217 instituições credenciadas para educação a distância, 23,5% oferecem cursos voltados para a Educação de Jovens e Adultos, 7,1% para o Ensino Médio e 6,1% para o Ensino Fundamental, conforme publicado no Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Distribuição das instituições da amostra por tipos de cursos a distância oferecidos



Fonte: INSTITUTO MONITOR, 2006, p. 73.

A evolução da escolarização reflete-se no aumento do nível da taxa de analfabetismo da população. “A abolição do analfabetismo é, obviamente, o primeiro degrau a ser alcançado para a construção de um sistema educacional integrador e indutor do desenvolvimento social e econômico” (INEP, 2004, p. 5).

O Brasil alcançou, em 2004, a 69ª posição no Índice do Desenvolvimento Humano (IDH)⁵, dentro da faixa “desenvolvimento humano médio” (PNUD, 2006). O país conta com um contingente de aproximadamente 20,8 milhões de analfabetos, taxa que corresponde a 11,4% da sua população com mais de 15 anos de idade. De acordo com a Tabela 5, o índice brasileiro de analfabetismo é ainda maior do que de países com valores menores de IDH, como a Venezuela e Equador.

⁵ O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um (Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>).

Tabela 5 – Índice do desenvolvimento humano, taxa de analfabetismo e PIB – 2004

País	IDH		Taxa de analfabetismo de adultos (2), (3) (%)	PIB per capita (dólares PPC)	Índice do PIB
	Valor	Posição (1)			
Noruega	0,965	1	0,0	38,454	0,99
Suécia	0,951	5	0,0	29,541	0,95
Estados Unidos	0,948	8	0,0	39,676	1,00
Dinamarca	0,943	15	0,0	31,914	0,96
Reino Unido	0,940	18	0,0	30,821	0,96
Alemanha	0,932	21	0,0	28,303	0,94
Portugal	0,904	28	8,0 ^{(4),(5)}	19,629	0,88
Argentina	0,863	36	2,8	13,298	0,82
Chile	0,859	38	4,3	10,874	0,78
Costa Rica	0,841	48	5,1	9,481 ⁽⁶⁾	0,76
México	0,821	53	9,0	9,803	0,77
Brasil	0,792	69	11,4	8,195	0,74
Venezuela	0,784	72	7,0	6,043	0,68
Equador	0,765	83	9,0	3,963	0,61
Guiana	0,725	103	3,5 ^{(7), (8)}	4,439 ⁽⁶⁾	0,63

Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do PNUD, 2006.

Notas: (1) A ordenação do IDH é determinada utilizando os valores IDH até a sexta casa decimal; (2) os dados referem-se às estimativas nacionais da alfabetização produzidas a partir de censos e inquéritos realizados entre 2000 e 2005, salvo indicação em contrário. Devido às diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações no tempo e entre países devem ser feitas com precaução; (3) população com 15 anos ou mais de idade; (4) com a finalidade de calcular o IDH, foi utilizado um valor de 99,0%; (5) Fonte: Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2004 apud PNUD, 2006, p. 286); (6) estimativa baseada em uma regressão; (7) os dados referem-se a um ano diferente do indicado; e (8) os dados são do Secretariado da Comunidade das Caraíbas, baseados em fontes nacionais.

Considerando-se a faixa etária de 10 a 14 anos, no qual a expectativa é de que a população esteja ao menos alfabetizada, a taxa de analfabetismo alcançou a marca de 3,4%. Em 2005, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram valores acima da média nacional, com taxas de analfabetismo de 5,4% e 7,0%, respectivamente. As Regiões Sudeste (1,2%), Sul (1,0%) e Centro-Oeste (1,3%) apresentaram taxas de analfabetismo abaixo da média.

As taxas de frequência escolar e o aumento dos índices de matrícula em todos os níveis de ensino demonstram os efeitos positivos dos esforços realizados com vistas à inclusão educacional. Para o INEP, o acesso à escola é o passo inicial para o combate ao analfabetismo. “Se por um lado, o acesso educacional, sobretudo na população de 7 a 14 anos, atingiu níveis satisfatórios, comparáveis àqueles de países desenvolvidos, por outro, é fundamental a permanência das crianças na escola” (INEP, 2004, p. 13).

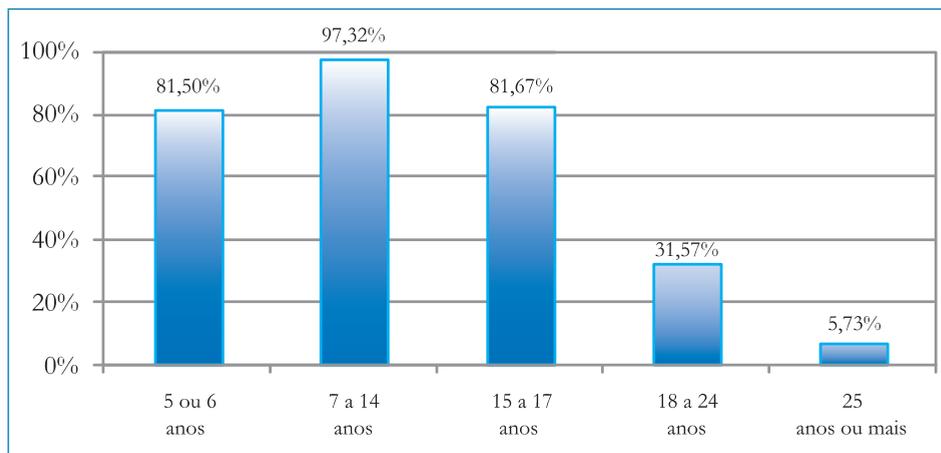
Conforme se observa na Tabela 6, não há diferenças marcantes no percentual de estudantes de cada faixa etária nas diferentes regiões do Brasil. Nota-se que o maior percentual de estudantes tem de 5 a 17 anos, faixa etária correspondente à Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, como ilustra o Gráfico 5.

Tabela 6 – Percentual de pessoas que freqüentavam a escola, por faixa etária e grandes regiões – Brasil – 2005

Faixa etária	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
5 ou 6 anos	81,50%	71,35%	85,41%	85,09%	73,26%	75,60%
7 a 14 anos	97,32%	95,73%	96,46%	98,17%	97,87%	97,56%
15 a 17 anos	81,67%	77,94%	79,29%	84,59%	80,73%	81,93%
18 a 24 anos	31,57%	33,70%	33,88%	29,99%	29,78%	31,86%
25 anos ou mais	5,73%	7,66%	6,60%	5,08%	5,02%	6,46%

Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do IBGE, 2006.

Gráfico 5 – Percentual de pessoas que freqüentavam a escola por faixa etária – Brasil – 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do IBGE, 2006.

De acordo com levantamento do IBGE realizado em 2005, a parcela da população⁶ que alcançou ao menos 11 anos de estudo (período corresponde à conclusão do Ensino Médio) foi de 27,2%. Como pode ser visto no Gráfico 6, a taxa de escolarização feminina (28,9%) ficou cerca de 3,4% acima do índice referente à população masculina no ano de 2005. Essa diferença mostrou-se ainda mais acentuada entre a população ocupada⁷. No contingente das mulheres ocupadas, 41,5% tinham 11 anos ou mais de estudo, enquanto os homens obtiveram um resultado de 10,5% abaixo (IBGE, 2006).

⁶ O levantamento considerou a população com 10 anos ou mais de idade.

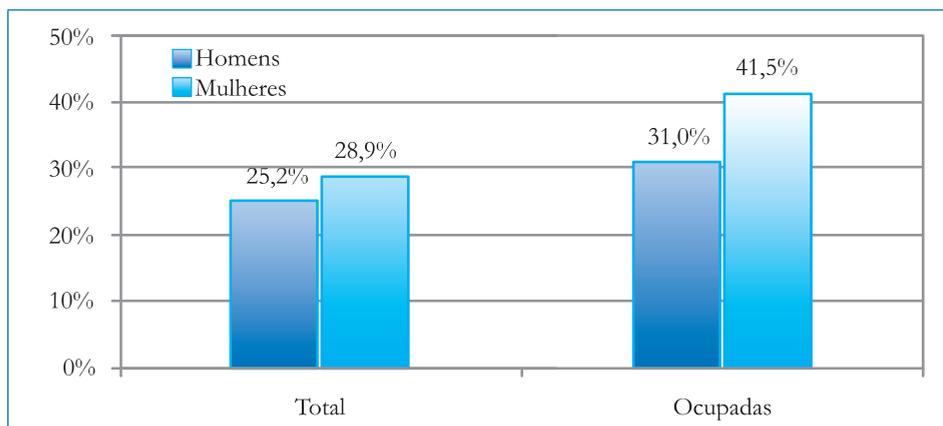
⁷ Segundo IBGE (2006, p. 32), uma pessoa ocupada é classificada como ocupada quando esta “tinha, durante a semana de referência, um trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve, etc”.

Ao comparar o indicador referente aos anos de estudo com o da população ocupada, a diferença para o agrupamento masculino foi de 5,5 e no agrupamento feminino foi de 12,6 pontos percentuais. De acordo com IBGE (2006, p. 58), “essa diferença acentuada entre os resultados dos dois indicadores [...] é um indicativo de que o interesse feminino em ingressar no mercado de trabalho aumenta com a elevação no nível de instrução”.

Segundo Ambrosio (2006), a participação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho aumentou substancialmente nos últimos anos, passando de 38% em 1996 para 40% em 2004. As mulheres representavam a maioria dentre os empregados com Ensino Superior completo (57% do total) no ano de 2004. Todavia, o salário médio masculino superava o feminino em todos os níveis de escolaridade entre os anos de 1996 e 2005.

[...] a disparidade salarial entre homens e mulheres reduziu-se de forma muito tímida ao longo de um período de 10 anos. A persistir essa tendência, seriam necessários mais 75 anos para eliminar completamente a desigualdade salarial por sexo (AMBROSIO, 2006, p. 5).

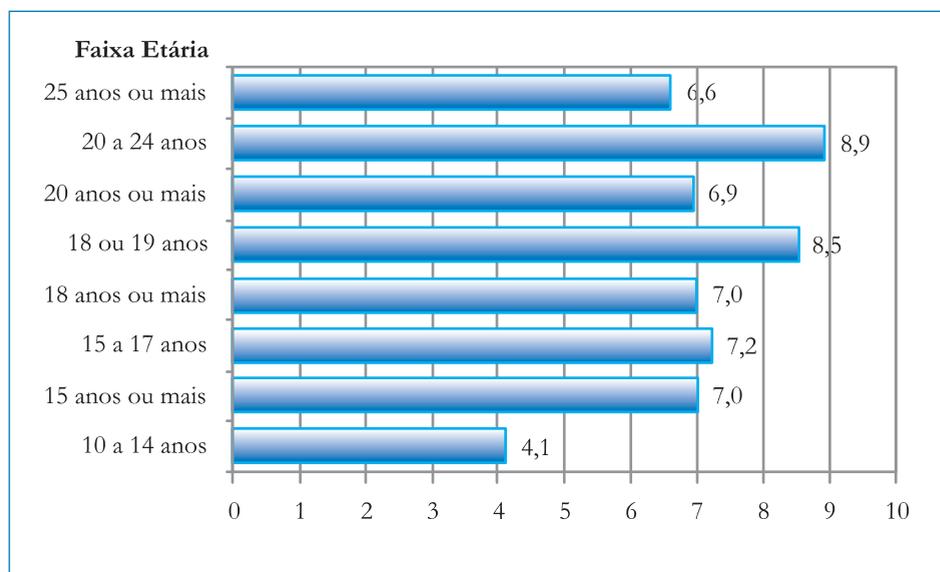
Gráfico 6 – Percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo ocupadas, por gênero – Brasil – 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do IBGE, 2006.

Um segundo indicador relacionado ao tempo de estudo é o número médio de anos de estudo, “que possibilita mensurar o nível de instrução da população” (IBGE, 2006). Para a população de 10 anos ou mais de idade, o valor alcançado para este indicador foi de 6,7 anos, valor mais baixo do que o alcançado pela parcela das pessoas ocupadas (7,4 anos). Para a população de 25 anos ou mais de idade, em que a idade é suficiente para a conclusão de um curso superior, o tempo médio de estudo foi de 6,6 anos (Gráfico 7).

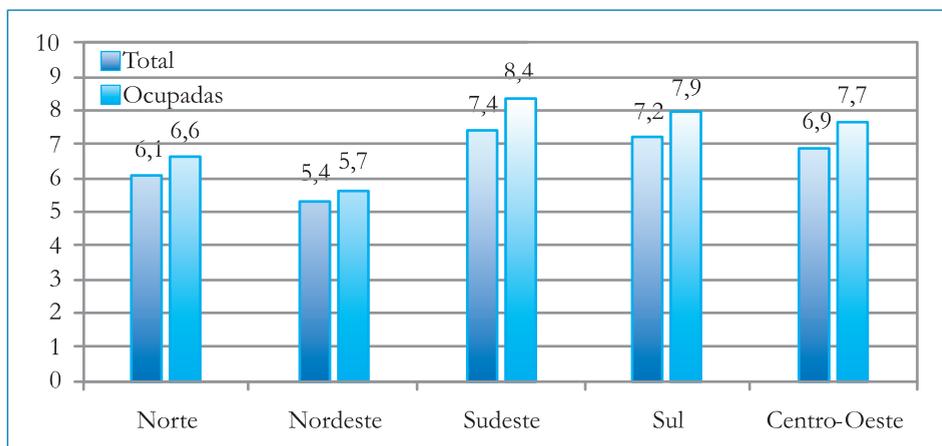
Gráfico 7 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por faixa etária – 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do IBGE, 2006.

Conforme o Gráfico 8, a região Nordeste apresentou a menor média de nível de instrução (5,4 anos), enquanto a região Sudeste obteve o maior índice (7,4 anos). As duas regiões também apresentaram números contrastantes no nível de instrução da parcela ocupada da população – o Sudeste ficou com 8,4 anos, enquanto no Nordeste foi de 5,7 anos.

Gráfico 8 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e ocupadas, segundo as grandes regiões – 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do IBGE, 2006.

A taxa de analfabetismo da população com 10 anos ou mais de idade sofreu reduções ao longo do período de 1995 a 2005. O índice, que era de 14,7% em 1995, passou para 11,4% em 2001, e chegou a 10,15% em 2005. Nas diferentes faixas etárias, o percentual sofreu redução, com taxas distintas.

Entre 10 e 14 anos de idade, fase em que se espera que a criança esteja ao menos alfabetizada, a redução foi mais acentuada, com a taxa de analfabetismo baixando de 9,9% em 1995 para 4,2% em 2001, e ficando em 3,2% em 2005. Na parcela referente à população de 15 anos ou mais, esse indicador passou de 15,5% em 1995, para 12,3% em 2001 e situou-se em 10,9% em 2005.

A Tabela 7 mostra os percentuais de analfabetismo da população brasileira separadas por região. Observa-se que em todas as regiões, independente da

faixa etária, houve uma redução destes percentuais entre os anos de 1995 e 2005. Nos dados totais, cabe ressaltar que a região Nordeste é a única em 2005 que apresenta um índice de analfabetismo superior a 10%. Enquanto as regiões Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam taxas de no máximo 8,2%, a região Nordeste apresenta uma taxa de 20%.

Tabela 7 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grandes regiões e faixas etárias – 1995-2005.

Ano	Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil(1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total						
1995	14,7	11,5	29,4	8,4	8,2	12,0
2001	11,4	9,7	22,2	6,8	6,4	9,2
2005	10,1	8,2	20,0	6,0	5,4	8,0
10 a 14 anos						
1995	9,9	7,4	23,9	2,4	1,9	4,6
2001	4,2	4,4	9,5	1,2	1,2	1,9
2005	3,2	3,1	7,0	1,2	1,0	1,3
15 anos ou mais						
1995	15,5	12,4	30,5	9,3	9,1	13,3
2001	12,3	10,6	24,2	7,5	7,1	10,2
2005	10,9	9,0	21,9	6,6	5,9	8,9

Fonte: IBGE, 2006.

Nota: (1) Inclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2.5 Considerações Finais

Neste trabalho optou-se pela periodização da história da educação no Brasil adotada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, da Faculdade de Educação (UNICAMP). A história da educação, segundo a referida periodização, é dividida em três macro-períodos:

(1) Período Colonial; (2) Período Monárquico; e (3) Período Republicano. O Período Colonial é subdividido em duas partes: (1.1) Jesuítica; e (1.2) Pom-balino. O Período Republicano é subdividido em cinco partes: (3.1) Primeira República; (3.2) Era Vargas; (3.3) Nacional Desenvolvimentista; (3.4) Período Militar; e (3.5) Transição Democrática. O propósito da revisão histórica da educação foi contextualizar o cenário político de cada época, focando nos métodos e objetivos pedagógicos.

A abrangência do Ministério da Educação é brevemente descrita na seqüên-cia, com ênfase nas áreas de atuação do SESI. Nesse sentido, destacam-se as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetiza-ção e Diversidade (SECAD) e pela Secretaria de Educação Básica (SEB).

A situação atual da educação e da escolaridade dos brasileiros foi revisada logo em seguida. Inicialmente levantou-se o número de estabelecimentos de ensino, especificado por Unidade Federal, assim como as competências e os grupos de pesquisa na área de educação. Para verificar a questão da escolari-dade, os resultados do Censo Escolar 2005 foram consultados, onde foi possível coletar dados sobre o número de matrículas, por modalidade de ensino e tipo de estabelecimento – público ou privado. Por meio do levantamento realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, referente ao ano de 2005, foi possível verificar índices, tais como a taxa de analfabetismo e o tempo médio de estudo da população.

Diante do panorama institucional exposto, podemos perceber que existe uma mudança nos tipos de problemas enfrentados pela educação no país. Conforme afirma Schwartzman (2005), a solução era menos complexa quando os proble-mas da educação brasileira eram a falta de escolas, os poucos recursos inves-tidos e o uso das administrações escolares como moeda político-eleitoral. En-tretanto, os problemas mudaram de patamar e as dificuldades são bem maiores agora que as crianças estão na escola, que os gastos públicos e a atenção para a educação são significativos e que os ministérios e secretarias de educação são geridos, cada vez mais, por intelectuais e educadores.

Schwartzman (2005) afirma que os gastos com educação estão na ordem de 5 a 5.5% do Produto Interno Bruto (2005). O investimento no Brasil é maior

do que a Argentina e o Chile, e semelhante à Itália e Japão. De acordo com o autor, embora existam ainda muitas carências, neste momento é necessário que se parta para uma nova geração de reformas, baseada em um diagnóstico mais preciso dos problemas.

No seu entendimento, os problemas principais hoje são a má qualidade das escolas e a repetência. Com a diminuição da expansão demográfica e a migração interna ocorrida na década de 1980, o país começou a enfrentar pela primeira vez problemas de salas de aula vazias. Assim como escreve Schwartzman (2005, p. 1-2), de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE (2004), “havia 40 milhões de alunos matriculados no ensino regular para uma população total de 36,7 milhões entre sete e dezessete anos”, ilustrando um “injustificado excedente de mais de três milhões de vagas”.

O autor destaca que essa discrepância entre os valores levantados pelo censo escolar, realizado pelo Ministério da Educação, e a PNAD realizada pelo IBGE pode ser explicada por dois fatores principais: primeiro devido ao fato de que o censo escolar é realizado no início do ano letivo, e a PNAD somente no segundo semestre, quando alguns alunos abandonaram a escola; e segundo porque os financiamentos dependem do número de matriculados e, desta forma, “algumas administrações escolares exageram em seus relatórios” (SCHWARTZMAN, 2005).

A repetência também é apontada pelo INEP como grave empecilho ao desenvolvimento educacional, no relatório “Desafio de uma educação de qualidade para todos: educação no Brasil – 1999-2000” (INEP, 2004). O documento aponta que em 2000 (idem, p.21), cerca de um quinto dos alunos do Ensino Fundamental (21,7%) estavam matriculados na mesma série cursada no ano letivo anterior. Isso acaba gerando a chamada “distorção idade-série”. No ano de 2000, por exemplo, de cada 100 alunos matriculados, 42 não tinham idade adequada à série que cursavam (INEP, 2004).

Às distorções se somam a má qualidade do ensino, evidenciada por dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e por comparações internacionais, tais como a realizada pela *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD). Esta organização congrega 30 países-membro

comprometidos com a democracia e a economia de mercado e é conhecida pelas suas publicações e estatísticas em áreas como macroeconomia, comércio, educação, desenvolvimento e ciência e inovação.

No relatório *Knowledge and skills for life - first results from pisa 2000 - education and skills*⁸ (ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2001), que apresenta dados sobre as performances de estudantes em nível mundial, o Brasil aparece na lista dos países com baixo rendimento. Mais de 20% dos estudantes obtiveram resultados abaixo do nível mínimo em capacidades de leitura, interpretação e aproveitamento das oportunidades educacionais.

Bortolanza (2005) cita dados apurados pelo SAEB em 2003, que demonstram que 59% dos estudantes de quarta série não desenvolveram competências básicas de leitura; e 52% possuem deficiências profundas em matemática, não conseguindo transpor comandos operacionais elementares.

A taxa de evasão escolar na adolescência também é alta. De acordo com Schwartzman (2005), 16,7% dos jovens de 16 anos e 42% dos jovens de 18 anos já se encontravam fora da escola em 2003. Em suma, muitos saem da escola sem aprender a ler e escrever e muitos antes de completar a formação.

A situação educacional atual torna-se ainda mais complexa quando levadas em consideração outras variáveis, como:

- I. Deficiência de aproveitamento, que pode ser diagnosticada a partir das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
- II. Necessidade de estimular o desenvolvimento de competências alinhadas ao contexto atual, como: criatividade, flexibilidade, habilidades sociais, trabalho em grupo, empreendedorismo, novas tecnologias e aprendizagem por toda a vida (UNESCO, 1998).

⁸ Também conhecida em Francês como Organization de Coopération et de Développement Économiques – OCDE.

- III. Dilemas da educação profissional, como as experiências de separação do Ensino Médio entre cursos acadêmicos e profissionais, orientados para o mercado de trabalho. Para Schwartzman (2005), a consequência é a estratificação de prestígio, com os menos favorecidos sendo canalizados para os cursos profissionais de menor reconhecimento e remuneração, enquanto os mais privilegiados permanecem nos cursos de formação geral e preparatórios para ingresso nas universidades.
- IV. Formação de professores inadequada para que seja proporcionada uma educação de qualidade aos alunos; instituições de ensino que não estimulam ou investem os recursos necessários para o pleno exercício da atividade educacional.
- V. Sistema universitário elitista e estratificado, com um número relativamente pequeno de instituições de qualidade e um número crescente de instituições e cursos de nível questionável.
- VI. Sistema de pós-graduação de boa qualidade acaba confirmando a tradição elitista do país de investir fortemente nas áreas de ponta, mas não conseguir atender sua população de forma satisfatória e ampla.

Referências

AMBROSIO, A. M. Mulheres conquistam mercado, mas ganham menos. In: BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Visão do desenvolvimento**, [Rio de Janeiro], n. 10, 24 ago. 2006. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/visao/visao_10.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2007.

ANDREOTTI, A. L. **O Governo Vargas e o equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_era_vargas_intro.html>. Acesso em: 28 jun. 2007.

ARANHA, M. L. de A. **História da educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAÚJO, M. R. M. de. Exclusão social e responsabilidade social empresarial. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2. p. 417-426, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000200021&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 4 abr. 2007.

ARAUJO, R. M. L. A reforma da educação profissional sob a ótica da noção de competência. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 2-12, 2002. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/283/boltec283a.htm>>. Acesso em: 1 jul. 2007.

AZEVEDO, F. D. **A reconstrução educacional no Brasil, ao povo e ao governo**: manifesto dos pioneiros da educação nova. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

BIANCONI, M. L.; CARUSO, F. Apresentação: educação não formal. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 4, out./dez. 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000400013&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 set. 2007.

BITTENCOURT, C. M. F. **Pátria, civilização e trabalho**: o ensino de História nas escolas paulistas, 1917-1939. São Paulo: Loyola, 1990.

BORTOLANZA, J. **Uma contribuição à gestão municipal no estabelecimento de prioridades de melhoria na área social**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção. Florianópolis, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Legislativo. Brasília, DF, 5 out. 1988. p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 26 jun. 2007.

_____. Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Ministério da Educação e Cultura, Brasília, DF, jul. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5154_04.pdf>. Acesso em: 13 set. 2007.

_____. Decreto nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2005a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 13 set. 2007.

_____. Lei nº. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Legislativo. Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2007.

_____. Lei nº. 10.172/2007, de 09 de janeiro de 2001. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 jan. 2001. p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 26 jun. 2007.

_____. Lei nº. 11.494/2007, de 20 de junho de 2007. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo. Brasília, DF, 21 jun. 2007a.

p. 7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 26 jun. 2007.

_____. Lei nº. 5.692/1971, de 11 de agosto de 1971. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 18 jul. 2007.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Portal Inovação**. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: <<http://www.portalinovacao.mct.gov.br/ISPublish/inovacao/portal/>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Departamento de Produção e Capacitação em Programas de Educação a Distância**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=com_content&task=view&id=148&Itemid=285>. Acesso em: 4 jun. 2007c.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2005b. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

CALSING, E. Painel de Especialistas. In: REUNIÃO PARA DISCUSSÃO DAS VARIÁVEIS EM EDUCAÇÃO. Organização: Observatório SESI-PR; Unidade de Tendências de Prospecção SESI-DN. Curitiba, 23 ago. 2007. [**Comunicação oral**].

CENTRO DE COMPUTAÇÃO UNICAMP. **Mecanismos de busca na web**. Disponível em: <<http://ftp.unicamp.br/pub/apoio/treinamentos/busca/sld001.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2007.

CERQUEIRA, J. D. M. Painel de Especialistas. In: REUNIÃO PARA DISCUSSÃO DAS VARIÁVEIS EM EDUCAÇÃO. Organização: Observatório SESI-PR; Unidade de Tendências de Prospecção SESI-DN. Curitiba, 23 ago. 2007. [**Comunicação oral**].

CLARK, J. U. **A primeira república, as escolas graduadas e o ideário do iluminismo republicano: 1889-1930**. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae>.

unicamp.br/navegando/periodo_primeira_republica_intro.html>. Acesso em: 28 jun. 2007.

_____; NASCIMENTO, M. N. M.; SILVA, R. A. **A administração escolar no período do governo militar (1964-1984)**. Texto inédito, 2005.

CNTE – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (Brasil). [Site]. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br/legislacao>>. Acesso em: 28 mai. 2007.

CUNHA, L. A. C. R. **A Universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Estatística escolar**: estatística da instrução. I parte, v. 1. Rio de Janeiro, 1916.

EBOLI, M. P. **Educação corporativa no Brasil: mitos e verdades**. 2. ed. São Paulo: Editora Gente, 2005. v. 1. 278 p.

_____. **Educação corporativa no Brasil: novos movimentos**. Disponível em: <<http://www.abecbrasil.com.br/colunistas.htm>>. Acesso em: 20 set. 2007.

FONSECA, S. M. **A hegemonia jesuítica (1549 - 1759)**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_jesuítico_intro.html>. Acesso em: 28 jun. 2007.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 18, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jun. 2007.

HISTEDBR. [Site]. Campinas: Grupo de Estudos História, sociedade e educação no Brasil. Faculdade de Educação – UNICAMP, 2007. Disponível em:

<<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/index.html>>. Acesso em: 26 jun. 2007.

HISTORIANET. [Site]. Historianet, a nossa história. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br>>. Acesso em: 9 jul. 2007.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2003. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2003/sintesepnad2003.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2007.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2005. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/sintesepnad2005.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2007.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - IESDE. **Curso normal a distância**. Curitiba. Idealgraf Editora. [2000].

INEP. (Brasil). **O desafio de uma educação de qualidade para todos**: educação no Brasil - 1990-2000. Brasília, DF, 2004.

_____. **Resultados do Censo Escolar 2005**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2005/resultados_censo2005.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2007.

INSTITUTO MONITOR. **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância**. ABRAEAD, 2006. São Paulo: Instituto Monitor, 2006. Disponível em: <<http://www.abraead.com.br/anuario/anuario2006.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2007

LIMA, M. A. M. Painel de Especialistas. In: REUNIÃO PARA DISCUSSÃO DAS VARIÁVEIS EM EDUCAÇÃO. Organização: Observatório SESI-PR; Unidade de Tendências de Prospecção SESI-DN. Curitiba, 23 ago. 2007. [Comunicação oral].

_____. **Um novo projeto epistemológico e teórico para a Avaliação**

Educacional: uma aplicação na auto-avaliação em instituições de ensino superior do setor privado. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza 2005.

MACHADO, E. M. Painel de Especialistas. In: REUNIÃO PARA DISCUSSÃO DAS VARIÁVEIS EM EDUCAÇÃO. Organização: Observatório SESI-PR; Unidade de Tendências de Prospecção SESI-DN. Curitiba, 23 ago. 2007. [**Comunicação oral**].

MINTO, L. W. **Globalização, transição democrática e educação (inter)nacional (1984...)**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_transicao_democratica_intro.html>. Acesso em: 28 jun. 2007.

NASCIMENTO, M. I. M. **O império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822 – 1889)**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html>. Acesso em: 28 jun. 2007.

NASCIMENTO, M. N. M. **Educação e nacional-desenvolvimentismo no Brasil**. Campinas. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_nacional_desenvolvimentista_intro.html>. Acesso em: 28 jun. 2007.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Knowledge and skills for life**. First results from the OCDE programme for international student assessment (PISA) 2000. Paris, 2001. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/44/32/33691620.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Educação superior no século XXI: visão e ação. In. CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, Paris, 1998. **Anais...** Paris, 1998.

PAIVA, V. Um século de educação republicana. **Revista Pró-Posições**, Campinas, n. 2. , jul. 1990.

PILETTI, N. **História da educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano 2006**. Nova Iorque, 2006.
Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>. Acesso em: 25 mai. 2007.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL.
Educação Continuada. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/proex/cec.htm>>.
Acesso em: 14 set. 2007.

RIBEIRO, H. S.; RIBEIRO, M. M. Educação informal, formal e não-formal.
Revista de Educação Pública, Cuiabá, n. 21, v. 1. jan./jun. 2003. Disponível
em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev21/hidelberto_marilene>. Acesso
em: 14 set. 2007.

RIBEIRO, M. L. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 19.
ed. Campinas: Autores Associados, 2003. (Coleção memória da educação).

ROMANELLI, O. de O. **História da educação do Brasil**. 11. ed. Petrópolis:
Vozes, 1978.

_____. **História da educação no Brasil**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

ROMISZOWSKI, A. **O futuro de e-learning como inovação educacional:**
fatores influenciando o sucesso ou fracasso de projetos. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=1por&inford=855&sid=69&tpl=printerview>>. Acesso em: 13 set. 2007.

SANGENIS, L. F. C. Franciscanos na educação brasileira. In: STEPHANOU,
M.; BASTOS, M. H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil: séculos**
XVII-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004. v.1. p. 121-130.

SCHWARTZMAN, S. Educação: a nova geração de reformas. In: GIAMBIAGI,
F., REIS, J. G., URANI, A. **Reformas no Brasil: balanço e agenda**. Rio de
Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

_____. Os desafios da educação no Brasil. In: _____; BROCK, C. (Orgs). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 9-53. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios_index.htm>. Acesso em: 25 mai. 2007.

SECO, A. P.; AMARAL, T. C. I. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html>. Acesso em: 28 jun. 2007.

SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. **A criação do SESI**. Disponível em: <<http://www.sesipr.org.br/FreeComponent67content251.shtml>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

SILVA, D. R. Educação corporativa. **Revista Estudante on-line 2000 à 2002**. Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP. 2002. Disponível em: <http://www.fecap.br/Portal/Arquivos/Graduacao_Rev_Estudante_On_Line/Educacao_Corporativa_Deborah_Ribeiro_Silva.pdf>. Acesso em: 13 set. 2007.

SILVA, R. A. **Golpe militar e adequação nacional à internacionalização capitalista (1964 – 1984)**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_militar_intro.html>. Acesso em: 28 jun. 2007.

SILVA, Z. do N. As empresas e a Lei de inclusão de deficientes. **Valor Econômico**, Brasília, DF, 21 nov. 2006. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/clipping/2006/as-empresas-e-a-lei-de-inclusao-de-deficientes/>>. Acesso em: 17 set. 2007.

SOARES, J. F., CÉSAR, C. C., MAMBRINI, J. Determinantes de desempenho dos alunos do ensino básico brasileiro: evidências do SAEB de 1997. In: C. Franco (Ed.). **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Artmed. 2001.

SOUZA, A. J. S. de. Educação profissional faz parte da história do País. **Reforma da educação superior**. Ministério da Educação. 23 set. 2004. Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/reforma/Noticias_Detalhe.asp?Codigo=7029>. Acesso em: 13 set. 2007.

SOUZA, R. F. D. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo, 1890-1910. São Paulo: UNESP, 1998.

TEDESCO, J. C. **O novo pacto educativo**. São Paulo: Ática, 1998.

THE WORLD BANK. **Brazil**: municipal education: resources, incentives and results. Brazil Country Management Unit, Latin America and the Caribbean Region. Brasília, DF, 2002.

UNESCO. **International charter of physical education and sport**. In: RECORDS OF THE GENERAL CONFERENCE: SESSION 20. Paris, 1978. p. 31-34.

_____. **Educação um tesouro a descobrir**. In: RELATÓRIO PARA A UNESCO DA COMISSÃO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI. Brasília, UNESCO; São Paulo, Cortez Editora, 1998. 281p.

VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: _____. **História da vida privada no Brasil I**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 331-445.

XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L. S.; NORONHA, O. M. **História da educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

3 ESPORTE



3.1 Conceitos

É inegável o potencial de mobilização que o esporte apresenta na contemporaneidade. Não precisamos de muito esforço para identificar que, na sociedade atual, esta prática corporal se constitui como um espaço social a mobilizar pessoas de diferentes etnias, gêneros, idades, classes sociais, credos religiosos, seja como participantes/praticantes, seja como espectadores. Os eventos esportivos são exemplares dessa afirmação, pois neles podemos visualizar uma espécie de expressão pública de emoções socialmente consentidas: o frenesi, o conagraçamento, a rivalidade, o êxtase, a violência, a frustração, a explosão em aplausos e lágrimas de sentimentos que fazem vibrar a alma dos sujeitos e das cidades no exato momento em que vivificam a tensão entre a libertação e o controle de emoções individuais (GOELLNER, 2005, p. 81).

Considerado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como um direito de todos desde 1978⁹, a prática de esportes é essencial para que indivíduos de todas as idades conduzam uma vida saudável e plena, além de proporcionar melhorias à saúde e constituir uma força econômica significativa (UNESCO, 2003).

Em 2002, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu uma força tarefa entre agências, com o objetivo de proporcionar uma utilização mais sistemática do esporte em atividades relacionadas ao desenvolvimento e à paz. O relatório da atividade, publicado em 2003, aponta o esporte como ferramenta viável para apoiar a realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

O esporte oferece um fórum para o aprendizado de habilidades tais como a disciplina, a confiança e a liderança e ensina princípios fundamentais, tais como a tolerância, a cooperação e o respeito. O esporte ensina o valor do esforço e como lidar com a vitória e com a derrota. Quando estes

⁹ O artigo 1º da Carta da Educação Física e do Esporte adotada pela UNESCO em 1978 declara que “a prática de educação física e do esporte é um direito humano fundamental para todos”, reforçando que toda pessoa tem o direito de participar no esporte, incluindo especialmente mulheres, jovens, pessoas idosas e portadores de necessidades especiais (UNESCO, 1978).

aspectos positivos do esporte são enfatizados, o esporte se torna um poderoso veículo através do qual as Nações Unidas podem trabalhar para a realização de suas metas (UNESCO, 2003).

Com base nesse ponto de vista, a ONU instituiu 2005 como o “Ano Internacional do Esporte e da Educação Física”.

Tubino (1998) afirma que a expansão quantitativa das práticas esportivas se expressa no crescente número de praticantes, eventos esportivos, profissionais, estudos acadêmicos e manifestações midiáticas da área. Para Tubino (1998, p. 6), tal expansão se deve a:

- I. Crescimento demográfico do país;
- II. Desenvolvimento socioeconômico;
- III. Proliferação da mídia específica (inclusive pelos meios de comunicação internacionais);
- IV. Busca por entretenimento e qualidade de vida;
- V. Maior consciência e conhecimento do valor do esporte.

A Lei nº. 9.615/1998 estabelece, em seu Capítulo III, Artigo 3º, que o desporto pode ser reconhecido em três tipos de manifestações: desporto educacional, desporto de participação e desporto de rendimento. O primeiro é

[...] praticado nos sistemas de ensino e formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer (BRASIL, 1998a).

O esporte de participação (também chamado de lazer ou recreativo) é aquele realizado de modo voluntário e no qual prevalece o sentido lúdico, caracterizado pela

livre escolha e busca de satisfação. A legislação brasileira considera que o esporte de participação compreende “modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1998b).

O esporte como parte integrante da cultura, em sua dimensão de lazer, tem por finalidade atender aos interesses e necessidades sociais dos cidadãos a partir da prática de suas manifestações lúdico-esportivas, de fruição do espetáculo esportivo e do conhecimento dela emanado. A prática do esporte recreativo tem ainda como finalidade atender aspectos do conceito ampliado de saúde sintonizados com a Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2005a, p. 12).

O desporto de rendimento, por sua vez, é a prática esportiva que busca a máxima performance do atleta, visando estabelecer recordes nas modalidades em que é praticado. Podendo ser organizado de modo profissional, semiprofissional ou amador, esse tipo de esporte é regido por normas dos altos organismos esportivos, nacionais e internacionais, e pelas regras de cada modalidade. Com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades, a maximização do rendimento é alcançada a partir da prática sistemática, própria do processo de formação esportiva, treinamento e aperfeiçoamento técnico de atletas e para-atletas. No que diz respeito ao desporto de rendimento, estima-se que 750 mil atletas e para-atletas encontram-se ligados a instituições esportivas no Brasil (BRASIL, 2005a).

Estima-se que, no Brasil, mais de 110 milhões de indivíduos pratiquem habitualmente alguma atividade física, numa população superior a 184 milhões de habitantes (BRASIL, 2005a). De acordo com Pitanga (2007), tais índices referem-se aos dados globais sobre atividade física, incluindo quatro domínios (tempo livre, deslocamento, atividades de trabalho e atividades domésticas). Uma pesquisa realizada em Salvador demonstra que o número de pessoas praticantes de atividades físicas durante os momentos de lazer são muito menos representativos:

Com relação às características dos subgrupos populacionais mais afetados pelo sedentarismo no lazer, observou-se que as mulheres de modo

geral, homens entre 40-59 anos de idade, pessoas de ambos os sexos com baixo nível de escolaridade, além de casados, separados e viúvos têm menos possibilidade de envolvimento em atividades físicas em horas de lazer (PITANGA; LESSA, 2005, p. 874).

Os benefícios que a atividade física proporciona à saúde foram largamente confirmados por pesquisas científicas (MARCHI NETTO; BANKOFF, 2006). Alguns autores, todavia, salientam a necessidade de distinguir o esporte de rendimento da atividade física devidamente supervisionada. Pitanga (2007) defende que o esporte de rendimento está muito mais associado à doença do que à saúde, considerando as possíveis lesões ósteo-mio-articulares por esforço repetitivo e contusões, problemas psicológicos decorrentes das altas taxas de cobrança por resultados e especialização precoce, além da utilização de substâncias nocivas à saúde como meio de maximização da performance. Para Gobbi (2007), a atividade física ou esportiva não tem essência boa ou ruim, o que lhe confere benefícios ou malefícios é a forma como é praticada e orientada. Assim, diversos autores salientam a necessidade de supervisão adequada para que a prática de atividades não resulte em prejuízos:

Muito tem-se falado dos efeitos benéficos da atividade física em indivíduos sadios e em indivíduos com algum distúrbio no equilíbrio de sua saúde, dentre os quais temos os hipertensos, os asmáticos, os obesos, os coronariopatas. Contudo, o exercício físico não é um remédio para todas as doenças físicas, podendo até mesmo ser prejudicial, quando realizado sem uma supervisão adequada (SOTER; MARTINS; DANTAS, 2007, p. 7).

Ao longo do século XX, transformou-se profundamente a população considerada apta a praticar esportes e atividades físicas. Para que a UNESCO viesse a definir o esporte como direito de todos em 1978, diversas modificações sociais ampliaram o acesso a uma prática que no começo do século passado era restrita a homens das classes abastadas.

Entre as vantagens decorrentes da prática de exercícios e atividades físicas, são apontados: redução do estresse; proteção contra doenças cardiovasculares; fortalecimento de músculos, ossos e ligamentos; diminuição dos sintomas da

tensão pré-menstrual; melhora da qualidade do sono; aumento da concentração mental; melhora do desempenho sexual; retardamento do envelhecimento; auxílio contra o uso do tabaco; e melhora na digestão (OGATA; MARCHI, 2008).

O esporte e a atividade física realizados de forma adequada estão ligados diretamente ao conceito de *wellness* – processo ativo em que o indivíduo se torna consciente e faz escolhas que o conduzem a uma melhor existência. O *wellness* também pode ser definido como um método integrado de ação que objetiva maximizar as potencialidades do indivíduo no meio ambiente (HETTLER, 1982 apud RIBEIRO, 2004).

O termo representa uma nova forma de prevenção e educação da saúde em busca do bem-estar total, contemplando aspectos físicos, mentais, emocionais, intelectuais, sociais e espirituais. O conceito é fundamentado na Teoria do Contínuo Energético Bipolar, que considera dois pólos – corpo e mente – fundidos em um único corpo energético da mesma natureza: o ser humano (PINHEIRO, 1998).

3.2 Esporte no Trabalho

A prática esportiva como é conhecida atualmente teve início a partir de elementos da cultura corporal das classes operárias decorrentes da Revolução Industrial ocorrida na Europa nos séculos XVIII e XIX (BETTI, 1993 apud MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2006).

Em 1901, a Fábrica de Tecidos Bangu, sediada no Rio de Janeiro, realizou a primeira manifestação esportiva no âmbito interno ocorrida no Brasil. Na ocasião, os empregados jogaram futebol em um campo estabelecido no terreno da fábrica. A partir de 1930, empresas começaram a oferecer opções de lazer e esporte a seus empregados, no entanto, por meio de clubes subvencionados (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2006).

O esporte tem integrado programas de qualidade de vida em empresas porque envolve ações competitivas e cooperativas, assim como nos ambientes empresariais (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2006).

Os efeitos da competitividade entre as empresas têm elevado o desgaste dos funcionários, o que impulsionou a implantação de programas de qualidade de vida do trabalhador pelo empresariado. A inserção da atividade física no ambiente de trabalho envolve desde a adoção de modalidades como a ginástica laboral até a instalação de academias nas empresas (STORT; SILVA; REBUSTINI, 2006).

A promoção do esporte relacionado ao trabalho pode ser realizada por meio de atividades formais e não-formais. As atividades formais objetivam a forma física, compreendendo os seguintes aspectos: (i) maior representação externa da empresa; (ii) orientação para disciplina e regularidade; (iii) maior custo per capita no atendimento; (iv) abrangência menor na população da empresa; (v) regulação por leis; e (vi) resultados diretos mensuráveis (BRASIL, 1990 apud MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2006).

Já nas atividades não-formais, objetiva-se o bem-estar, compreendendo-se: (i) maior atendimento e menor custo; (ii) ênfase no voluntário e na participação; (iii) inclusão de familiares dos empregados; (iv) admissão de adaptação nas instalações e áreas da empresa; (v) participação da comunidade local, fornecedores ou contratantes; (vi) compartilhamento das instalações e programas com atividades de lazer, reduzindo custos; e (vii) resultados indiretos mensuráveis (BRASIL, 1990 apud MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2006).

Para Marques, Gutierrez e Almeida (2006), quando se pretende desenvolver um programa de atividade física na empresa, não é necessário apenas considerar seus benefícios fisiológicos, mas também atender a outros níveis de exigência do ser humano, como a necessidade de relacionamento, bem-estar e autoestima. Entre as estratégias para o alcance dessas necessidades, apresenta-se como possibilidade a prática esportiva, que é um fenômeno capaz de incentivar a atividade física, promover interação social e influenciar no relacionamento e nas formas de comunicação entre os participantes.

3.3 Legislação e Certificação

A Constituição Brasileira de 1988 afirma, em seu Artigo 217, que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um”. Assim, o esporte se afirma como direito dos cidadãos, colocando o poder público como protagonista na garantia de efetivação das práticas sociais esportivas. De acordo com Deccache-Maia (2006, p. 7), esta perspectiva jurídica a respeito do esporte, que o entende como algo além do espetáculo performático de rendimento, teve início no final da década de 1950. “Até esse momento, as políticas voltadas para a área esportiva incidiram antes na regulamentação do esporte do que na incorporação do mesmo nas políticas públicas”. O texto legislativo salienta ainda que devem ser observados os seguintes pontos:

(i) a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; (ii) a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; (iii) o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional; (iv) a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. **§ 1º** O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei. **§ 2º** A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final (BRASIL, 1988).

A Justiça Desportiva é uma instituição de direito privado, dotada de interesse público, que não integra o Poder Judiciário nem qualquer outra instância do poder público (CURY, 2002, p. 1). Ligada às entidades de prática desportiva, desde 1998 (com a Lei nº. 9.615), a Justiça Desportiva passou a se constituir como órgão autônomo, independente das entidades de administração do desporto. Cabe a tais entidades promover o custeio dos órgãos da Justiça Desportiva de suas respectivas modalidades.

Outras alterações legislativas nos últimos anos ocorreram com a aprovação dos seguintes regulamentos: Lei nº. 9.615/98, conhecida como Lei Pelé (que eliminou o passe entre os atletas de futebol); Lei nº. 10.264/01, também

chamada de Agnelo/Piva (que destina verbas aos comitês olímpicos e paraolímpicos); Lei nº. 10.671/03 (que versa sobre o estatuto do torcedor); Lei nº. 10.672/03 (que fixa as regras de transparência para clubes e dirigentes, no esforço de moralização do futebol); e Lei nº. 10.891/04, ou Bolsa-Atleta (que possibilita melhores condições materiais de trabalho aos praticantes de esporte de rendimento). No mês de maio de 2007, entrou em vigor a Lei nº. 11.472, que regulamenta ações de incentivo ao esporte. Elaborada nos moldes da Lei Rouanet, a legislação prevê a renúncia fiscal de parte do Imposto de Renda de pessoas físicas ou jurídicas, para ser revertido em investimento para projetos esportivos até 2015. Uma comissão estatal fará a avaliação dos projetos passíveis de receberem financiamento (MOOR, 2006). Algumas prefeituras, como as de Curitiba (PR)¹⁰, Porto Alegre (RS)¹¹ e Itajaí (SC)¹² também aprovaram leis municipais de incentivo ao esporte. O curto período de existência dessa legislação impossibilita uma avaliação qualitativa do seu impacto no panorama atual das ações esportivas no Brasil.

Quanto às legislações municipais que tratam do esporte, o IBGE estimou que 85% dos municípios brasileiros tratam desta temática em suas respectivas Leis Orgânicas¹³. Em apenas 17,6% das cidades existiam outros dispositivos de regulamentação do esporte. O Gráfico 9 apresenta os percentuais segundo as classes de tamanho da população e Grandes Regiões.

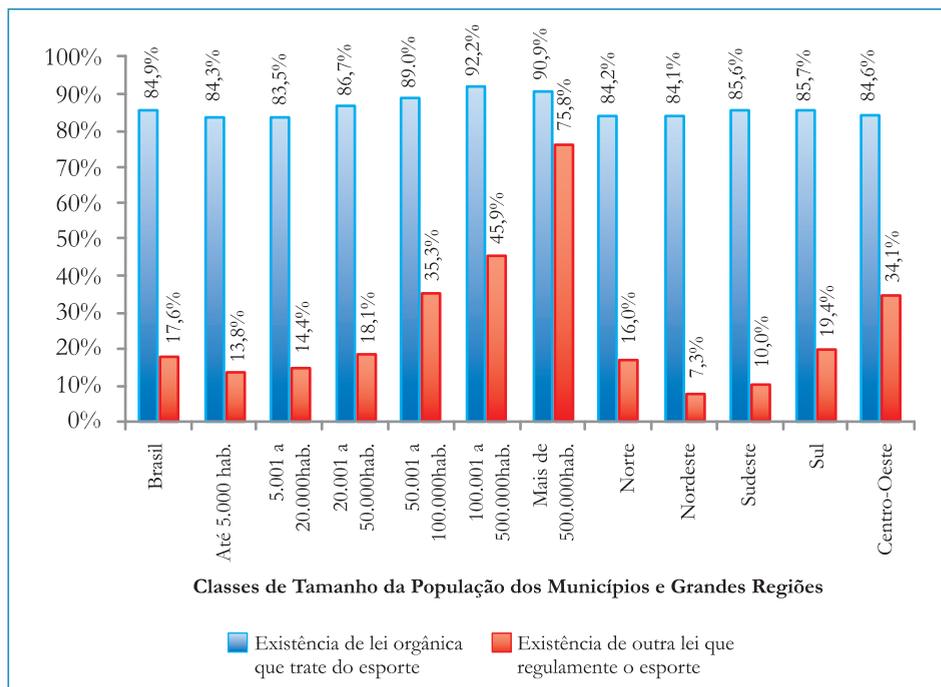
¹⁰ A Lei Municipal de Incentivo ao Esporte de Curitiba (decreto 824/03) capta recursos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que são investidos diretamente em projetos esportivos.

¹¹ Lei Complementar nº. 530, de 22 de dezembro de 2005, institui o Programa Municipal de Apoio e Promoção do Esporte, o Protocolo de Incentivo Fiscal ao Esporte de Porto Alegre e o Selo de Certificação Compromisso com o Esporte da Prefeitura de Porto Alegre.

¹² Em Itajaí, a Lei nº. 4513, de 22 de dezembro de 2005, dispõe sobre incentivos fiscais para apoio à realização de projetos esportivos.

¹³ “A Lei Orgânica do Município é um conjunto de leis básicas que definem a estrutura e organização municipal para o fiel desempenho de suas funções, operando como uma espécie de Constituição Municipal” (IBGE, 2006a).

Gráfico 9 – Municípios com lei orgânica para o esporte, segundo classes de tamanho da população dos municípios e grandes regiões – Brasil –2003

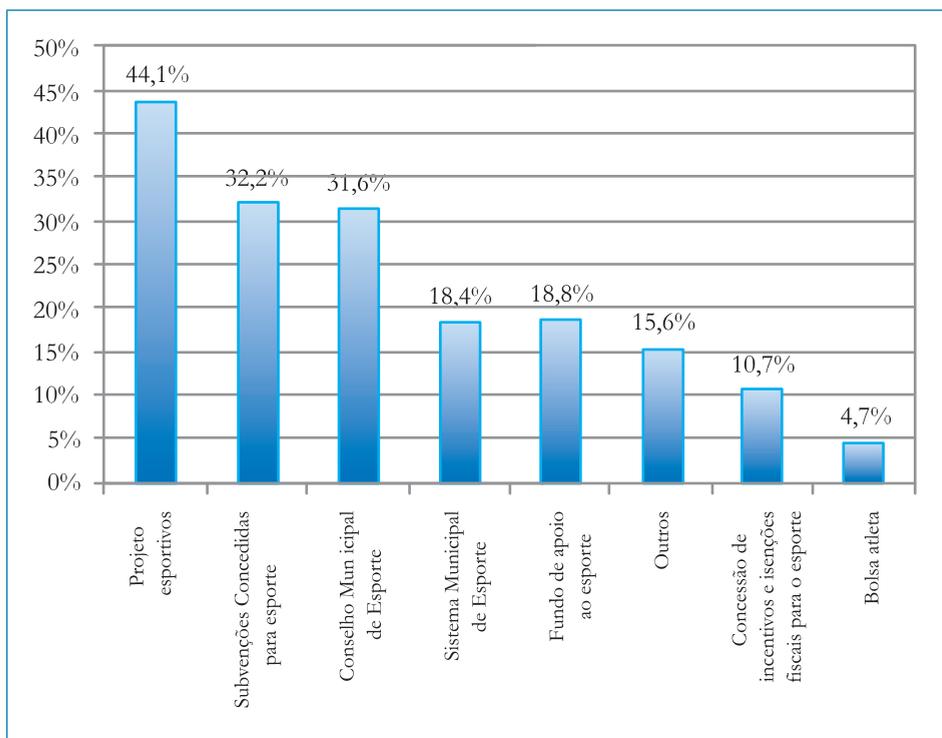


Fontes: IBGE, 2006a.

Nota: Exclusive Distrito Federal.

Em relação às temáticas das leis específicas voltadas ao esporte nos municípios brasileiros, 44,1% referiam-se a projetos esportivos, 32,2% às subvenções concedidas para o esporte e 31,6% aos conselhos municipais. Esses dados podem ser visualizados no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Percentual dos municípios com outras leis que regulamentem o esporte, por objeto regulamentado – Brasil – 2003



Fonte: IBGE, 2006a.

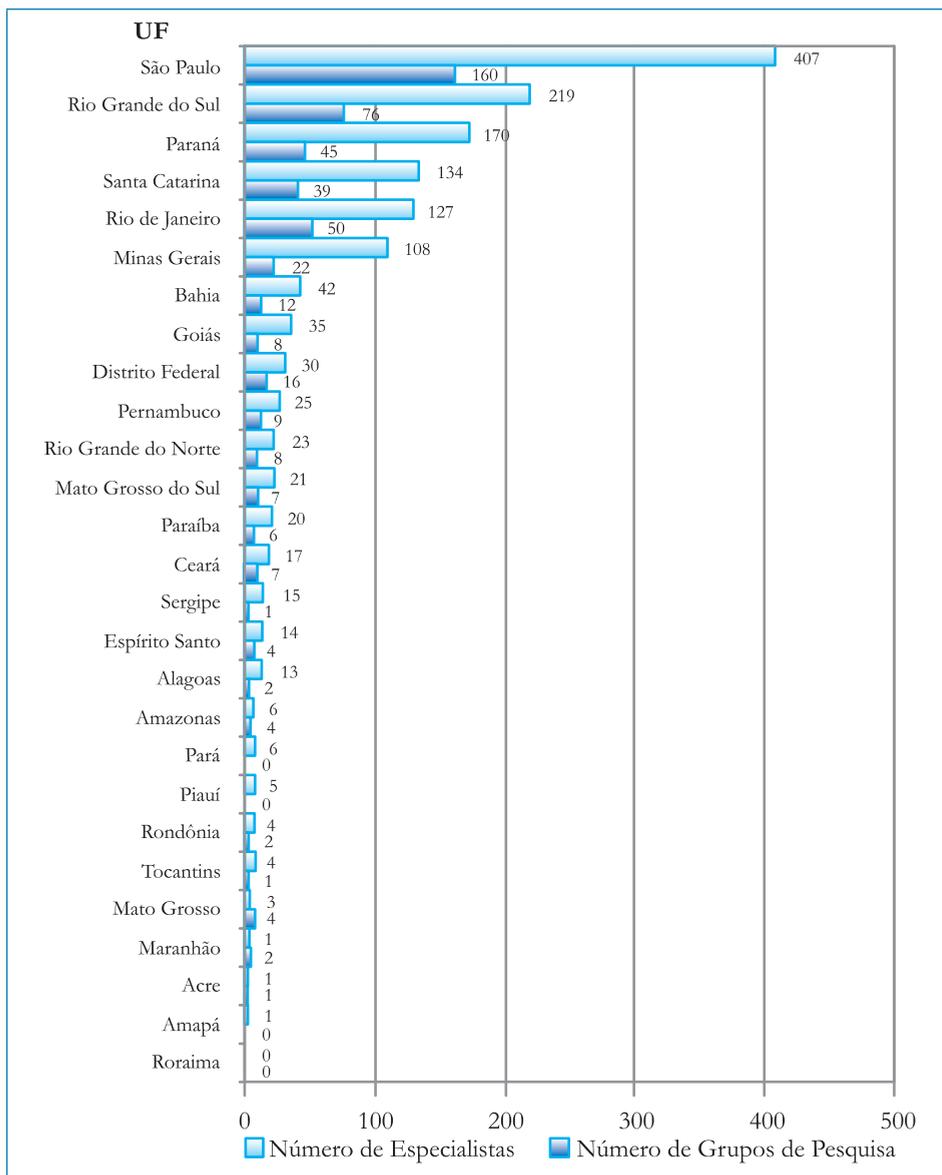
3.4 Competências Acadêmicas

As competências acadêmicas na área de esporte foram mapeadas de acordo com a base de dados do Portal Inovação, mantido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Plataforma Lattes. A Pesquisa Booleana, que teve maio

de 2007 como período de referência, baseou-se nas palavras-chave “esporte”, “atividade física” e “saúde”.

A distribuição dos especialistas e grupos de pesquisa na área esportiva por unidades da federação revela forte concentração nas regiões Sudeste e Sul (Gráfico 11). O estado de São Paulo possui o maior número de grupos (160) e de acadêmicos (407). Na seqüência, aparecem os três estados do Sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), seguidos de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Essa distribuição geográfica está em conformidade com a estatística geral das instituições de referência de ensino superior no Brasil.

Gráfico 11 – Números de grupos de pesquisa e especialistas na área de esporte por unidades da federação – Brasil – 2007

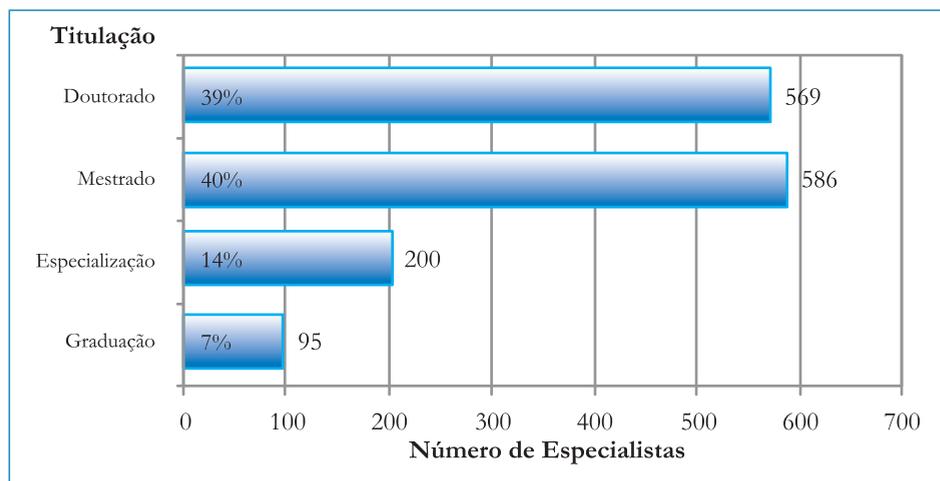


Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2007a.

Notas: Os dados do Portal Inovação são baseados no banco de dados do CNPq/LATTES.

A incidência de pessoas com formação superior e pós-graduação representa um índice favorável para o desenvolvimento de conhecimento científico de alto nível sobre esporte no país (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Especialistas em esporte no Brasil por titulação máxima – Brasil – 2007

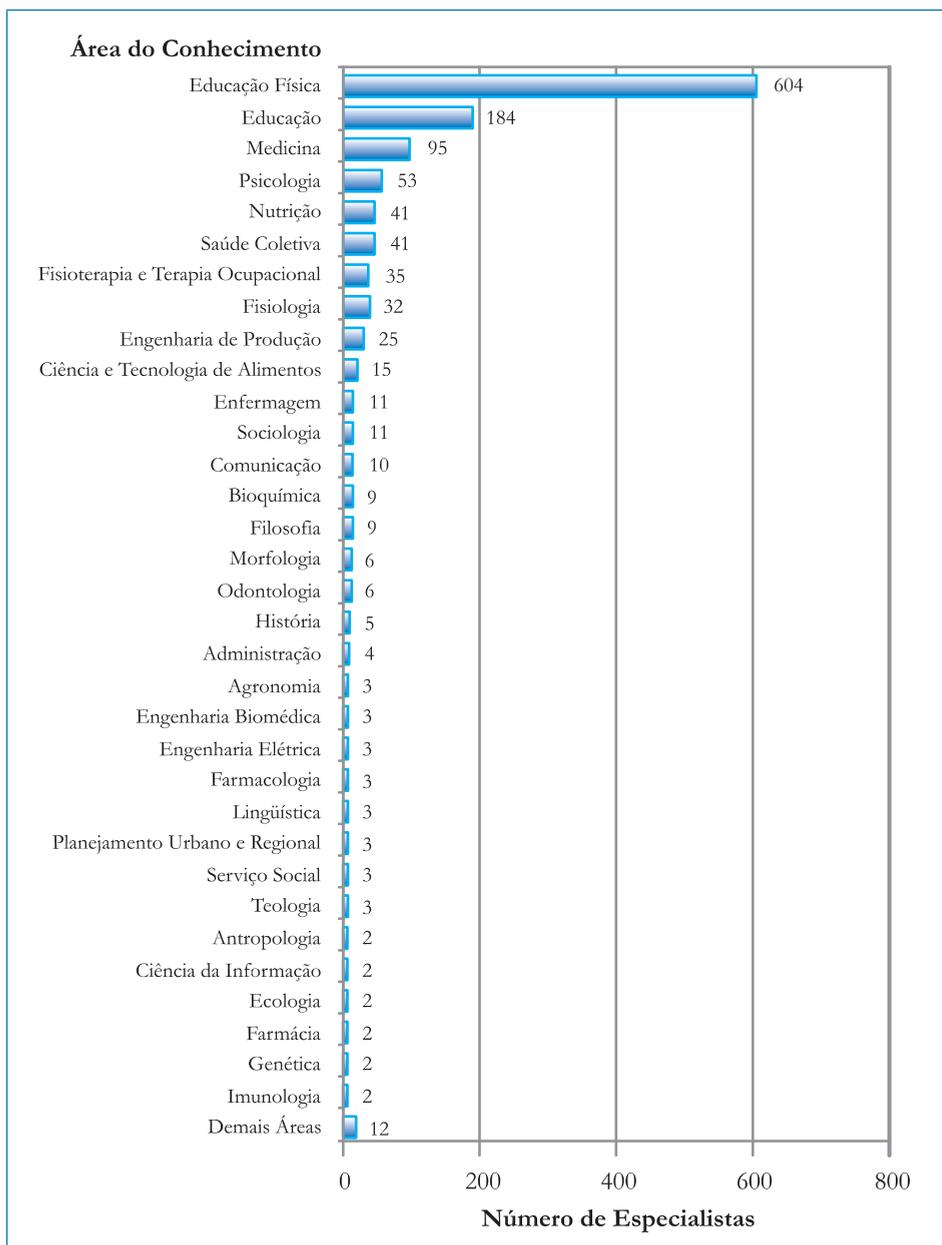


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2007a.

Notas: Os dados do Portal Inovação são baseados no banco de dados do CNPq/LATTES.

O Gráfico 13 mostra a distribuição de especialistas por área do conhecimento, apontando uma expressiva representação da Educação Física nas investigações sobre esporte. São 604 os profissionais da disciplina dedicados às temáticas de esporte, atividade física e saúde. Em segundo lugar, estão os acadêmicos da Educação (184), seguidos pelos especialistas em saúde: Medicina (95), Psicologia (63), Saúde Coletiva (41), Nutrição (41), Fisioterapia/Terapia Ocupacional (35) e Fisiologia (32).

Gráfico 13 – Especialistas em esporte por área do conhecimento – Brasil – 2007

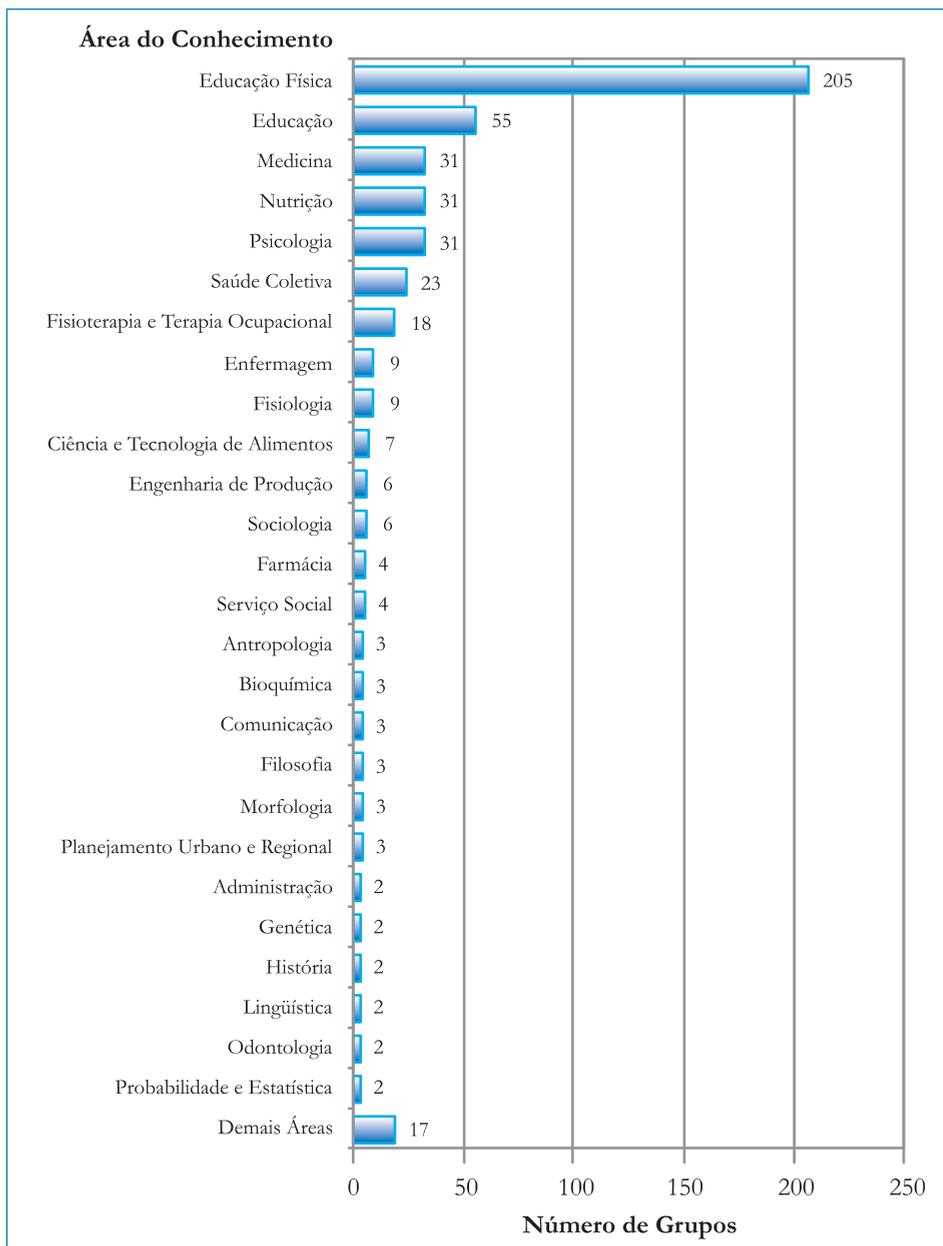


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2007a.

Notas: Os dados do Portal Inovação são baseados no banco de dados do CNPq/LATTES.

Distribuição semelhante à dos especialistas é observada nas áreas de conhecimento dos grupos de pesquisa em esporte (Gráfico 14). As equipes de discussão concentram-se em Educação Física, Educação e Ciências da Saúde. Profissionais das áreas de Humanas, Sociais, Aplicadas e Exatas não participam em grande número das discussões acadêmicas sobre esporte, atividade física e saúde.

Gráfico 14 – Grupos de pesquisa em esporte por área do conhecimento – Brasil – Maio/2007

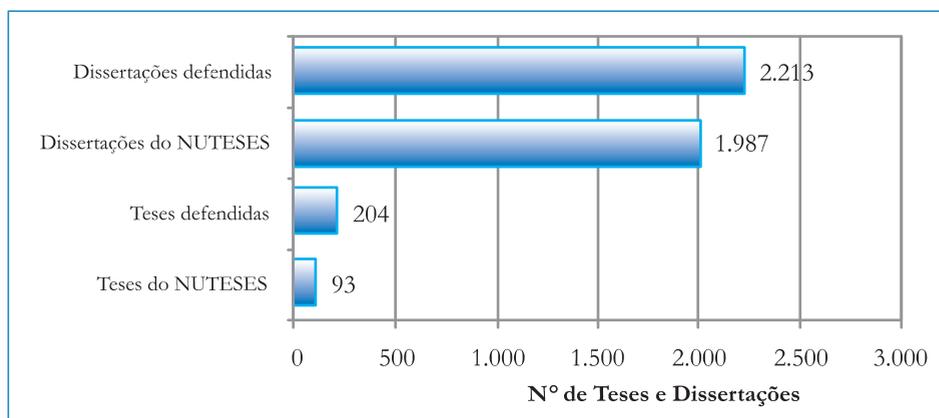


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2007a.

Notas: Os dados do Portal Inovação são baseados no banco de dados do CNPq/LATTES.

Entre as referências das competências acadêmicas em esporte no Brasil, figura a produção científica disponibilizada no Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação Física e Esportes (NUTESES), da Universidade Federal de Uberlândia (Gráfico 15). Até o final de 2004, o NUTESES possuía 89,79% das dissertações de mestrado e 45,5% das teses de doutorado defendidas nos programas das instituições recomendadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (CABRAL; VIDAL, 2006).

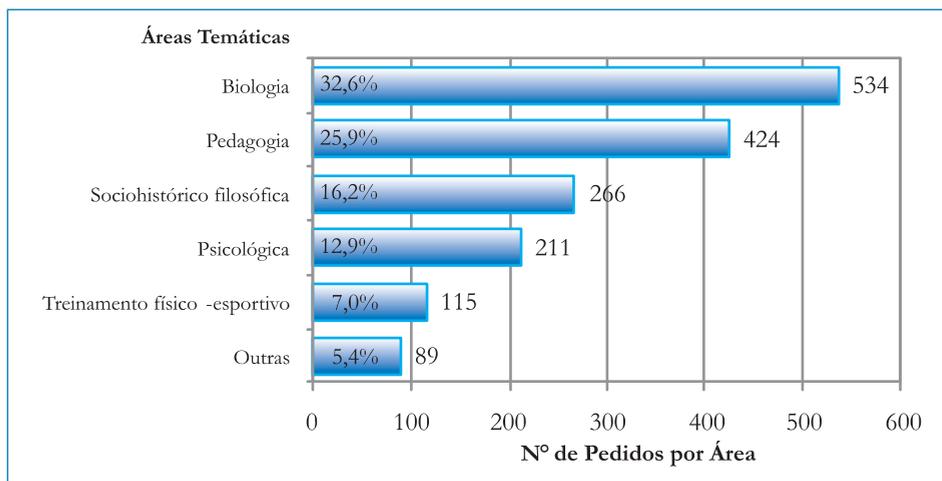
Gráfico 15 – Relação entre o número de teses e dissertações defendidas nos programas de mestrado e doutorado recomendados pela Capes e as pertencentes à base do nuteses – Brasil – 2004



Fonte: CABRAL; VIDAL, 2006.

Levantamento realizado sobre as requisições ao NUTESES revela os níveis de interesse por diferentes áreas de conhecimento. Com base em uma amostragem de 10% dos autores mais solicitados, Cabral e Vidal (2006) dividem as temáticas de pesquisa em seis áreas: Biológica, Pedagógica, Sócio-Histórico-Filosófica, Psicológica, Treinamento Físico Esportivo e Outras. Os resultados referentes ao período de 2001 a 2004 são apresentados no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Relação entre as áreas de concentração das produções científicas e suas requisições feitas pelos usuários da base do nuteses – Brasil – 2004



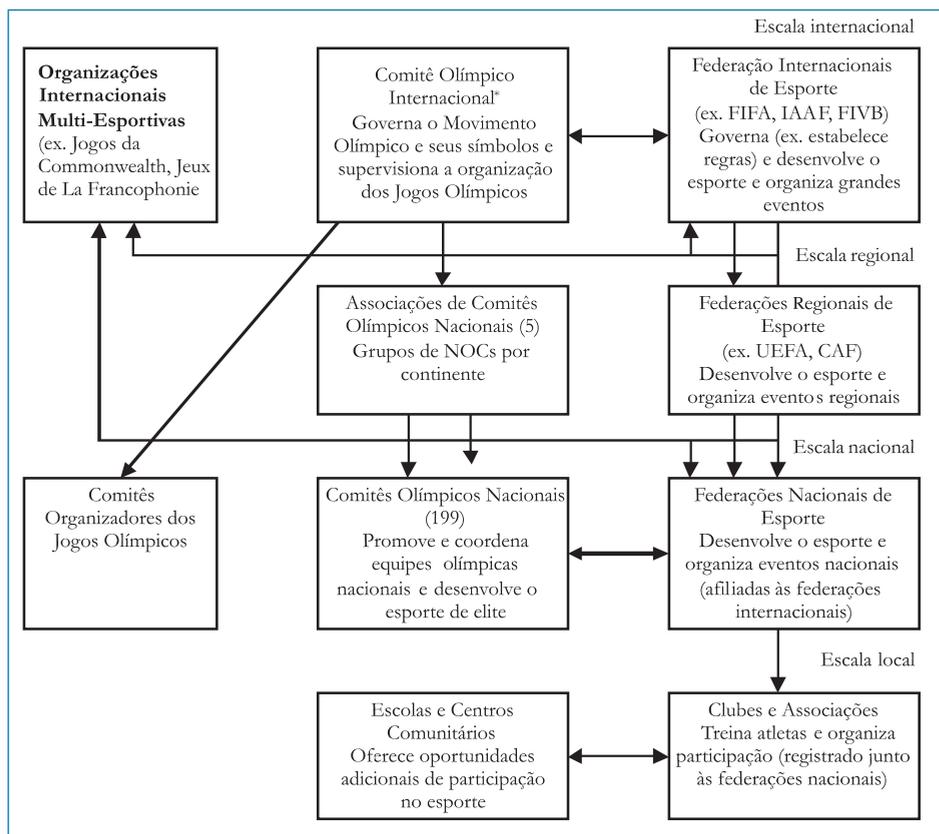
Fontes: CABRAL; VIDAL, 2006.

Com relação à distribuição geográfica das pessoas que consultaram a base de dados do NUTESES, os autores afirmam que a região Sudeste se destaca com 43,7% do total, seguida da região Sul, com 24,56%. Os estados da federação com maior incidência de pedidos concentram-se no Sul e Sudeste.

3.5 Organizações

Devido à diversidade de modalidades, existem inúmeras instituições esportivas internacionais e nacionais. Em seu Relatório da Força Tarefa entre Agências sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz, a ONU apresenta um organograma da estrutura institucional do mundo do esporte, reproduzido no Gráfico 17.

Gráfico 17 – A estrutura institucional do mundo do esporte



Fonte: UNESCO, 2003.

* A organização do Movimento Para-Olímpico espelha a do Movimento Olímpico. O Comitê Para-Olímpico Internacional organiza e coordena os Jogos Para-Olímpicos e outras competições multidisciplinares. É também a organização guarda-chuva para 160 Comitês Para-Olímpicos Nacionais e cinco federações internacionais de esporte específicas por deficiência.

Comitê Olímpico Brasileiro (COB) – O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) foi fundado em 1914, mas devido à Primeira Guerra Mundial, só passou a funcionar efetivamente 21 anos depois. Seus principais objetivos são “representar o Olimpismo e difundir o ideal olímpico no território brasileiro” (COB, 2007).

Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) – A primeira Paraolimpíada, competição de atletas portadores de necessidades especiais, aconteceu em Roma, no ano de 1960. As iniciativas precursoras para articulação institucional do esporte

para portadores de necessidades especiais no Brasil datam da década de 1970, com a fundação, em 1975, da Associação Nacional de Desporto de Deficientes (ANDE). Em 1995, foi fundado o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), que passou a contribuir progressivamente para o fomento do esporte de alto-rendimento para pessoas portadoras de deficiência. No mesmo ano, a entidade organizou os I Jogos Brasileiros Paradesportivos, em Goiânia (CPB, 2007).

Ministério do Esporte – Em 1937, o Governo Federal, por intermédio da Lei n°. 378, criou a Divisão de Educação Física do então Ministério da Educação e Cultura. Em 1970, a divisão foi transformada em Departamento de Educação Física e Desportos (BRASIL, 2007d).

Oito anos depois, o órgão passou a ser denominado Secretaria de Educação Física e Desporto, mas permaneceu vinculada ao Ministério da Educação até 1989. Em 1990, a Secretaria de Desportos passou a responder diretamente à Presidência da República, mas logo em seguida o esporte voltou a ser vinculado ao Ministério da Educação, com a Secretaria de Desportos.

Em 1995, criou-se o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte, que no mesmo ano seria transformado em Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), desvinculado do MEC e subordinado ao Ministério Extraordinário do Esporte. Em 1998, foi fundado o Ministério do Esporte e Turismo, pela Medida Provisória n°. 1.794-8. O INDESP passou a ser vinculado a esse órgão. Dois anos depois, o instituto foi extinto e substituído pela Secretaria Nacional de Esporte.

Em 2003, as pastas de Turismo e Esporte foram separadas. A missão do Ministério do Esporte é “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer, como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano” (BRASIL, 2005a).

Para cumprir seus objetivos em cada um dos tipos de manifestações esportivas, o Ministério do Esporte mantém iniciativas tais como o Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (CEDES) e o Centro de Excelência Esportiva (CENESP), bem como o Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (CEDIME), que estabelece as linhas de

ação para a composição de um Sistema Nacional de Informação e Documentação Esportiva.

O CEDES é uma ação programática do Ministério do Esporte vinculada especificamente ao esporte recreativo e de lazer. Entre suas finalidades estão o fomento à produção e à difusão do conhecimento científico-tecnológico voltado para a gestão de políticas sociais no setor, a qualificação de gestores e agentes responsáveis pela oferta dos serviços de esporte e lazer à população, estabelecer convênios com instituições nacionais e internacionais, além do estímulo a projetos de avaliação e diagnóstico do esporte recreativo e do lazer visando estabelecer indicadores que subsidiem a formulação de políticas públicas (BRASIL, 2007b).

O CENESP é articulado por uma parceria entre Instituições de Ensino Superior, Secretaria Nacional do Esporte, Comitê Olímpico Brasileiro, Comitê Paralímpico Brasileiro, entidades de administração do desporto em nível local, estadual e nacional, iniciativa privada e a comunidade esportiva em geral. Por meio da padronização de um Protocolo de Avaliação, sua meta é auxiliar na detecção de talentos esportivos e promover o intercâmbio científico e tecnológico na área de esporte de alto nível (BRASIL, 2007c).

O Ministério do Esporte é também responsável pelo programa Bolsa-A atleta, voltado para o desporto de rendimento e criado em 2005, com o intuito de garantir que esportistas sem patrocínio se dediquem exclusivamente aos treinos e às participações em competições.

“Quanto ao esporte-lazer, pode-se afirmar, é uma responsabilidade praticamente direta dos estados e municípios, pois atinge as pessoas comuns e está invariavelmente ligado à disponibilidade de instalações e equipamentos” (TUBINO, 1998, p. 7). Nesse sentido, é pertinente investigar as instituições de referência presentes nos municípios, os Conselhos Municipais de Esporte.

Os conselhos municipais são organizações que contribuem para estabelecer práticas democráticas/participativas de gestão pública, ao permitirem a articulação dos órgãos públicos e privados que atuam em determinada atividade. Os con-

selhos estabelecem um espaço de negociação dos interesses diversos existentes na sociedade e contribuem para uma maior transparência do processo decisório relacionado às políticas públicas. Na área do esporte, o IBGE informa que:

Apenas 11,8% dos municípios brasileiros possuem Conselho Municipal de Esporte. Dentre os demais conselhos que também atuavam na área do esporte no país, destacavam-se os da Educação, presentes em 36,1% dos municípios brasileiros; os dos Direitos da Criança e do Adolescente (27,2%); e os de Assistência Social (23,3%). Os conselhos do Direito da Criança e do Adolescente e da Assistência Social retratam a importância das crianças e dos adolescentes como populações-alvos das atividades esportivas (IBGE, 2006b).

Por outro lado, um expressivo número de municípios brasileiros (45,4%) não possuía, no ano de referência da pesquisa, qualquer conselho que atuasse na área de esporte, como demonstra a Tabela 8.

Sistema S – Dentre as instituições de referência na área de esporte no Brasil, possuem relevância os serviços sociais de categorias econômicas específicas, principalmente o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI). O SESC elaborou um Módulo Político da Atividade de Desenvolvimento Físico-Esportivo vinculado aos seus programas de lazer. O objetivo da atuação do SESC na prática físico-esportiva é:

[...] despertar a consciência dos indivíduos para uma vida ativa e salutar, a partir de sua prática regular e permanente, visando à potencialização e à preservação das capacidades físicas, funcional e psicossocial do indivíduo na perspectiva da qualidade de vida (SESC, 2007, p. 2).

Para o SESI (2007), “o esporte conquista pelo exemplo de superação e companheirismo, pela prova de que vale a pena jogar limpo. Esse aprendizado é tão importante para a vida que o SESI criou o projeto Valores do Esporte”. O objetivo da instituição é levar para dentro do ambiente de trabalho os valores que o esporte pode proporcionar a seus praticantes. De acordo com o SESI (2007), “em qualquer tipo de competição é possível vivenciar situações que ajudam a

melhorar o condicionamento, o raciocínio e o julgamento moral”, por exemplo: (i) trabalhar em equipe; (ii) aceitar seu limite e o do outro; (iii) respeitar diferenças, regras e determinações; (iv) assumir papéis e tomar decisões; (v) sentir orgulho de representar o time; (vi) encontrar respostas em momentos difíceis; e (vii) aprender a ganhar e perder. O objetivo do Programa SESI Esporte é:

Melhorar as relações de ambiente de trabalho nas empresas por meio de valores do esporte, fortalecendo igualmente relações do trabalhador-atleta em seus vários ambientes, ou seja: familiar, comunitário, da empresa e do exercício da cidadania (SESI, 2007, p. 140).

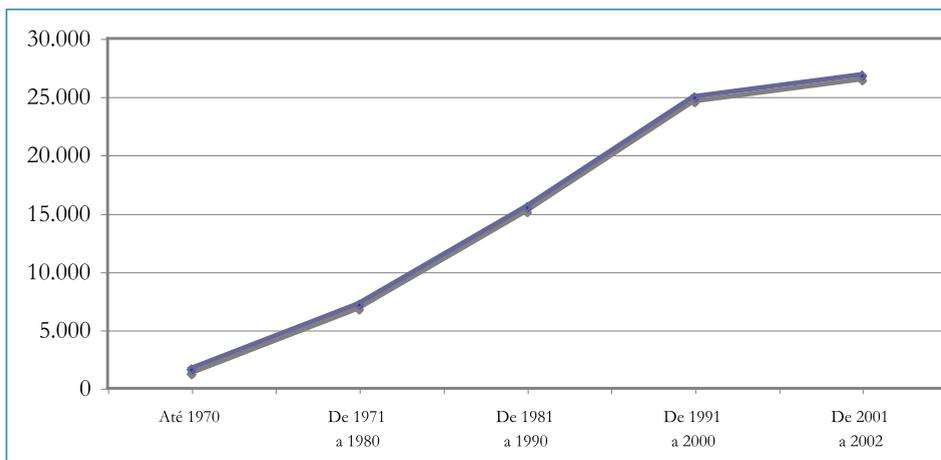
Tabela 8 – Proporção dos municípios com existência ou não de conselho municipal de esporte ou atuando na área esportiva – Brasil – 2003

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Proporção dos municípios com existência ou não de Conselho Municipal de Esporte e/ou outro Conselho Municipal que atue na área de esporte, por tipo de Conselho Municipal (%)							
	Esporte	Direitos da Criança e do Adolescente	Direitos dos Idosos	Educação	Assistência Social	Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência	Outros Conselhos	Sem existência
Total	11,8	27,2	7,4	36,1	23,3	3,0	8,3	45,4
Classe de tamanho da população								
Até 5.000 hab.	13,9	21,5	4,3	35,9	20,6	0,7	5,4	46,6
De 5.001 a 20.000 hab.	10,7	26,2	5,6	35,1	23,1	1,8	7,8	47,3
De 20.001 a 50.000 hab.	9,2	28,7	7,9	36,2	24,2	3,1	10,0	46,3
De 50.001 a 100.000 hab.	14,6	42,4	16,5	41,7	30,4	8,1	10,4	34,0
De 100.001 a 500.000 hab.	17,1	46,8	31,2	43,4	27,3	20,5	20,0	30,2
Mais de 500.000 hab.	36,4	39,4	21,2	27,3	30,3	33,3	18,2	21,2
Grandes Regiões								
Norte	4,9	22,0	5,8	29,8	20,0	1,3	7,6	57,5
Nordeste	3,2	21,0	3,4	36,9	21,2	1,4	7,2	51,1
Sudeste	7,4	36,0	12,6	38,1	28,8	5,0	8,6	43,6
Sul	34,5	29,3	7,7	37,9	23,2	3,8	10,0	30,3
Centro-Oeste (1)	10,0	19,5	4,3	27,5	14,9	1,7	7,6	57,1

Fonte: IBGE, 2006c.

FIFA e CBF – Os clubes de futebol brasileiros, regidos pelos regulamentos da Federação Internacional de Futebol Associação (FIFA) e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), são também instituições esportivas de referência no país, por mobilizarem um contingente significativo de torcedores e gerirem um montante financeiro de vulto. A pesquisa do IBGE sobre *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – 2002* revela que existiam no país, no ano de referência, 26.894 entidades dedicadas ao esporte e à recreação, número no qual estão incluídos os grandes clubes esportivos de futebol (IBGE, 2007). Como pode ser visualizado no Gráfico 18, as fundações privadas e associações sem fins lucrativos da área de esporte e recreação apresentam uma tendência de crescimento quantitativo constante ao longo das últimas três décadas do século XX e começo do XXI.

Gráfico 18 – Fundações privadas e associações sem fins lucrativos da área de esporte e recreação por data de criação – Brasil – 1965-2002



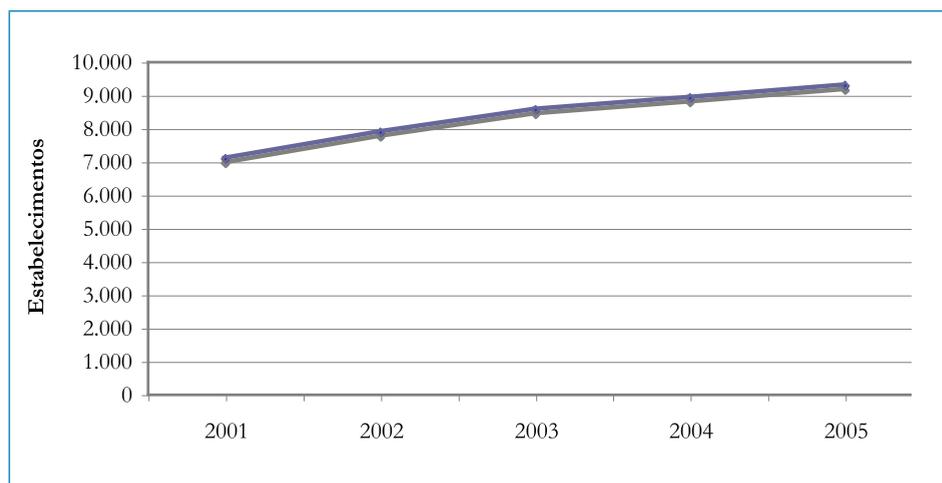
Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do IBGE, 2007.

3.6 Panorama Quantitativo

Com base na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE 1.0), foram consideradas como pertencentes à área de esporte as empresas catalogadas na Classe 9261-4 (Atividades Desportivas). No período 2001-2005,

observa-se um crescimento constante do número de estabelecimentos na área de esporte, conforme demonstrado pelo Gráfico 19.

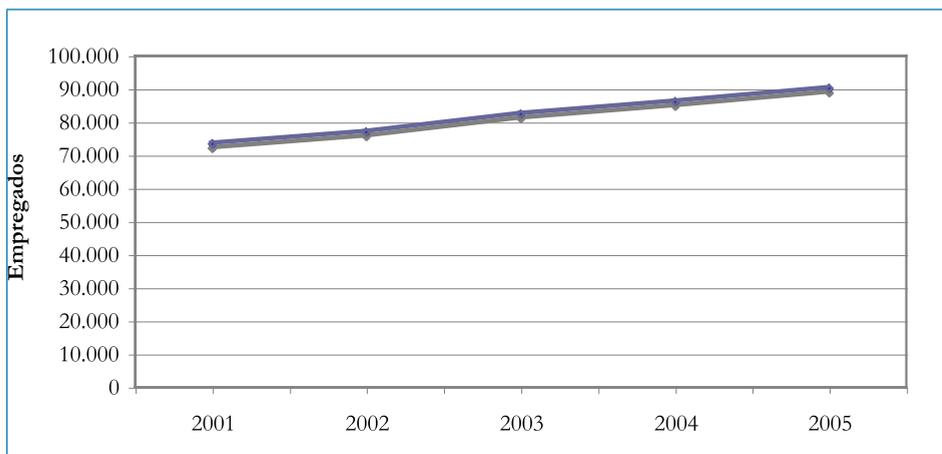
Gráfico 19 – Número de estabelecimentos na área de esporte – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005b.

A comparação da curva de crescimento do número de estabelecimentos com a do número de empregos na área de esporte permite concluir que a tendência de aumento dos estabelecimentos foi acompanhada pelo acréscimo na quantidade de pessoal ocupado na área de esporte (Gráfico 20). Com relação ao número de empregados, tem-se que o maior percentual de estabelecimentos é daqueles com até 4 empregados, secundado pelo percentual de empresas de 5 a 9 e de 10 a 19 pessoas ocupadas.

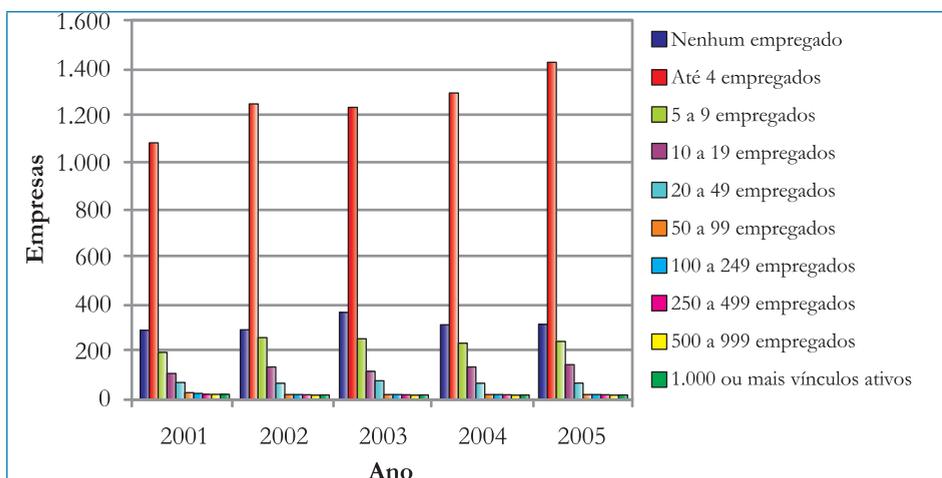
Gráfico 20 – Número de empregos na área de esporte – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005b.

O Gráfico 21 demonstra que as empresas da área esportiva mantêm constância em relação ao número de empregados. As empresas de menor porte apresentaram um aumento quantitativo mais expressivo entre 2001 e 2005. Durante o período de referência, não se verificou nenhuma ocorrência de entidade com 1.000 ou mais vínculos empregatícios ativos.

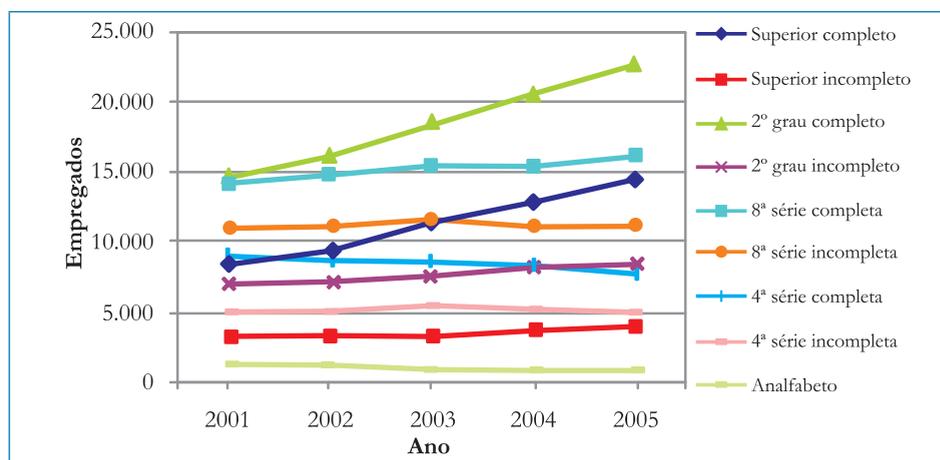
Gráfico 21 – Quantidade de empresas da área esportiva por número de empregados – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005b.

As modificações no grau de instrução dos ocupados na área de esporte estão de acordo com o movimento de expansão da parcela mais escolarizada da população brasileira (IBGE, 2006c). Como pode ser visto no Gráfico 22, há um expressivo aumento do pessoal com 2º grau completo. Também cresce o número de pessoas com nível superior completo, que no período entre 2003 e 2004 superou quantitativamente aqueles com 8ª série incompleta.

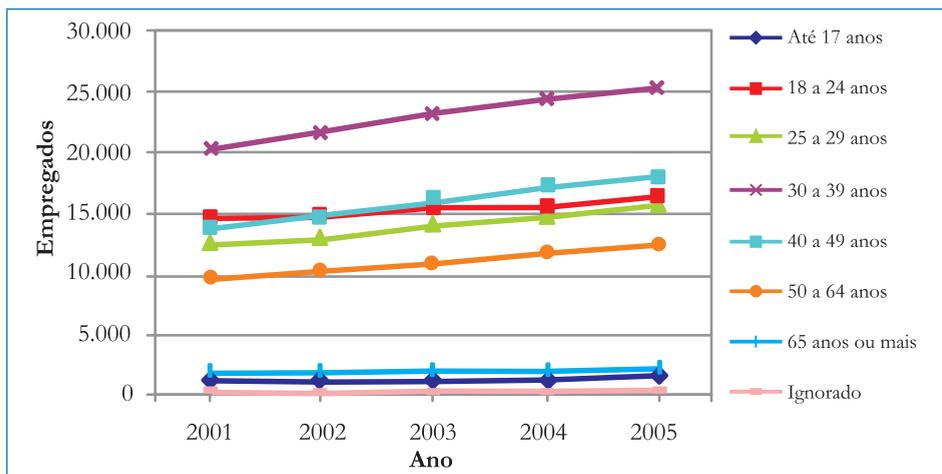
Gráfico 22 – Empregos na área esportiva por grau de instrução – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005b.

Na análise dos dados sobre a idade do pessoal ocupado no setor de esporte, observa-se no Gráfico 23 que os ocupados de 30 a 49 anos são o maior contingente, equivalendo ao verificado entre o geral dos ocupados. Ao longo do período, o pessoal ocupado da faixa de 40 a 49 anos ultrapassou aquele da faixa de 18 a 24 anos.

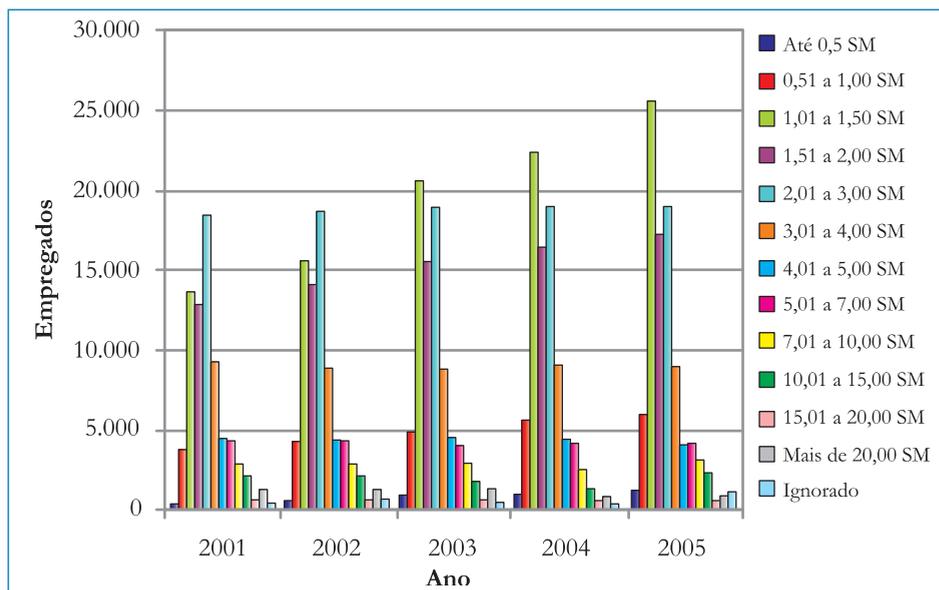
Gráfico 23 – Empregos na área esportiva por faixa de idade – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005b.

No tocante à renda, pode-se perceber que, entre os empregados na área do esporte, são predominantes as ocupações cujo montante de rendimento mensal varia entre 1,01 a 3 salários mínimos (SM). Entre 2001 e 2005, os que recebem entre 1,01 e 1,50 SM superaram a faixa de 2,01 a 3,00 SM. Isso representa uma diminuição relativa dos salários médios do setor, acentuada pela diminuição do número de pessoas empregadas com salários entre 5,01 a 15,00 SM (Gráfico 24).

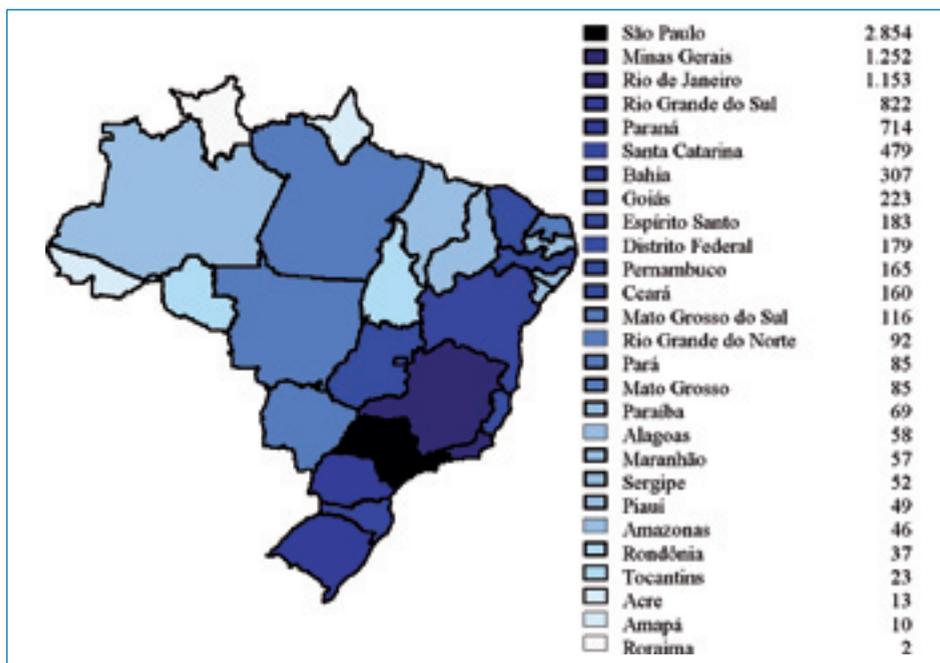
Gráfico 24 – Empregos da área esportiva por faixa de rendimento mensal – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005b.

Os dados da RAIS/MTE permitem a avaliação da distribuição geográfica das empresas desportivas entre as diferentes unidades da federação. São Paulo é o estado que concentra o maior número de estabelecimentos (2.854), secundado por Minas Gerais (1.252) e Rio de Janeiro (1.153). Na seqüência, encontram-se os estados da região Sul, tendo o Rio Grande do Sul 822 empresas na área de esporte: o Paraná, 714, e Santa Catarina, 479 (Cartograma 3). A distribuição geográfica das empresas na área de esporte acompanha, portanto, a desigualdade regional do país. Os estados com menor incidência de estabelecimentos da área desportiva são os da região Norte. Roraima possuía, no ano de referência (2005), apenas duas empresas no setor de esportes.

Cartograma 3 – Estabelecimentos na área esportiva por estados da federação – Brasil – 2005

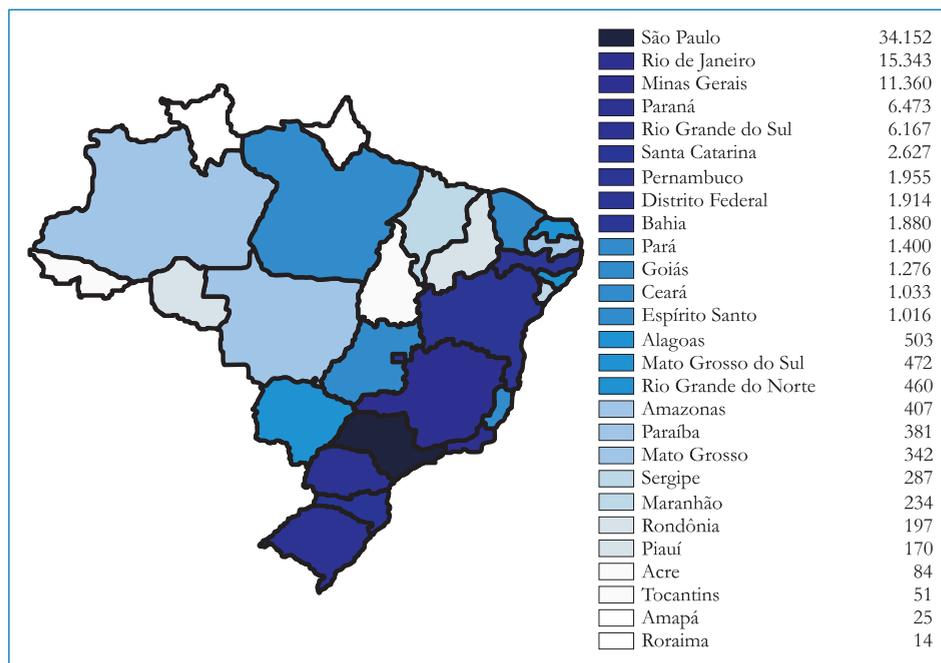


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005b.

Nota: A intensidade da cor azul indica a representatividade do estado em relação aos demais.

No que diz respeito à distribuição dos empregos na área de esporte, pode ser observado no Cartograma 4 que São Paulo continua sendo o estado que mais se destaca no país, com um total de 34.152 pessoas empregadas em 2005.

Cartograma 4 – Empregos na área de esporte por estados da federação – Brasil - 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005b.

Nota: A intensidade da cor azul indica a representatividade do estado em relação aos demais.

O segundo estado que mais emprega, Rio de Janeiro, apresentou 15.343 ocupados em empresas da Classe 9261-4 do CNAE 1.0. Minas Gerais, com 11.360 pessoas nas empresas desportivas, foi o terceiro estado em número de vínculos empregatícios do setor. O Paraná supera o Rio Grande do Sul em relação ao número de empregados na área (6.473 e 6.167, respectivamente), apesar de apresentar número menor de empresas.

3.7 Considerações Finais

Vinculada diretamente à saúde humana e ao dinamismo socioeconômico, a prática de esporte é considerada como um direito de todos os cidadãos brasilei-

ros. Durante o século XX, a maior transformação observada no campo esportivo foi a ampliação de sua prática, com a inclusão de mulheres e portadores de necessidades especiais.

O panorama atual do esporte denuncia a forte desigualdade regional do país. As competências acadêmicas (especialistas e grupos de pesquisa) estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste, de acordo com consultas realizadas no Portal Inovação e na base de dados NUTESES. Com relação aos estabelecimentos desportivos catalogados na RAIS, a distribuição geográfica segue os mesmos padrões, sendo mais numerosas e com maior número de empregados as instituições localizadas nos estados do eixo Sul-Sudeste. A RAIS também permite verificar o crescimento do total de empresas desportivas de 2001 e 2005, atestando o dinamismo econômico do setor.

Elaborada com base nas Leis de Incentivo à Cultura, a Lei Federal de Incentivo ao Esporte, aprovada em 2007, deve reforçar o potencial financeiro das atividades desportivas, tornando o campo muito mais atrativo para investimentos de empresas privadas e públicas por meio de isenções fiscais. Além de possibilitar a ampliação do número de praticantes, essa estratégia legal possivelmente modificará o panorama da área, ao aproximar o desporto de ferramentas de gestão e administração empresariais, tais como o *marketing*. Por sua vez, isso terá desdobramentos na visibilidade social do esporte, contribuindo para o incremento do número de participantes.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Legislativo. Brasília, DF, 5 out. 1988. p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 26 jun. 2007.

_____. Lei nº. 9.615, de 24 de março de 1998. **Institui normas gerais sobre o esporte e dá outras providências**. Brasília, DF: Senado, 1998a. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PaginaDocumentos.action>>. Acesso em: 6 jun. 2007.

_____. Medida Provisória nº. 1.794-8, de 31 de dezembro de 1998. **Altera as Leis nº.s 6.368, de 21 de outubro de 1976, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências**. Brasília, DF: Senado, 1998b. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em: 6 jun. 2007.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Portal Inovação**. Brasília, DF, 2007a. Disponível em: <<http://www.portalinovacao.mct.gov.br/ISPublish/inovacao/portal/>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

_____. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte**. Brasília, DF, 2005a.

_____. Ministério do Esporte. **Rede CEDES**. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/default.jsp>. Acesso em: 12 jul. 2007b.

_____. Ministério do Esporte. **Rede CENESP**. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/snear/cenesp/default.jsp>>. Acesso em: 12 jul. 2007c.

_____. Ministério do Esporte. **[Site]**. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/>>. Acesso em: 18 mai. 2007d.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2001. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2002. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2003. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2004. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2005b. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

CABRAL, L. S. C.; VIDAL, M. H. C. O acesso à produção científica em educação física no Brasil e a contribuição das novas tecnologias à sociedade da informação: o caso NUTESSES. In: CONCOCE, CONGRESSO GOIANO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 5. & CONGRESSO CENTRO OESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2., 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: CBCE, 2006.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO - COB. **Histórico**. Disponível em: <http://www.cob.org.br/site/sobre_cob/historico.asp>. Acesso em: 27 mai. 2007.

CPB – COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO. **[Site]**. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

CURY, R. D. Uma introdução à justiça desportiva no Brasil. **Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão**, [S.l.]: CESUC, ano 4, n. 6, semestre 1, 2002.

DECCACHE-MAIA, E. Esporte e políticas públicas no Brasil. **Esporte e sociedade**, n. 3, jul./out. 2006.

EMBRATUR – INSTITUTO BRASILEIRO DO TURISMO. **Institucional**: missão. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2007.

GOBBI, S. Painel de Especialistas. In: REUNIÃO PARA DISCUSSÃO DAS VARIÁVEIS EM ESPORTE, LAZER E CULTURA, 2007, Curitiba. Organização: Observatório SESI-PR; Unidade de Tendências e Prospecção SESI-DN. Curitiba, 22 ago. 2007. [**Comunicação oral**].

GOELLNER, S. V. Locais da memória: história do esporte moderno. **Arquivos em movimento**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 79-86, jul./dez. 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/default.shtm>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

_____. **Pesquisa de informações básicas municipais**: perfil dos municípios brasileiros: esporte 2003. Rio de Janeiro, 2006a.

_____. **Pesquisa de esporte 2003**. Rio de Janeiro, 2006b.

_____. **Pesquisa de informações básicas municipais**: perfil dos municípios, gestão pública - 2005. Rio de Janeiro, 2006c.

MARCHI NETTO, F.L.; BANKOFF, A.D.P. A promoção da saúde pela via da atividade física e do esporte. In: CONCOCE, CONGRESSO GOIANO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 5. & CONGRESSO CENTRO OESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2., 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: CBCE, 2006.

MARQUES, R. F. R; GUTIERREZ, G. L; ALMEIDA, M. A. B. Esporte na empresa: a complexidade da integração interpessoal. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.20, n.1, p.27-36, jan./mar. 2006. Disponível em:< http://www.usp.br/eef/rbefe/v20n12006/v20n1_p27.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2008.

MOOR, F. **Lei de incentivo ao esporte é aprovada e segue para sanção presidencial**. Brasília, DF: ASCOM, ME, dez. 2006. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/ascom/noticia_detalle.jsp?idnoticia=3875>. Acesso em: 26 mai. 2007.

OGATA, A.; MARCHI, R. **Wellness**. Seu guia de bem-estar e qualidade de vida. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OLIVEIRA, F. P. Inserção da mulher no ambiente desportivo. **Arquivos em movimento**, revista eletrônica da Escola de Educação Física e Desporto, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 2, n. 1, p. 114-122, jan./jul. 2006.

PALMA, A. et al. Dimensões epidemiológicas associativas entre indicadores socioeconômicos de vida e prática de exercícios físicos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 119-136, maio 2006.

PINHEIRO, D. **A preocupação em manter-se saudável vem tomando conta das rodas de conversas na sociedade. E o que é manter-se saudável?** Matéria do 15º Congresso Mundial da IDEA. Orlando, 1998. Disponível em: <<http://www.personaltraining.com.br/wellness.html>> . Acesso em: 18 dez. 2007.

PITANGA, F. J. G. Painel de Especialistas. In: REUNIÃO PARA DISCUSSÃO DAS VARIÁVEIS EM ESPORTE, LAZER E CULTURA, 2007, Curitiba. Organização: Observatório SESI-PR. Curitiba: Unidade de Tendências e Prospecções SESI DN. Curitiba, 22 ago. 2007. [**Comunicação oral**].

_____; LESSA, I. Prevalência e fatores associados ao sedentarismo no lazer em adultos. **Caderno de Saúde Pública**, v. 21, n. 3, p. 870-877, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000300021&lng=en&nrm=iso> . Acesso em: 20 jul. 2007.

RIBEIRO, J. L. P. Avaliação das intenções comportamentais relacionadas com a promoção e proteção da saúde e com a prevenção das doenças. **Análise Psicológica**, v. 2, n. 22 , p. 387-397, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v22n2/v22n2a07.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2007.

SAMPAIO, T. M. V. Avançar sobre possibilidades: horizontes de uma reflexão eco-epistêmica para redimensionar o debate sobre esportes. In: ALMEIDA, A. C. P. C.; DA COSTA, L. P. (Eds.). **Meio Ambiente, esporte lazer e turismo**.

Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2007. p. 389-399. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/numa/images/LivroMeioAmbiente.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2007.

SESC. **Módulo político da atividade**: desenvolvimento físico desportivo. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/main.asp?TeamID={A2AFC839-FF8D-4249-BFC2-550E05C6791D}&u=u>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

SESI. **Manual valores do esporte-SESI**. Fundamentos / Lamartine DaCosta... [et al.]; SESI. Departamento Nacional. Brasília: SESI-DN, 2007.

SOTER, P.; MARTINS, R. C.; DANTAS, E. A atividade física na prevenção da hipertensão. In: PINHEIRO, D. **Personal Training**. Disponível em: <<http://www.personaltraining.com.br/hipertensao.html>>. Acesso em: 6 set. 2007.

STORT, R; SILVA, F.P; REBUSTINI, F. Os efeitos da atividade física nos estados de humor no ambiente de trabalho. **Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança**, v. 1, n. 1, p. 26-33, mar. 2006. Disponível em: <http://www.refeld.com.br/pdf/31.03/efeitos_completo.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2008.

TUBINO, M. J. G. Política Nacional do Esporte. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO MOTORA, 1. E CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO MOTORA, 2. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1998.

UNESCO. International charter of physical education and sport. In: RECORDS OF THE GENERAL CONFERENCE: SESSION 20. 1978, Paris. **Anais...** Paris, 1978. p. 31-34.

_____. **Esporte para o desenvolvimento e a paz**: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio. Relatório da força tarefa entre agências das Nações Unidas sobre o esporte para o desenvolvimento e a paz. [Paris], 2003.

4 CULTURA



4.1 Conceitos

A cultura não serve apenas ao econômico e ao social e não gera, necessariamente e sempre, vetores de alimentação da identidade nacional ou pessoal (*funções imantes da cultura*), assim como não serve unicamente para combater a violência e promover a inclusão social [...]. A cultura é também uma reserva de sentido para a vida e um motor do princípio de prazer e da busca da felicidade (*funções transcendentais da cultura*) (COELHO, 2003, p. 231).

Gautier (2003, p. 62) aponta que a idéia de cultura, “por sua permeabilidade e capacidade convocatória [...], corre o perigo semântico de nomear tudo e nada ao mesmo tempo”. O termo “cultura” é utilizado no presente texto para denominar o campo amplo das artes e do patrimônio histórico, estando excluídas atividades ligadas ao esporte, à religião, ao turismo e ao meio ambiente¹⁴. Os aspectos econômicos também são enfatizados, devido à complexidade de mensuração do seu âmbito transcendente. “Qualquer que seja a dimensão do universo adotado, uma primeira chave de um sistema de informação é aquela que seja capaz de demonstrar que a cultura tem significado econômico. E, por conseqüência, que esse significado deve ser medido” (WERTHEIN, 2003, p. 15). De acordo com Corrêa (2004, p. 13), observa-se atualmente um esforço notável “por se compreender e aprimorar a dinâmica da cadeia produtiva da cultura no Brasil”.

Nos últimos anos, conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), observa-se uma crescente conscientização a respeito da importância econômica da cultura por parte de instituições nacionais e internacionais. O fluxo do comércio de bens e serviços culturais, que foi de U\$ 39,3 milhões em 1995, atingiu a soma de 59,2 milhões em 2002. “Estima-se que as indústrias culturais e criativas perfazem cerca de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial” (UNESCO, 2005b, p. 9). Segundo Lima

¹⁴ Este recorte está em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Leadership Group (LEG), instituição criada em 1997 pelo Eurostat (organismo de estatísticas da União Européia), cuja função é trabalhar as estatísticas culturais européias. Visando a uniformização da delimitação do setor da cultura, o LEG definiu oito áreas: “patrimônio artístico e monumental; arquivos; bibliotecas; livros e imprensa; artes plásticas; arquitetura; artes do espetáculo; audiovisual e multimídia” (ESCANDE, 2003, p. 153).

(2007), “as atividades culturais estão entre os mais dinâmicos segmentos econômicos, contribuindo para o aumento do produto e do emprego”. A dimensão qualitativa da cultura também passou a ser incorporada nas agendas de crescimento econômico. Como afirma Martinell (2003, p. 93), “a segunda metade do século XX evidenciou que não se cria desenvolvimento sem considerar a perspectiva cultural”.

Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia no ano de 1998, elenca duas noções distintas de desenvolvimento (SEN, 2001). A “noção opulenta do desenvolvimento” enfatiza a expansão acelerada e sustentada do PIB, tomando a cultura como um valor puramente instrumental, capaz de ajudar a promover um crescimento econômico acelerado. Por outro lado, a “noção de desenvolvimento da liberdade real” entende que não é possível reduzir a cultura a um papel secundário, como mera promotora do crescimento econômico. O desenvolvimento, em seu sentido mais amplo, inclui também o desenvolvimento cultural.

No início deste século, a cultura está definitivamente inclusa entre os fatores de desenvolvimento, em que as políticas culturais devem estar articuladas às econômicas e sociais. Os elementos culturais passaram a ocupar posição estratégica na elaboração de projetos gerais de desenvolvimento (LIMA, 2004).

Vieira (2004) questiona o papel do Estado como principal promotor da cultura.

No caso mais específico da América Latina, o Estado atuou por longo período como agente quase que exclusivo na implementação e fomento de políticas culturais, criando desse modo, um alto grau de dependência dos realizadores às suas benesses a ponto de constituir-se numa espécie de demiurgo para os destinos da produção cultural dos países da região. No entanto, com o acirramento dos processos de globalização modificando a paisagem da geografia mundial e imprimindo profundas transformações no tecido social das diferentes realidades regionais, a dinâmica que faz girar a engrenagem da esfera cultural começa a sofrer metamorfoses profundas na última década do século XX (VIEIRA, 2004, p. 2).

Em 2005, a UNESCO realizou a “Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais” (UNESCO, 2005a, p. 2).

“Diversidade cultural” refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados (UNESCO, 2005a, p. 6).

Maia (2004) defende que “nos últimos decênios, poucas idéias têm conseguido alcançar adesão próxima da unanimidade quanto ao apreço à diversidade”.

A definição de patrimônio histórico também foi ampliada, passando a agregar o patrimônio imaterial. Esta definição inclui: “As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (IPHAN, 2007). Instituído pelo Decreto n°. 3.551, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial foi criado em 2000 para viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural – complementando a legislação existente sobre tombamento do patrimônio material, existente desde 1937¹⁵.

4.2 Legislação e Certificação

A Constituição Brasileira de 1988 aborda a cultura na Seção II do Capítulo III (Título VIII). O conceito de patrimônio cultural, a ser promovido e protegido pelo poder público, com a colaboração da comunidade, é apresentado no Artigo 216:

¹⁵ O Decreto-Lei n°. 25, de 1937, estabelece a Legislação Ordinária do Tombamento.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (i) as formas de expressão; (ii) os modos de criar, fazer e viver; (iii) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; (iv) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e (v) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Taddei Neto (2003) considera abrangente a noção de cultura presente na Constituição Federal, a ponto de dificultar seu tratamento adequado como patrimônio. O autor atribui as limitações das iniciativas de preservação a condicionantes econômicas. Nas últimas duas décadas, são observadas transformações significativas na perspectiva das políticas públicas relacionadas ao patrimônio cultural. As iniciativas contemporâneas visam:

[...] valorizar a diversidade da nossa cultura, isto é, buscar a conservação dos bens culturais representativos de todas as etnias, de todas as épocas e ciclos econômicos brasileiros, nas diferentes regiões do país. É preciso compensar a preferência que por muito tempo se deu à preservação da cultura dita “branca, portuguesa, católica” – há aproximadamente quinhentas igrejas católicas sob proteção federal – ou do patrimônio de certas regiões – as cidades protegidas, por exemplo, concentram-se em Minas Gerais e na Bahia (TADDEI NETO, 2003, p. 109).

Paralelamente ao esforço para corrigir uma preferência histórica que deu hegemonia a tão somente uma versão da história brasileira, o governo federal possibilitou a descentralização da responsabilidade pelo patrimônio e pela criação artística. Com isso, foram estabelecidas parcerias “entre várias esferas de governo e do setor privado na gestão de ações voltadas para a cultura, como forma de enfrentar o problema crônico da falta de verbas” (TADDEI NETO, 2003, p. 109). Essas alterações são fundamentais para compreender o panorama atual da cultura no país, pois condicionaram o aparato legal que regula as atribuições das diferentes esferas da sociedade.

No parágrafo 3º do Artigo 216 da Constituição consta que a lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. A primeira legislação fiscal criada pelo poder público para incentivar empresários a investir em cultura foi a Lei Federal 7.505, de 1986. Conhecida como “Lei Sarney”, ela foi revogada em 1990 pela Medida Provisória 161, resultando na diminuição da verba disponibilizada para os meios artísticos. No ano seguinte, foi sancionada a Lei 8.313 (ou Lei Rouanet) e, em 1993, a Lei do Audiovisual (Lei 8.685). Ambas retomavam parte dos mecanismos de incentivos presentes na Lei Sarney.

[...] a Lei Rouanet introduziu o procedimento de aprovação prévia dos projetos por parte de uma comissão composta por representantes do governo e das entidades culturais, inaugurando assim um modelo de análise que viria a ser adotado pela maioria das leis de incentivos fiscais criadas, a partir de então, em âmbito estadual e municipal (VIEIRA, 2006, p. 7-8).

Vieira (2006) defende que as leis de incentivo expressam o deslocamento de poder na correlação de forças entre mercado e Estado que facultou no modelo de gestão cultural hoje em vigor no Brasil. Para ser candidata a financiamento disponibilizado pelas leis de incentivo, uma ação cultural deve ser redigida em formato de projeto e enviada à esfera de governo competente por pessoa física ou jurídica. Após a aprovação da concessão dos benefícios fiscais para determinado projeto cultural, seus realizadores recorrem a empresas (privadas ou públicas) para serem patrocinadoras ou investidoras. Grande parte das ações da área cultural no Brasil é viabilizada atualmente pelas leis de incentivo¹⁶, baseadas em benefícios fiscais concedidos pela União, por estados ou municípios.

Os municípios autorizam a aplicação de uma parcela do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e/ou do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) em projetos culturais. O percentual varia de acordo com o definido pelas leis de incentivo em cada cidade. A primeira delas, criada em 1990, foi a Lei Mendonça, na capital paulista. Hoje, dezenas de

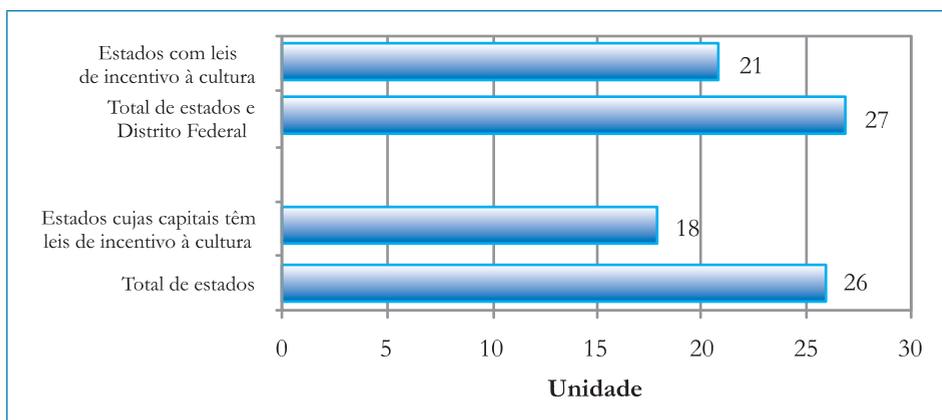
¹⁶ Tramita no Senado um projeto de lei que expandiria os benefícios de incentivo da Lei Rouanet para “templos de qualquer natureza ou credo religioso” (VASCONCELOS, 2007).

municípios em todo o país seguiram o mesmo exemplo. Os governos estaduais permitem que os interessados em contribuir com a cultura destinem parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para projetos. Ao todo, 14 estados e o Distrito Federal contam com mecanismos dessa natureza, que também variam em cada uma das unidades da federação. O governo federal, por sua vez, deixa de recolher uma parte do Imposto de Renda (IR) desde que os beneficiados apliquem o recurso em projetos culturais, por meio da Lei Rouanet e da Lei do Audiovisual (BARROS, 2006).

Apesar de Barros afirmar que existem leis de incentivo em 14 estados e no Distrito Federal, dados mais atuais disponibilizados pela Unidade de Cultura, Esporte e Lazer do Departamento Nacional do SESI (2007) põem em relevo que esse formato de legislação cultural está se expandindo.

O Gráfico 25 demonstra que oito dos 26 estados da Federação não possuem leis de incentivo à cultura. Mais da metade das capitais possui mecanismos legais de articulação entre realizadores culturais e empresas baseados em benefícios fiscais.

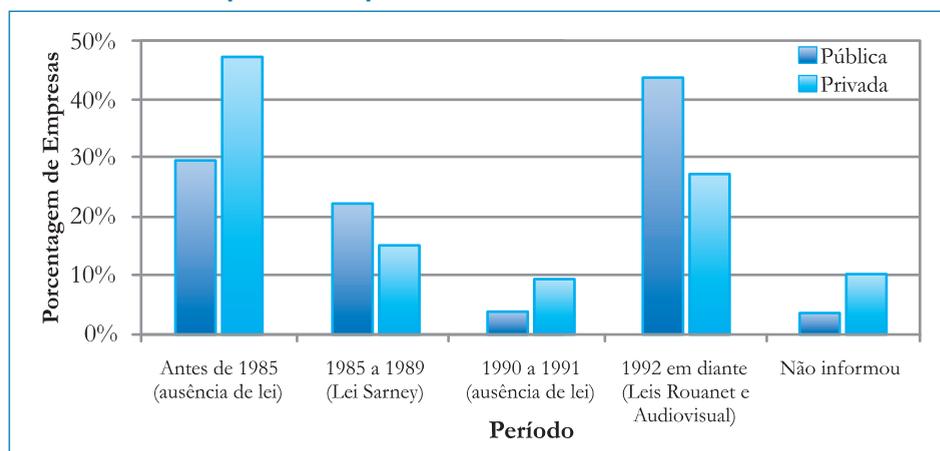
Gráfico 25 – Leis de incentivo à cultura nos estados e capitais – Brasil – 2007



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do SESI-DN, 2007.

Em diagnóstico sobre investimentos culturais publicado em 1998, a Fundação João Pinheiro (FJP) observou a influência positiva das leis de incentivo sobre o número de empresas investidoras em cultura. No Gráfico 26, podem ser visualizados quatro períodos diferentes em relação à existência de regulamentos legais para a concessão de benefícios na área cultural e sua correlação com os investimentos realizados por empresas públicas ou privadas.

Gráfico 26 – Patrocínio cultural pelas empresas / públicas e privadas – Brasil – 1980-1997



Fontes: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1998, p. 26

Dados da Fundação João Pinheiro (1998) demonstram que há um crescimento contínuo no número das empresas investidoras em cultura entre 1990 e 1997, crescimento que permaneceu constante até 2007 (CARNASCIALI, 2007). No grupo formado pelas grandes empresas do país, os gastos com cultura aumentaram 349% no período 1990-1997, representando um acréscimo de R\$ 114,6 milhões (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1998, p. 28). O número de projetos culturais incentivados pelas empresas também aumentou significativamente ao longo dos anos considerados pelo diagnóstico da FJP.

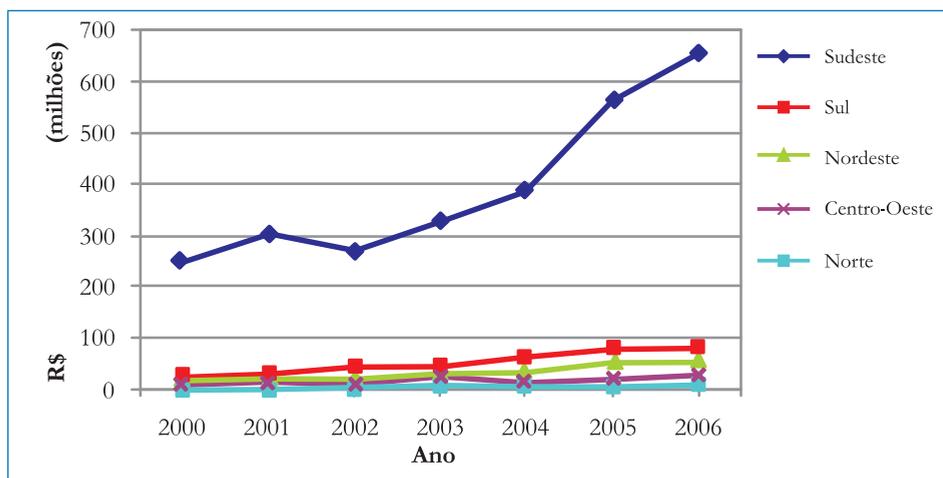
Houve um crescimento mais regular no número de projetos patrocinados pelas empresas privadas do que pelas públicas que, de maneira geral, apresentam tradição mais acentuada de investimentos em cultura (FUNDAÇÃO JOÃO

PINHEIRO, 1998). O montante gasto pelas empresas públicas, todavia, ainda é maior do que o da iniciativa privada.

A tendência de crescimento do número de empresas investidoras em cultura apresentada pela FJP para o período 1990-1997 é contínua. “O mercado de patrocínios culturais, assumido pelas grandes empresas privadas, apresenta vasta oportunidade de crescimento: hoje [2003], cerca de 1.200 empresas já exercem o mecenato, mas outras 100.000 são patrocinadoras em potencial” (BRAGA, 2003, p. 54).

Em estudo sobre o impacto das leis de incentivo à cultura no Brasil, Porto (2006, p. 52) afirma que “há uma enorme concentração regional e em projetos de fundações privadas, além do reforço às áreas mais glamourosas, como cinema, espetáculos musicais e do *show business*”. Os dados, relativos ao período de 1998 a 2003 revelam que 80% dos financiamentos aprovados e financiados por meio da Lei Rouanet estavam concentrados na região Sudeste (Gráfico 27).

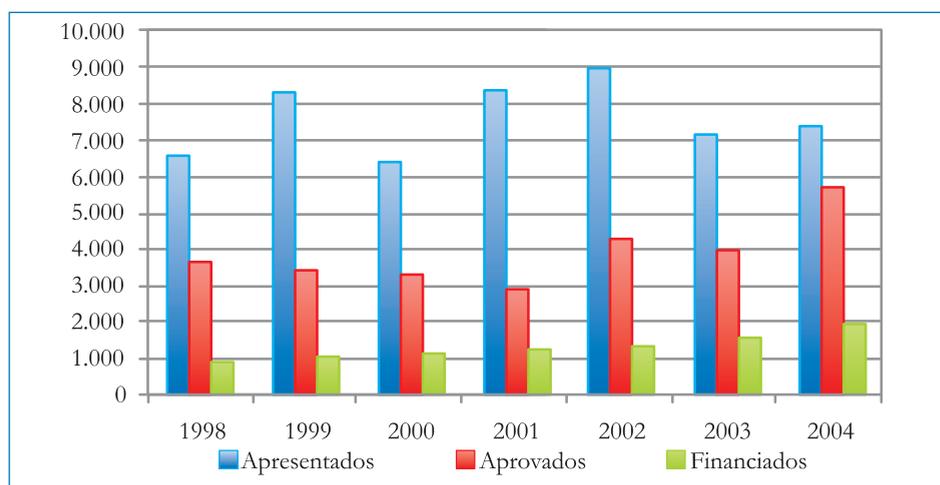
Gráfico 27 – Lei Rouanet – financiamentos efetivados por região – Brasil – 2000-2006



Fonte: BRASIL, 2007b.

O Gráfico 28 apresenta a relação entre projetos culturais apresentados, aprovados e financiados durante o período de 1998 a 2004. Cada uma das etapas estabelecidas pela Lei Rouanet revela-se como um gargalo de seleção, impedindo que determinadas iniciativas venham a ser concretizadas (PORTO, 2006).

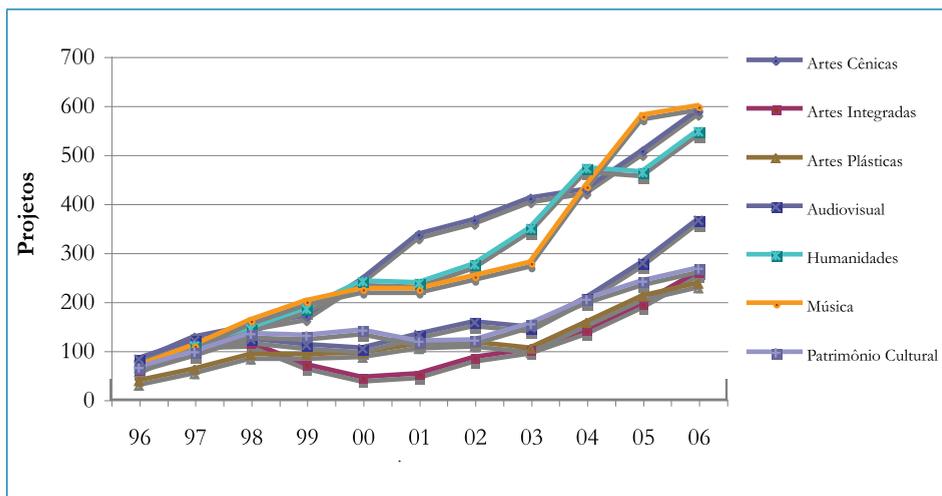
Gráfico 28 – Relação dos projetos apresentados, aprovados e financiados pela Lei Rouanet – Brasil – 1998-2004



Fonte: PORTO, 2006. p. 54.

As leis de incentivo incidem de modo diferente entre as iniciativas culturais existentes. Dados do Ministério da Cultura (BRASIL, 2007a) indicam que as artes cênicas e a música representaram cada uma 21% dos projetos financiados por meio da Lei Rouanet em 2006, seguidas pelas humanidades (19%), audiovisual (13%), artes integradas (9%), patrimônio cultural (9%) e artes plásticas (8%). O Gráfico 29 apresenta a proporção de projetos com verbas captadas entre 1996 e 2006 conforme as modalidades.

Gráfico 29 – Relação dos projetos financiados por meio do mecanismo de incentivo da Lei Rouanet por modalidade cultural – Brasil – 1996-2006



Fonte: BRASIL, 2007b.

As leis de incentivo colocaram em marcha um amplo debate sobre a cultura no Brasil (BARACHO; FÉLIX, 2003; VASCONCELOS, 2007). Os pontos principais em pauta questionam que esfera deve ser responsabilizada pelos gastos com cultura e quem deve ter o poder de decisão sobre a aprovação dos projetos a serem incentivados. O debate põe em relevo diferentes perspectivas de relacionamento entre o público e o privado, num processo de verificação dos critérios de avaliação possíveis para projetos culturais.

Rubim (2007) critica as leis de incentivo por alocarem o poder de decisão às empresas privadas, em detrimento do Estado, apesar dos recursos econômicos utilizados serem predominantemente públicos. Para este autor, elas “agredem a democracia, ao introduzir uma enorme distorção no poder de decisão do estado e no mercado no uso das verbas públicas” (2007). Sarkovas (2003, p. 1, apud VIEIRA, 2006) afirma que a “adoção de um sistema de financiamento baseado na dedução integral do imposto subverteu o princípio elementar do incentivo fiscal, que é o de usar o dinheiro público para estimular o investimento privado”. Vieira narra a transformação legal:

Entre os anos de 1996 e 1997, houve uma expressiva captação de verba pela produção cinematográfica, através da Lei do Audiovisual. Este *boom* se deu em virtude, principalmente, do dispositivo previsto na lei que concede 100% de dedução fiscal para as empresas investidoras em cinema, o que provocou uma concorrência com a Lei Rouanet, já que a legislação previa a contrapartida de recursos das empresas entre 70% e 60%, permitindo a dedução entre 30% e 40% do Imposto de Renda sobre o valor patrocinado. Pressionado pela comunidade cultural a corrigir este desequilíbrio entre as duas leis, o governo federal, em 1997, sancionou uma Medida Provisória que legalizou a cota de 100% de dedução para o patrocínio de algumas modalidades (artes cênicas, livros de valor artístico-literário ou humanístico, música erudita ou instrumental, circulação de exposições e artes plásticas, doações de acervos para bibliotecas públicas e para museus). Em 2001, no entanto, o governo estendeu esse benefício às demais áreas contempladas pela lei, instaurando, assim, um sistema de financiamento baseado na dedução integral do imposto. (VIEIRA, 2006, p. 12, nota 7).

Corrêa (2004) defende que o modelo paternalista de relação entre o poder público e a esfera de produção cultural esgotou-se. Para este autor, a “introdução dos mecanismos de renúncia fiscal na ‘linha de montagem’ cultural permitiu o envolvimento de uma outra esfera da sociedade, a empresa privada, no centro de decisão do que é oferecido ao público. Para o bem e para o mal” (CORRÊA, 2004, p. 13-14). Assim, as leis de incentivo estariam possibilitando “a aproximação de pólos aparentemente divergentes em torno de um objetivo comum”, trazendo para a cultura não apenas mais recursos, como novas competências (CORRÊA, 2004, p. 27). Aumento do profissionalismo, da eficácia e do comprometimento com os resultados são alguns dos aspectos que Corrêa (2004, p. 167) atribui à introdução das leis de incentivo na esfera cultural brasileira que passou a ocupar o centro das discussões, “ocupando seu devido lugar na sociedade”.

Para Coelho (2004), as leis de incentivo fiscal foram “um dos aspectos mais animadores da política brasileira nos últimos vinte anos”, sendo responsáveis por projetos que impulsionaram a esfera da cultura no país. Guilherme, Costa e Gondim (2007) defendem a importância das leis de incentivo como forma de estímulo para a captação de recursos em decorrência do baixo poder aquisitivo da população brasileira, o que impos-

sibilita que a renda obtida através dos consumidores seja a maior fonte de receita para os produtos e serviços culturais. Silva (2007) salienta que as leis de incentivo constituem importante fator de empoderamento para organizações não-governamentais (ONGs), mesmo quando suas áreas de interesse específico não residem na cultura. Neste sentido, a captação de incentivos fiscais é instrumento que fortalece o terceiro setor.

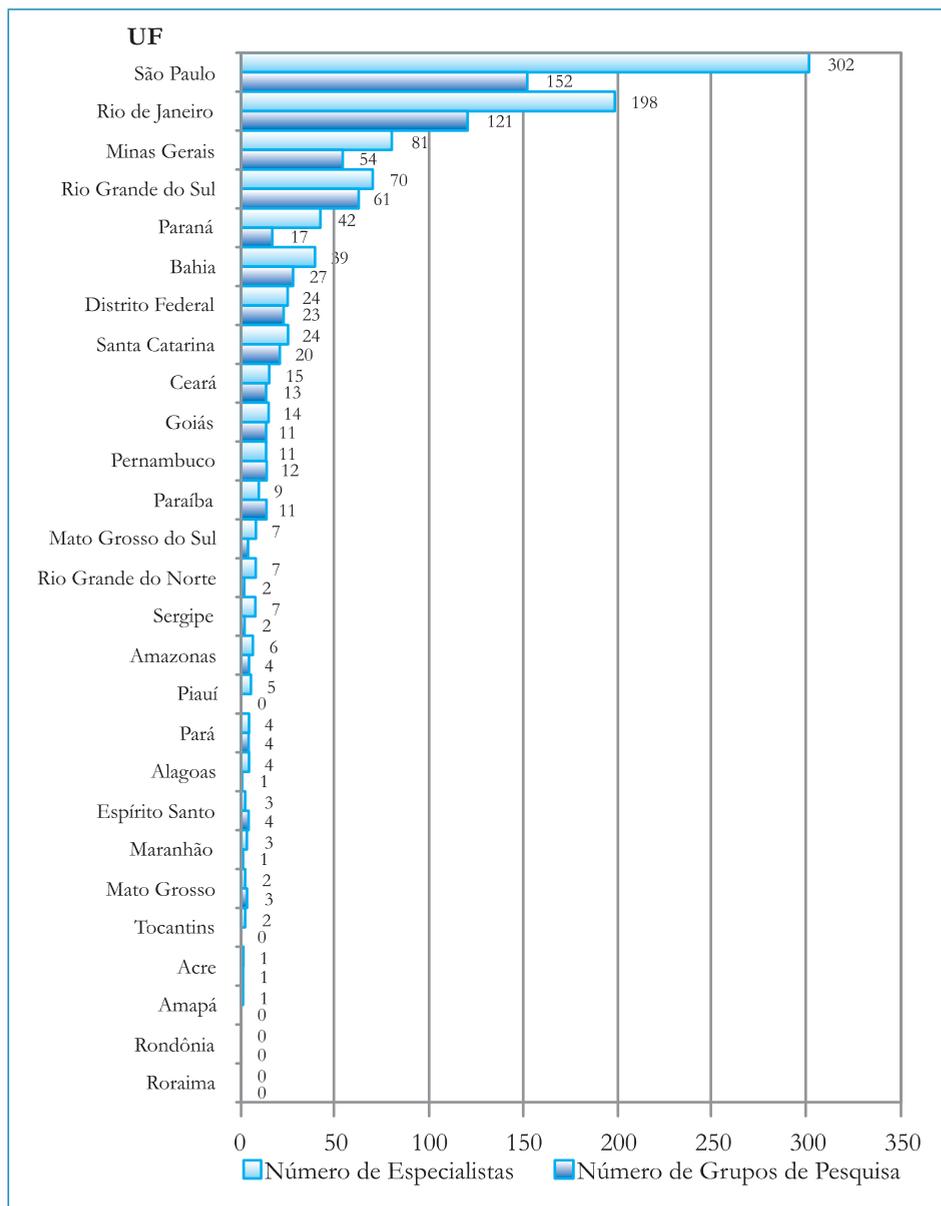
A Lei Rouanet confere a entidades sem fins lucrativos algumas vantagens sobre as lucrativas, a principal delas reside no fato de que a única pessoa jurídica privada apta a pleitear incentivos fiscais para a construção ou aquisição de bens que incorporem o ativo permanente é a pessoa jurídica sem finalidade lucrativa (associação/instituto ou fundação) com objeto social que contemple áreas da cultura nacional (SILVA, 2007).

O argumento de consenso no debate sobre as leis de incentivo consiste na reivindicação da cultura como campo social privilegiado, merecedor de incentivos. As diversas posições a favor e contra concordam em enfatizar a necessidade de implementação de políticas públicas que fomentem a democratização, a cidadania e a cultura participativa.

4.3 Competências Acadêmicas

A distribuição geográfica de especialistas e grupos de pesquisa nos estados brasileiros revela uma maior concentração de competências no Sudeste e Sul do país, em conformidade com o número de universidades e centros de pesquisa em cada região. Em alguns estados, a quantidade de grupos de pesquisa supera o de especialistas, especialmente naqueles com reduzida incidência de acadêmicos da área (Gráfico 30).

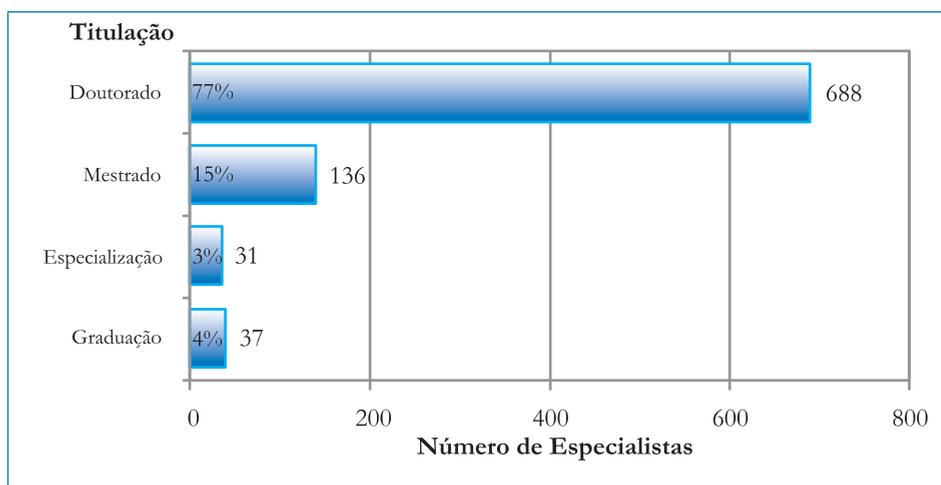
Gráfico 30 – Grupos de pesquisa e especialistas na área de cultura por unidades da federação – Brasil – Maio/2007



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASI, 2007a.

O Gráfico 31 quantifica o número de especialistas na área de cultura, que conta com aproximadamente 700 doutores e 140 mestres. A maior parte dos profissionais é da área de Ciências Humanas.

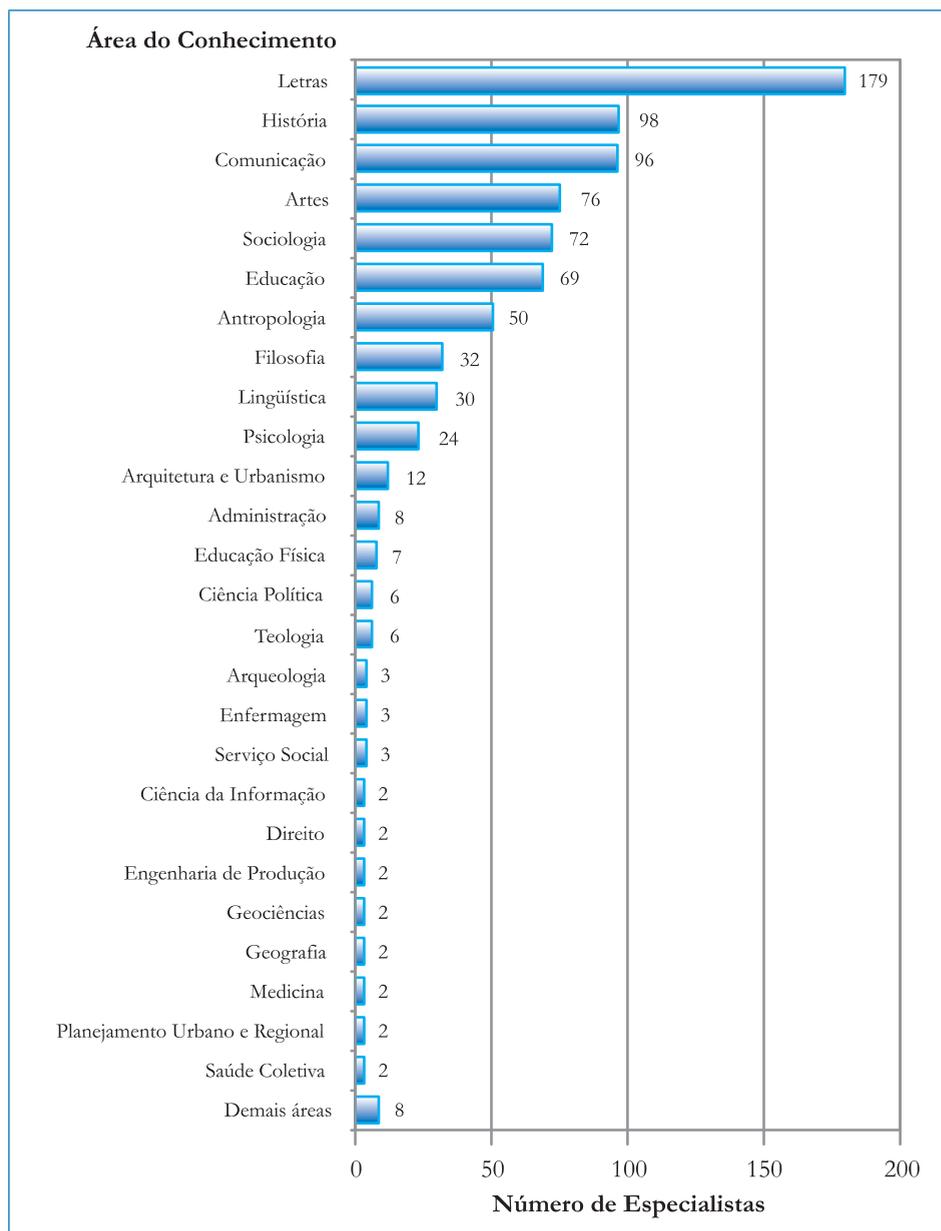
Gráfico 31 – Especialistas em cultura por titulação – Brasil – maio/2007



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASI, 2007a.

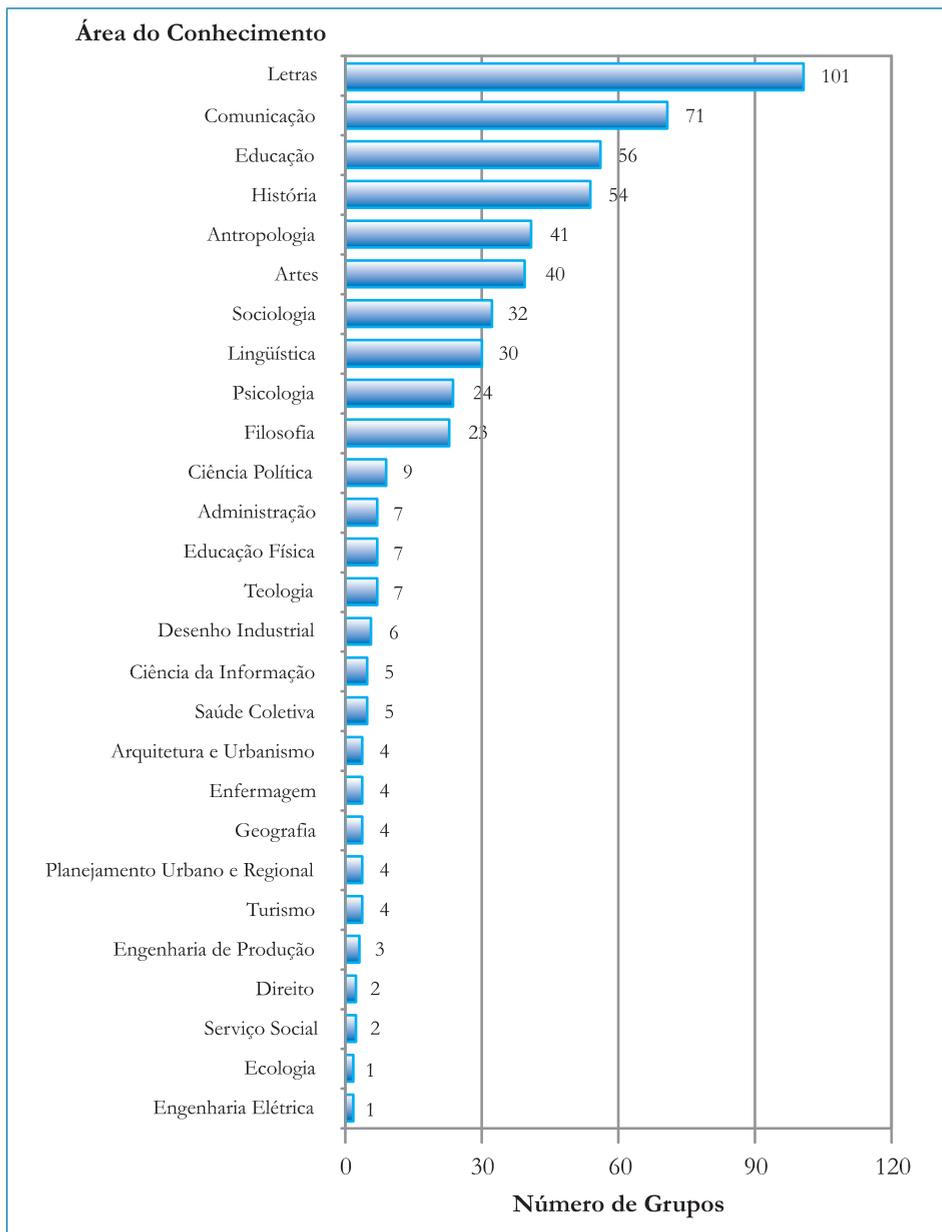
No Brasil, aproximadamente 22% dos especialistas em cultura têm formação em Letras, História, Comunicação, Artes, Sociologia e Educação (Gráfico 32). Verifica-se a pouca atividade das Ciências Sociais aplicadas nas pesquisas culturais, com incidência de apenas oito administradores e dois gestores de informação. Não há registro de economistas com competências em cultura na base de dados Lattes (Portal Inovação). Os grupos de pesquisa, de maneira geral, acompanham estas tendências de concentração nas Ciências Humanas.

Gráfico 32 – Especialistas em cultura por área do conhecimento – Brasil – Maio/2007



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASI, 2007a.

Gráfico 33 – Grupos de pesquisa em cultura por área do conhecimento – Brasil – Maio/2007



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASI, 2007a.

Como se verifica no Gráfico 33, a área de Letras continua entre os grupos de pesquisa com maior incidência de ocorrências, seguido por Comunicação, Educação e História. As especialidades que contemplam uma quantidade menos significativa de grupos de pesquisa são as de Serviço Social, Direito, Engenharia Elétrica e Ecologia.

4.4 Organizações

UNESCO – Instituição internacional com destaque no cenário nacional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi fundada em 16 de novembro de 1945. A organização teve sua representação formalmente criada no Brasil em 1966. A UNESCO funciona como laboratório de idéias e agência de padronização para formação de acordos universais entre seus 192 estados-membros e seis membros associados nos assuntos éticos emergentes referentes à cultura e demais áreas de atuação. Entre seus principais objetivos e linhas de ação estão a incorporação dos instrumentos legais da organização nas políticas culturais; a intensificação da relação entre cultura e desenvolvimento, por meio da capacitação e do compartilhamento de conhecimentos; e a proteção dos direitos culturais, incentivando o diálogo entre culturas e civilizações (UNESCO, 2007). Vieira (2004) defende que organismos internacionais como a UNESCO foram fundamentais para elevar o papel da cultura, constituindo-a como assunto estratégico nas agendas nacionais, ao mesmo tempo em que tiveram grande importância na ampliação do conceito de cultura.

Ministério da Cultura (MinC) – As ações culturais do governo federal estiveram vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura até 1985, quando foi criado um ministério específico para a área, pelo Decreto 91.144. Entretanto, em 1990, o Ministério da Cultura foi transformado em Secretaria da Cultura – órgão diretamente vinculado ao gabinete da Presidência da República. No final de 1992, a Lei 8.490 instituiu novamente o Ministério da Cultura (MinC), que passou ainda por duas novas reestruturações em 1999 e 2003 (BRASIL, 2005).

Em contraste com esse histórico de instabilidade (RUBIM, 2007), o atual esforço do MinC é priorizar a concepção e a implementação de políticas públicas

duradouras para a área da cultura. Como exemplos dessa linha de atuação, podem ser citadas a formulação do Plano Nacional de Cultura¹⁷ e a criação das Câmaras Setoriais¹⁸ e do Sistema Federal de Cultura¹⁹.

A nova diretriz do MinC baseou-se em uma concepção mais ampliada de Cultura, considerando-a em suas três dimensões: (i) enquanto produção simbólica (foco na valorização da diversidade, das expressões e dos valores culturais); (ii) enquanto direito e cidadania (foco nas ações de inclusão social por meio da Cultura); e (iii) enquanto Economia (foco na geração de empregos e renda, fortalecimento de cadeias produtivas e regulação) (BRASIL, 2005).

Como pode ser visto no Gráfico 34, o orçamento anual do Ministério da Cultura de 2003 ultrapassou R\$ 90 milhões (IBGE, 2006b), atingindo a soma de 289 milhões em 2004 e aproximadamente 513 milhões em 2005 (RUBIM, 2007). O MinC está vinculado a outras oito instituições de cultura do governo federal: (i) Agência Nacional do Cinema, (ii) Fundação Biblioteca Nacional, (iii) Fundação Cultural Palmares, (iv) Fundação Casa Rui Barbosa, (v) Fundação Nacional de Arte, (vi) Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN), (vii) Centro Técnico Audiovisual; (viii) Cinemateca Brasileira²⁰.

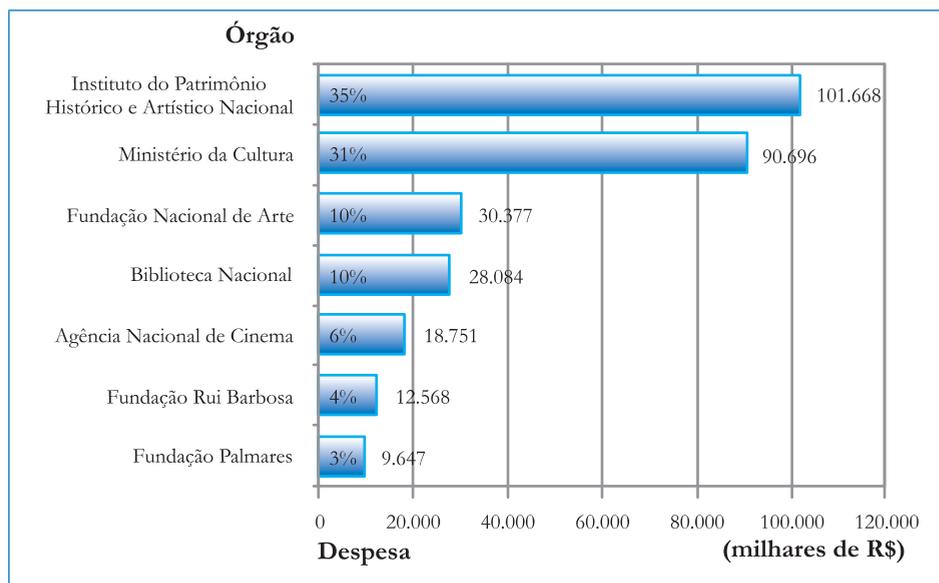
¹⁷ Em 22 de fevereiro de 2003, o Senado Federal aprovou, em primeira instância, a Proposta de Emenda Constitucional que instituiu o Plano Nacional de Cultura.

¹⁸ Em outubro de 2004, o Ministério da Cultura fundou as Câmaras Setoriais de Cultura, visando promover um amplo processo de discussão sobre as diretrizes políticas e como propiciar a participação da sociedade civil no processo de definição do conjunto de metas e ações a serem priorizadas pelas políticas setoriais. As Câmaras são compostas pelos segmentos: Teatro, Dança, Música, Artes Visuais, Circo e Livro e Leitura.

¹⁹ Em 24 de agosto de 2005, o Decreto nº. 5.520 instituiu o Sistema Federal de Cultura, no qual estados, Distrito Federal (DF) e municípios, representados pelos respectivos secretários de cultura, definem, juntamente com a União, uma agenda para coordenar planos e ações públicas para a cultura em todo o país.

²⁰ O Centro Técnico Audiovisual e a Cinemateca Brasileira estão diretamente vinculados à Secretaria do Audiovisual do MinC, por isso não são apresentados na seqüência os valores do gasto orçamentário específico de cada um deles.

Gráfico 34 – Despesa com cultura do governo federal, segundo o órgão – Brasil – 2003

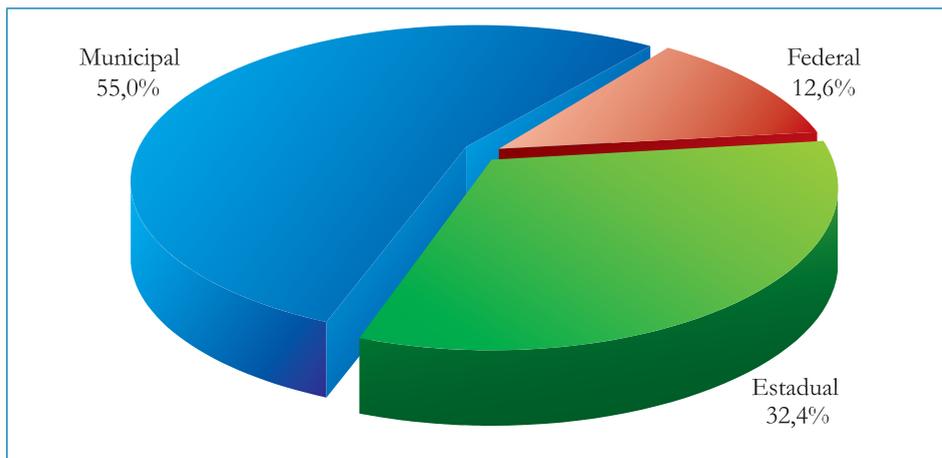


Fonte: IBGE, 2006b.

Ao contrário do que existe com relação à saúde e à educação, não há nenhum percentual de gastos obrigatórios vinculados à receita governamental em cultura²¹. De acordo com o IBGE, a cultura representa 0,2% do total dos gastos públicos no Brasil. Nos estados, a participação média é de 0,4%; nos municípios o índice é de 1% (IBGE, 2006b). Do montante de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões do orçamento governamental de 2003, cerca de R\$ 2,3 milhões foram destinados pela esfera federal, R\$ 747 milhões pelos governos estaduais e R\$ 1,27 bilhão pelos governos municipais, maiores responsáveis pela alocação de recursos orçamentários no setor cultural. O percentual de gastos é apresentado no Gráfico 35.

²¹ Existem, todavia, projetos legislativos que propõem criar a obrigatoriedade da vinculação de recursos orçamentários para a cultura da receita líquida do governo. Os percentuais sugeridos variam entre 1% e 2% (CATALÃO, 2005).

Gráfico 35 – Distribuição das despesas com cultura, por esferas de governo – Brasil – 2003

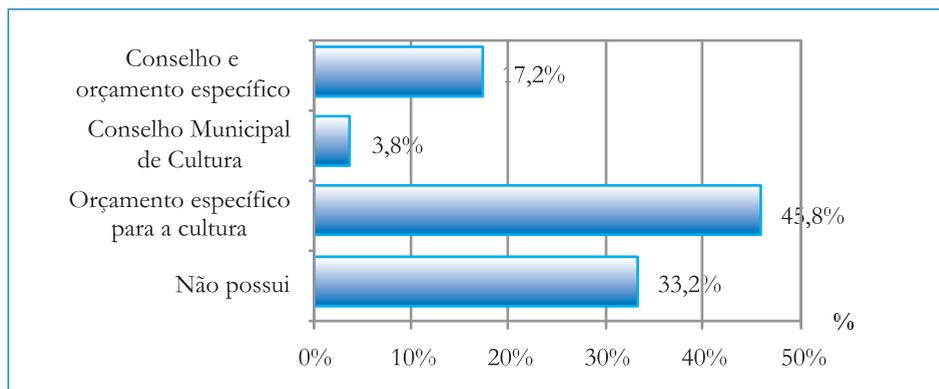


Fonte: IBGE, 2006b.

A distribuição dos gastos com cultura nas três esferas de governo, na qual os municípios representam 55% do total, “se deve ao papel essencial dos municípios na vida cultural, pois se situam em posição de proximidade com a demanda cultural e sofrem pressões diretas de produtores e consumidores de bens culturais e lazer para o financiamento público” (IBGE, 2006b). Isto é indicativo do caráter pulverizado das iniciativas culturais, reforçando o argumento de que as instituições de referência na área cultural são em sua maioria de âmbito local.

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), cujo ano de referência é 2005, revela que 63% dos municípios brasileiros têm orçamento específico para a área de cultura (Gráfico 36) (IBGE, 2006a). A descentralização administrativa observada após a Constituição Federal de 1988 delegou mais atribuições legais aos municípios e concedeu-lhes maior autonomia. O número de Conselhos Municipais de Cultura avançou significativamente nos últimos anos, passando de 13,2%, em 2001, para 21,0%, em 2005 (IBGE, 2006a).

Gráfico 36 – Percentual de municípios com existência de conselhos municipais de cultura e orçamento municipal específico para cultura – Brasil – 2005



Fonte: IBGE, 2006a.

Sistema S – Além dos órgãos do governo federal, duas outras instituições de referência em cultura no Brasil merecem destaque: o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI). Integrantes do Sistema S, ambas as entidades têm sua estrutura organizada em uma coordenação nacional e departamentos regionais, que promovem projetos culturais específicos.

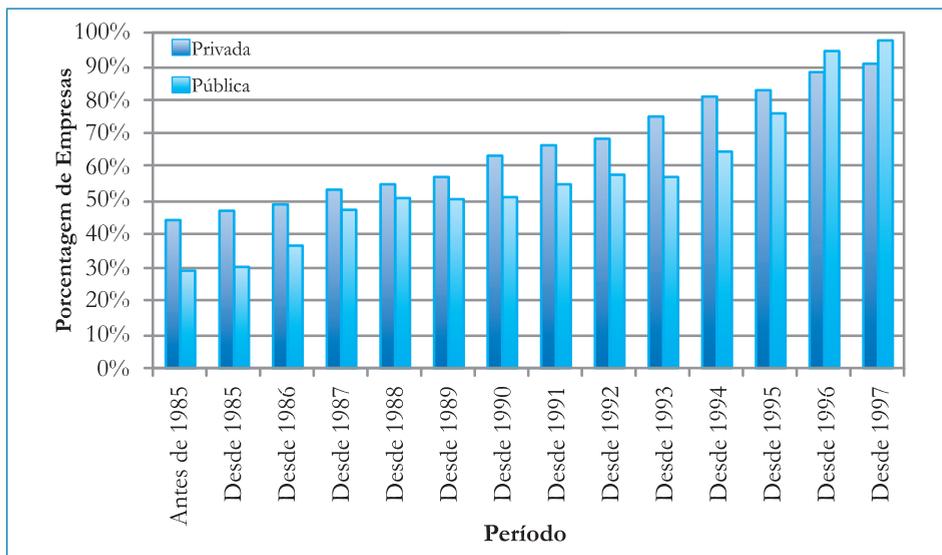
Fundações, institutos e empresas culturais – Em 2003, atuaram na produção cultural brasileira 269.074 empresas (o equivalente a 5,2%), que empregaram 1.431.449 pessoas (cerca de 4% do pessoal ocupado). O setor com maior participação no segmento cultural foi o de serviços (59% das empresas), seguido do comércio (26,5%) e da indústria (14,7%). No tocante à geração de empregos, a distribuição se modifica um pouco, representando os serviços 62% do pessoal ocupado total e do assalariado; o comércio, 14,7% do pessoal ocupado e 11,3% do assalariado; e a indústria, 22,8% do total de ocupados e 26,2% dos trabalhadores assalariados (IBGE, 2006b).

Hahari (2004) defende que as empresas culturais são vetores de riqueza e de trabalho intensivo, podendo ser utilizadas como instrumentos de inclusão social, especialmente em zonas pobres. Adequadamente estimuladas, elas podem participar na promoção da diversidade cultural. As novas tecnologias de informação

e comunicação auxiliam que as empresas culturais se envolvam diretamente com o desenvolvimento de uma economia baseada na criatividade e no conhecimento. López e Amaya (2004) defendem que na escala das empresas medianas se vislumbra a possibilidade de gerar espaços que articulem uma diversidade de conteúdos e processos culturais diferentes das ofertas dos grandes mercados.

A partir da década de 1990, verifica-se um crescimento no número de fundações e institutos culturais mantidos por empresas privadas e públicas. Destacam-se as instituições patrocinadas por empresas financeiras e de telecomunicações (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO MACHADO, 1998). O Gráfico 37 revela o percentual acumulado das empresas de acordo com os anos em que passaram a realizar investimentos em cultura.

Gráfico 37 – Percentual acumulado de empresas públicas e privadas que passaram a investir em cultura – Brasil – 1980-1997



Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1998. p. 25.

Parte de uma estratégia mais ampla de comunicação empresarial, os investimentos em *marketing* cultural passaram a ser prioritários, como apontam Baracho e Félix (2003, p. 18):

É consensual entre os diversos autores que por promover a associação entre a atividade cultural e a comunicação empresarial, o *marketing* cultural tem-se revelado nos dias atuais um dos mais eficazes instrumentos de comunicação corporativa. A saturação da publicidade convencional levou as empresas a buscarem formas de comunicação empresarial que consigam, de forma ágil e eficiente, atrair um público consumidor exigente e diferenciado, conferindo às empresas grande valor de mercado.

A atuação cultural de empresas privadas e públicas foi influenciada pelas transformações legais que instauraram as leis de incentivo à cultura, como fica evidente na sessão sobre legislação. Baracho e Félix (2003) consideram ainda que os investimentos empresariais em cultura representam iniciativas de Responsabilidade Social. Guilherme, Costa e Gondim (2007) narram a experiência pioneira do Governo do Estado do Ceará que instituiu, em 2004, o Selo de Responsabilidade Cultural, visando estimular as organizações que investem em cultura no estado.

O marketing cultural surge então como uma das modalidades de marketing institucional, reforçando diretamente a imagem relacional e personificada da organização com um conseqüente impacto nas imagens temporal e espacial da mesma. O conceito de responsabilidade cultural [...] vem subsidiar politicamente esta prática, qualificando as ações organizacionais, agregando valor a sua imagem institucional (GUILHERME; COSTA; GONDIM, 2007).

4.5 Panorama Quantitativo

No Brasil, a investigação sobre os temas culturais não é recente do ponto de vista da produção de estatísticas culturais, porém ainda é irregular e dispersa. Sua inconstância não permitiu que fosse desenvolvido no país, até o momento, um sistema articulado de indicadores culturais, permanente e, ao mesmo tempo, flexível. Sistema que fosse capaz de incorporar novas formas de manifestações culturais que surgem sem cessar, associadas ao surgimento de novas infra-estruturas e tecnologias dos meios de comunicação, que se segmentam e diversificam (IBGE, 2006b).

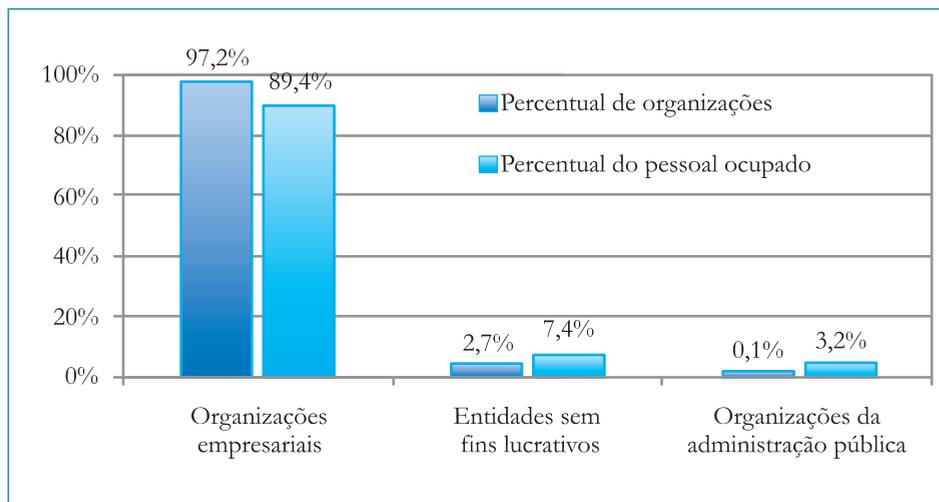
O maior levantamento de dados quantitativos sobre cultura no Brasil foi publicado pelo IBGE em parceria com o MinC no ano de 2006. Intitulado *Sistema de Informações e Indicadores Culturais*, o trabalho consiste em uma sistematização da base de dados do instituto²² referentes ao ano de 2003, visando caracterizar a dimensão econômica da cultura no país.

Neste estudo, a análise econômica da cultura foi realizada por meio da mensuração dos produtos (bens e serviços) ofertados e consumidos. Convém ressaltar que, mesmo partindo de um princípio conceitual e metodológico simples (estudo da oferta e demanda de produtos associados à cultura), houve enorme dificuldade para mensurar a importância econômica da cultura no Brasil, em virtude da insuficiência de dados estatísticos sobre as atividades de produção de bens culturais no país (IBGE, 2006b).

Procedendo a análise do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), o IBGE afirma que, em termos da natureza jurídica das organizações do setor cultural, a forma empresarial foi a mais expressiva, com 97,2%. Em seguida, aparecem as entidades sem fins lucrativos (2,7%) e organizações da administração pública (0,1%). A correlação entre estas porcentagens e a distribuição do pessoal ocupado no setor de cultura em 2003 é apresentada no Gráfico 38.

²² Para a realização do levantamento, o IBGE utilizou as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE; as pesquisas estruturais econômicas (Pesquisa Industrial Anual – Empresa – PIA-Empresa, Pesquisa Anual de Comércio – PAC e Pesquisa Anual de Serviços – PAS); a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF; as Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas – APU; e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE, 2006b).

Gráfico 38 – Natureza jurídica das organizações do setor cultural e pessoal ocupado – Brasil – 2003

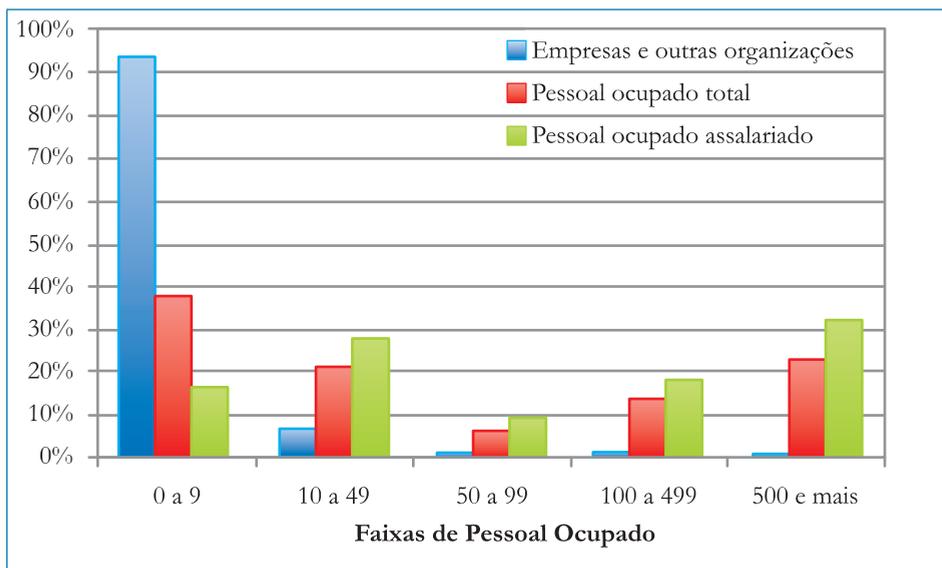


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do IBGE, 2006b.

A massa salarial anual gerada pelo setor cultural, em 2003, foi de R\$ 17,8 bilhões. A receita líquida das atividades industriais, comerciais e de serviços relacionadas à cultura foi de aproximadamente R\$ 156 bilhões no mesmo ano, enquanto o montante de custos atingiu a ordem de R\$ 114 bilhões.

O Gráfico 39 mostra que o porte das empresas do setor cultural manteve correlação relevante com a quantidade do pessoal ocupado e sua situação legal. As empresas com até nove pessoas ocupadas representam a maioria (93%), mas responderam por apenas 37,3% do total de pessoal ocupado e por 15,8% do pessoal ocupado assalariado. Já as empresas com mais de 500 pessoas ocupadas representam apenas 0,1%, respondendo, todavia, por 22,7% das pessoas ocupadas e 31,4% dos assalariados.

Gráfico 39 – Distribuição percentual de empresas e pessoal ocupado no setor cultural – Brasil – dez/2003



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do IBGE, 2006b.

O salário médio mensal pago pelo conjunto dos setores econômicos (indústria, comércio e serviços) relacionados direta ou indiretamente à cultura foi de 5,1 salários mínimos (SM) em 2003. A soma supera a média geral dos setores econômicos, que foi de 3,3 SM. O indicador relativo à relação entre o total de gastos de pessoal e o montante de receita líquida de vendas²³ demonstra que o conjunto das atividades culturais (15,1%) é mais competitivo do que a média geral (23,9%).

Na indústria da transformação, o custo do trabalho foi de 12,5%, enquanto para as atividades da indústria cultural o índice foi de 14,5%, apontando uma menor competitividade deste setor. As atividades comerciais culturais, com um indicador de 13,2%, mostraram-se menos competitivas que a atividade de comércio como um todo, cujo indicador foi de 9,1%. Já na atividade de serviços, o custo do trabalho foi de 27,5% para o setor em geral e de 15,7% para o setor de serviços culturais.

²³ Quanto maior for esse indicador, menos competitivo é o setor em termos de custo de trabalho.

Em linhas gerais, observa-se que o grupo que compõe as atividades industriais culturais emprega cerca de 5% do total de pessoal ocupado industrial, paga salário médio acima do observado para a indústria como um todo (5,3 salários mínimos contra 4,6 salários mínimos) e detém algo próximo de 5% da produção industrial. Já o setor cultural da atividade de comércio emprega cerca de 3% do pessoal ocupado no comércio, o salário médio do setor cultural está próximo ao observado para o comércio como um todo (2,2 salários mínimos contra 2,1 salários mínimos), sendo que o setor cultural detém cerca de 3% do valor adicionado do comércio. Por fim, o setor cultural da atividade de serviços mostra-se importante na geração de postos de trabalho, absorvendo cerca de 9% do pessoal ocupado em atividade de serviços. Em relação à geração de receita, o setor cultural dos serviços é responsável por cerca de 30% do valor adicionado pelas atividades de serviços. O trabalho do setor cultural recebe, em média, 5,9 salários mínimos, valor mais alto que a média do setor de serviços em 2003 (3,2 salários mínimos) (IBGE, 2006a).

No ano de 2004, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) estimou 3,7 milhões de pessoas ocupadas com 10 anos de idade ou mais em atividades relacionadas à cultura (este valor refere-se ao trabalho exercido em qualquer tipo de empreendimento, registrado formalmente ou não). Na Tabela 9 é apresentada uma distribuição percentual da população maior de 10 anos ocupada com atividades relacionadas com cultura entre os anos de 2002 e 2004. O percentual de pessoas ocupadas com cultura em relação ao pessoal ocupado total no Brasil foi de 4,5% em 2003.

Tabela 9 – Distribuição da população de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo grupo de horas habitualmente trabalhadas por semana – Brasil – 2002-2004

Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal	Distribuição percentual da população de 10 anos ou mais de idade, ocupada (%)					
	Total			Setor Cultural		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004
00 a 20 horas	14,4	14,5	14,2	20,2	21,1	20,0
21 a 40 horas	38,1	38,1	39,1	41,0	40,8	41,6
41 horas ou mais	42,1	42,4	42,0	34,7	34,2	35,0
Ignorado	5,4	5,0	4,7	4,2	3,9	3,3

Fonte: IBGE, 2006a.

O setor cultural apresenta, em 2004, um percentual de 54,7% de pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade que não contribuem para o instituto de previdência, superior ao total geral que apresenta um percentual de 53,0%. Apesar de haver uma redução quando comparada com 2002 e 2003, essa informação pode indicar um certo grau de informalidade nas atividades vinculadas ao setor cultural, principalmente se for levado em conta o percentual superior no setor cultural das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade consideradas como conta-própria (IBGE, 2006a).

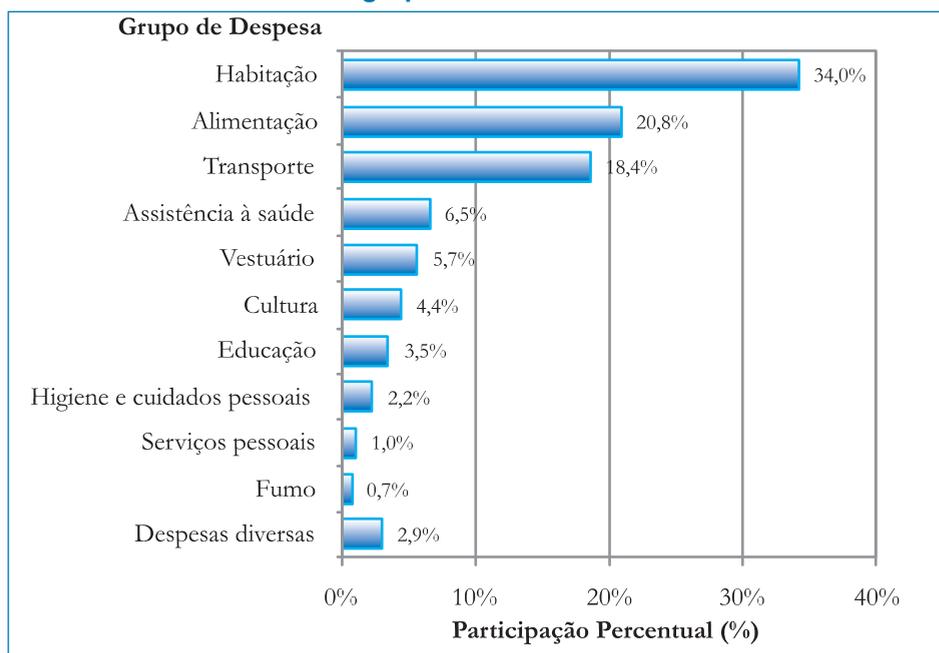
A maior participação percentual da população ocupada nas atividades culturais corresponde à faixa etária de 25 a 49 anos de idade, em conformidade com o que ocorre entre os ocupados em geral. Dentre os ocupados na cultura, entretanto, é maior a participação dos mais jovens (cerca de 30% localizados na faixa de 10 a 24 anos). Nas atividades culturais, predomina um nível de escolaridade mais elevado do que no do mercado de trabalho em geral – mais de 46% dos ocupados na área de cultura têm 11 anos ou mais de estudo. A despeito do maior número médio de anos de estudo, o rendimento médio mensal dos ocupados no setor cultura foi de R\$ 704,93 em 2004, sendo bastante similar ao da população ocupada total (R\$ 705,08).

A participação do trabalho feminino na população ocupada no setor cultural foi superior ao total das ocupações: em 2004 tem-se um percentual de 47,9% de

trabalho feminino nas ocupações vinculadas à cultura, enquanto este índice é de 41,9% para o geral de todas as ocupações. Com relação às horas habitualmente trabalhadas na ocupação principal, o setor cultural apresenta uma dedicação inferior ao total geral, significando que o contingente de pessoas ocupadas em atividades culturais trabalha menos tempo nas suas atividades. “Este fato pode estar associado à maior inserção dos conta-própria e empregados com carteira assinada no mercado de trabalho da cultura” (IBGE, 2006a).

Com relação à análise dos gastos das famílias (baseado nas estatísticas da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF), a média mensal de despesas com cultura, excluída a telefonia, foi de R\$ 64,53. Isto representa o sexto maior grupo de gastos das famílias brasileiras, como fica evidente no Gráfico 40. O grupo aquisição de eletrodomésticos representa 27% do total de gastos com cultura; e o item atividades de cultura, lazer e festas representa 21%.

Gráfico 40 – Participação na despesa mensal média de consumo familiar, por grupo de despesa, sem a inclusão da telefonia no grupo cultura – Brasil – 2002-2003



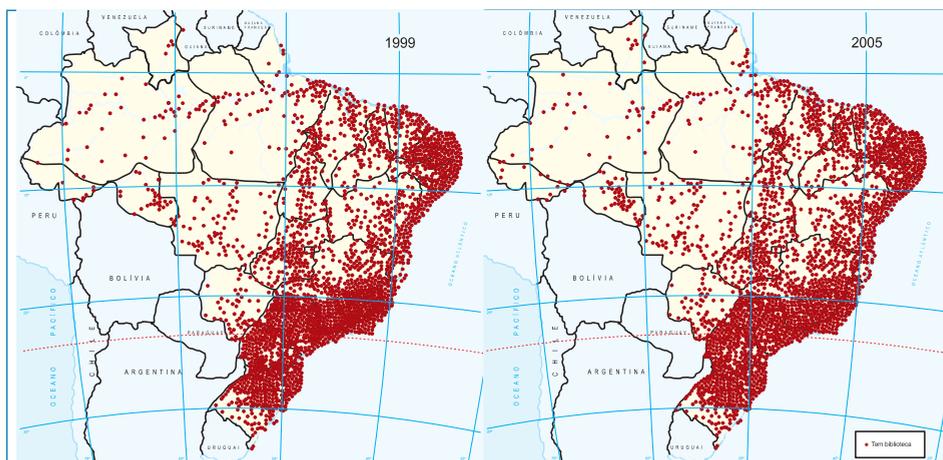
Fonte: IBGE, 2006a.

No cruzamento de dados socioeconômicos, observa-se que o percentual das despesas com cultura das famílias brasileiras varia de acordo com o rendimento e o nível de instrução. Assim, as famílias com renda superior a R\$ 3.000,00 gastam 20 vezes o valor que as famílias com renda de R\$ 400,00; o grupo de famílias cuja pessoa de referência tem nível superior gasta 11 vezes o valor gasto por aquelas sem instrução.

Apesar das diferenças dos gastos em Reais serem expressivas entre as famílias segundo suas características, considerando-se a proporção do gasto com cultura em relação à renda familiar total, as distâncias são bem menores. Como ilustração, pode-se mencionar que a maior participação observada foi para famílias cuja pessoa de referência tinha cursado o ensino superior (4,2%, sem telefonia) e a menor foi para aquelas com pessoa de referência sem instrução (2,5%) (IBGE, 2006a).

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do IBGE, também fornece estatísticas relativas à área da cultura no Brasil. Levantamento realizado em 2005 mostra que 85% dos municípios brasileiros possuem bibliotecas (Cartograma 5).

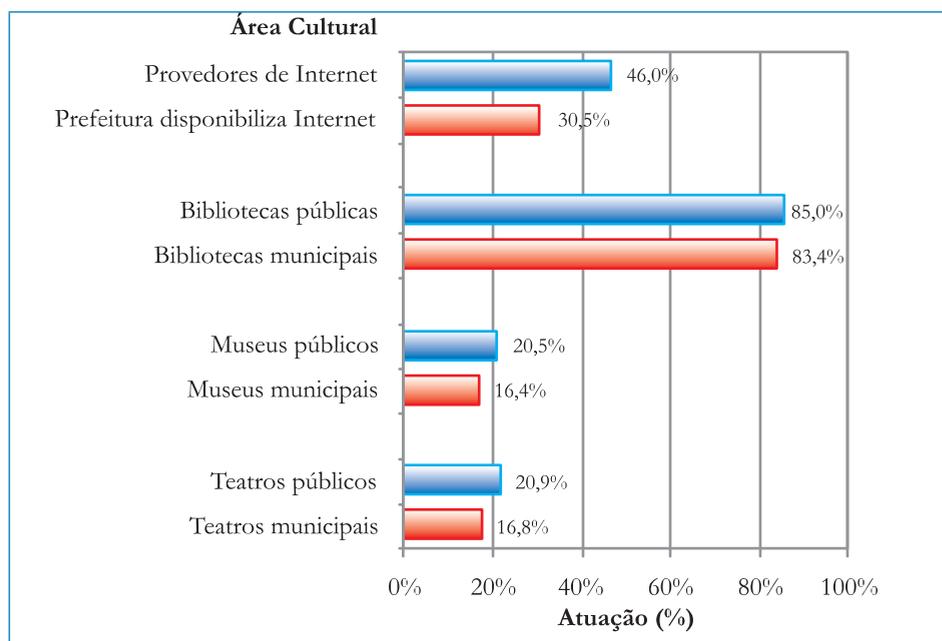
Cartograma 5 – Municípios com bibliotecas – Brasil – 1999-2005



Fonte: IBGE, 2006a.

Equipamento cultural com presença mais intensa em todas as grandes regiões do país, as bibliotecas são igualmente centrais na gestão municipal. O Gráfico 41 mostra a presença de equipamentos culturais e sua relação com o poder público municipal. Em 83,4% dos municípios, pelo menos uma biblioteca é administrada pelo poder público local.

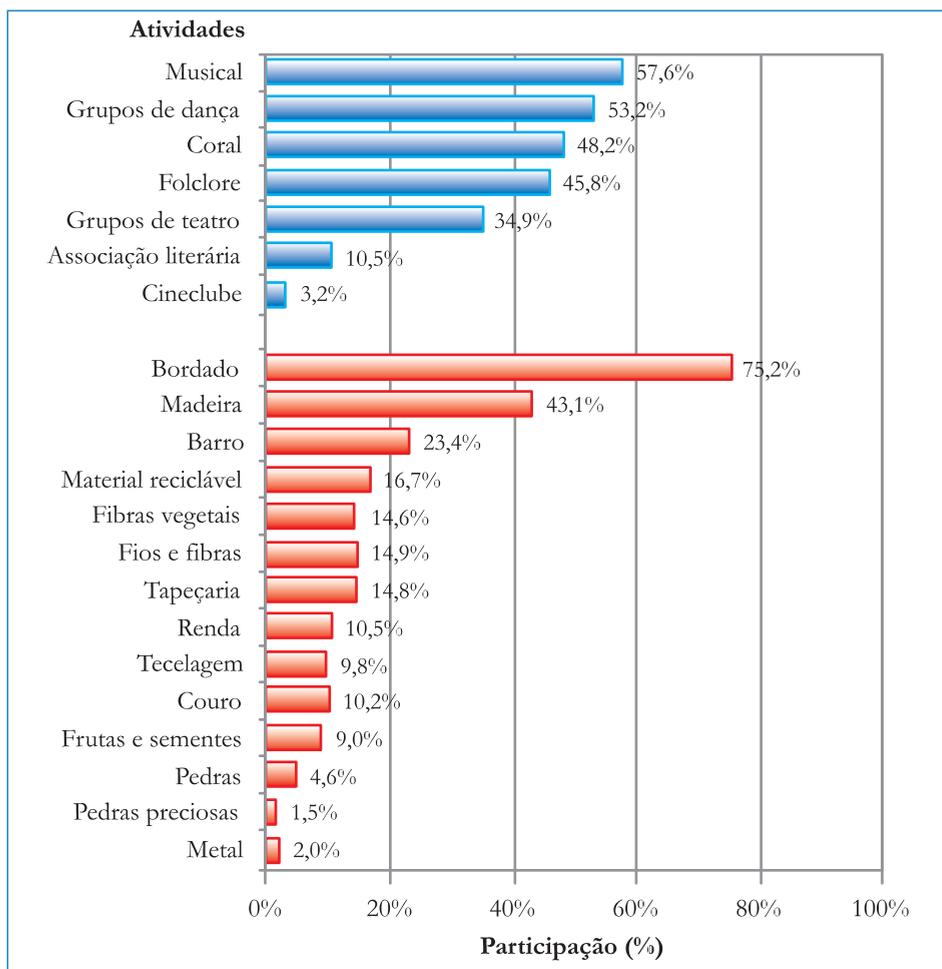
Gráfico 41 – Atuação das prefeituras na área cultural – Brasil – 2005



Fonte: IBGE, 2006a.

A MUNIC-2005 demonstra ainda as manifestações culturais de maior incidência no país (Gráfico 42). Mais da metade dos municípios brasileiros tem grupos musicais e de dança, com percentuais de 57,6% e 53,2%, respectivamente. Grupos de corais (48,2%) e folclóricos (45,8%) também apresentam alta representatividade, seguidos pelos grupos de teatro (34,9%). As associações literárias estão presentes em 10,5% do total de municípios e os cineclubes em apenas 3,2% (IBGE, 2006b).

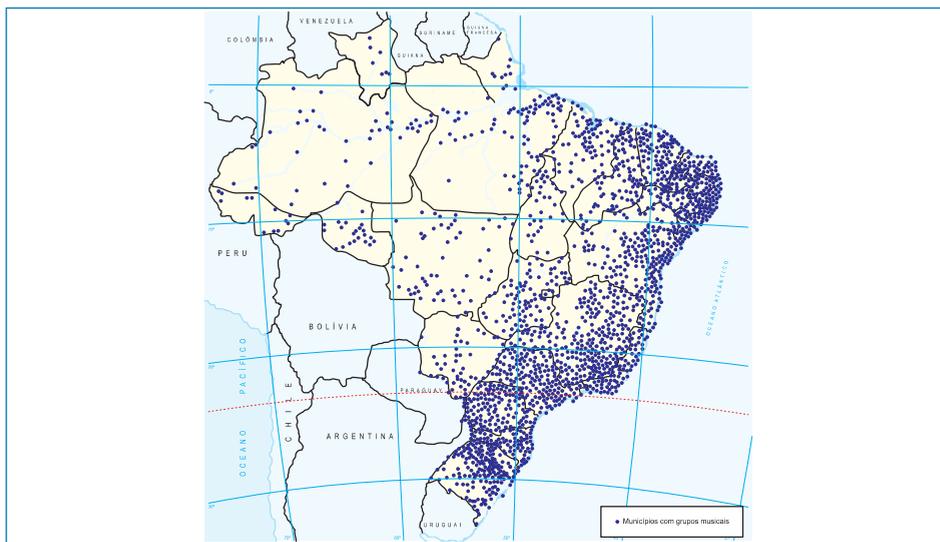
Gráfico 42 – Participação das atividades culturais, artísticas e artesanais no total dos municípios – Brasil – 2005



Fonte: IBGE, 2006a.

Os Cartogramas 6, 7, 8 e 9 disponibilizados pelo IBGE permitem a visualização da distribuição geográfica dos grupos musicais, de teatro, de folclore e das associações literárias nas regiões brasileiras.

Cartograma 6 – Municípios com grupos musicais – Brasil – 2005



Fonte: IBGE, 2006a.

Cartograma 7 – Municípios com grupos de teatro – Brasil – 2005



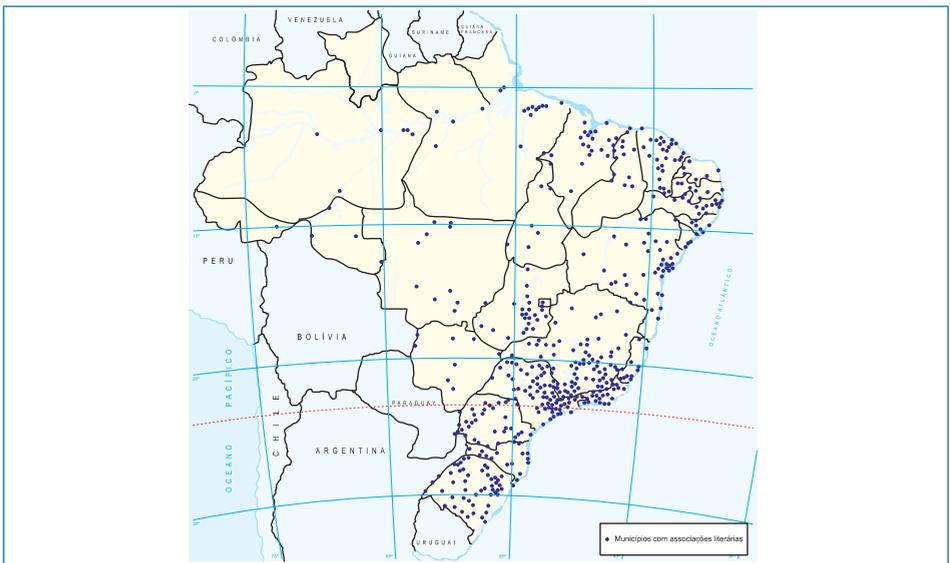
Fontes: IBGE, 2006a.

Cartograma 8 – Municípios com grupos de folclore – Brasil – 2005



Fontes: IBGE, 2006a.

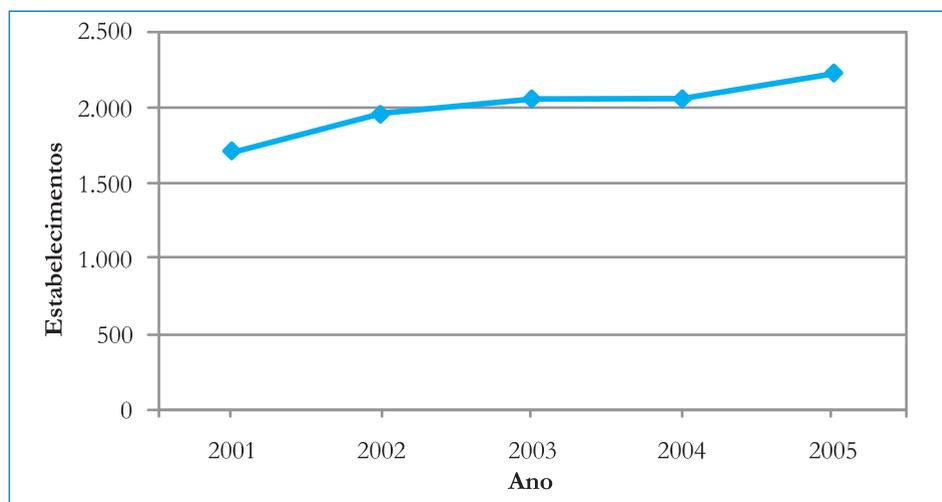
Cartograma 9 – Municípios com associações literárias – Brasil – 2005



Fontes: IBGE, 2006a.

Um recorte mais específico sobre a área de atuação do SESI foi realizado por meio dos dados disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do MTE. Com base na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE 1.0), são consideradas como pertencentes à área de cultura as classes 9231-2 (atividades de teatro, música e outras atividades artísticas e literárias) e 9232-0 (gestão de salas de espetáculos). Entre 2001 e 2005, observa-se um expressivo crescimento do número de estabelecimentos na área de cultura, conforme demonstrado pelo Gráfico 43.

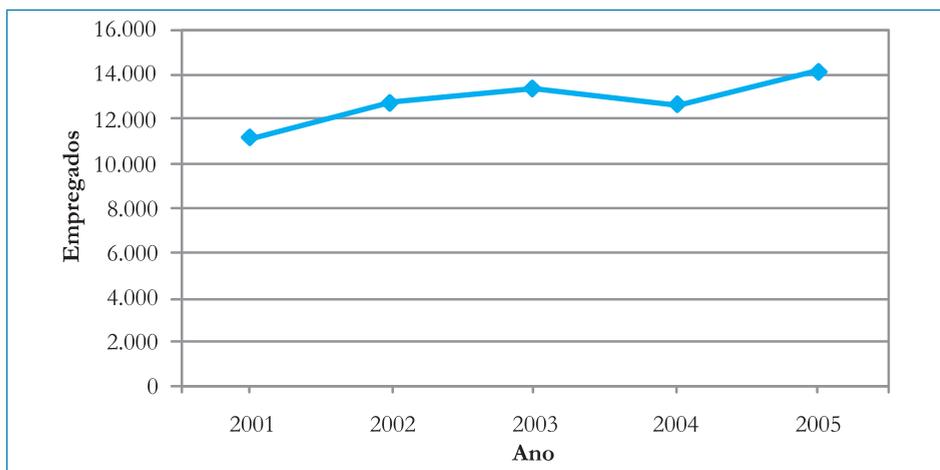
Gráfico 43 – Número de estabelecimentos na área de cultura – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005.

Em conformidade com os índices apresentados pelo IBGE para 2003, os dados da RAIS-2005 demonstram que 95% do total de estabelecimentos na área de cultura possuíam de zero a 19 empregados. O maior percentual de estabelecimentos possuía até quatro empregados. A comparação da curva de tendência do número de estabelecimentos com a do número de empregos (apresentada no Gráfico 44) evidencia que a taxa de crescimento dos estabelecimentos foi acompanhada pelo aumento do pessoal ocupado na área de cultura.

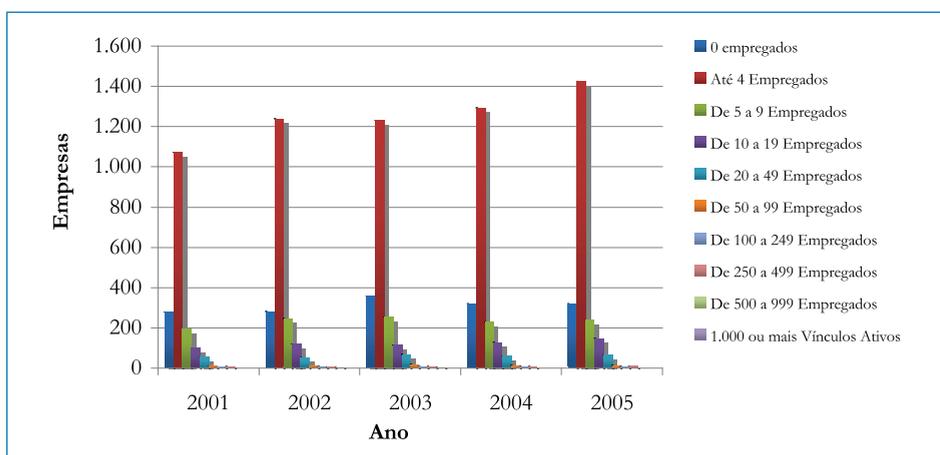
Gráfico 44 – Número de empregos na área de cultura – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005.

O Gráfico 45 mostra a tendência de crescimento das empresas na área de cultura em relação ao número de pessoas ocupadas. As empresas de menor porte apresentam o maior crescimento. Entre os anos de 2001 e 2005, não houve nenhuma ocorrência de entidade com 1.000 ou mais vínculos ativos.

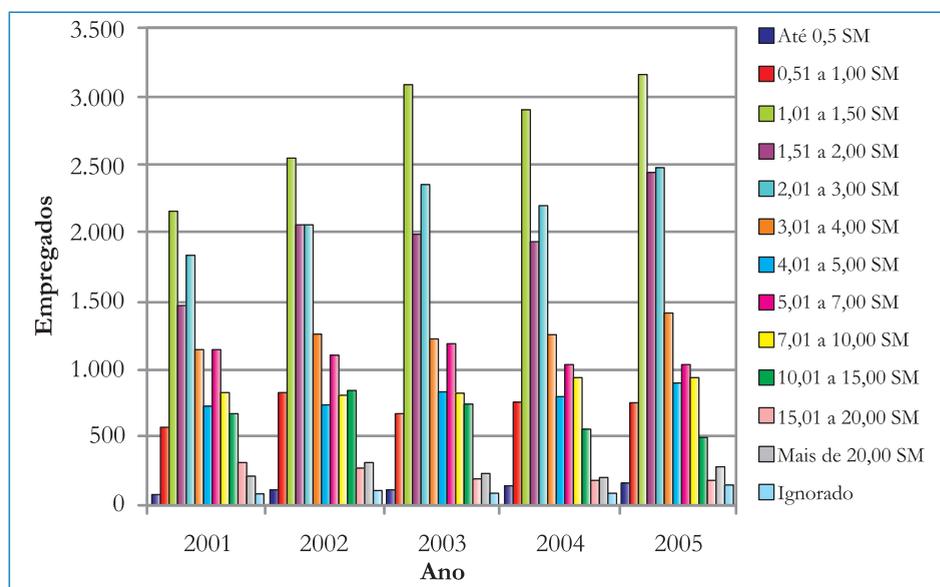
Gráfico 45 – Quantidade de empresas da área cultural por número de empregados – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005.

A renda dos empregados na área de cultura revela que são predominantes as ocupações cujo montante de rendimento mensal varia de 1,01 a 3 salários mínimos (Gráfico 46). Observa-se também que o número de ocupados com rendimento superior a 20 SM é maior do que o daqueles que recebem menos de meio SM ao longo do período em questão. Um ligeiro decréscimo é acompanhado na categoria de pessoas ocupadas com renda entre 5,01 e 7 SM.

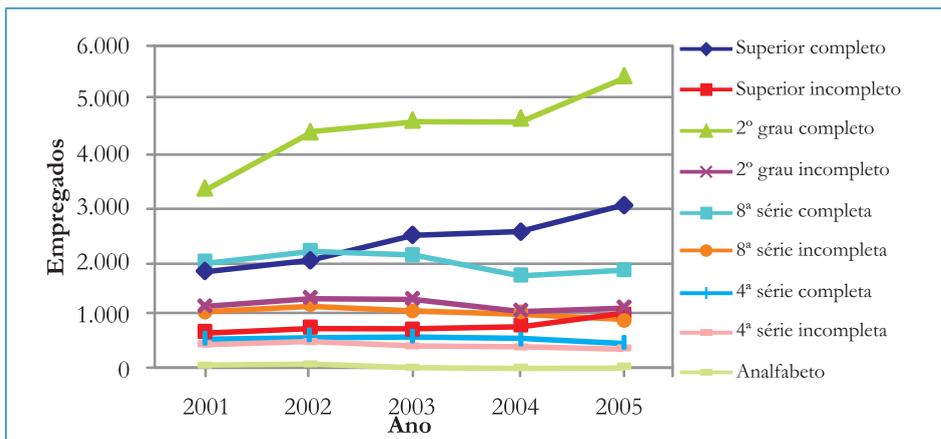
Gráfico 46 – Empregos da área cultural por faixa de rendimento mensal – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005.

As modificações no grau de instrução dos ocupados na área de cultura demonstram expressivo aumento do pessoal com 2º grau completo (Gráfico 47). Também cresce o número de pessoas com nível superior completo, que entre 2002 e 2003 supera quantitativamente aqueles com 8ª série completa (IBGE, 2006a).

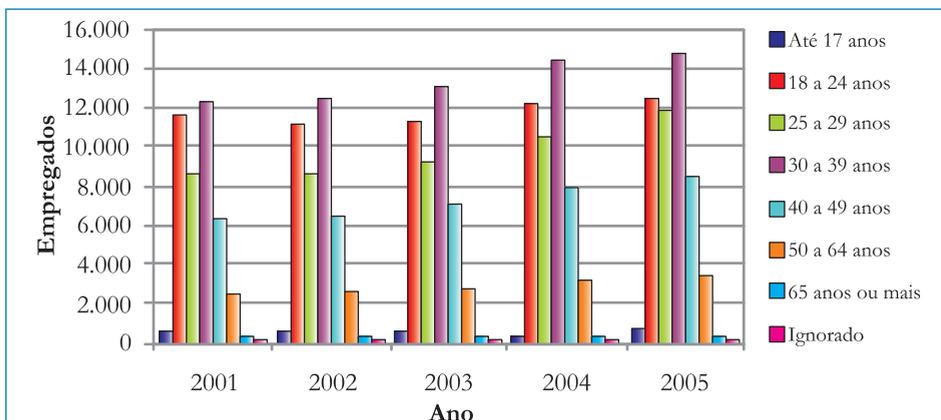
Gráfico 47 – Empregos na área cultural por grau de instrução máximo dos empregados – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005.

A análise dos dados sobre a idade dos empregados no setor de cultura salienta modificações no predomínio das diferentes faixas de idade (Gráfico 48). O pessoal de 30 a 49 anos continua sendo o mais significativo (equivalendo ao observado entre o geral dos ocupados). Os ocupados na faixa dos 25 a 29 anos, por sua vez, ultrapassaram em 2005 o número de pessoas com 18 a 24 anos.

Gráfico 48 – Empregos na área cultural por faixa de idade dos empregados – Brasil – 2001-2005

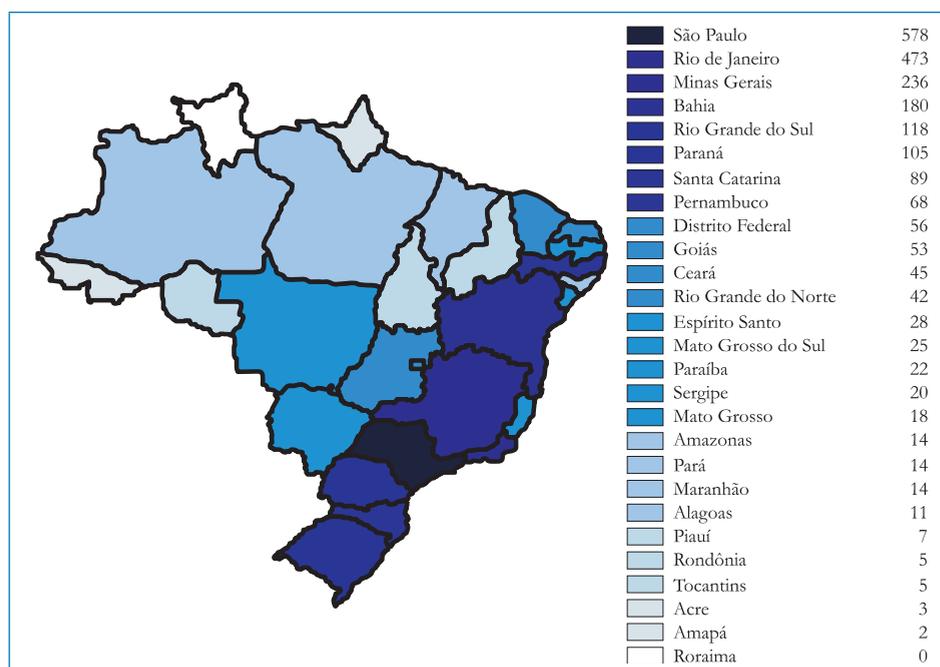


Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005.

A distribuição geográfica das empresas na área de cultura acompanha a desigualdade regional do país (Cartograma 10). São Paulo é o estado que concentra o maior número de estabelecimentos (578), seguido pelo Rio de Janeiro (476), Minas Gerais (236), Bahia (180) e os estados da região Sul – Rio Grande do Sul (118), Paraná (105) e Santa Catarina (89).

Os estados do Norte, com exceção do Amazonas, apresentam os menores índices de empresas na área de cultura. Roraima não registrou estabelecimento cultural durante o ano de 2005. O Cartograma 10 representa a proporção de empresas registradas nas Classes 9231-2 e 9232-0 do CNAE em cada uma das unidades da federação.

Cartograma 10 – Estabelecimentos na área cultural por Estados da Federação – Brasil – 2005

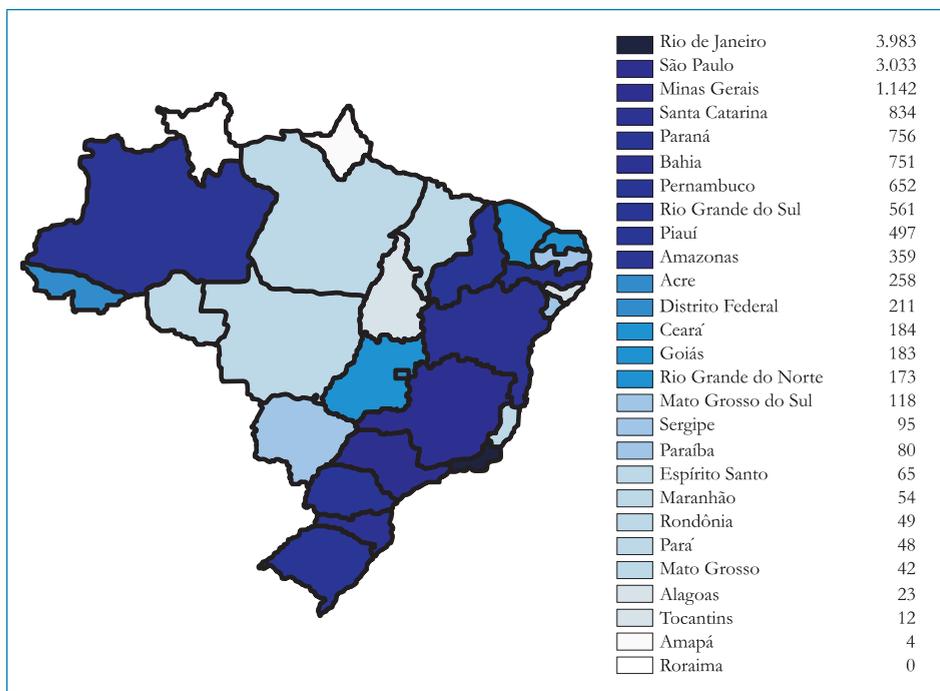


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

Nota: A intensidade da cor azul indica a representatividade do estado em relação aos demais.

No que diz respeito à distribuição dos empregos na área de cultura, o Rio de Janeiro ultrapassa São Paulo no total de pessoas empregadas. Santa Catarina, mesmo ocupando a sétima colocação em número de empresas, é o quarto em relação ao pessoal empregado. O Cartograma 11 apresenta graficamente estas diferenças regionais.

Cartograma 11 – Empregos na área cultural por Estados da Federação – Brasil – 2005

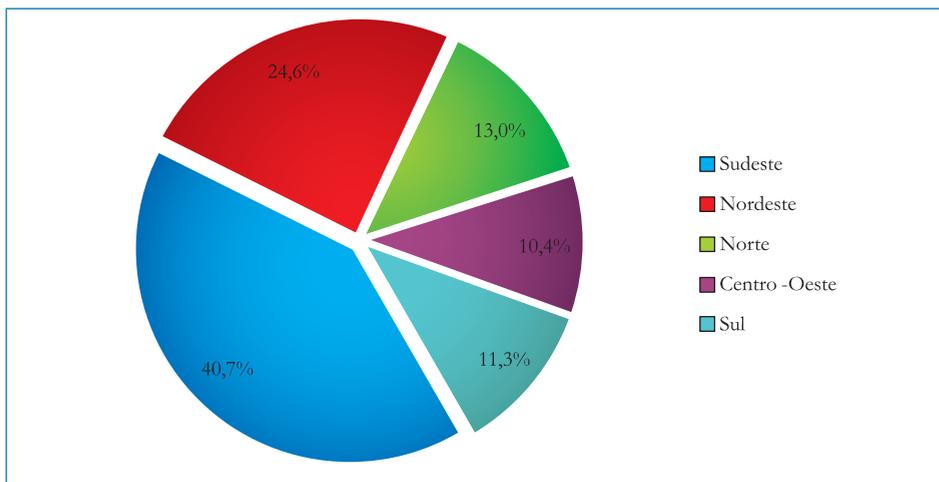


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2007b.

Nota: A intensidade da cor azul indica a representatividade do estado em relação aos demais.

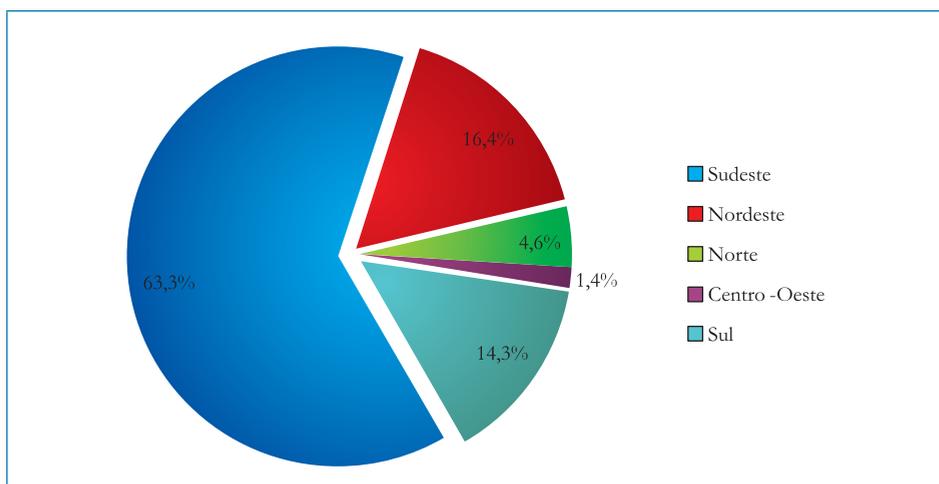
A desigualdade dos estados com relação ao número de empresas e empregados no setor cultural pode ser relacionada com os gastos públicos no mesmo setor. Como foi anteriormente afirmado, o governo federal apresenta o menor montante de despesas com a cultura no Brasil. Os gastos dos estados e dos municípios, apresentados nos Gráficos 50 e 51, estão fortemente concentrados na região Sudeste.

Gráfico 49 – Distribuição das despesas com cultura dos governos estaduais – Brasil – 2003



Fonte: IBGE, 2006a.

Gráfico 50 – Distribuição das despesas do governo municipal, com cultura, por grandes regiões – Brasil – 2003



Fonte: IBGE, 2006a.

As disparidades regionais apresentadas nos índices construídos a partir dos dados da RAIS e do IBGE demonstram que as iniciativas culturais, além de estarem atreladas à concentração populacional e econômica, são auto-reprodutoras. Em outras palavras, as ações culturais não competem no sentido de excluírem umas às outras, mas se nutrem mutuamente.

4.6 Considerações Finais

A cultura constitui um campo amplo, cuja própria definição encontra-se em permanente debate. O conceito predominante nas instituições de referência como a UNESCO ou o MinC tem em seu eixo principal a noção de diversidade. A configuração atual é fruto de uma longa história de disputas que, aos poucos, foi capaz de ampliar e, especialmente, democratizar o que se expressa pela palavra cultura. De diferencial, elitista e excludente, a cultura passou a ser uma das representações mais poderosas em favor da inclusão social, concretizada em inúmeras ações de cunho artístico/educacional.

Como foi demonstrado com relação à transformação das práticas de tombamento e à inclusão do imaterial no patrimônio histórico, as redefinições do conceito de cultura estão intrinsecamente vinculadas a relações de poder, na medida em que mobilizam subsídios de origem estatal e privada vitais para a dinamização do setor cultural. Mas o debate acerca do tema não está restrito à sua dimensão econômica, apesar de um esforço considerável estar sendo feito para demonstrar quantitativamente o potencial de geração de emprego e renda que ela proporciona.

Nas últimas décadas, nós, que estamos aqui, os agentes culturais, os diretores de fundações etc., assumimos um discurso que foi o de tentar convencer às empresas e aos governos de colocar mais atenção à cultura, porque a cultura gera emprego, traz capital, anima a economia, agrega socialmente etc., quer dizer, falamos dos aspectos exteriores da cultura. (...) Temos que ser um pouco mais cínicos com relação ao nosso discurso, saber que o empregamos por uma questão tática. Devemos saber que por baixo e por trás do impacto econômico e por baixo do impacto social da

cultura existe um outro aspecto tão importante, ou talvez mais importante, que é o impacto cultural da cultura (COELHO, 2004).

A convergência de esforços e a crescente conscientização a respeito da importância transcendente da(s) cultura(s), diagnosticadas ao longo do levantamento realizado sobre o panorama atual da área no Brasil, possibilitam uma interpretação otimista do campo cultural. A diversidade é capaz de aglutinar divergências em favor de uma meta comum de enriquecimento que, se em certo sentido é a desordem, também é a emoção.

Referências

BARACHO, M. A. P.; FÉLIX, L. F. F. **Responsabilidade social e marketing cultural**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2003.

BARROS, C. J. Especialistas pedem mudanças nos mecanismos de apoio cultural. **Revista Problemas Brasileiros**, São Paulo, n. 374, mar./abr. 2006. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/>. Acesso em: 7 mai. 2007.

BRAGA, C. L. A cultura nas políticas e programas do Sebrae. In: UNESCO. **Políticas Culturais para o Desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília-DF: UNESCO Brasil, 2003. p. 217-232.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Legislativo. Brasília, DF, 5 out. 1988. p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 26 jun. 2007.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Portal Inovação**. Brasília, DF, 2007a. Disponível em: <<http://www.portalinovacao.mct.gov.br/ISPublish/inovacao/portal/>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

_____. Ministério da Cultura. **Estatísticas**. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/apoio_a_projetos/lei_rouanet/index.php?p=23506&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 6 set. 2007.

_____. Ministério da Cultura. **Programas e ações**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/index.html>. Acesso em: 26 mai. 2007.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2001-2005. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

_____. Ministério da Cultura. **Estatísticas**. Brasília, DF, 2007a. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/apoio_a_projetos/lei_rouanet/index.php?p=23506&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 6 set. 2007.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Portal Inovação**. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: <<http://www.portalinovacao.mct.gov.br/ISPublish/inovacao/portal/>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

_____. Ministério da Cultura. **Programas e ações**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/index.html>. Acesso em: 26 mai. 2007.

CARNASCIALI, R. SESI Cultural. In: SESI. Capacitação Guia SESI de Investimento Cultural. Organização: Coordenação de Gestão do Lazer – SESI-PR; Gestão de Cultura SESI-DN. Curitiba, ago. 2007. [**Comunicação oral**].

CATALÃO, N. **Plano nacional de cultura**: votação em primeiro turno no Senado Federal aprova o Plano Nacional de Cultura. Brasília, DF: Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Cultura, 2005. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?p=1434&more=1>. Acesso em: 6 jun. 2007.

COELHO, J. T. Gestión de la cultura, sociedad civil e impacto cultural de la cultura. In: SEGUNDO SEMINARIO DE ECONOMÍA Y CULTURA, LA TERCERA CARA DE LA MONEDA. Organização: Convenio Andrés Bello; Intendencia Municipal de Montevideo. **Anais...** Montevideo, 2004. Disponível em: <<http://www.convenioandresbello.org/cab42/downloads/joseteixeira.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2007.

COELHO, T. Banco de dados: do inerte cultural à cultura da vida. In: UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília-DF: UNESCO Brasil, 2003. p. 217-232.

CORRÊA, M. B. **Do marketing ao desenvolvimento cultural**: relacionamento entre empresa e cultura, reflexões e experiências. Belo Horizonte: [s.n.], 2004.

ESCANDE, S. Entre o mito e a realidade, quarenta anos de produção de indicadores culturais na França. In: UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília-DF: UNESCO Brasil, 2003. p. 143-158.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Diagnóstico dos investimentos em cultura no Brasil**. v. 2: Gastos em cultura realizados por empresas públicas, privadas e suas fundações ou institutos culturais (1990 à 1997). Belo Horizonte, 1998.

GAUTIER, A. M. O. Indicadores culturais para tempos de desencanto. In: UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília-DF: UNESCO Brasil, 2003. p. 61-81.

GUILHERME, L. L.; COSTA, D. P. B.; GONDIM, R. V. O selo de responsabilidade cultural como estratégia de promoção cultural no Ceará. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. Organização: Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. **Anais...** Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/LucianaLimaGuilherme_DenisePiresBastoCosta_Raquel.pdf>. Acesso em: 3 set. 2007.

HAHARI, L. Cultura: vías de financiamiento y desafíos. In: SEMINARIO DE ECONOMÍA Y CULTURA, LA TERCERA CARA DE LA MONEDA, 2., 2004, Montevideo. Organização: Convenio Andrés Bello; Intendencia Municipal de Montevideo. **Anais...** Montevideo, 2004. Disponível em: <<http://www.convenioandresbello.org/cab42/downloads/leonelharari.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2007.

IBGE. **Pesquisa de informações básicas municipais**: perfil dos municípios, gestão pública - 2005. Rio de Janeiro, 2006a.

_____. Sistema de informações e indicadores culturais 2003. Rio de Janeiro, 2006b.

IPHAN. **Estrutura organizacional**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?tid=1020&retomo=paginalphan#>>. Acesso em: 18 mai. 2007.

LIMA, L. C. Políticas culturais para o desenvolvimento: o debate sobre as indústrias culturais e criativas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. Organização: Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. **Anais...** Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/CarmenLuciaCastroLima.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2007.

_____. Questões sobre uma cultura periférica. In: SEMINÁRIO DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA, 2004, Rio de Janeiro. Organização: Ministério da Cultura do Brasil; Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural; Casa de Rui Barbosa. **Anais...** Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/Luiz_Costa_Lima_1110823801.pdf>. Acesso em: 3 set. 2007.

LÓPEZ, O.; AMAYA, S. L. Panorama de las industrias culturales en Latinoamérica. Dimensiones económicas y sociales de las industrias culturales. In: SEMINARIO DE ECONOMÍA Y CULTURA, LA TERCERA CARA DE LA MONEDA, 2., 2004, Montevideo. Organização: Convenio Andrés Bello; Intendencia Municipal de Montevideo. **Anais...** Montevideo, 2004. Disponível em: <<http://www.convenioandresbello.org/cab42/downloads/omarlopez.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2007.

MAIA, A. C. Diversidade cultura, identidade nacional brasileira e patriotismo constitucional. In: SEMINÁRIO DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA, 2004, Rio de Janeiro. Organização: Ministério da Cultura do Brasil; Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural; Casa de Rui Barbosa. **Anais...** Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/Antonio_Cavalcanti_1110823613.pdf>. Acesso em: 3 set. 2007.

MARTINELL, A. Cultura e cidade: uma aliança para o desenvolvimento. A experiência da Espanha. In: UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília-DF: UNESCO Brasil, 2003. p. 93-104.

PORTO, M. Ser de todos os tempos sem deixar de ser do instante: cultura e política em tempos de Brasil. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Sinais Sociais**. São Paulo, maio/ago. 2006, p. 28-61.

RUBIM, A. A. C. A. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. Organização: Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. **Anais...** Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlbinoRubim.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2007.

SEN, A. La cultura como base del desarrollo contemporaneo. **Revista Voces**, Rio Cuarto: Universidad Nacional de Río Cuarto, edición 25, jan. 2001. Disponível em: <<http://www.unrc.edu.ar/publicar/25/dos.html>>. Acesso em: 18 mai. 2007.

SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Departamento Nacional (Brasil). **Estudo das leis de incentivo à cultura**. Brasília, DF, 2007.

SILVA, F. M. Q. Ações do terceiro setor de natureza cultural. **Envolverde**: Revista digital de ambiente, educação e cidadania. [S.l.:s.n], 8 ago. 2007. Disponível em: <<http://envolverde.ig.com.br/?edt=4&PHPSESSID=3f31aef52105237385643f97012e2e40>>. Acesso em: 3 set. 2007.

TADDEI NETO, P. Preservação sustentada de sítios históricos: a experiência do Programa Monumenta. In: UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília-DF: UNESCO Brasil, 2003. p. 105-115.

UNESCO. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Paris, 2005a.

_____. Échanges internationaux d'une sélection de biens et services culturels, 1994-2003. Montreal, 2005. p. 9-18.

_____. [Site]. Disponível em: <www.unesco.org.br/>. Acesso em: 20 jul. 2007.

VASCONCELOS, A. Projeto do senador Crivella inclui igrejas na Lei Rouanet. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 abr. 2007. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias/na_midia/index.php?p=25482&more=1>. Acesso em: 26 mai. 2007.

VIEIRA, M. P. Sintomas dos deslocamentos de poder na gestão do campo cultural no Brasil - uma leitura sobre as leis de incentivo à cultura. **Temas contemporâneos**. Salvador: Editora FIB, 2006, v. 1, p. 56-62. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/Artigos/Mariellasintomas.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2007.

_____. Uma agenda cultural para o desenvolvimento humano: o papel das agências multilaterais na formulação de políticas públicas. In: CONGRESO DE LA SOLAR, 9. A integração da diversidade racial e cultural do Novo Mundo, 2004, Rio de Janeiro. A integração da diversidade racial e cultural do Novo Mundo: programa e resumos/CONGRESO DE LA SOLAR, 9. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 178-178. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/Artigos/Mariellaumaagenda.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2007.

WERTHEIN, J. Introdução. In: UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília-DF: UNESCO Brasil, 2003. p. 143-158.

5 LAZER



5.1 Conceitos

O termo “Lazer” pode definir um conjunto de ocupações entre as quais o indivíduo opta realizar, por livre arbítrio. Essas atividades visam à diversão, o desenvolvimento pessoal ou mesmo o repouso. Pelo lazer pode-se buscar a informação ou a formação desinteressada, bem como a participação social voluntária. Essa atividade ocorre após o cumprimento das obrigações profissionais, familiares e sociais, destacando-se o caráter voluntário da ação (DUMAZEDIER, 1973).

Até o século XVIII, o ócio era um privilégio da nobreza, estendido a parte do clero e à elite militar. Os grupos que viviam do trabalho braçal atuavam em suas casas e terras, não havendo uma divisão entre tempo, local de trabalho e de lazer. De acordo com Marcellino, até a separação entre casa e trabalho, o próprio conceito “lazer” não existia (MARCELLINO, 1995).

A Revolução Industrial gerou várias conseqüências, como a migração das pessoas das áreas rurais para os centros urbanos e o surgimento da necessidade de tempo e espaço para o lazer. Dumazedier (1973) afirma que o lazer é fruto da tecnologia e da gestão, que possibilitaram a organização do tempo livre para a recomposição da força de trabalho. Além disso, houve uma mudança na mentalidade da população que passou a dedicar um tempo para si.

A concentração de riquezas nas áreas urbanas gerou uma nova classe de ricos: banqueiros, financistas, comerciantes. Era a primeira vez na história que homens tornavam-se ricos sem, necessariamente, possuir terras. Estas pessoas foram as primeiras a pensar numa atividade recreativa para fazer nos seus momentos de não-trabalho e começaram a viajar intensamente.

Por outro lado, a Revolução Industrial trouxe a produção de bens de consumo em série. Para ter um mercado consumidor para estes bens, era necessário aumentar as colônias e dar às pessoas tempo para consumir bens com seu salário, fazendo, assim, girar a economia. Dessa forma, foi concedido um tempo maior de descanso entre uma e outra jornada de trabalho. Os domingos foram instituídos e, posteriormente, as férias (MARCELLINO, 1995).

Somente no final do século XIX que algo parecido com o conceito de lazer surgiria. Esse passou a ser considerado uma necessidade como forma de recompor suas forças de trabalho, e, ao longo do século, tornou-se um bem de consumo, na medida em que foram criados equipamentos e atividades específicas para direcionar a atividade. Ao mesmo tempo, observa-se um mercado em constante crescimento para o consumo do lazer, enquanto produto (MARCELLINO, 1995).

O usufruto do lazer envolve diversas áreas tais como o esporte, turismo, entretenimento, estudos descompromissados, atividades artísticas, *internet*, dentre outras. É bastante relativo citar algum campo de lazer, pois cada atividade depende do interesse individual. De maneira simplificada, exemplifica-se que praticar corrida num parque pode ser prazeroso para uma parcela da população, mas pode significar um verdadeiro suplício para outras (MARCELLINO, 2002).

Assim, Dumazedier (1973) propõe uma categorização dos interesses individuais, sobre os quais serão citadas as atividades que podem ser consideradas lazer:

- I. Interesses Físicos: prática de esportes competitivos ou não, individuais ou em grupos. Exemplos: partidas de futebol, passeios com animais de estimação, caminhadas, passeios de bicicleta, práticas de esportes de natureza etc. Observa-se que este assunto encontra-se mais bem detalhado no estudo específico dos esportes.
- II. Interesses práticos ou manuais: produção de trabalhos manuais tais como bordado, crochê, pintura, culinária etc. A atividade pode gerar algum retorno financeiro, mas o objetivo principal deve ser o prazer, a satisfação pessoal de produzir algo durante o tempo livre.
- III. Interesses Artísticos: interesse em contemplar obras de arte, assistir a uma orquestra sinfônica, visitar um museu etc. Nesta área, cabe destacar que a audição de uma ópera, por exemplo, é lazer quando o indivíduo participa por vontade própria, e não por obrigação social.
- IV. Interesses Intelectuais: estudos descompromissados, voluntários. Atividades individuais ou em grupo de estudo, pesquisa, declamação de poesia, eventos científicos, dentre outros.

- V. Interesses Sociais: clubes, associações, reuniões, festas, encontros, dentre outros.

O autor também considera uma subclassificação pertinente a esse estudo. O autor denomina como “semi-lazer-familiar” o ato de brincar com os filhos, participar de jogos com parentes, atividades cada vez menos freqüentes em grandes cidades.

Não se pode ignorar o crescimento do lazer doméstico. Esse tipo de atividade tem crescido graças a uma conjunção de fatores. De um lado, existe a produção em massas com preços cada vez mais acessíveis de equipamentos destinados ao lazer: vídeo cassetes, câmeras portáteis, vídeo discos, CDs, rádios, gravadores, TVs a cabo, vídeo games, computadores pessoais, hidromassagens, saunas domésticas e as segundas residências para férias e finais de semana (TRIGO, 1995, p. 79).

O lazer encontra-se em um dos setores em maior crescimento no mundo, gerando milhões de divisas e oportunizando os mais diversificados empregos. Ele deve ser entendido como algo mais do que o simples descanso ou mero divertimento. É tão importante para o desenvolvimento do ser humano que atualmente constitui-se em um direito de todos os cidadãos (TRIGO, 1995).

5.2 Lazer e Trabalho

Na sociedade contemporânea, identificam-se aspectos genéricos em comum entre o lazer e o trabalho. Depois da metade do século XIX, ganharam destaque evidências de que as duas áreas influenciam-se mutuamente, com implicações para a qualidade de vida dos indivíduos (PARKER, 1978).

Segundo Parker (1978), o lazer pode ser definido como: (i) compensatório – quando minimiza ou substitui as insatisfações vividas no trabalho; (ii) extensão do trabalho – se há existência de similaridade entre algumas atividades que o indivíduo desenvolve tanto no trabalho quanto no lazer; e (iii) oposição ao trabalho – quando há uma nítida intenção de demarcar o campo do trabalho e o campo do lazer, evitando intencionalmente qualquer similaridade entre os dois.

Para o autor, o mesmo tipo de trabalho pode afetar distintamente o lazer em culturas diferentes e algumas formas de trabalho permitem o chamado “lazer durante o trabalho”. Parker (1978) ressalta, também, que estão sendo estudadas soluções para que sejam proporcionados espaços de tempo livre na rotina diária de trabalho e estipulados intervalos durante o curso da vida profissional.

5.3 Legislação e Certificação

No Brasil, a Constituição de 1988 assegura o lazer na classe de Direitos e Garantias Fundamentais. Conforme o Artigo 6º do Capítulo II: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. O artigo 7º, por sua vez, anuncia como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (BRASIL, 1988b).

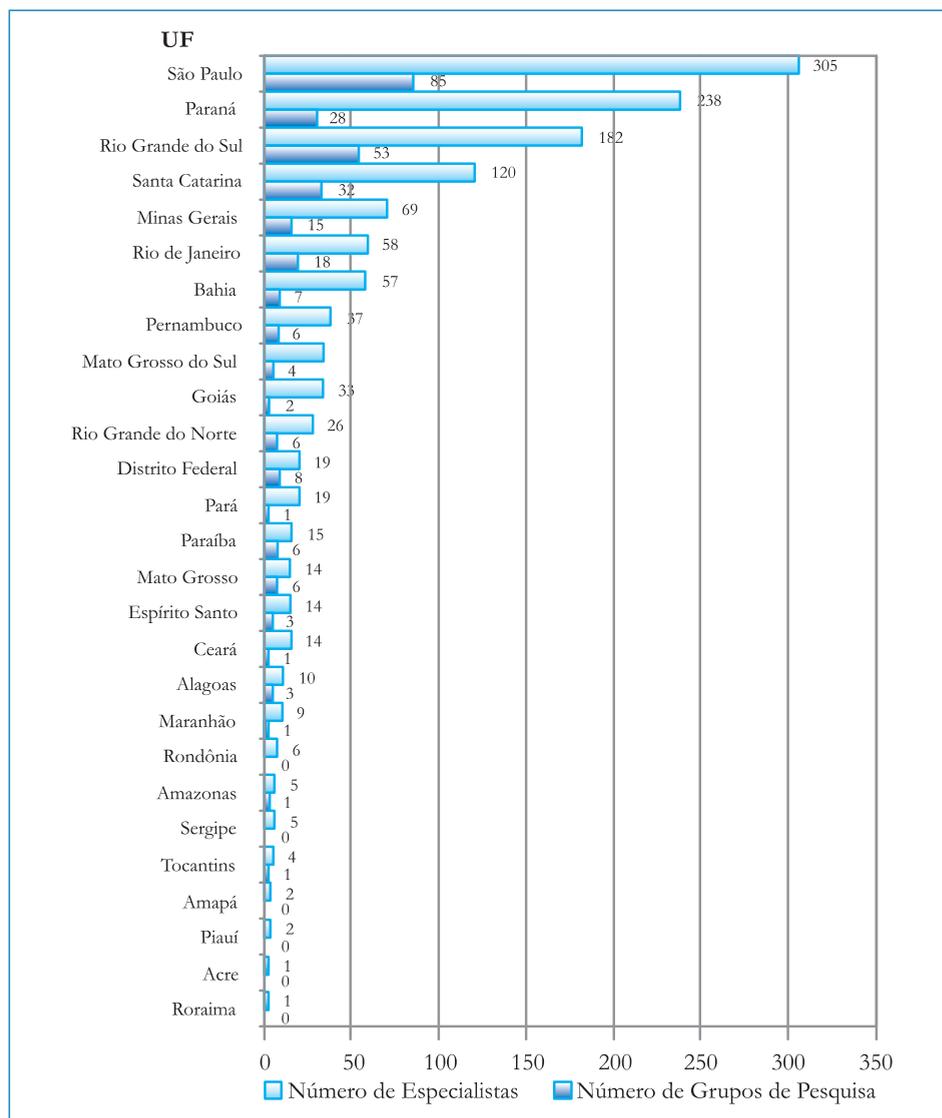
Duarte e Furtado (2004) salientam o papel do lazer como instrumento para a formação de cidadãos éticos e socialmente responsáveis. Assim, afirmam ser dever do Estado valorizar o lazer nas políticas públicas e oportunizá-lo à sociedade.

5.4 Competências Acadêmicas

O Portal Inovação, mantido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em parceria com a Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi utilizado como base de dados para a averiguação das competências acadêmicas na área de lazer no Brasil. Especialistas e grupos de pesquisa de lazer por unidades da federação estão fortemente concentrados nas regiões Sudeste e Sul. O Estado de São Paulo possui o maior número de grupos e de acadêmicos interessados

no tema. Na seqüência, aparecem Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (os três estados do Sul), seguidos por Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. As unidades federativas do norte do país têm baixa representatividade no tocante aos grupos de pesquisa e especialistas na área de lazer, conforme demonstra o Gráfico 51.

Gráfico 51 – Competência em lazer por estados – Brasil – maio 2007



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2007a.

Nota: Os dados do Portal Inovação são baseados no banco de dados do CNPq/LATTES.

Werneck e Melo (2003, p. 1) salientam que as principais áreas de conhecimento relacionadas ao estudo do lazer são a “Educação Física, Antropologia, Psicologia, Comunicação Social, Economia, Turismo, Estudos Culturais, dentre outros”.

5.5 Organizações

Associação Brasileira de Agências de Viagem (ABAV) – Fundada em 1953, a ABAV tem por missão o desenvolvimento da atividade turística. A entidade defende os interesses da classe dos agentes de viagens, promovendo debates, cursos e eventos regionais e nacionais (ABAV, 2007).

Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (ABRAJET) – De acordo com o site da associação, a ABRAJET tem a missão de “congregar os profissionais da imprensa especializada e buscar a ampliação da divulgação do turismo brasileiro na mídia nacional e internacional” (ABRAJET, 2007).

Associação Brasileira de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo (ABRESI) – Fundada em 1988, a entidade possui sedes em São Paulo, Brasília e Orlando (EUA), além de manter delegacias na maioria dos países da América Latina, Portugal, Espanha e Suíça (ABRESI, 2007). A ABRESI representa os segmentos de hospedagem, restaurantes, bares e similares, bem como os setores ligados ao turismo e a hospitalidade, congregando as entidades sindicais e associações civis vinculadas a esses segmentos na economia.

Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV) – Fundada em 1995, a entidade tem a missão de promover a interação e o desenvolvimento de profissionais multidisciplinares voltados para a atuação em Qualidade de Vida, divulgando tendências, provocando discussões, reflexões e formando opiniões balizadoras de estilo de vida em ambientes saudáveis. A ABQV não possui fins lucrativos e conta com associados de todo o Brasil, entre empresas e entidades nacionais e multinacionais, públicas e privadas, de diversos portes e áreas de atuação, que buscam promover a saúde e a qualidade de vida em seus ambientes (ABQV, 2007).

Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) – Quando foi criada, em 1966, a então Empresa Brasileira de Turismo, hoje instituto, tinha como objetivo fomentar a atividade turística, visando a geração de emprego, renda e desenvolvimento da atividade no país. Desde janeiro de 2003, com a instituição do Ministério do Turismo, a atuação da EMBRATUR concentra-se na promoção, no marketing e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior (EMBRATUR, 2007).

Ministério do Esporte – Atua no desenvolvimento do esporte de alto rendimento, ações de inclusão social por meio do esporte, considerando a qualidade de vida e desenvolvimento humano. A Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) está ligada ao Ministério (BRASIL, 2007b).

Ministério do Turismo – O órgão visa ao desenvolvimento da atividade turística no Brasil, considerando a geração de emprego e renda. Possui a Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, cujo papel é executar a política nacional para o setor, orientada pelas diretrizes do Conselho Nacional do Turismo, e a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, que promove o desenvolvimento da infra-estrutura e a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao turismo (BRASIL, 2007c).

Serviço Social do Comércio (SESC) – Entidade voltada para o bem-estar social de sua clientela, que atua nas áreas da Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência (SESC, 2007).

Serviço Social da Indústria (SESI) – Entidade que atua nas áreas de Saúde e Segurança do Trabalho, Educação, Lazer, Esportes, Cultura e Responsabilidade Social (SESI, 2007).

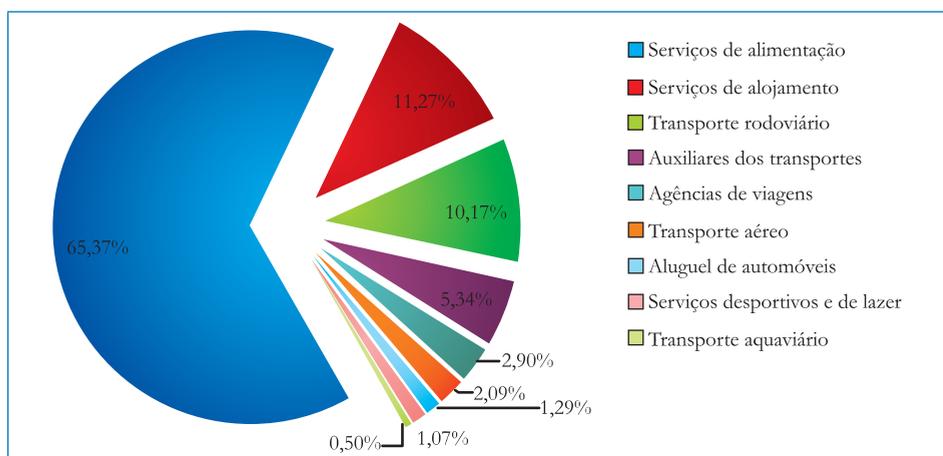
5.6 Panorama Quantitativo

Aprofundando-se em pesquisas sobre lazer por estado brasileiro, verifica-se que o maior interesse parte das regiões Sul e Sudeste. Destacam-se também os estados da Bahia e Pernambuco, localidades bastante desenvolvidas no setor de turismo.

O Gráfico 52 apresenta a ocupação de mão-de-obra nos setores relacionados à atividade do turismo, conforme o IBGE, que aponta como segmento mais expressivo em ocupação o de alimentação (65,37%), que abrange bares, lanchonetes e restaurantes.

Em seguida, observa-se o setor de alojamento (11,27%) composto por hotéis, pousadas, motéis, camping, colônias de férias, dentre outros. O terceiro setor que mais ocupa mão-de-obra é o lazer, um mercado amplo que envolve as empresas de entretenimento, equipamentos culturais e todo segmento esportivo.

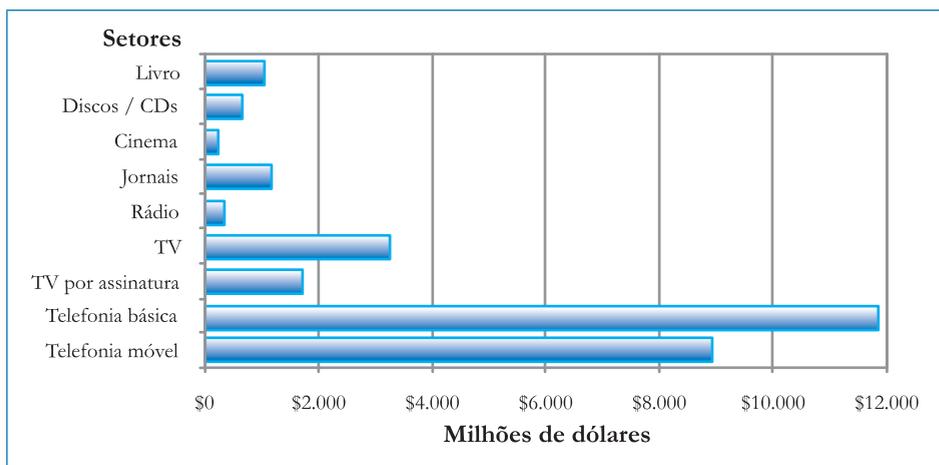
Gráfico 52 – Pessoal ocupado nas empresas ligadas às atividades características do turismo por setor de serviços – Brasil – 2003



Fonte: IBGE, 2007b.

O estudo de Becerra e Mastrini (2006) apresenta dados relevantes sobre a economia do lazer no Brasil, que ocupam uma área de intersecção com a cultura. Segundo o estudo, o setor info-comunicacional brasileiro é o mais importante da América Latina em relação ao volume de faturamento, estando atrelado a grupos empresariais de vulto e de grande dinamismo (Gráfico 53). O potencial de desenvolvimento do setor é considerável, devido à ampla parcela da população que não tem acesso aos bens e serviços de entretenimento em geral, especialmente aqueles que não são gratuitos.

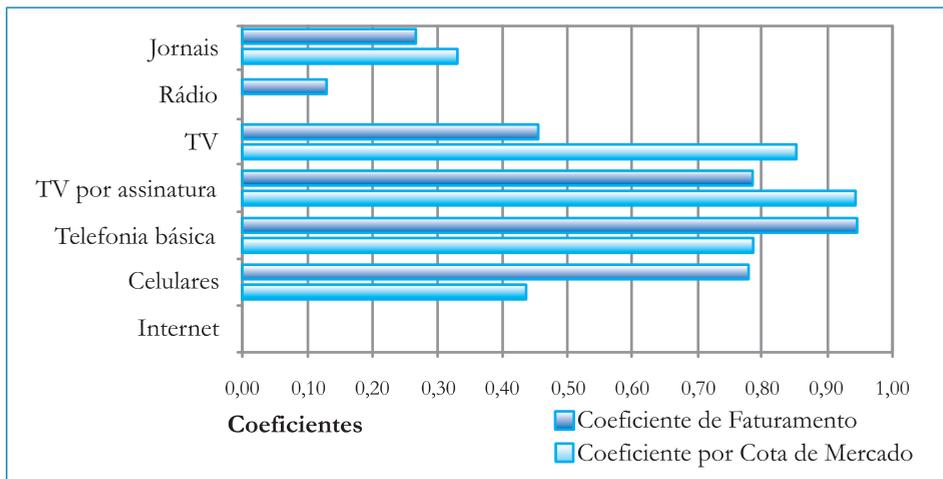
Gráfico 53 – Setor infocomunicacional – Brasil – 2000



Fonte: BECERRA; MASTRINI, 2006, p. 130.

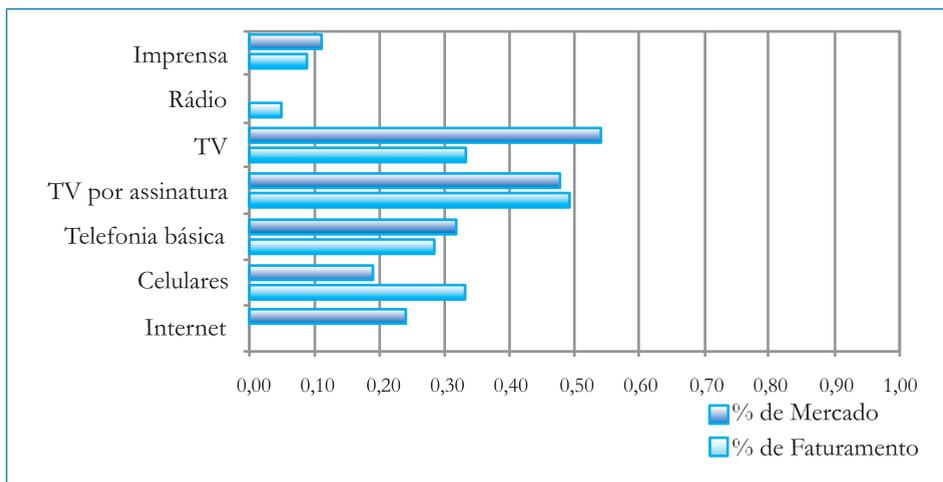
Ao contrário do que é observado nos demais países da América Latina, a produção cultural brasileira não está restrita apenas a um centro urbano. Várias cidades são núcleos produtores de conteúdos. Paralelamente, os índices de concentração da propriedade dos meios de comunicação, apesar de elevados, não são tão marcantes quanto no restante da América Latina (BECERRA; MASTRINI, 2006). A análise do domínio de mercado da maior empresa nas diversas indústrias do lazer cultural revela que os menores índices correspondem ao rádio e à imprensa escrita. O Gráfico 54 e o Gráfico 55 demonstram tais dados.

Gráfico 54 – Coeficiente de concentração do setor infocomunicacional – Brasil – 2000



Fonte: BECERRA; MASTRINI, 2006, p. 139.

Gráfico 55 – Domínio do mercado por parte do maior operador – Brasil – 2000



Fonte: BECERRA; MASTRINI, 2006, p. 139.

As indústrias culturais brasileiras correspondem a menos de 2% do PIB. Os setores que mais se destacam são a indústria televisiva e a imprensa escrita,

seguidas pela televisão por assinatura e indústria do livro. Becerra e Mastrini (2006) atribuem à estrutura social (que mantém importantes setores populacionais excluídos) o fator de impedimento à ampliação ainda maior do setor.

A televisão aberta é o meio de comunicação de maior destaque no Brasil, alcançando 89% das residências. A inversão publicitária televisiva, segundo Becerra e Mastrini (2006), é a mais importante no conjunto das indústrias culturais. Os números sobre a indústria da televisão são apresentados na Tabela 10. A televisão paga, por sua vez, apresenta um significativo potencial de crescimento, desde que seja capaz de incorporar os setores médio e médio-baixo da população.

Tabela 10 – Índices econômicos da indústria da televisão aberta – Brasil – 2000/2001

Televisão Aberta	Indicadores	Ano
Quantidade total de aparelhos receptores de TV	58.200.000	2001
Quantidade de aparelhos receptores a cada mil habitantes	342,7	
Quantidade total de emissoras de televisão	335	2000
Porcentagem das emissoras de alcance nacional	2%	
Porcentagem de programação nacional sobre o total	Sem dados	
Volume de faturamento (em dólares norte-americanos)	3.211.000.000	2001
Volume de faturamento por inversão publicitária (em dólares norte-americanos)	3.007.000.000	2001
Quantidade de pessoas empregadas no setor (junto ao rádio)	96.329	

Fonte: BECERRA; MASTRINI, 2006, p. 126.

Estima-se que o setor com faturamento menos concentrado seja o de rádio, apesar de não existirem dados com o ranking nacional. Com uma grande quantidade de emissoras, a penetração deste meio nas residências alcança 88% (BECERRA; MASTRINI, 2006). Os índices econômicos referentes ao setor radiofônico no Brasil são representados na Tabela 11.

Tabela 11 – Índices da indústria do rádio – Brasil – 2002

Rádio	Indicadores	Ano
Quantidade total de aparelhos receptores de rádio	41.500.000	2001
Quantidade de aparelhos receptores a cada mil habitantes	244,4	2001
Quantidade total de emissoras de rádio	2.986	2001
Porcentagem de emissoras de alcance nacional	Sem dados	
Volume de faturamento (em dólares norte-americanos)	352.860.000	2001
Volume de faturamento por inversão publicitária (em dólares norte-americanos)	262.720.000	2001
Quantidade de pessoas empregadas no setor (junto à televisão)	96.329	2001

Fonte: BECERRA; MASTRINI, 2006, p. 125.

Apesar da quantidade de computadores disponíveis ser baixa em comparação com o contexto latino-americano, o Brasil conta com o maior número de conexões com a Internet por cada mil habitantes, conforme a Tabela 12.

Tabela 12 – Índices da indústria da internet – Brasil – 2000

Internet	Indicadores	Ano
Quantidade de aparelhos computadores a cada mil habitantes	69,1	2000
Quantidade de conexões à Internet a cada mil habitantes	57,7	2000
Quantidade total de provedores de conexão à Internet	1.241	2000

Fonte: BECERRA; MASTRINI, 2006, p. 128.

Segundo Becerra e Mastrini (2006), o reconhecimento internacional da música brasileira não é acompanhado pelo faturamento da indústria fonográfica nacional. Isso pode ser atribuído ao elevado número de cópias não registradas em circulação (discos piratas). Em que pese esta dificuldade, é relevante que 75% dos exemplares vendidos pela indústria fonográfica no país são de músicas brasileiras (ver Tabela 13).

Tabela 13 – Índices da indústria fonográfica – Brasil – 2000

Indústria Fonográfica	Indicadores	Ano
Quantidade anual de unidades vendidas (CD e cassetes)	104.000.000	2000
Quantidade de vendas anuais a cada mil habitantes	612	2000
Quantidade total de discos editados (unidades)	13.000	2000
Volume de faturamento (em dólares norte-americanos) estimado	678.120.000	2000
Porcentagem de títulos nacionais sobre o total de títulos	75%	2000
Quantidade de pessoas empregadas no setor	5.510	2000

Fonte: BECERRA; MASTRINI, 2006, p. 123.

Nota: Dados da Associação Brasileira de Produtores de Disco.

Mesmo distante da indústria discográfica, o cinema é a segunda indústria mais importante em relação à divulgação de conteúdos nacionais, por volume de faturamento, (BECERRA; MASTRINI, 2006). A Tabela 14 apresenta os dados da economia do cinema brasileiro do ano de 2000.

Tabela 14 – Índices da indústria cinematográfica – Brasil – 2000

Setor Cinematográfico	Indicadores	Ano
Quantidade de entradas vendidas anualmente	69.954.396	2000
Quantidade de entradas vendidas a cada mil habitantes (anual)	411,9	
Quantidade total de filmes estreados (por ano)	151	2000
Volume de faturamento (em dólares norte-americanos)	206.990.000	2000
Porcentagem de filmes nacionais sobre o total de filmes	18,9%	2000
Quantidade de pessoas empregadas no setor	20.143	2000

Fonte: BECERRA; MASTRINI, 2006, p. 124.

Nota: Dados do Ministério da Cultura com subsídio do IBGE.

A indústria do livro fatura 1.053 milhões de dólares anuais no país – figurando entre as mais poderosas do mundo. O Brasil é o principal editor em língua portuguesa e domina amplamente o mercado literário. Na Tabela 15, são apresentados alguns índices econômicos da indústria brasileira do livro no ano 2000. O número de exemplares vendidos por cada mil habitantes é bastante elevado na comparação regional (BECERRA; MASTRINI, 2006). Apesar de não ser exclusivamente dedicado ao se-

tor de lazer (a publicação de livros didáticos responde por uma parcela significativa do mercado), a indústria editorial de livros é fomentadora da diversidade cultural.

Tabela 15 – Índices da indústria do livro – Brasil – 2000

Indústria do Livro	Indicadores	Ano
Quantidade anual de exemplares vendidos (unidades)	334.235.160	2000
Quantidade total de vendas anuais a cada mil habitantes	1.968	2000
Quantidade total de títulos editados (unidades)	45.111	2000
Volume de faturamento (em dólares norte-americanos)	1.053.690.681	2000
Porcentagem de títulos nacionais sobre o total de títulos	Sem dados	
Quantidade de pessoas empregadas no setor (junto à televisão)	158.922	2000

Fonte: BECERRA; MASTRINI, 2006, p. 123.

5.7 Atividades de Lazer

5.7.1 Atividades de Lazer por meio da Prática do Turismo

O turismo é uma atividade intrinsecamente vinculada ao lazer. Pela sua abrangência, possui caráter multidisciplinar, envolvendo as áreas das ciências econômicas, sociais, antropológicas, geográficas, históricas, dentre outras, que oferecem diversos conceitos e entendimentos sobre a atividade. Sob o enfoque social de Moesch (2002, p. 3), o turismo pode ser conceituado como:

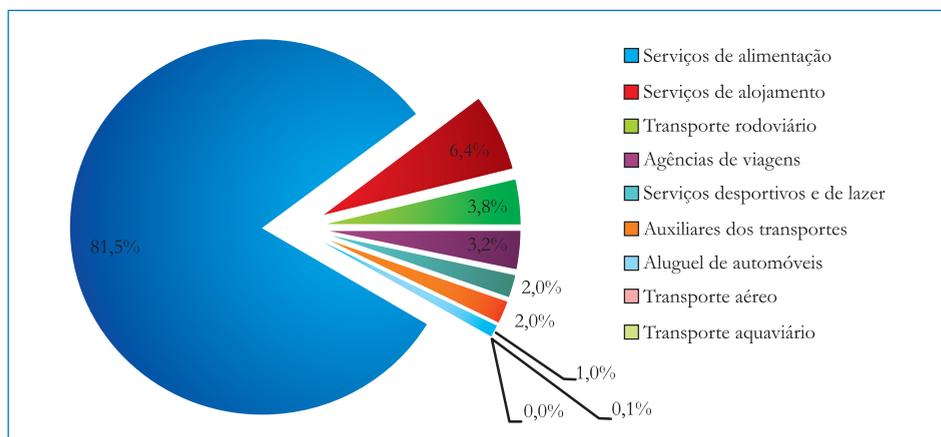
[...] uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, cuja composição intera-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, em suma, o produto turístico.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2007b), os setores relacionados à atividade turística são:

- I. Hotéis e similares;
- II. Restaurantes e similares;
- III. Serviços de transporte rodoviário de passageiros;
- IV. Serviços de transporte marítimo de passageiros;
- V. Serviços de transporte aéreo de passageiros;
- VI. Serviços auxiliares ao transporte de passageiros anexos ao transporte de passageiros;
- VII. Agência de viagens e similares;
- VIII. Aluguel de bens e equipamentos de transporte de passageiros;
- IX. Serviços desportivos e de outros serviços de lazer.

No Gráfico 56, observa-se a representatividade de cada setor no Brasil, com destaque para a alimentação, que apresenta uma larga diferença em relação aos demais.

Gráfico 56 – Empresas pertencentes às atividades características do turismo, por setores de serviços – Brasil – 2003



Fonte: IBGE, 2007b.

5.7.1.1 Colônias e Acampamentos de Férias

Modalidade do setor de hospedagem, as colônias e os acampamentos de férias são espaços destinados a atividades de lazer em períodos específicos. No Brasil predominam dois tipos de colônias de férias. A primeira modalidade compreende as estruturas destinadas aos trabalhadores de empresas, sindicatos ou associações. Em geral, o usuário dispõe do espaço o ano todo, mas a característica de uso compartilhado requer a realização de reservas antecipadas ou sorteios para o usufruto de todos os envolvidos.

A segunda modalidade de colônia de férias é voltada ao público infanto-juvenil. As estruturas oferecem atividades de lazer e entretenimento, práticas educativas como a educação ambiental e vivência em grupo. Para Camara e Kuhn (2004, p. 586), colônias de férias “são eventos programados em períodos pré-estabelecidos, organizados com atividades dirigidas e voltadas para o lazer dos participantes”.

De forma semelhante, os acampamentos de férias permitem atividades físicas, manuais, intelectuais, artísticas e sociais. Conforme os autores, os acampamentos oportunizam o desenvolvimento de habilidades corporais e participação em atividades culturais “com finalidade de lazer, expressão, sentimentos, afetos e emoções” (ALVES; CHAMLIAN, 2004, p. 565).

Alves e Chamlian (2004, p. 568) salientam, no entanto, que o acampamento de férias não deve se limitar ao entretenimento, pois deve haver um comprometimento maior por parte dos profissionais da área com a educação dos participantes:

O acampamento não se restringe simplesmente a entreter, e sim a fazer com que o aluno saia (trans) formado, ou seja, que ele leve para a sua vida prática as experiências que vivenciou e conheceu, o desafios que superou, suas descobertas pessoais, e que isso faça parte de seu cotidiano.

Porém, para que a experiência dos participantes de colônias e acampamentos de férias ultrapasse a simples prática de técnicas recreativas e seja, também, uma oportunidade de aprendizado, é necessário que os coordenadores e monitores sejam qualificados para tal. Henriques (2004) pesquisou o perfil dos profissionais de acampamentos e identificou suas áreas de formação: turismo e

hotelaria, educação física, ciências biológicas, psicologia, dentre outros. A autora reconhece o valor de uma atividade realizada por equipes multidisciplinares, mas aponta a necessidade de uma formação específica para o lazer.

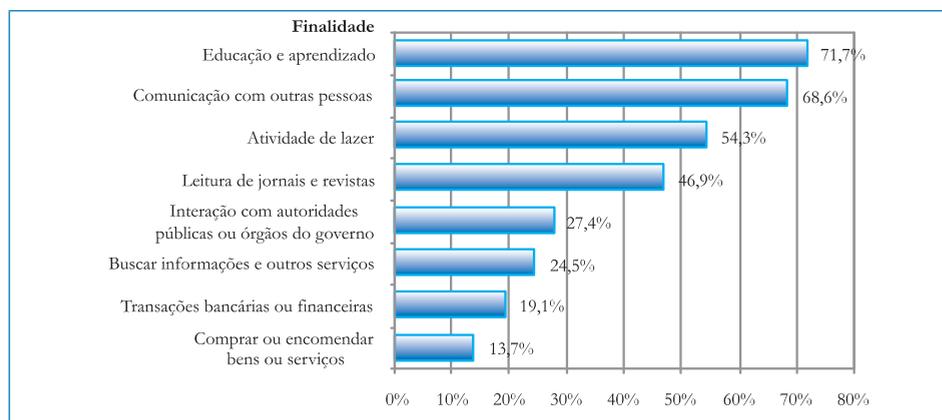
Silva e Machado (2004) identificam outra problemática. Para eles, colônias de férias possuem caráter sazonal e os funcionários (coordenadores e monitores) são contratados, em geral, sem vínculo empregatício (*free lancers*). Assim, eles observam pouco comprometimento dos mesmos em adquirir novos conhecimentos para “transformar sua prática em produção de conhecimento” (SILVA; MACHADO, 2004, p. 593). Os autores sugerem que os profissionais da área devem procurar qualificação e possuir senso crítico diante das situações em seu campo de atuação.

5.7.2 Atividades de Lazer Doméstico

5.7.2.1 Internet

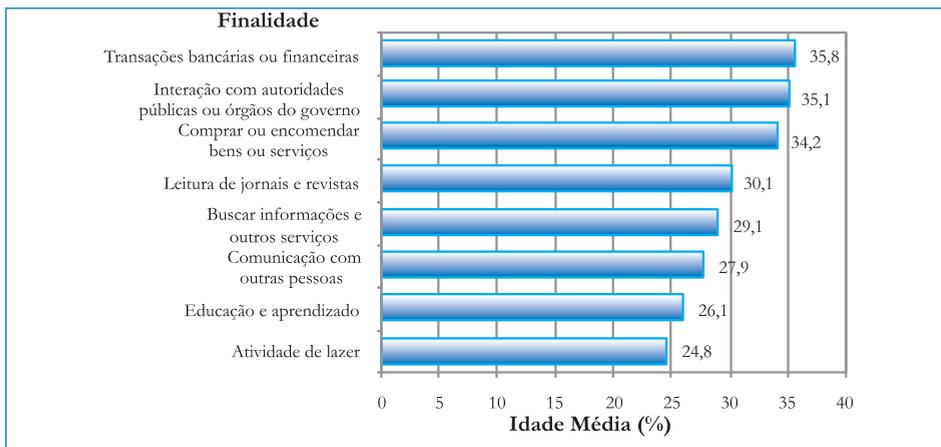
A rede mundial de computadores, conhecida como Internet, surgiu em 1969, mas chegou aos lares brasileiros somente em meados da década de 1990. O Gráfico 57 demonstra que, em 2005, mais da metade dos usuários brasileiros recorreram à Internet como atividade de lazer. Já o Gráfico 58 apresenta uma média das idades dos usuários de Internet de acordo com a finalidade de uso.

Gráfico 57 – Objetivos quanto ao uso da internet – Brasil – 2005



Fonte: IBGE, 2007a.

Gráfico 58 – Idade média dos usuários de internet, conforme finalidade do uso – Brasil – 2005

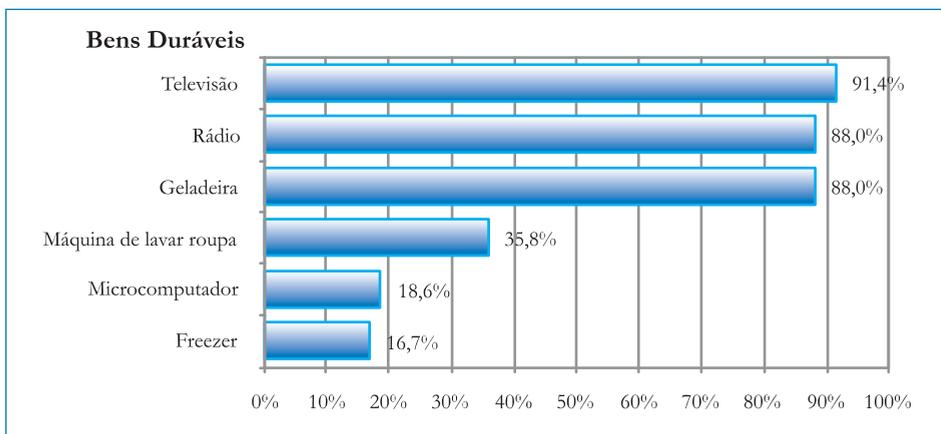


Fonte: IBGE, 2007a.

5.7.2.2 Rádio e Televisão

Além do papel informativo, a televisão e o rádio são importantes veículos para levar o entretenimento aos lares brasileiros. O Gráfico 59 demonstra a popularidade desses meios de comunicação no Brasil.

Gráfico 59 – Percentual de domicílios com alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes – Brasil – 2005

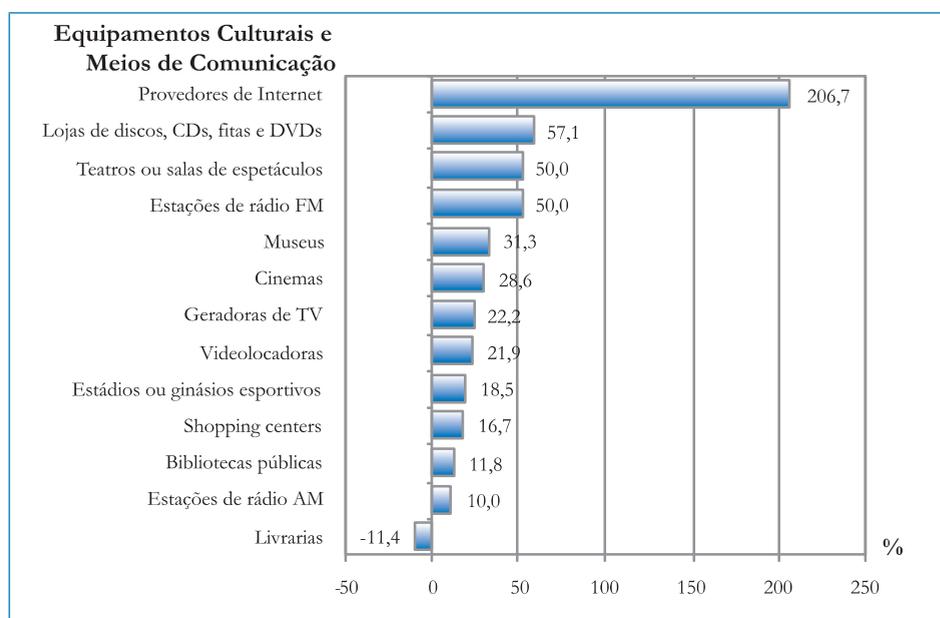


Fonte: IBGE, 2005.

5.7.2.3 Vídeo-Locadoras

Uma parcela considerável da população ocupa o tempo livre com o lazer em sua própria residência, como sugere o crescimento do número de vídeo-locadoras no Brasil. Esses estabelecimentos competem indiretamente com salas de cinemas, museus e *shopping centers*. O Gráfico 60 apresenta o crescimento dos equipamentos culturais e meios de comunicação.

Gráfico 60 – Crescimento proporcional dos equipamentos culturais e meios de comunicação – Brasil – 1999/2005



Fonte: IBGE, 2005.

5.7.3 Atividades Urbanas de Lazer

5.7.3.1 Shopping Centers

De acordo com MARIN e PADILHA (2007), o conceito de *Shopping Center* surgiu nos Estados Unidos na década de 50. Constituem-se em locais de con-

sumo direcionados ao público de classe média e alta, que buscam espaços para a sociabilidade e segurança nos grandes centros urbanos, tornando-se uma alternativa de lazer. Da mesma forma, os *shoppings* surgiram no Brasil e ocupam local de destaque entre os segmentos de lazer e entretenimento, principalmente nas capitais, mas também muitos municípios do interior. Assim descreve Gottschall (2001, p. 5):

Nos últimos anos, a interação cada vez maior entre lazer e sociabilidade em espaços de acesso público, experimentada principalmente pelos jovens, tem incentivado os *shoppings* brasileiros a ampliarem as áreas destinadas à diversão, as quais passaram a ocupar posição privilegiada: restaurantes, cafés, cinemas, pistas de gelo, salas de jogos, livrarias, dentre outros.

O *Shopping Center*, de maneira geral, oferece aos seus visitantes estacionamento, serviços de entretenimento, compras, alimentação em variedade, dentre outros. Desta forma, esses espaços, inicialmente destinados para o fomento de empresas comerciais, tornaram-se importantes equipamentos de lazer urbano.

5.7.3.2 Parques de Diversões

Espaços construídos e destinados ao entretenimento, os parques de diversão surgiram nos EUA no final do século XIX. Porém, o momento histórico de maior relevância ocorreu no início do século XX, com a construção da *Disney Land* e, mais tarde, da *Disney World*. Para Valente (2006), os visitantes desse tipo de empreendimento buscam diversão por meio da fantasia, sensações de vertigem, competição e superação dos próprios medos em atrações como a “montanha russa”, por exemplo. Por isso, a autora salienta a necessidade constante de renovação dos equipamentos dos parques de diversão, para atrair seus visitantes.

A mesma autora destaca a carência de estudos sobre o tema, o que gera algumas divergências conceituais entre as expressões “parque de diversões” e “parques temáticos”. Assim, ela propõe o uso do primeiro termo, por ser mais abrangente e destacar a principal motivação do visitante, a diversão. Dessa maneira, o presente estudo entende que “parques de diversão” sejam:

[...] áreas extensas e delimitadas podendo ter áreas verdes, com finalidade lúdica, educacional e cultural. Tendo em vista a principal finalidade, a vivência do lúdico, os parques têm sido denominados genericamente de “parques de diversões”, por possuírem diferentes equipamentos denominados “atrações”, que variam desde tradicionais “roda gigante”, “carrossel” e “montanha russa”, até os equipamentos em que são utilizadas modernas tecnologias mecânicas, elétricas, eletrônicas e informatizadas (RIBEIRO, 2004, p. 172).

Valente (2006) ainda afirma que os “parques de diversão” podem receber diferentes tipologias, tais como móveis (itinerantes) ou fixos, secos ou molhados (nos casos de parques aquáticos), locais, regionais e de destino turístico, além de parques *indoor* e *outdoor*. Segundo a EMBRATUR (2007), os parques temáticos mais importantes do Brasil são:

- I. Hopi Hari – São Paulo
- II. Parque do Gugu – São Paulo
- III. Wet'n Wild – São Paulo
- IV. Playcenter – São Paulo
- V. Playcenter – Pernambuco
- VI. Parque da Mônica – São Paulo
- VII. Thermas Park – Goiás
- VIII. Beach Park – Ceará
- IX. Terra Encantada – Rio de Janeiro
- X. Beto Carrero World – Santa Catarina

5.8 Considerações Finais

Área multidisciplinar surgida após a Revolução Industrial, a partir da idéia de tempo livre, o lazer possui caráter voluntário e ocorre após o cumprimento das obrigações profissionais, familiares e sociais. Sua prática é distinta para cada indivíduo, pois refere-se às preferências pessoais, que variam expressivamente conforme idade, sexo, origem, entre outras características de cada pessoa. De qualquer forma, o Estado Brasileiro assegura o direito ao lazer a todos os seus cidadãos.

Como mercado, o lazer movimenta diversos setores da economia e encontra-se em constante crescimento. A presente pesquisa destacou o turismo, as colônias de férias, Internet, rádio e televisão, vídeo-locadoras, *shoppings centers* e parques temáticos. Como campo de pesquisa, observou-se interesse em quase todo Brasil, com maior incidência nos Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Tão importante quanto os valores financeiros gerados pelo lazer são os benefícios proporcionados para o bem-estar e qualidade de vida do ser humano. Ao evidenciar alguns aspectos referentes ao comportamento do brasileiro em relação ao lazer, este estudo indica perspectivas para novos projetos e iniciativas que oportunizem o fomento do setor.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGEM - ABAV. [Site].

Disponível em: <<http://www.abav.com.br/>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE QUALIDADE DE VIDA - ABQV. [Site].

A Entidade. 2007. Disponível em: <<http://www.abqv.org.br/institucional.php?id=12>>. Acesso em: 18 dez. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISTAS DE TURISMO - ABRAJET.

[Site]. Disponível em: <<http://www.abrajet.com.br/>>. Acesso em: 30 mai. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GASTRONOMIA, HOSPEDAGEM - ABRASI.

[Site]. Disponível em: <<http://www.abresi.com.br/>>. Acesso em: 30 mai. 2007.

ALVES, U. S., CHAMLIAN, L. A. Acampamentos: uma discussão educacional.

In.: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 16., 2004, Salvador. Lazer, Acampamentos e Colônia de Férias. **Anais...** Salvador: ENAREL, 2004.

BECERRA, M.; MASTRINI, G. **Periodistas y magnates, primer informe sobre estructura y concentración de las industrias culturales en América Latina**. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Legislativo. Brasília, DF, 5 out.

1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 26 jun. 2007.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Portal Inovação**. Brasília, DF,

2007a. Disponível em: <<http://www.portalinovacao.mct.gov.br/ISPublish/inovacao/portal/>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

_____. Ministério do Esporte. [Site]. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/>>. Acesso em: 18 mai. 2007b.

_____. Ministério do Turismo. **Missão Institucional**. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 18 mai. 2007c.

CAMARA, D. P, KUHN, R. Lazer e colônia de férias: uma relação possível? In.: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 16., 2004, Salvador. Lazer, Acampamentos e Colônia de Férias. **Anais...** Salvador: ENAREL, 2004.

DUARTE, D. B.; FURTADO, M. E. Direito social ao lazer. In.: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 16., 2004, Salvador. Lazer, Acampamentos e Colônia de Férias. **Anais...** Salvador: ENAREL, 2004.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

EMBRATUR. INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Portal Brasileiro do Turismo**. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/estrutura/embratur.html>>. Acesso em: 30 mai. 2007.

Gottschall, C. **Busca do lazer define novas formas de sociabilidade: a experiência do Shopping Center Iguatemi**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2001. Disponível em: <http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/turismo/pag_174.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2007.

HENRIQUES, C. H. Ação profissional no lazer em acampamentos de férias: analisando o planejamento, a metodologia e a avaliação de atividades. In.: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 16., 2004, Salvador. Lazer, Acampamentos e Colônia de Férias. **Anais...** Salvador: ENAREL, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal - 2005**. Rio de Janeiro, 2007a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acesoainternet/default.shtm>>. Acesso em: 4 mai. 2007.

_____. **Economia do turismo: atividades características do turismo** 2003. Rio de Janeiro, 2007b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>

estatistica/economia/industria/ economia_turismo/default.shtm>. Acesso em: 19 mai. 2007.

_____. **Pesquisa de informações básicas municipais:** perfil dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

Marcellino N. C. **Aspectos teóricos da ludicidade.** Lisboa: Universidade Metodista de Piracicaba, 2002. Disponível em: <http://www.unimep.br/facis/gpl/Aspectos_teoricos_da_ludicidade_Conferencia_do_9_Encontro_Internacional_de_Ludotecas_Lisboa_maio2002.doc>. Acesso em: 10 mai. 2007.

_____. **Lazer e humanização.** Campinas: Papyrus, 1995.

MARIN, E. C.; PADILHA, V. Lazer e consumo no espaço urbano. In: ALMEIDA, A. C. P. C. de; DACOSTA, L. P. (Eds.). **Meio ambiente, esporte, lazer e turismo:** estudos e pesquisas no Brasil 1967-2007. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2007. p. 289-299. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/numa/images/LivroMeioAmbiente.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2007.

MOESCH, M. **A produção do setor turístico.** São Paulo: Contexto, 2002.

PARKER, S. **A sociologia do lazer.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RIBEIRO, O. C. F. In: GOMES, C. L. (Org). **Dicionário crítico do lazer.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

SESC. [Site]. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br> >. Acesso em: 15 mai. 2007.

SESI. [Site]. Disponível em: <<http://www.sesi.com.br> >. Acesso em: 15 mai. 2007.

SILVA, M. R.; MACHADO H. dos S. Pesquisa e ação profissional em colônia de férias. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 16.,

2004, Salvador. Lazer, Acampamentos e Colônia de Férias. **Anais...** Salvador: ENAREL, 2004.

TRIGO, L. G. G. Os setores público e privado no lazer e no turismo. In. MARCELLINO, N. C. **Lazer: formação e atuação profissional**. Campinas: Papyrus, 1995. p. 71-5.

VALENTE, S. B. **Análise da visitação dos parques de diversão brasileiros como opção de lazer**. 2006. Dissertação (mestrado) – Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://poseca.incubadora.fapesp.br/portal/bdtd/2006/2006-me-valente_silvia.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2007.

WERNECK, C. L. G.; MELO, V. A. **Os estudos sobre o lazer no Brasil**. Rio de Janeiro, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/producoes/estado_arte_lazer_movimento_chris.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2007.6.1

6 SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO (SST)



6.1 Conceitos

O termo trabalho é proveniente do latim *tripaliare* e descrito como uma atividade essencialmente humana, tendo como característica principal a ação transformadora e a capacidade de modificação de um dado aspecto da realidade (CRUZ, 2001).

Para Dejours (2001), o trabalho é essencial para o equilíbrio psicossomático e para a satisfação. É o modo como o homem produz e reproduz sua existência. Pode ser compreendido como uma prática social, que satisfaz as necessidades humanas.

Na concepção marxista, o trabalho é percebido como categoria organizadora dos aspectos sociais. Situa-se o *processo de trabalho* como mediador do homem em seu contato com a natureza e são explanados como seus elementos simples: os instrumentos ou meios, o objeto a ser trabalhado e o próprio trabalho (SODRÉ, 2002).

More (1997) relata que o comportamento do homem no trabalho está em constante evolução e diretamente ligado à natureza e seus meios de produção. Este pode ser manifestado por insatisfação, quando relacionado com sofrimento físico e/ou psíquico, e à satisfação e sucesso, quando desenvolvido em condições saudáveis.

No decorrer das mudanças no mundo do trabalho, histórica e socialmente desencadeadas, diversas estratégias de abordagem no campo da saúde emergiram como forma de amparo social às contraditórias relações entre o trabalho e a saúde. A geração de medidas, muitas vezes abarcadas pelas políticas sociais do Estado, representaram tentativas de intervenção nos efeitos do trabalho sobre a saúde dos trabalhadores (SODRÉ, 2002).

Lacaz (1996) afirma que, para compreender a Saúde do Trabalhador, é necessário anteriormente entender que sua proposta se norteia pelo resgate do *processo de trabalho* como categoria explicativa que se insere nas relações sociais de produção existentes entre o capital e o trabalho. Já Mendes e Dias

(1991) referenciam a importância da compreensão das características individuais e coletivas dos grupos humanos somado aos valores, crenças, representações sociais, possibilidade de consumo de bens e serviços face a uma sociedade urbano-industrial.

A Saúde do Trabalhador, antes de ser considerada como um modelo, é um processo em construção no campo da saúde pública. Seu principal objeto de análise é o processo de saúde e doença dos grupos humanos em sua relação com o trabalho, rompendo com a concepção de “doença-agente específico” ou “grupo de risco-ambiente de trabalho” e passando a considerar a subjetividade do trabalhador (LACAZ, 1997).

A conceituação de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) pode ser descrita como um campo de conhecimento e práticas voltado para a “promoção e manutenção de um elevado grau de bem-estar físico, mental e social dos trabalhadores em todas as atividades que desempenham, impedindo qualquer dano causado pelas condições de trabalho, protegendo estes trabalhadores contra os agentes de riscos a saúde” (OMS apud FIPE, 2000, p. 4).

Entre os determinantes da saúde do trabalhador estão envolvidos os condicionantes sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais responsáveis pelas condições de vida e os fatores de risco ocupacionais presentes nos processos de trabalho. Assim, as ações de saúde do trabalhador têm como foco as alterações nos processos de trabalho que contemplem as relações saúde-trabalho em toda a sua complexidade, por meio de uma atuação multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial (BRASIL; OPAS NO BRASIL, 2001).

A área de Saúde do Trabalhador, no Brasil, tem uma conotação própria, reflexo da trajetória que lhe deu origem e vem constituindo seu marco referencial, seu corpo conceitual e metodológico. A princípio é uma meta, um horizonte, uma vontade que entrelaça trabalhadores, profissionais de serviços, técnicos e pesquisadores sob premissas nem sempre explicitadas. O compromisso com a mudança do intrincado quadro de saúde da população trabalhadora é seu pilar fundamental, o que supõe desde o agir político, jurídico e técnico ao posicionamento ético, obrigando a definições

claras diante de um longo e, presumidamente, conturbado percurso a seguir. Um percurso próprio dos movimentos sociais, marcado por resistência, conquistas e limitações nas lutas coletivas por melhores condições de vida e de trabalho; pelo respeito/desrespeito das empresas à questionável legislação existente e pela omissão do Estado na definição e implementação de políticas nesse campo, bem como sua precária intervenção no espaço laboral (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997, p. 24).

O perfil de morbimortalidade dos trabalhadores brasileiros, na atualidade, caracteriza-se pela coexistência de: (i) agravos que têm relação com condições de trabalho específicas, como os acidentes de trabalho típicos e as doenças profissionais; (ii) doenças que têm frequência, surgimento ou gravidade modificados pelo trabalho, denominadas doenças relacionadas ao trabalho; e (iii) doenças comuns ao conjunto da população, que não guardam relação de causa com o trabalho, mas condicionam a saúde dos trabalhadores (BRASIL et al., 2004).

O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (BRASIL et al., 2004) aponta o aumento das agressões e episódios de violência contra o trabalhador no seu local de trabalho, traduzido por: (i) acidentes e doenças do trabalho; (ii) violência decorrente de relações de trabalho deterioradas, como no trabalho escravo e envolvendo crianças; e (iii) violência ligada às relações de gênero e ao assédio moral, caracterizada pelas agressões entre pares, chefias e subordinados.

Segundo informações da OIT (2004 apud RYERSON UNIVERSITY 2007), a necessidade de SST é particularmente acentuada nos países em desenvolvimento e recém-industrializados, como o Brasil. Nas regiões mais pobres brasileiras, a saúde, o bem-estar e freqüentemente a sobrevivência de toda a família dependem basicamente da capacidade para o trabalho de seus membros em idade produtiva. Mulheres, homens e jovens brasileiros empregados no setor industrial não podem sustentar financeiramente a si próprios e a suas famílias se ficarem doentes ou incapacitados fisicamente ou se morrerem em consequência de incidentes relacionados ao trabalho.

Para casos como estes, a Previdência Social proporciona a segurados, e aos dependentes desses, serviços de assistência reeducativa e de readaptação

profissional, em ocasiões de incapacidade parcial ou total para o trabalho; de orientação e apoio na melhoria de sua inter-relação com a Previdência Social e na solução de problemas pessoais e familiares; e atividades destinadas a avaliar a incapacidade de postulantes à percepção de benefícios pecuniários, cuja concessão dependa dessa avaliação (BRASIL, 2007c).

6.2 Legislação e Certificação

Segundo Silva (2004), a primeira legislação brasileira referente à proteção dos trabalhadores data de 15 de janeiro de 1919. A Lei nº. 3.734 designava o pagamento de uma indenização na ocorrência de um acidente de trabalho, desde que caracterizada a responsabilidade do patrão pelo incidente.

Em 1943, o tema Saúde e Segurança no Trabalho voltou a ser abordado com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O capítulo V, que trata da saúde do trabalhador, sofreu mudanças no ano seguinte, servindo de base para a criação, em 1978, das Normas Regulamentadoras (NRs), que vigoram até a atualidade.

A última grande alteração na legislação referente à segurança, higiene e medicina do trabalho ocorreu em 25 de dezembro de 1977, com a publicação da Lei nº. 6.514, que alterou o Capítulo V do Título II da CLT. A modificação significou um salto nas ações de prevenção dos acidentes, por meio de incentivos para uma atuação mais eficaz de empresas, sindicatos, Ministério do Trabalho e outros agentes envolvidos na questão.

A partir dessa lei, o Ministério do Trabalho elaborou a Portaria nº. 3.214, datada de 8 de junho de 1978, que estabeleceu as Normas Regulamentadoras (NRs), cujas alterações posteriores passariam a ser determinadas pela Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, órgão subordinado ao Ministério do Trabalho e Emprego. As NRs (Tabela 16) servem de parâmetro para que sejam atendidas as determinações contidas nos artigos 54 a 201 da CLT, nas Convenções/Acordos Coletivos de Trabalho de cada categoria e nas Convenções Coletivas sobre Prevenção de Acidentes em Indústrias (FIESP, 2003).

Tabela 16 – Normas Reguladoras de Saúde e Segurança do Trabalho

NR	Descrição
1	Disposições gerais
2	Inspeção prévia
3	Embargo ou interdição
4	Serviços Especializados em Engenharia de Segurança em Medicina do Trabalho (SESMT)
5	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)
6	Equipamento de Proteção Individual (EPI)
7	Programa de controle médico de saúde ocupacional
8	Edificações
9	Programa de prevenção de riscos ambientais
10	Instalações e serviços em eletricidade
11	Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais
12	Máquinas e equipamentos
13	Caldeiras e vasos de pressão
14	Fornos
15	Atividades e operações insalubres
16	Atividades e operações perigosas
17	Ergonomia
18	Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção
19	Explosivos
20	Líquidos combustíveis e inflamáveis
21	Trabalho a céu aberto
22	Trabalhos subterrâneos
23	Proteção contra incêndios
24	Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho
25	Resíduos industriais
26	Sinalização de segurança
27	Registro profissional do técnico de segurança do trabalho no Ministério do Trabalho
28	Fiscalização e penalidades
29	Trabalho portuário
30	Trabalho aquaviário
31	Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura
32	Estabelecimentos de Saúde
33	Espaços Confinados

Fonte: Observatório SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2007.

A Constituição Federal de 1988 trata do assunto em seu Capítulo II (Dos Direitos Sociais), artigo 6º e artigo 7º, incisos XXII, XXIII, XXVIII e XXXIII, que dispõe, especificamente, sobre segurança e saúde dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

Em 1990, foi criada a Lei 8.080 – Lei Orgânica – que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes. Essa lei regulamenta os dispositivos constitucionais sobre a Saúde do Trabalhador. O artigo 6º, parágrafo 3º, estabelece:

§ 3º Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo: (i) assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho; (ii) participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho; (iii) participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador; (iv) avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde; (v) informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional; (vi) participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas; (vii) revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais; (viii) a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina,

de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores [...].

Incorporam-se ainda às leis brasileiras as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essas convenções são tratados multilaterais abertos, de caráter normativo, que podem ser ratificadas sem limitação de prazo por qualquer Estado-Membro. Até dezoito meses após a adoção de uma convenção, o Estado-Membro tem obrigação de submetê-la à autoridade nacional competente. Após aprovação o governo promove a ratificação do tratado, que implica a incorporação automática de suas normas à legislação nacional.

A abrangência de cada convenção é definida em seu texto, havendo, porém, em algumas convenções, possibilidade de exclusão total ou parcial de ramos da atividade econômica, empresas ou produtos, ou mesmo a exclusão de aplicação de parte da convenção em todo o território nacional, a critério da autoridade nacional competente, após consulta às organizações representativas de empregadores e trabalhadores. Nessa circunstância, o fato deve ser formalmente comunicado à OIT (BRASIL, 2007f). Na Tabela 17 são apresentadas as convenções da OIT, seus temas e datas de criação, juntamente com as datas de ratificação pelo Brasil.

Tabela 17 – Convenções da OIT

Convenção	Ano	Tema	Ratificação
184	2001	Segurança e saúde na agricultura	-
182	1999	Piores formas de trabalho infantil e a ação para sua eliminação	2000
176	1995	Segurança e saúde na mineração	-
174	1993	Prevenção de acidentes industriais maiores	2001
170	1990	Segurança na utilização de produtos químicos	1996
167	1988	Segurança e saúde na construção	-
162	1986	Asbesto	1990
161	1985	Serviços de saúde no trabalho	1990
155	1981	Segurança e saúde dos trabalhadores	1992
152	1979	Segurança e higiene no trabalho portuário	1990
148	1977	Meio ambiente de trabalho (contaminação do ar, ruído e vibrações)	1982
139	1974	Câncer profissional	1990
136	1971	Benzeno	1993
127	1967	Peso máximo	1970
124	1965	Exame médico dos menores na mineração subterrânea	1970
120	1964	Higiene no comércio e escritórios	1969
115	1960	Proteção contra radiações	1966
113	1959	Exame médico de pescadores	1965
103	1952	Proteção à maternidade (revisada)	1965
081	1947	Inspeção do trabalho	1957
045	1935	Trabalho subterrâneo de mulheres	1938
042	1934	Indenização de trabalhadores por doenças ocupacionais (revisada)	1936
016	1921	Exame médico de menores no trabalho marítimo	1936
012	1921	Indenização por acidente do trabalho na agricultura	1957

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, 2007f.

Nota: Adaptado pelo OBSERVATÓRIO SESI-PR.

Em 1994, as normas regulamentadoras (NRs) 7 e 9 sofreram alterações e passaram a recomendar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). As antigas NR 7 (exames médicos) e NR 9 (riscos ambientais) tinham foco isolado, respecti-

vamente, no corpo do trabalhador e na avaliação quantitativa de risco ambiental. Com a mudança, a prioridade passou a ser a saúde coletiva dos trabalhadores.

O PPRA tem como objetivo a prevenção e o controle da exposição ocupacional aos riscos químicos, físicos e biológicos presentes nos locais de trabalho. O PCM-SO, por sua vez, é um programa que visa à prevenção, ao rastreamento e ao diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho. Todas as empresas do país são obrigadas a aderir a esses dois programas, independentemente do número de funcionários ou do risco de suas atividades (DIAS; MIRANDA, 2004).

Outra importante exigência do governo brasileiro é o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), que consiste na realização de avaliações quantitativas de agentes físicos (ruído, vibrações) e químicos (compostos e substâncias) presentes no ambiente de trabalho. Dentre outras especificações, são identificadas as condições ambientais de trabalho, o registro dos agentes nocivos e se existem riscos à saúde ou à integridade física dos funcionários (SEVITENGE ENGENHARIA, 2007).

Além da extensa legislação em SST, há também a legislação acidentária, em que se estabelecem os critérios das aposentadorias especiais, do seguro de acidente do trabalho, indenizações e reparações. Os acidentes de trabalho devem ser comunicados à Previdência Social pelas empresas no primeiro dia útil seguinte à ocorrência. O acidentado e seus dependentes, bem como o sindicato correspondente à categoria do empregado, receberão cópia da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Se a empresa não cumprir a determinação, o comunicado pode ser formalizado pelo próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública. Nesse caso, não prevalece o prazo previsto no artigo. A comunicação por parte do acidentado ou de seus dependentes não exime a empresa de responsabilidade pela falta do cumprimento do disposto no artigo, ou seja, a comunicação do acidente no prazo estipulado (SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO, 2006).

Na legislação acidentária, destaca-se ainda a Lei 10.666/2003 que, em seu artigo 10, cita as possibilidade de as empresas reduzirem ou aumentarem as alíquotas recolhidas junto ao INSS, conforme os índices de frequência, gravida-

de e custo dos acidentes de trabalho. Nesse sentido, o Fator Acidentário Previdenciário (FAP) funciona como multiplicador sobre as taxas correspondentes ao enquadramento da empresa na Classificação Nacional da Atividade Econômica – CNAE (OLIVEIRA, 2007).

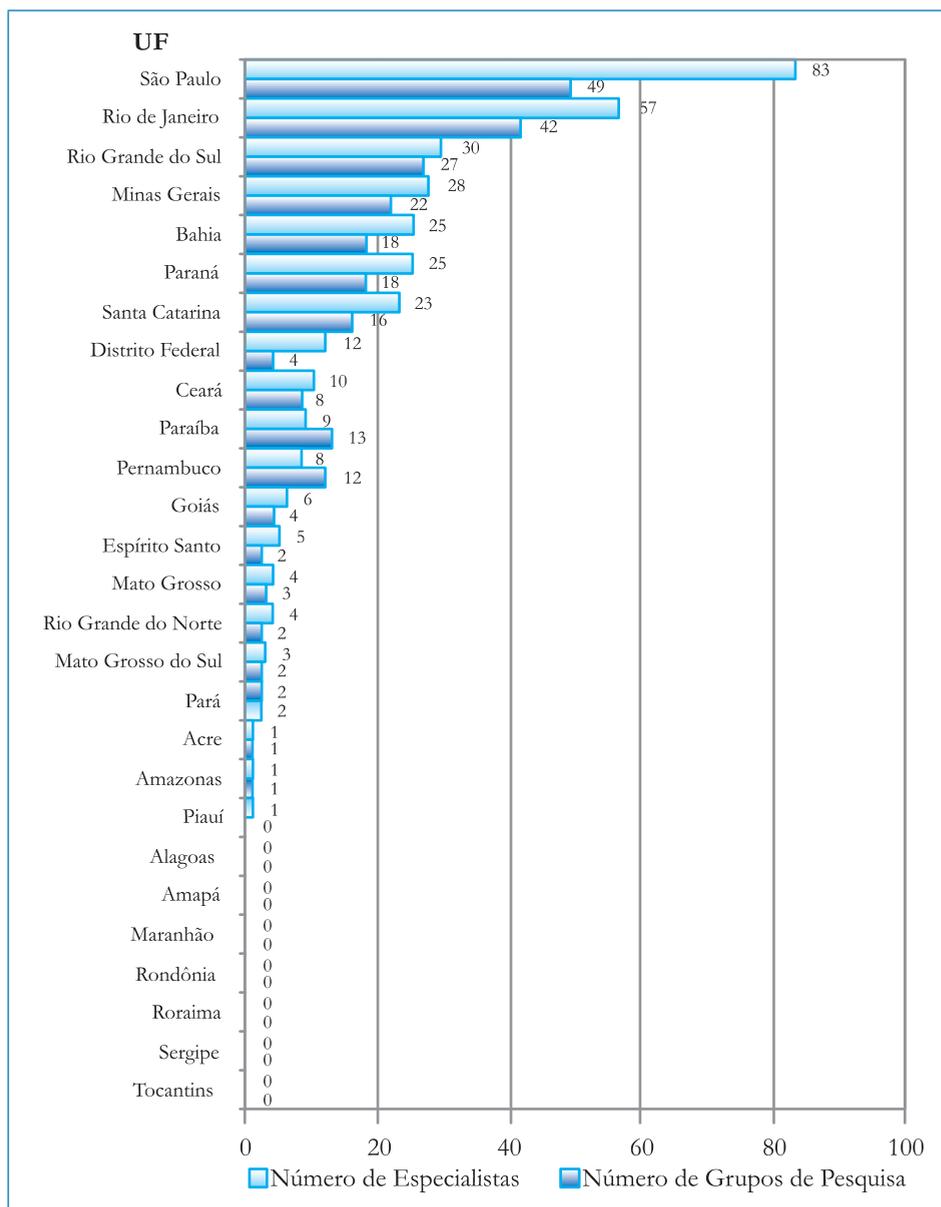
Com isso, as empresas que investirem em prevenção de acidentes receberão até 50% de redução nas alíquotas, enquanto as organizações que não adotarem tais medidas poderão até dobrar o valor da taxa.

6.3 Competências Acadêmicas

Com informações obtidas do Portal Inovação, instrumento mantido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em parceria com a Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizou-se uma busca por especialistas e grupos de pesquisa na área de saúde e segurança no trabalho no Brasil. Para tanto, foi realizada uma pesquisa em que se fez um cruzamento das palavras “saúde”, “segurança”, “trabalhador” e “ocupacional”, chegando-se a um total de 337 especialistas e 246 grupos de pesquisa nessa área. Desse total de especialistas e grupos, foram avaliadas algumas variáveis, como localização regional dos grupos e especialistas, titulação dos especialistas e área de conhecimento em que estão inseridos.

O Gráfico 61 apresenta a distribuição do total de especialistas e de grupos de pesquisa por Unidade Federativa no Brasil. As maiores concentrações são verificadas nas regiões Sul e Sudeste, com destaque para o estado de São Paulo, com 83 especialistas e 49 grupos de pesquisa. Em sentido oposto, os estados com menor número de especialistas e centros de pesquisa são, respectivamente: Acre, Amazonas, Piauí, Pará e Mato Grosso do Sul. Juntos, esses cinco estados possuem 8 especialistas e 6 grupos de pesquisa, conforme a base Lattes.

Gráfico 61 – Distribuição de especialistas e grupos por UF – Brasil – Maio 2007

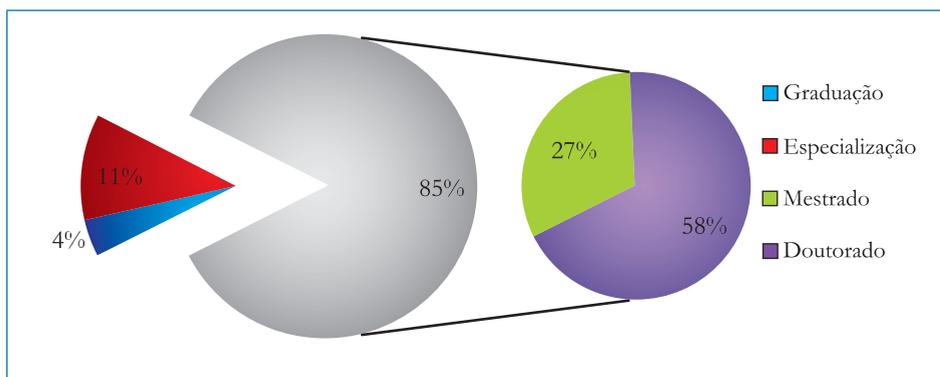


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2007b.

Nota: Os dados do Portal Inovação são baseados no banco de dados do CNPq/LATTES.

Os profissionais especializados da área apresentam um elevado grau de titulação – cerca de 85% do total concluíram mestrado ou doutorado (Gráfico 62).

Gráfico 62 – Titulação dos especialistas – Brasil – 2007

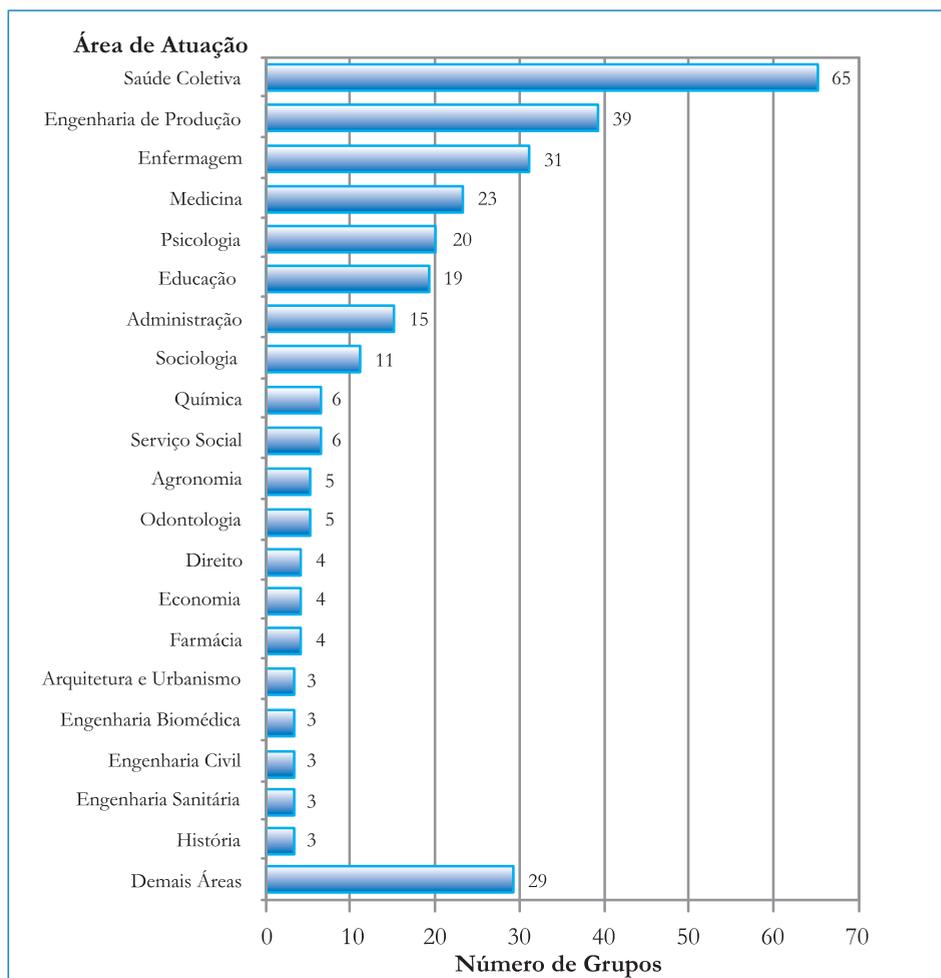


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2007b.

Nota: Os dados do Portal Inovação são baseados no banco de dados do CNPq/LATTES.

A maior parte desses especialistas está concentrada na área de conhecimento em Saúde Coletiva, conforme o Gráfico 63.

Gráfico 63 – Especialistas em SST por área de conhecimento – BRASIL – 2007



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2007b.

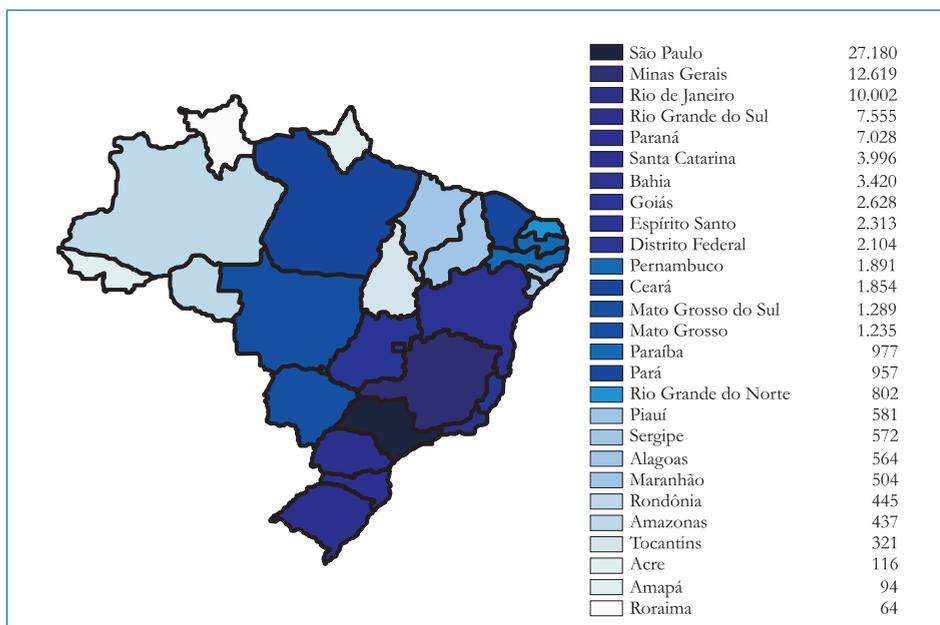
Nota: Os dados do Portal Inovação são baseados no banco de dados do CNPq/LATTES.

O Cartograma 12 apresenta o número de estabelecimentos²⁴ que prestavam serviços de atenção à saúde no Brasil em 2005, de acordo com a Classificação

²⁴ Foram escolhidas as classes 8513-8 e 8515-4 por serem as que apresentam os serviços mais semelhantes aos do SESI.

Nacional de Atividade Econômica (CNAE 1.0), distribuídos por Unidade Federativa. Nota-se que as regiões Sudeste e Sul são destaque, com respectivamente 56,9% e 20,3% do total. Verifica-se ainda que a quantidade de estabelecimentos existente apenas no estado de São Paulo (27.180) é superior à encontrada nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, que juntas somam apenas 23.168.

Cartograma 12 – Número de estabelecimentos de saúde no Brasil – 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

Nota: A intensidade da cor azul indica a representatividade do estado em relação aos demais.

6.4 Organizações

No Brasil, existem diversas instituições públicas federais, estaduais e municipais cujos papéis são zelar pela saúde e pela segurança dos trabalhadores, bem como preservar um ambiente saudável de trabalho. O Governo Federal, por meio dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Saúde e da Previdência Social, promove políticas, programas e ações de sustentação permanente frente às necessidades e requisitos das suas áreas de atuação.

O Ministério da Saúde, juntamente com as Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios, criou uma Rede Nacional de Saúde do Trabalhador – RENAST que tem como objetivo articular, no âmbito do SUS, ações para prevenção, promoção e recuperação da saúde dos trabalhadores urbanos e rurais, independentemente do vínculo empregatício e tipo de inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 2007e).

Outra ação do Ministério da Saúde, referente à saúde dos trabalhadores, é a manutenção de uma rede de 150 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) em todo o Brasil para atender aos trabalhadores formais e informais, assalariados e não assalariados, domésticos, autônomos, cooperados, temporários, servidores públicos, empregadores, aprendizes e estagiários (BRASIL, 2007d).

Os centros de referência prestam assistência aos trabalhadores que adoecem ou se acidentam, promovem, protegem e recuperam os trabalhadores, além de investigar as condições de segurança dos ambientes de trabalho.

Entre as principais instituições que desenvolvem no Brasil ações nas áreas de saúde e segurança no trabalho figuram:

Fundação Jorge Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDA-CENTRO) – Vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, esta entidade é o centro brasileiro de pesquisas em saúde, segurança e meio ambiente no trabalho. Seu principal objetivo é produzir e difundir conhecimentos que contribuam para a promoção da segurança e saúde dos trabalhadores, visando ao desenvolvimento sustentável, com crescimento econômico, equidade social e proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) – Vinculada ao Ministério da Saúde, desenvolve ações na área de ciência e tecnologia em saúde, incluindo atividades de pesquisa básica e aplicada, ensino, assistência hospitalar e ambulatorial de referência, formulação de estratégias de saúde pública, informação e difusão, formação de recursos humanos, produção de vacinas, medicamentos, kits de diagnósticos e reagentes, controle de qualidade e desenvolvimento de tecnologias para a saúde (BRASIL; FIOCRUZ, 2005).

Organização Internacional do Trabalho (OIT) – Agência ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), especializada nas questões do trabalho. No Brasil, a OIT tem mantido representação desde 1950, com programas e atividades que visam ao aperfeiçoamento das normas e das relações trabalhistas e das políticas e dos programas de emprego e formação profissional e de proteção social (OIT, 2007).

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) – Entidade internacional de saúde pública com a missão de orientar os esforços estratégicos de colaboração entre os Estados-Membro e outros parceiros para promover a equidade na saúde, combater doenças, melhorar a qualidade de vida e elevar a expectativa de vida dos povos das Américas (OPAS, 2007).

Instituto Observatório Social – Organização que analisa e pesquisa o comportamento de empresas multinacionais, nacionais e estatais em relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores. Esses direitos estão assegurados, principalmente, nas convenções da OIT que tratam de liberdade sindical, negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação de gênero e raça, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2005).

Observatório de Saúde do Trabalhador – Iniciativa do Ministério da Saúde, em conjunto com a Representação da OPAS/OMS no Brasil. Visa propiciar o mais amplo acesso às informações e às análises sobre saúde do trabalhador, facilitando a produção de estudos e pesquisas, bem como a melhor formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas e projetos setoriais na área, contribuindo assim para o desenvolvimento de um efetivo controle social. A intenção é otimizar o uso dos diversos dados disponíveis, sistematizando as fontes existentes na área, disponibilizando-as e promovendo um intercâmbio de informações e experiências, colaborando na tomada de decisões para o alcance da eficiência, da equidade e da qualidade dos serviços (BRASIL; OPAS, 2007).

Instituto Nacional de Saúde no Trabalho – Órgão criado a partir de um convênio de cooperação entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a *Confederazione Generale del Lavoro* (CGIL). O objetivo do instituto é prestar

assessoria técnica e política para a área de saúde, condições de trabalho e meio ambiente (INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE NO TRABALHO, 2003).

Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO)

– Constituída por instituições de ensino ou de prestação de serviços de saúde que desenvolvem programas docentes em qualquer modalidade de pós-graduação em saúde coletiva e por indivíduos que exercem atividades nessa área. Destina-se a atuar como mecanismo de apoio e articulação entre os centros de treinamento, ensino e pesquisa em saúde coletiva para fortalecimento mútuo das entidades-membro e para ampliação do diálogo com a comunidade técnica e científica e desta com os serviços de saúde, as organizações governamentais e não-governamentais e a sociedade civil (ABRASCO, 2004).

Rede UNIDA – Entidade que reúne pessoas, projetos e instituições comprometidas com a mudança da formação dos profissionais de saúde. Caracteriza-se pela diversidade de projetos e de experimentos na área da saúde que buscam uma mudança nos modelos de atenção e de ensino e na participação social no setor (REDE UNIDA, 2007).

Faculdade de Saúde Pública (FSP) – Instituição ligada à Universidade de São Paulo (USP) que visa produzir e disseminar conhecimento, bem como formar pessoas em saúde pública e em nutrição, por meio da pesquisa, ensino e extensão, contribuindo para a melhoria das condições de saúde da população e para a formulação de políticas públicas de saúde (FSP, 2007).

Instituto de Saúde Coletiva (ISC) – Centro de formação avançada da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que busca desenvolver uma perspectiva inovadora de ensino na área de Saúde Coletiva (UFBA, 2007).

Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) – Criado junto à Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz), com o objetivo de formar recursos humanos para a área de saúde e segurança do trabalho, avaliar políticas públicas, desenvolver estudos relacionados ao trabalho, saúde e ambiente. O centro também participa de atividades de cooperação técnica junto a secretarias de saúde dos

estados e municípios, instituições técnico-científicas, sindicatos e ministérios (ENSP, 2007).

Sistema S – Além dos órgãos do governo federal, duas outras instituições de referência em SST no Brasil merecem destaque: o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI). Integrantes do Sistema S, ambas as entidades têm sua estrutura organizada em uma coordenação nacional e departamentos regionais que promovem ações na área.

6.5 Aspectos Sociais e da Saúde no Brasil

A atenção à saúde é considerada nas sociedades contemporâneas um direito fundamental do cidadão. Uma das características do perfil de saúde da população é a forma dinâmica e intensa com que este se transforma em períodos de tempo relativamente curtos. Assim, as últimas décadas, caracterizadas por importantes modificações na vida econômica e social no Brasil, apresentaram também importantes mudanças nas condições de vida e saúde de sua sociedade (BARROS; PIOLA; VIANA, 1996).

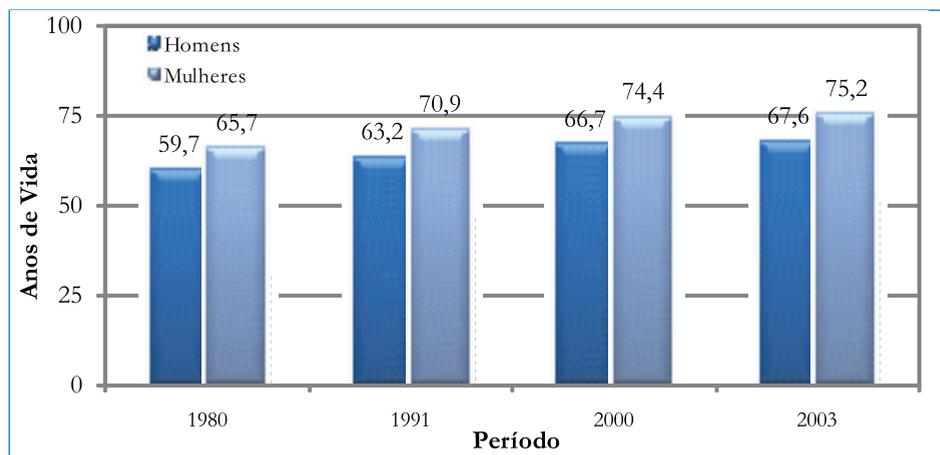
Em um amplo estudo sobre as tendências da situação de saúde na Região das Américas, observa-se, de forma inequívoca, que os diferenciais econômicos entre os países são determinantes para as variações dos indicadores básicos de saúde e desenvolvimento humano (BRASIL; OPAS, 2006).

Buss (2000) afirma que as principais respostas sociais aos problemas de saúde têm sido decorrentes de investimentos crescentes em assistência médica curativa e individual. No entanto, identifica-se, de forma clara, que medidas preventivas e a promoção da saúde, assim como a melhoria das condições de vida em geral, têm sido as razões fundamentais para os avanços nesta perspectiva.

As informações apresentadas a seguir são relativas à saúde, aos hábitos de vida e aos aspectos sociais e demográficos da população brasileira. Estes dados não guardam relação de causa direta com o trabalho, mas condicionam a saúde dos trabalhadores.

O Gráfico 64 e a Tabela 18 retratam a mudança demográfica no Brasil, com base no aumento da expectativa de vida da população, bem como na diminuição da fecundidade.

Gráfico 64 – Expectativa de vida segundo sexo – Brasil – 1980/1991/2000/2003



Fonte: BRASIL; OPAS, 2006.

Percebe-se o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, o que reflete no aumento da população idosa. É possível identificar que entre 1980 e 2003, a expectativa de vida cresceu 8 anos para o sexo masculino e 10 anos para o feminino. No ano de 2003, a média de vida da população foi de cerca de 68 e 75 anos, respectivamente para homens e mulheres. De acordo com o Ministério da Saúde, no ano de 1981, existiam seis idosos para doze crianças com até cinco anos de idade. Já no ano de 2004, a proporção passou a seis idosos para cinco crianças até cinco anos.

No período entre 1970 e 2000, a taxa de fecundidade das mulheres brasileiras diminuiu significativamente, exceto no grupo etário dos 15 aos 19 anos, caracterizado por uma taxa de crescimento de 14% neste indicador, no decorrer dos anos em estudo (Tabela 18). Nota-se, também, que com o avanço da idade das brasileiras, a taxa de fecundidade decresceu progressivamente seus valores.

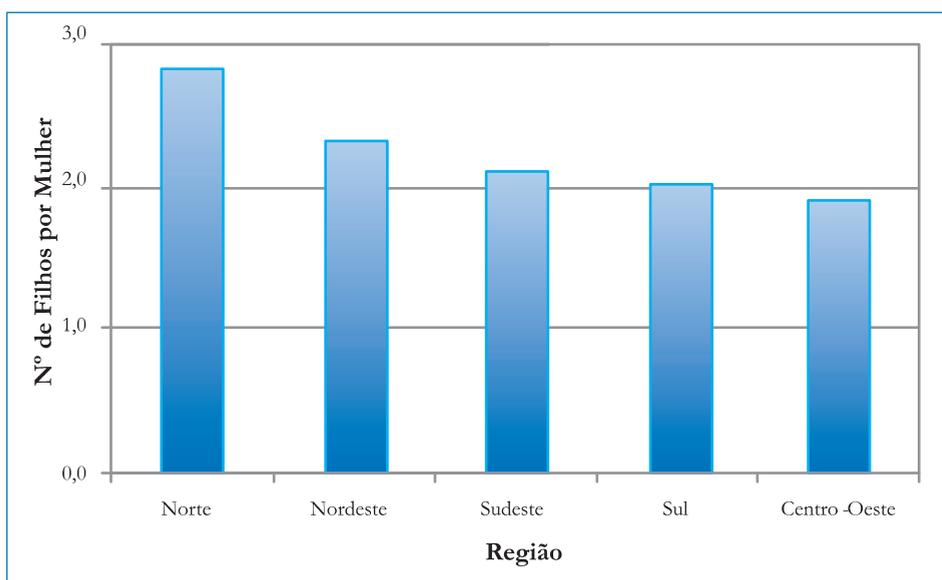
Tabela 18 – Número de filhos por mil mulheres – Brasil – 1970-2000

Grupos de Idade	1970	1980	1991	2000	Varição (%) 1970 a 2000
15-19	74,8	79,8	76,9	85,1	↑14
20-24	254,6	213,1	163,7	145,8	↓43
25-29	295,0	226,0	148,2	117,6	↓60
30-34	242,9	173,1	93,9	69,8	↓71
35-39	131,2	117,0	47,3	34,4	↓74
40-44	35,0	53,7	17,2	10,6	↓70
45 e +	22,3	10,8	3,1	1,5	↓93

Fonte: BRASIL; OPAS, 2006.

O Gráfico 65 quantifica o número de filhos por mulher, nas diferentes regiões brasileiras, no ano de 2004. Visualiza-se uma média de 2 filhos por mulher no Brasil, sendo a região Norte responsável pelo maior valor referente a este dado e a região Centro-Oeste a com menor expressividade em números.

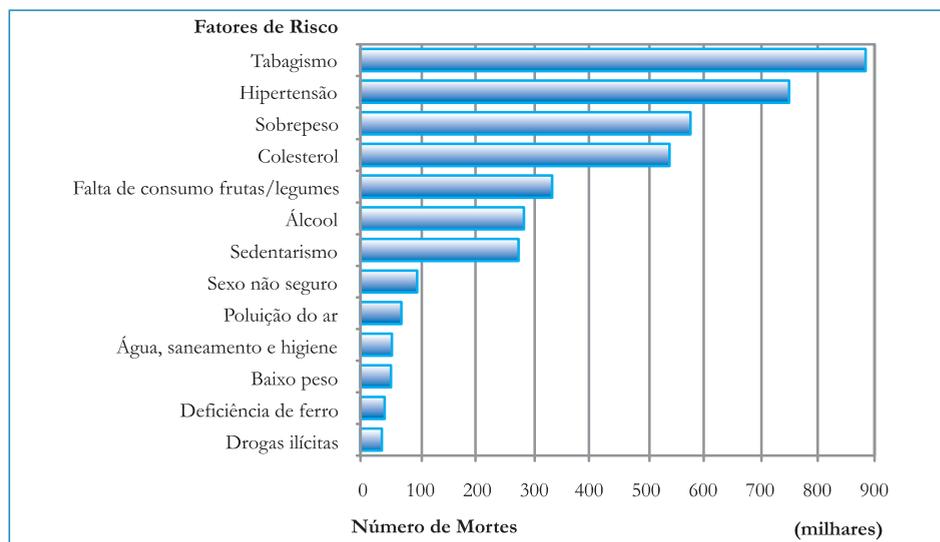
Gráfico 65 – Número de filhos por mulher, por região brasileira – 2004



Fonte: BRASIL; OPAS, 2006.

Os dados a seguir referem-se às mudanças no modo de vida da população, incluindo indicadores como fatores de risco, sedentarismo e o aumento da obesidade na população.

Gráfico 66 – Principais fatores de risco e morte atribuíveis nas Américas – 2000

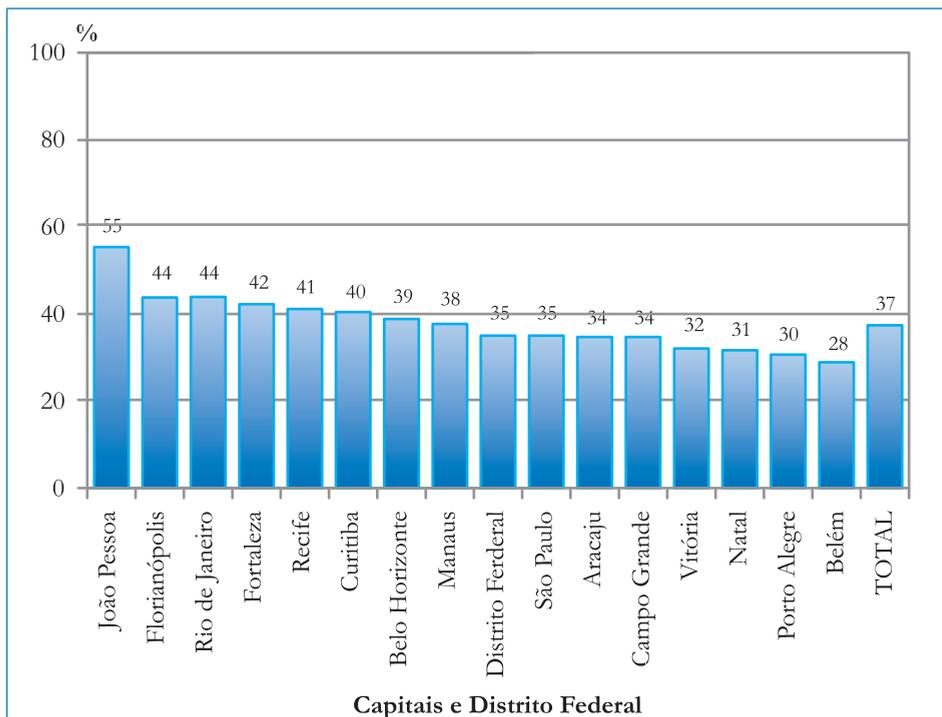


Fonte: BRASIL; OPAS, 2006.

A partir da representação acima (Gráfico 66), observa-se os principais fatores de risco e morte nas Américas, no ano de 2000. O tabagismo liderou os valores, representando aproximadamente 900 mil mortes. Hipertensão e sobrepeso apareceram como a segunda e terceira causas respectivamente. De forma decrescente em valores, os 10 outros principais fatores de risco e morte para o ano em estudo foram: colesterol; falta de consumo de frutas/legumes; álcool; sedentarismo; sexo não seguro; poluição do ar; água, saneamento e higiene; baixo peso; deficiência de ferro; e drogas ilícitas.

Nos anos de 2002 e 2003, um estudo apontou que em 15 capitais brasileiras e no Distrito Federal, uma média de 37% da população era sedentária e irregularmente ativa. O menor número de inativos físicos aparece em Belém e os maiores valores são referentes a João Pessoa (Gráfico 67).

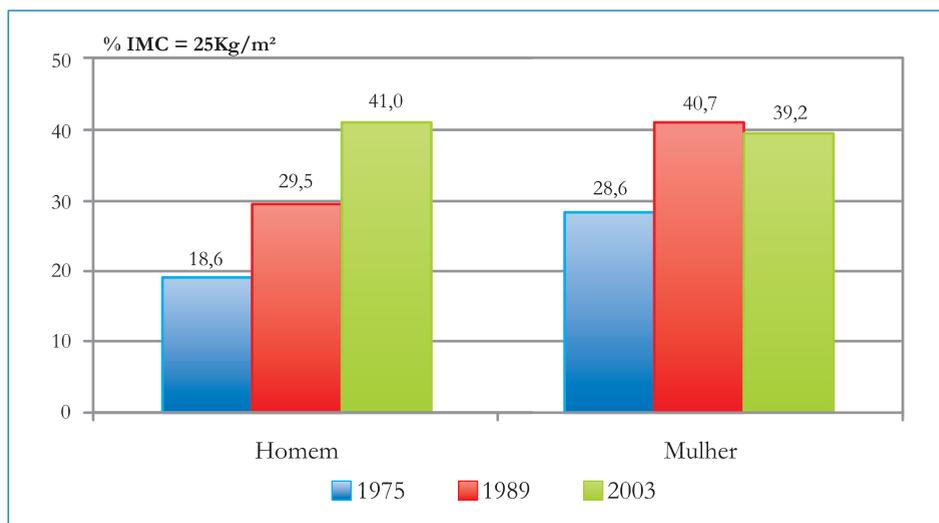
Gráfico 67 – Prevalência de inatividade física em adultos de 15 capitais e do Distrito Federal – 2002-2003



Fonte: BRASIL; OPAS, 2006.

Nota: Inatividade física = sedentários + irregularmente ativos.

A partir dos dados apresentados no Gráfico 68, nota-se um aumento expressivo no peso dos brasileiros entre o período de 1975 e 2003. O sexo masculino dobrou seu valor de IMC (índice de massa corporal) no período em estudo, apresentando maior variação que o sexo feminino. No ano de 2003, ambos os sexos atingem IMCs com valores aproximados e significativamente maiores que nas décadas anteriores.

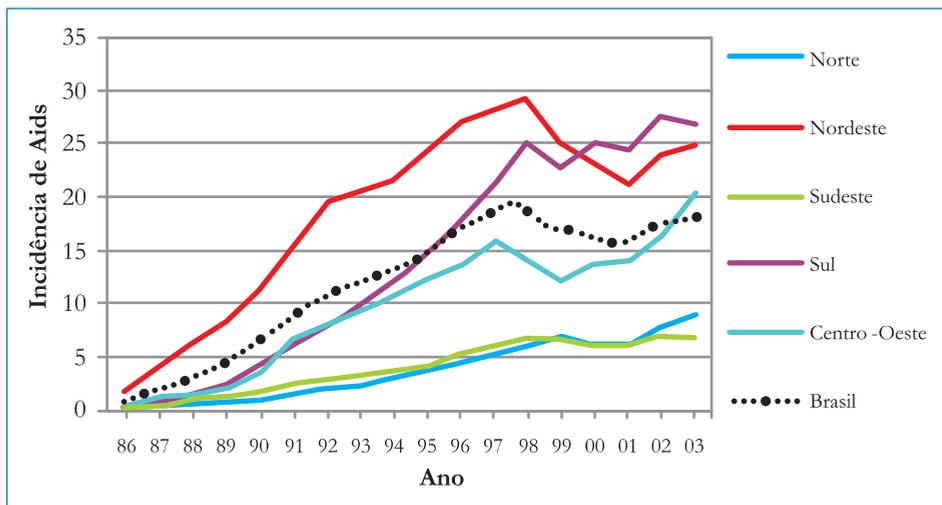
Gráfico 68 – Evolução do excesso de peso no Brasil – 1975/1989/2003

Fonte: BRASIL; OPAS, 2006.

A AIDS vem crescendo entre as mulheres, os heterossexuais, as pessoas com menor escolaridade e os mais pobres. Em 1998, o Brasil teve a maior média de incidência registrada da patologia. Após uma queda no número de casos, em 2001, os índices voltaram a subir (Gráfico 69).

No estado de São Paulo, ocorreu uma queda nos casos de AIDS entre os anos de 2000 e 2004. Em Minas Gerais, foi registrado um crescimento de mais de 48%; e no Rio de Janeiro de 33% (BRASIL; OPAS, 2006).

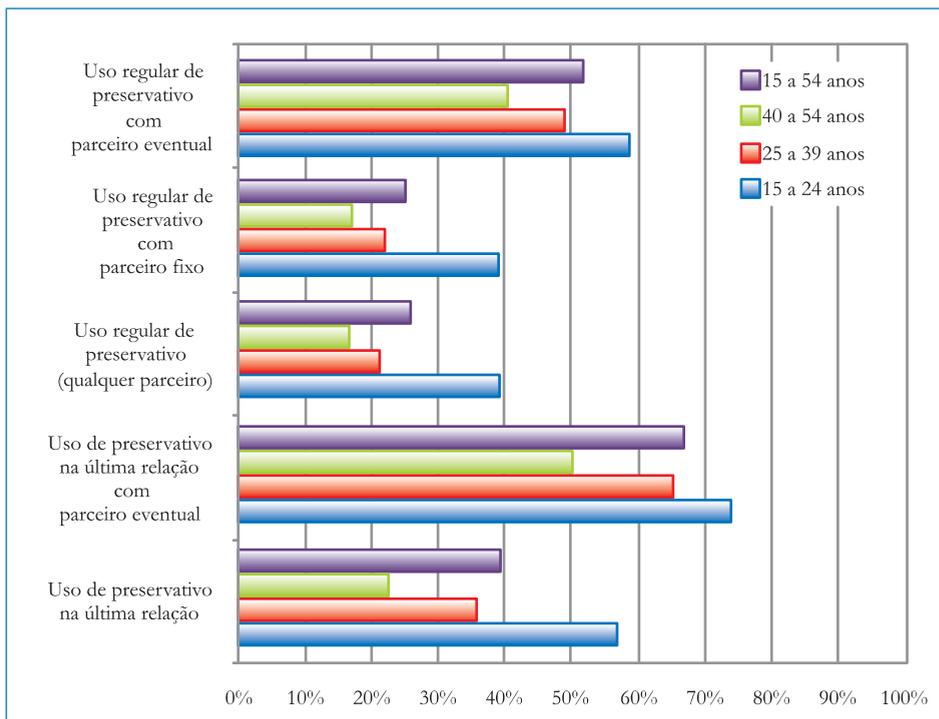
**Gráfico 69 – Incidência de AIDS (por 100 mil hab.)
por regiões brasileiras – 1986-2003**



Fonte: BRASIL; OPAS, 2006.

O Gráfico 70 demonstra o percentual de população sexualmente ativa segundo o uso de preservativo, por faixa etária no ano de 2004. Percebe-se em todas as circunstâncias, que quanto mais avançada a faixa etária menor o uso de preservativo. Para a faixa etária entre 15 e 54 anos: 39% fizeram uso de preservativo na última relação; 67% fizeram uso de preservativo na última relação com parceiro eventual; 26% fizeram uso regular de preservativo com qualquer parceria; 25% fizeram uso regular de preservativo com parceiro fixo; 52% fizeram uso regular de preservativo com parceiro eventual.

Gráfico 70 – População sexualmente ativa segundo o uso de preservativo, por faixa etária – Brasil – 2004



Fonte: BRASIL; OPAS, 2006.

Ao se tratar da análise de gastos financeiros com saúde no Brasil, Diniz et al. (2007) apontam que as famílias de menor renda gastam essencialmente com medicamentos. No entanto, à medida que a renda cresce, aumentam também os gastos com outros setores da saúde, como por exemplo, planos de saúde.

Outros dados demonstram que os dispêndios das famílias com saúde são altos, representando em média 11% da renda familiar. A Tabela 19 apresenta uma classificação dos gastos em comparação com o orçamento familiar, demonstrando que quanto menor o salário, maior os gastos com saúde (BRASIL, 2007a).

Tabela 19 – Proporção (%) da renda familiar utilizada com saúde, por classes de rendimento monetário e não monetário mensal familiar – Brasil – 2003

Saúde	Até 400	400 a 600	600 a 1.000	1.000 a 1.200	1.200 a 1.600	1.600 a 2.000	2.000 a 3.000	3.000 a 4.000	4.000 a 6.000	Mais de 6.000	Total
Assistência à saúde	7,13	6,24	5,91	5,52	5,66	6,04	5,49	5,27	5,46	4,50	5,32
Planos e Seguros de saúde	0,50	0,35	0,74	0,89	1,11	1,50	1,59	1,92	2,23	1,67	1,50
Medicamentos	5,41	4,28	3,55	3,07	2,86	2,73	2,19	1,87	1,68	1,06	2,16
Outros gastos	1,23	1,61	1,63	1,56	1,69	1,81	1,71	1,48	1,55	1,76	1,66

Fonte: BRASIL, 2007a, p. 32.

Por outro lado, Diniz et al. (2007) afirmam que a maior participação do SUS no atendimento médico-hospitalar da população contribui para a redução das despesas com saúde por parte das famílias. De acordo com os autores, a redução nos gastos é vista principalmente nas famílias de menor renda, e se deve em parte pela maior cobertura por parte do SUS, e a intervenção na área de medicamentos.

As causas externas e os episódios de violência são outros importantes fatos que impactam nos gastos com saúde. Em comparação a outros países, as taxas brasileiras desses infortúnios são elevadas, ocupando respectivamente terceiro e quarto lugar para homicídios e acidentes de trânsito (GRUPO TÉCNICO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E VIOLÊNCIAS, 2006).

6.6 Saúde Suplementar no Brasil

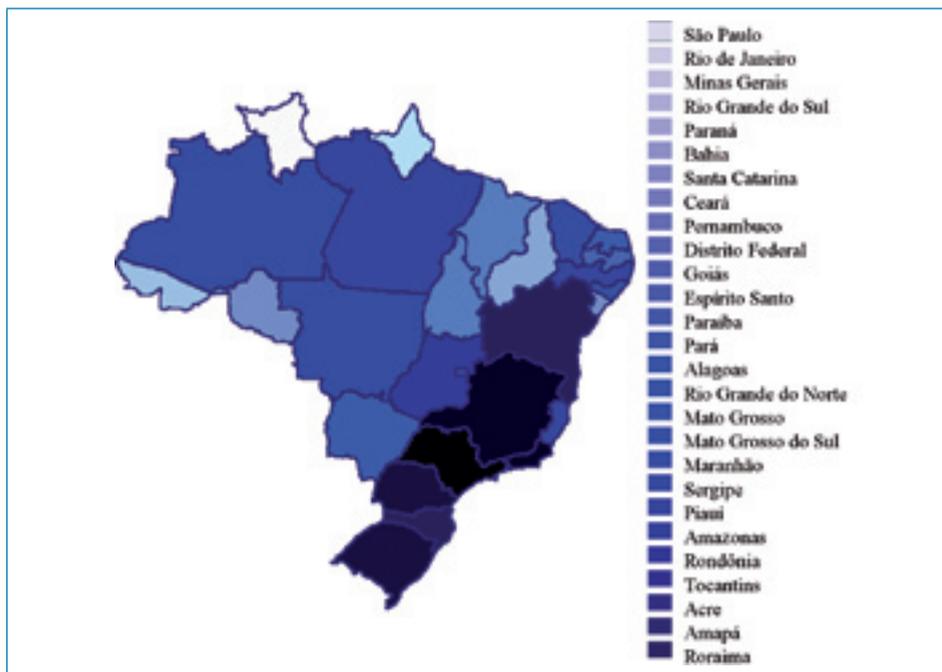
Após passar por um momento de expansão, entre 1987 e 1994, a saúde suplementar passou a representar uma importante e significativa parcela do mercado de assistência médica no Brasil. Entretanto, o setor foi regulamentado no país apenas em 1998, com a criação da Lei nº. 9.656 (MAIA; ANDRADE; OLIVEIRA, 2008).

Cavalcante (2008) afirma que a Saúde Suplementar segue o modelo assistencial hegemônico praticado no Brasil, caracterizado por: (i) fragmentação do cuidado; (ii) procedimentos de alta tecnologia e custos elevados; (iii) interesses de mercado; (iv) descon sideração das determinantes não-biológicas no processo saúde-doença; (v) crescente especialização dos médicos e demais profissionais de saúde; e (vi) atenção primária, vista como triagem para o acesso aos níveis de média e alta complexidade.

Os desafios para essa temática contemplam uma nova perspectiva regulatória, com modificações no papel e no desempenho dos atores da Saúde Suplementar, objetivando transformar: operadoras em gestoras de saúde; prestadores de serviço em produtores de cuidados em saúde; beneficiários em usuários com consciência sanitária; e a Agência Nacional de Saúde Suplementar em órgão regulador qualificado e eficiente para ajustar um setor que visa produzir saúde (CAVALCANTE, 2008).

Segundo Brasil (2007h), o número de operadoras de planos de saúde vem decrescendo com o passar dos anos, atingindo em setembro de 2007 um total de 1998 estabelecimentos. O Cartograma 13 apresenta uma grande concentração de operadoras na região Sudeste, representando 60% da totalidade. Ressalta-se que os dados são relativos à localização das sedes desses estabelecimentos, podendo existir filiais em outras regiões.

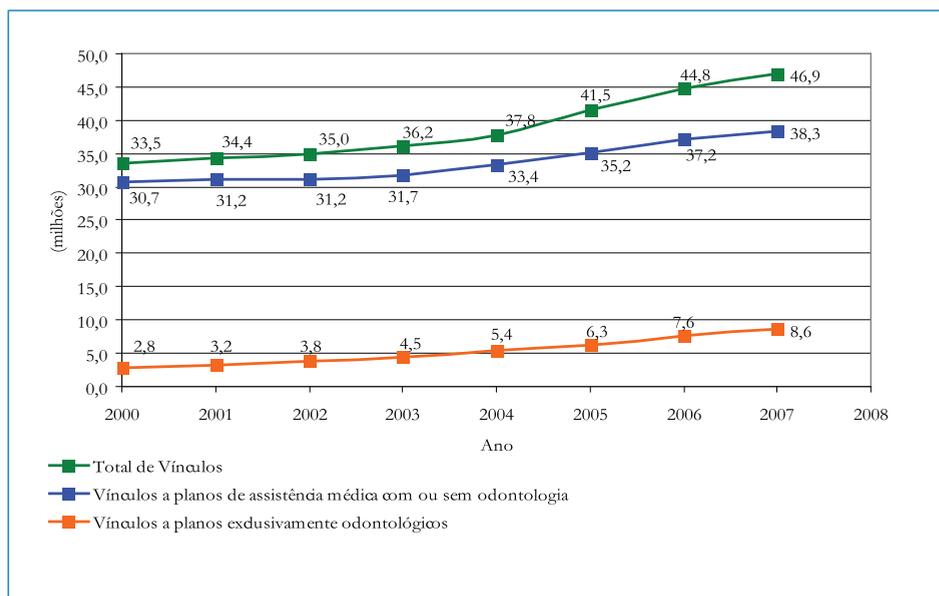
Cartograma 13 – Operadoras de planos de saúde em atividade, conforme UF da sede – Brasil – 2007



Fonte: BRASIL – Ministério da Saúde – MS, dez/2007h, p. 112.
 Nota: Dados de 2007 se referem até o mês de setembro.

De acordo com Brasil (2007), mesmo com a redução do número de operadoras de pequeno porte (até 20 mil associados), o aumento de beneficiários é sustentado pelo crescimento das operadoras de médio (entre 20 e 100 mil associados) e grande porte (acima de 100 mil associados). Os dados completos podem ser observados no Gráfico 71.

Gráfico 71 – Beneficiários de planos de saúde por cobertura assistencial – Brasil – 2000-2007

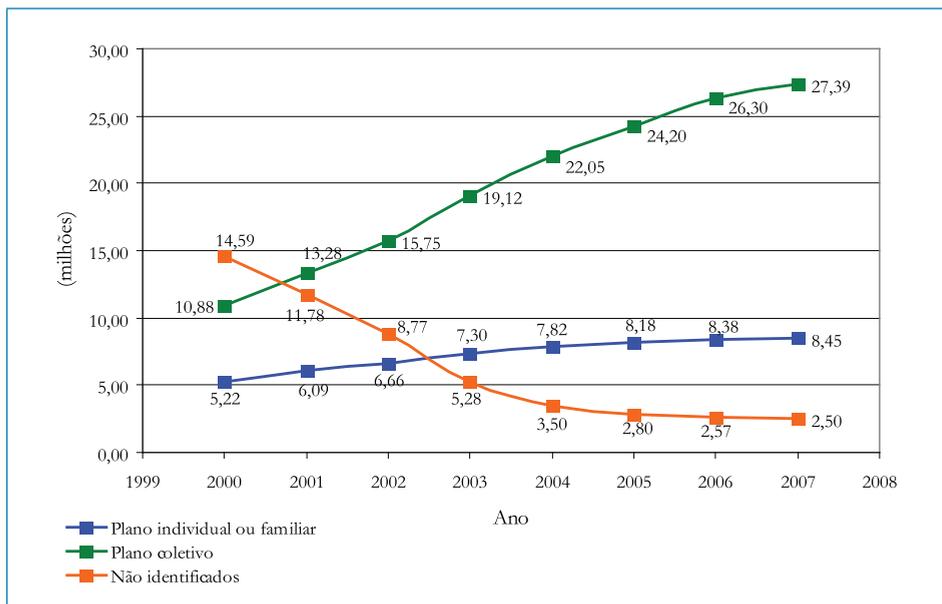


Fonte: BRASIL – Ministério da Saúde – MS, 2007h, p. 17.

Nota: Dados de 2007 se referem até o mês de setembro.

O Gráfico 72 apresenta o número de beneficiários de planos de assistência médica por tipo de contratação entre os anos 2000 e 2007. No final do período, os usuários com plano coletivo (pessoa jurídica) apresentaram número três vezes superior ao de usuários com plano individual ou familiar (pessoa física).

Gráfico 72 – Beneficiários de planos de assistência médica por tipo de contratação do plano – Brasil 2000-2007



Fonte: BRASIL – Ministério da Saúde – MS, 2007h, p. 17.

Nota: Dados de 2007 se referem até o mês de setembro.

A Tabela 20 apresenta dados referentes à frequência de utilização dos serviços médicos. Entre os anos de 2002 e 2006, sofreram um pequeno decréscimo as internações e outros atendimentos ambulatoriais, enquanto cresceram a utilização de exames complementares e terapias. O total de consultas médicas manteve-se praticamente estável no período.

Tabela 20 – Frequência média de utilização, segundo tipo de evento de assistência médica e tipo de contratação do plano – Brasil – 2002-2006

Tipo de Evento e Tipo de Contratação	2002	2003	2004	2005	2006
Consulta médica					
Individual ou familiar	5,93	5,68	5,74	5,79	5,95
Coletivo com patrocinador	4,29	4,19	4,20	4,34	4,51
Coletivo sem patrocinador	5,19	5,21	5,40	5,32	5,33
Internações					
Individual ou familiar	0,25	0,23	0,22	0,22	0,20
Coletivo com patrocinador	0,18	0,18	0,17	0,16	0,16
Coletivo sem patrocinador	0,23	0,23	0,22	0,19	0,20
Exames complementares					
Individual ou familiar	10,01	9,53	9,89	11,85	12,17
Coletivo com patrocinador	6,63	6,80	7,16	8,54	8,83
Coletivo sem patrocinador	9,36	9,62	9,69	11,67	12,16
Terapias					
Individual ou familiar	0,97	1,11	1,23	1,53	1,74
Coletivo com patrocinador	0,64	0,77	0,91	1,10	1,26
Coletivo sem patrocinador	1,08	1,15	1,29	1,46	1,79
Outros atendimentos ambulatoriais					
Individual ou familiar	1,21	1,13	1,13	0,85	0,92
Coletivo com patrocinador	0,96	0,91	0,88	0,74	0,78
Coletivo sem patrocinador	1,11	0,97	0,94	0,81	0,87

Fonte: BRASIL – Ministério da Saúde – MS, 2007h, p. 126.

Com relação aos custos dos eventos médico-hospitalares (ver Tabela 21), os exames complementares e as terapias mantiveram-se sem grandes alterações, com os valores de 2006 bem próximos aos de 2002. As consultas médicas tiveram um acréscimo de pouco mais de 30%. Já os valores referentes a internações e a outros atendimentos ambulatoriais representaram a maior alteração no período pesquisado, reajustes de 67,5 e 65,8%, respectivamente.

Tabela 21 – Custo médio dos eventos médico-hospitalares segundo tipo de evento e de contratação – Brasil – 2002-2006

Tipo de Evento e Tipo de Contratação	2002	2003	2004	2005	2006
Consulta médica					
Individual ou familiar	22,37	23,69	25,48	28,04	30,03
Coletivo com patrocinador	23,73	24,87	26,7	29,5	31,43
Coletivo sem patrocinador	24,87	26,31	28,17	30,67	32,68
Internações					
Individual ou familiar	1.092,37	1.301,00	1.480,55	1.591,62	1.858,57
Coletivo com patrocinador	1.115,76	1.303,60	1.477,83	1.625,90	1.832,82
Coletivo sem patrocinador	1.284,72	1.467,39	1.748,98	2.019,18	2.159,65
Exames complementares					
Individual ou familiar	18,18	19,33	20,29	18,86	19,22
Coletivo com patrocinador	20,09	20,63	21,00	19,37	20,55
Coletivo sem patrocinador	21,68	23,21	23,87	21,37	21,46
Terapias					
Individual ou familiar	40,49	45,70	44,42	48,57	41,33
Coletivo com patrocinador	39,93	41,32	41,79	41,39	39,45
Coletivo sem patrocinador	45,55	50,93	48,15	57,35	46,06
Outros atendimentos ambulatoriais					
Individual ou familiar	45,39	52,37	59,89	66,84	75,36
Coletivo com patrocinador	43,69	48,31	54,72	65,11	65,54
Coletivo sem patrocinador	47,35	55,05	64,89	81,72	85,89

Fonte: BRASIL – Ministério da Saúde – MS, 2007h, p. 130.

Nota: Todos os valores são expressos em reais (R\$).

6.7 Acidentes de Trabalho

O problema dos acidentes e das doenças profissionais acompanha o desenvolvimento das atividades do homem através dos séculos, sempre cercado de novos e diferentes riscos que podem afetar a vida e a saúde do trabalhador (RAGASSON, 2004).

Acidente de trabalho é aquele que ocorre no exercício profissional a serviço da empresa ou no exercício do trabalho do segurado especial, provocando lesão corporal ou perturbação funcional, de caráter temporário ou permanente. A consequência pode ser a perda ou redução da capacidade funcional ou até mesmo a morte. Os acidentes de trabalho são caracterizados em típico, de trajeto e doença profissional (BRASIL, 1991).

- IV. Acidente Típico: decorrente da característica da atividade profissional que o indivíduo exerce.
- V. Acidente de Trajeto: ocorre no trajeto entre a residência do trabalhador e o local de trabalho, ou vice-versa.
- VI. Doença Profissional ou do Trabalho: produzida ou desencadeada pelo exercício de determinada função, característica de um emprego específico.

Gonçalves (2000) define acidente de trabalho sob a visão prevencionista: “ocorrência não programada, inesperada ou não, que interrompe ou interfere no processo normal de uma atividade, ocasionando perda de tempo útil e/ou lesões nos trabalhadores, e/ou danos materiais”.

Anualmente, milhares de trabalhadores são vítimas de acidentes de trabalho no Brasil. A Previdência Social divulga estatísticas sobre estes infortúnios laborais a partir das informações obtidas na CAT. Levando em conta a grande massa de trabalhadores na informalidade, é de se supor que a sub-notificação de acidentes de trabalho no país seja significativa.

Santana et al. (2005) apresentam estudo indicando que as estatísticas divulgadas referentes a óbitos por acidentes de trabalho no Brasil, entre 1994 e 2004, não revelam nem um terço das mortes para esta perspectiva, sugerindo a melhoria da qualidade dos sistemas de informações existentes e a viabilidade de interligação dos mesmos.

Ao se tratar dos custos com acidente de trabalho no Brasil, Carvalho (2006) cita dados da Previdência Social estimando um gasto de R\$ 30 bilhões com

estes incidentes, no ano de 2006. Deste valor, mais de R\$ 5,9 bilhões correspondem a gastos com benefícios acidentários e reabilitação profissional.

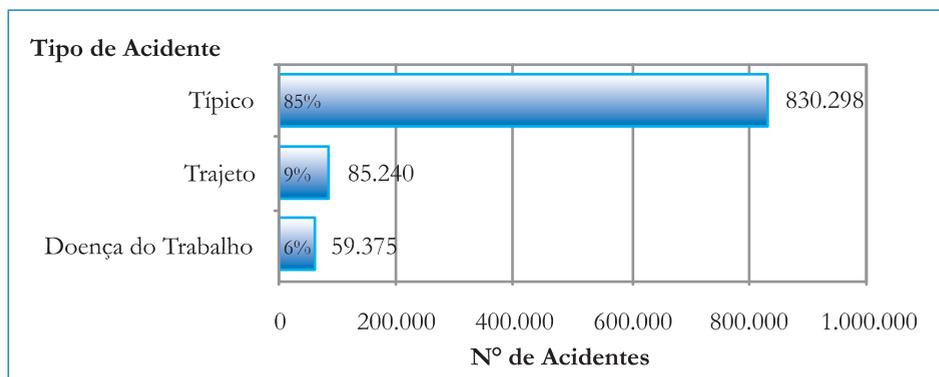
Wunsch Filho (2004) relata alguns dados relevantes sobre o percurso dos acidentes de trabalho no Brasil:

- I. Os dados sobre acidentes de trabalho referenciados, desde a década de 70, são relativos apenas aos trabalhadores formais;
- II. Mesmo com a redução no número de notificações a partir de 1970, a letalidade continuou crescendo, apresentando-se superior a cinco vezes;
- III. Acredita-se que a mortalidade seja maior nos setores informais da economia;
- IV. A principal causa de mortes por acidentes de trabalho, de forma isolada, é referente aos acidentes e atropelamentos envolvendo veículos;
- V. Os profissionais de transporte (condutores de motocicletas, automóveis, ônibus e caminhões) são as principais classes acometidas por acidentes de trabalho fatais.
- VI. Homicídio é apontado como a principal causa de morte por acidentes de trabalho dentro das empresas;
- VII. No presente, as causas dos acidentes de trabalho fatais assemelham-se aos motivos das mortes por causas externas nas populações urbanas brasileiras;
- VIII. Os acidentes de trabalho podem gerar um impacto de até 10% do PIB sobre a economia brasileira.

A seguir, são apresentados dados sobre acidentes de trabalho que se referem apenas aos setores contribuintes do Serviço Social da Indústria (SESI). A seleção dos setores foi realizada de acordo com a CNAE 1.0.

De acordo com a base de dados do Anuário Estatístico da Previdência Social (BRASIL, 2006a), foram registrados 974.913 acidentes de trabalho nos setores analisados, entre os anos de 2001 e 2005. O Gráfico 73 apresenta o número de acidentes distribuídos de acordo com a classificação do Ministério da Previdência Social – MPAS. Os acidentes típicos predominam, representando 85,2% do total.

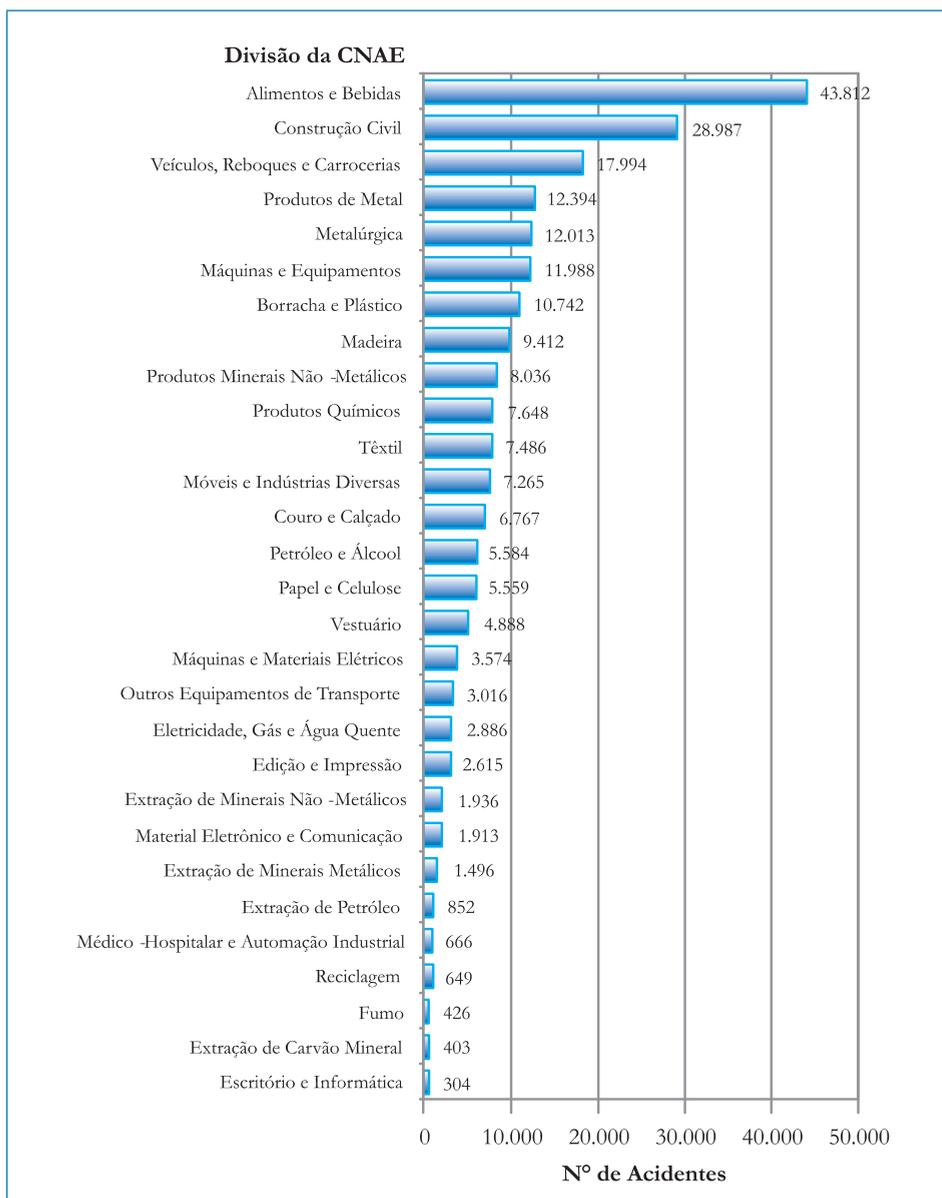
Gráfico 73 – Distribuição dos acidentes de acordo com a classificação – Brasil – 2001-2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2006a.

O Gráfico 74 mostra a distribuição do número de acidentes com relação ao setor de atividade. Nesse sentido, observa-se que a indústria de Alimentos e Bebidas é a que possui o maior número de acidentes de trabalho (43.812), correspondendo a 18,8% do total, seguida pelo setor de Construção Civil, com 12,4%. Contudo, cabe ressaltar que na RAIS/MTE, estes segmentos são os que possuem maior número de empregados formais, representando pouco mais de 30% do total de trabalhadores no Brasil no ano de 2005.

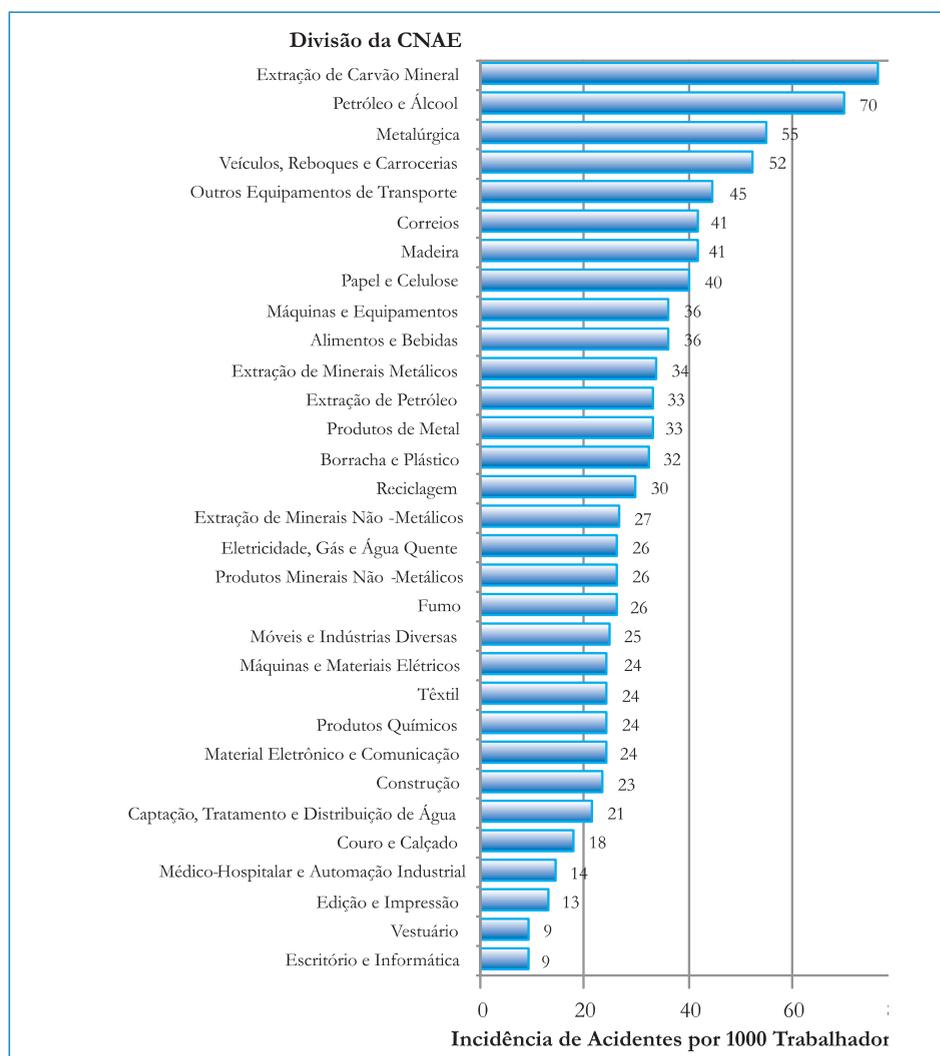
Gráfico 74 – Acidentes por setor – Brasil – 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2006a.

Quando levado em consideração o número de acidentes pelo total de empregados no setor (Gráfico 75), Extração de Carvão Mineral e Petróleo e Álcool são os segmentos que aparecem respectivamente como primeiro e segundo colocados. Por outro lado, a divisão de Escritório e Informática é a que apresenta o menor número, tanto absoluto quanto em relação ao número de empregados da seção.

Gráfico 75 – Incidência de acidentes por 1.000 trabalhadores no ano de 2005



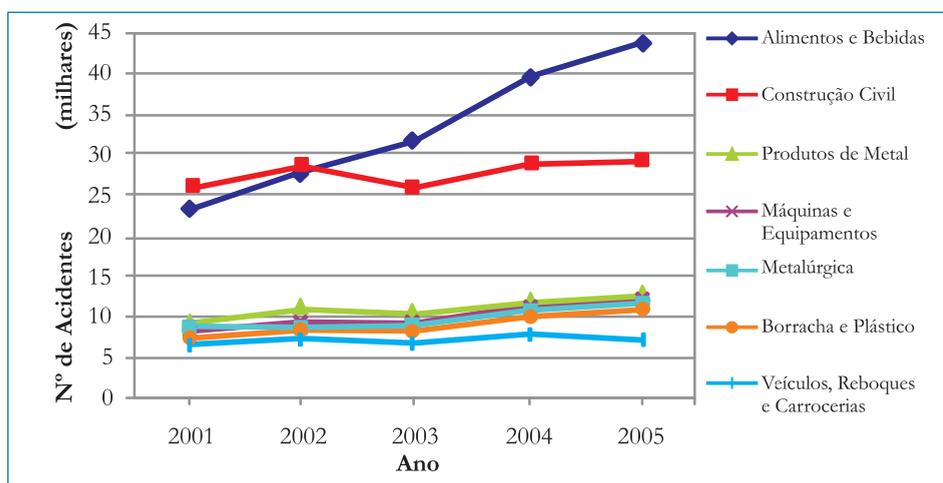
Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2006a.

Para os setores que apresentaram número de acidentes de trabalho superior a 10.000 em 2005, fez-se um levantamento dos dados referentes aos anos compreendidos entre 2001 e 2005 (Gráfico 76).

Em todos os setores, o número de acidentes aumentou no período em estudo. Entretanto, em alguns casos este crescimento é considerado baixo, como ocorre com o setor de Veículos (7%) e Construção (13%). Em outros setores, como de Produtos de Metal, Metalúrgica, Máquinas/Equipamentos e Borracha/Plástico, este aumento fica entre 27 e 44%. No entanto, nos setores de Alimentação e Correios, o crescimento do número de acidentes é bastante elevado, aumentando respectivamente 89,3 e 76,4% neste período.

Para os anos de 2001 e 2002, a Construção Civil foi o setor mais significativo no número de acidentes de trabalho. Porém, a partir de 2003, o segmento de Alimentos e Bebidas passa a ocupar este posto, mostrando um forte crescimento até 2005, quando chega a atingir um total de 43.812 acidentes. Contudo, é importante verificar que o segmento de Alimentos e Bebidas, com maior número absoluto de acidentes, apresentou um crescimento de empregados três vezes superior ao de Construção no mesmo período, contribuindo para a elevação nos casos de acidentes.

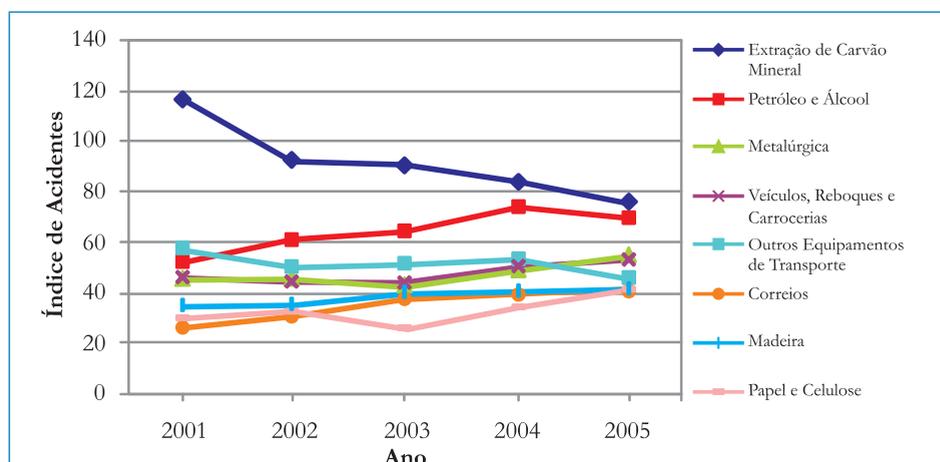
Gráfico 76 – Número de acidentes de trabalho – Brasil – 2001-2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2006a.

No Gráfico 77, estão expressos os setores que apresentaram altas taxas de incidência de acidentes de trabalho no período entre 2001 e 2005. O segmento de Extração de Carvão Mineral vem diminuindo suas taxas com o passar do tempo. Entre os anos de estudo, este setor decresceu cerca de 35% em relação ao valor inicial, representando a maior taxa de redução no período. O setor de Outros Equipamentos de Transporte também reduziu sua taxa em pouco mais de 20%. Já os demais segmentos mostraram tendência de elevação na incidência, sendo que o setor de Papel e Celulose foi o que mais cresceu com uma elevação de quase 40%.

Gráfico 77 – Incidência de acidentes de trabalho – Brasil – 2001-2005

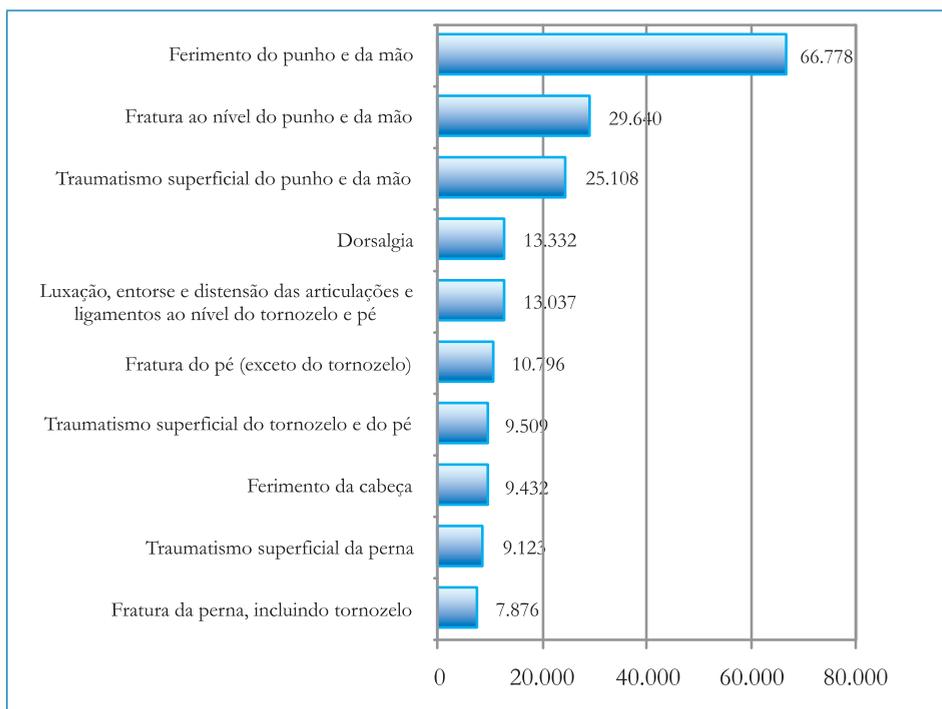


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2006a.

Com intuito de estabelecer as causas mais freqüentes de acidentes típicos e de trajeto, realizou-se uma busca por dados no Anuário Estatístico da Previdência Social para o ano de 2005. Estas informações tratam dos comprometimentos mais assíduos dentro da Classificação Internacional de Doenças (CID-10). O Gráfico 78 e o Gráfico 79 mostram esta classificação, de acordo com o tipo de acidente (típico, de trajeto).

Como pode ser observado no Gráfico 78, os três primeiros colocados nesta classificação referem-se a problemas com punho e mão, representado pouco mais de 60% do total de acidentes aqui apresentados.

Gráfico 78 – Incidências mais freqüentes da CID-10 em decorrência de acidentes típicos no ano de 2005

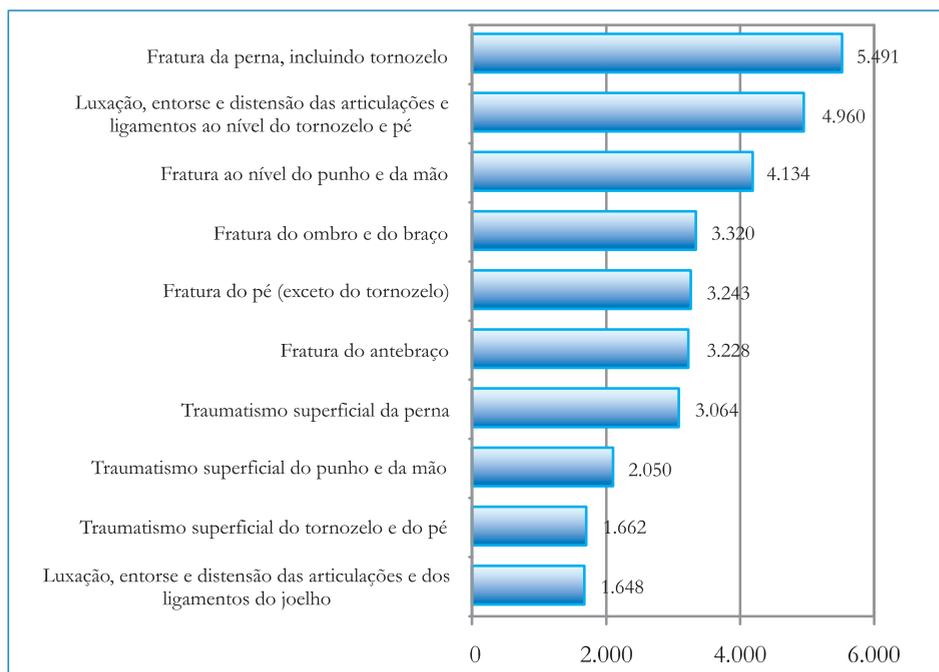


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2006c.

Nota: A taxa de incidência considera um caso por 10.000 pessoas com cobertura contra incapacidade laborativa decorrente de riscos ambientais do trabalho. O número de segurados corresponde ao número médio de contribuintes empregados e não inclui dados de Segurados Especiais.

O Gráfico 79 apresenta as maiores incidências decorrentes de acidentes de trajeto, no qual é possível verificar que os principais acometimentos são traumas nos membros superiores e inferiores.

Gráfico 79 – Incidências mais freqüentes da CID-10 em decorrência de acidentes de trajeto no ano de 2005

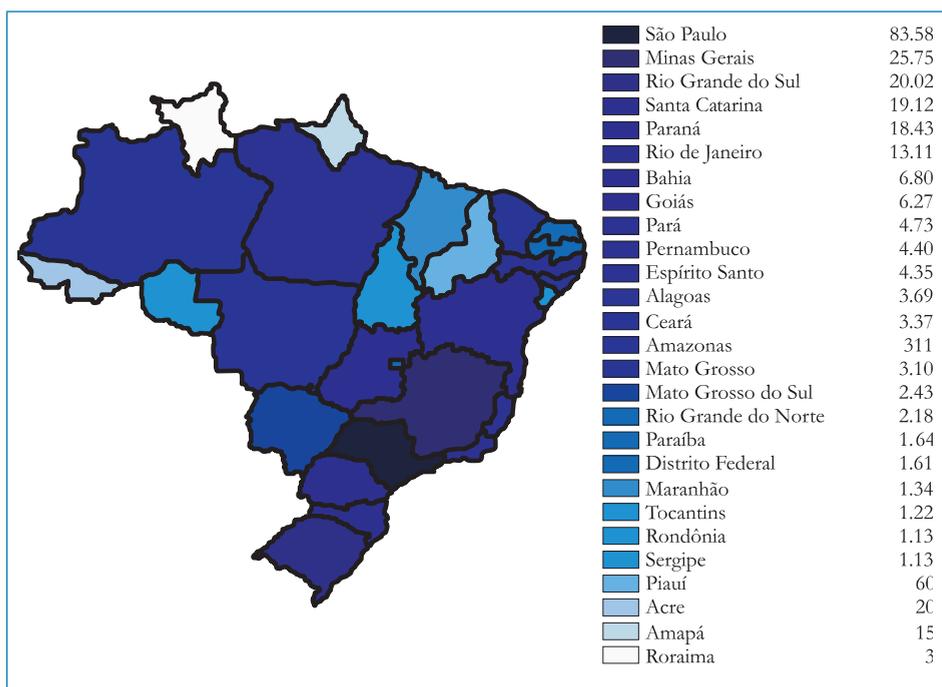


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2006c.

Nota: A taxa de incidência considera um caso por 10.000 pessoas com cobertura contra incapacidade laborativa decorrente de riscos ambientais do trabalho. O número de segurados corresponde ao número médio de contribuintes empregados e não inclui dados de Segurados Especiais.

Com relação à distribuição dos acidentes entre os estados brasileiros, verifica-se que os números foram bastante elevados para os estados de São Paulo (35,8% do total no país), Minas Gerais (11%) e Rio Grande do Sul (8,5%). Já Roraima, Amapá e Acre foram os que apresentaram os menores números de acidentes. De uma forma geral, os maiores números estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul, representando quase 80% do total em 2005 (Cartograma 14).

Cartograma 14 – Distribuição dos acidentes de trabalho no Brasil - 2005

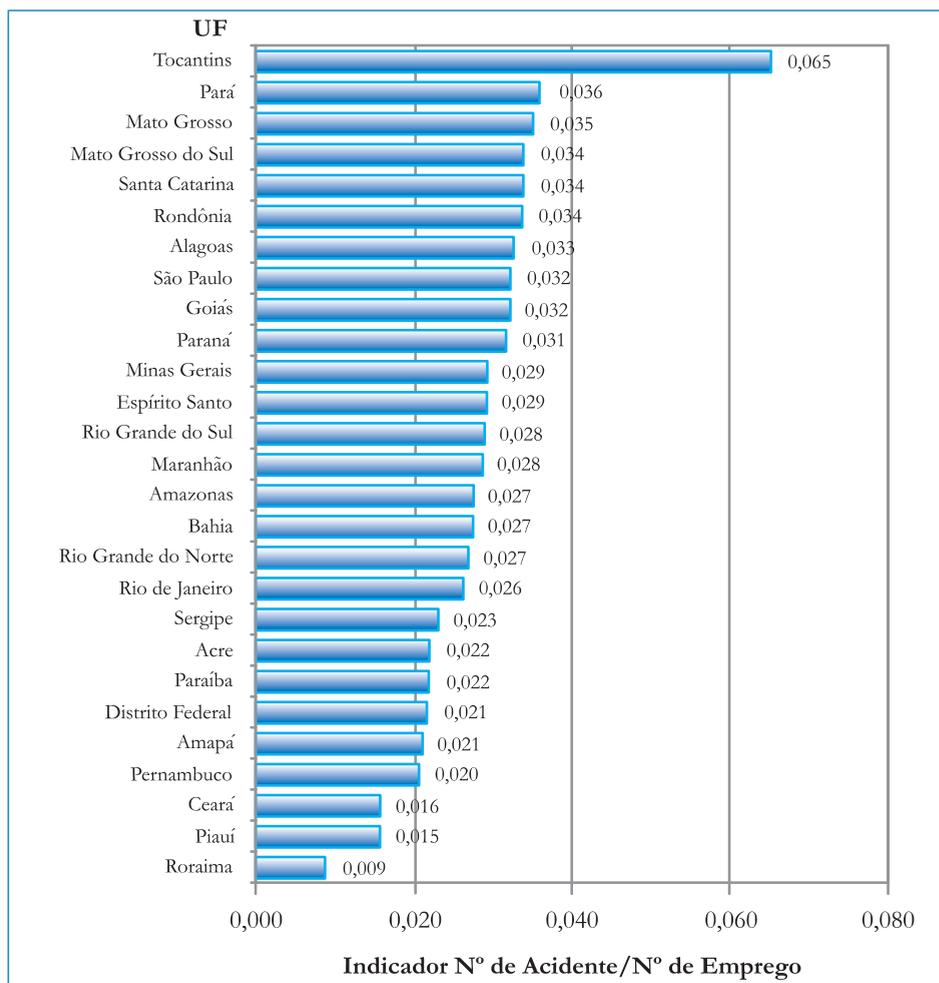


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2006a.

Nota: A intensidade da cor azul indica a representatividade do estado em relação aos demais.

Entretanto, a maior representatividade dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul refere-se apenas ao número absoluto de acidentes e não ao total de empregados de cada região. No Gráfico 80, no qual esses dados são relacionados, Tocantins, Pará e Mato Grosso aparecem com os índices mais significativos. Por outro lado, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que lideravam o ranking de acidentes, deslocam-se para uma zona intermediária, indicando que o alto número de acidentes verificado se refere ao elevado número de trabalhadores.

Gráfico 80 – Número de acidentes pelo número de empregados em cada estado do país em 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2006a; BRASIL, 2005.

Analisando a taxa de mortalidade específica por acidentes de trabalho no Brasil (Tabela 22), percebe-se uma concentração de óbitos nos estados do Mato Grosso, Rondônia, Amapá, Tocantins e Acre. Observa-se que Roraima, Distrito Federal e Ceará estão entre os três estados com menor taxa de mortalidade. Os dados a seguir contemplam todos os setores econômicos do país, não podendo relacioná-los aos demais dados desse estudo.

Tabela 22 – Taxa de mortalidade específica por acidentes de trabalho – Brasil – 2005

Unidade da Federação	Taxa de Mortalidade Específica – TME
Mato Grosso	35,95
Rondônia	26,73
Amapá	22,88
Tocantins	22,01
Acre	19,93
Alagoas	18,13
Pará	18,02
Espírito Santo	17,83
Goiás	17,24
Mato Grosso do Sul	15,96
Maranhão	14,08
Piauí	13,7
Bahia	13,54
Minas Gerais	12,49
Santa Catarina	12,2
Paraná	12,14
Pernambuco	12,02
Amazonas	10,95
Sergipe	10,15
São Paulo	8,73
Paraíba	7,72
Rio de Janeiro	7,31
Rio Grande do Sul	7,23
Rio Grande do Norte	6,72
Ceará	6,7
Distrito Federal	4,96
Roraima	3,83
TOTAL	11

Fontes: MPAS/Coordenação Geral de Estatística e Atuária – CGEA/DATAPREV apud BRASIL, 2008.

Notas: (i) TME – Taxa de mortalidade específica: óbitos por 100.000 trabalhadores com cobertura contra incapacidade laborativa decorrente de riscos ambientais do trabalho; (ii) Para 2001 a 2005, as faixas etárias são 16-24 anos, 25 a 44 anos, 45 a 59 anos e 60 anos e mais; e (iii) O número de segurados corresponde ao número médio de contribuintes empregados. Não inclui dados de Segurados Especiais.

6.8 Doenças Relacionadas ao Trabalho

O perfil epidemiológico do trabalhador brasileiro vem passando por grandes alterações em decorrência das profundas modificações sociais e econômicas que atingiram o mundo no último quarto do século XX. Constata-se no Brasil trabalhadores nos setores modernos, mas também há aqueles inseridos em processos rudimentares e com grau mínimo de tecnologia (WUNSCH FILHO, 2004).

A doença profissional pode ser entendida como aquela produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade, sendo que todos os empregados que desenvolvem uma mesma atividade comumente estão sujeitos a contraí-la, pois os riscos ambientais são inerentes à atividade em si. Já a doença de trabalho pode ser definida como aquela adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado (GONÇALVES, 2000).

De um modo geral, a população está sujeita a contrair vários tipos de doenças durante a vida, muitas delas características de grupos etários, das condições de vida, entre outros. Contudo, estas pessoas ainda estão propensas a adquirir este infortúnio no decorrer da sua vida profissional por motivos relacionados ao trabalho. Estas doenças são implicações decorrentes da profissão que os trabalhadores desempenham ou desempenharam, ou até mesmo pelas condições dos locais de trabalho. O trabalhador poderá adoecer pela junção de diversos fatores que podem ser resumidos em quatro grupos de causas: (i) doenças comuns que não possuem uma relação direta com o trabalho; (ii) doenças comuns (crônico degenerativas, infecciosas, traumáticas etc.) que podem sofrer alterações de acordo com o trabalho, à medida que se tornam mais freqüentes ou aparecem precocemente em decorrência do mesmo; (iii) doenças comuns que têm agravamento com o trabalho, como perda auditiva induzida por ruído; e (iv) agravos específicos à saúde por acidentes de trabalho ou doenças profissionais, por exemplo, silicose (MENDES; DIAS, 1999 apud BRASIL; ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE NO BRASIL, 2001).

Entre estes grupos, os três últimos referem-se às patologias relacionadas ao trabalho, podendo ser decorrentes ou agravadas pelo mesmo.

O Ministério da Saúde disponibilizou, em 2001, um inventário de patologias relacionadas ao trabalho, codificadas de acordo com a Classificação Internacional de Doenças – CID-10. O material relaciona as doenças a potenciais agentes ou fatores de risco ocupacionais, contribuindo não apenas para a vigilância em saúde, mas também na caracterização pelos serviços de saúde do diagnóstico de doenças e seu vínculo com o trabalho (WUNSCH FILHO, 2004).

Existem também fatores de risco que podem impactar no processo saúde-doença dos trabalhadores, os quais podem ser classificados em:

- I. Físicos – exposição a temperaturas extremas, ruídos, vibrações etc.
- II. Químicos – contato com substâncias químicas sob a forma líquida ou gasosa etc.
- III. Biológicos – contato com bactérias, vírus, parasitas freqüentemente associados a ambientes como hospitais, laboratórios, entre outros.
- IV. Ergonômicos e Psicossociais – decorrem da utilização de equipamentos, mobiliários inadequados levando a postura e posições incorretas, exigências de produtividade, monotonia ou ritmo excessivo de trabalho entre outros.
- V. Mecânicos – acidentes ligados a proteção de máquinas, ordem e limpeza de ambientes etc.

Algumas informações relevantes sobre o percurso do perfil epidemiológico brasileiro são descritas por Wunsch Filho (2004), entre as quais se destacam:

- I. Desde 1970, as informações oficiais referentes a doenças relacionadas ao trabalho levam em consideração apenas o setor formal;
- II. Houve um aumento de quase 20 vezes na notificação das doenças relacionadas ao trabalho entre 1980 e 2000;

- III. Existem modificações da prevalência de doenças relacionadas ao trabalho conforme as mudanças sociais e econômicas;
- IV. Atualmente, as duas enfermidades mais freqüentes relacionadas ao trabalho são as Lesões por Esforços Repetitivos – LER – e a perda auditiva induzida por ruído (PAIR);
- V. A asma e os transtornos mentais começam a se destacar entre as doenças relacionadas ao trabalho, podendo assumir relevância futura.

Ao se analisar a evolução da prevalência das doenças profissionais e relacionadas ao trabalho no Brasil, Wunsch Filho (2004) toma como marco inicial a descrição de Bedrikow, com dados do ambulatório do Departamento de Higiene e Segurança Industrial do SESI, referência para as doenças do trabalho na cidade de São Paulo nas décadas de 1960 e 1970. Neste período, as patologias predominantes eram as dermatoses profissionais, as pneumoconioses, o saturnismo e as intoxicações induzidas pela manipulação de mercúrio, manganês, solventes e agrotóxicos. No decorrer das décadas, o autor identifica mudanças gradativas nesse perfil, com a redução dos casos de dermatoses e a elevação da prevalência da surdez profissional, das patologias por agentes biológicos, da asma profissional e, ao final do período, anuncia a ascensão das Lesões por Esforços Repetitivos (LER).

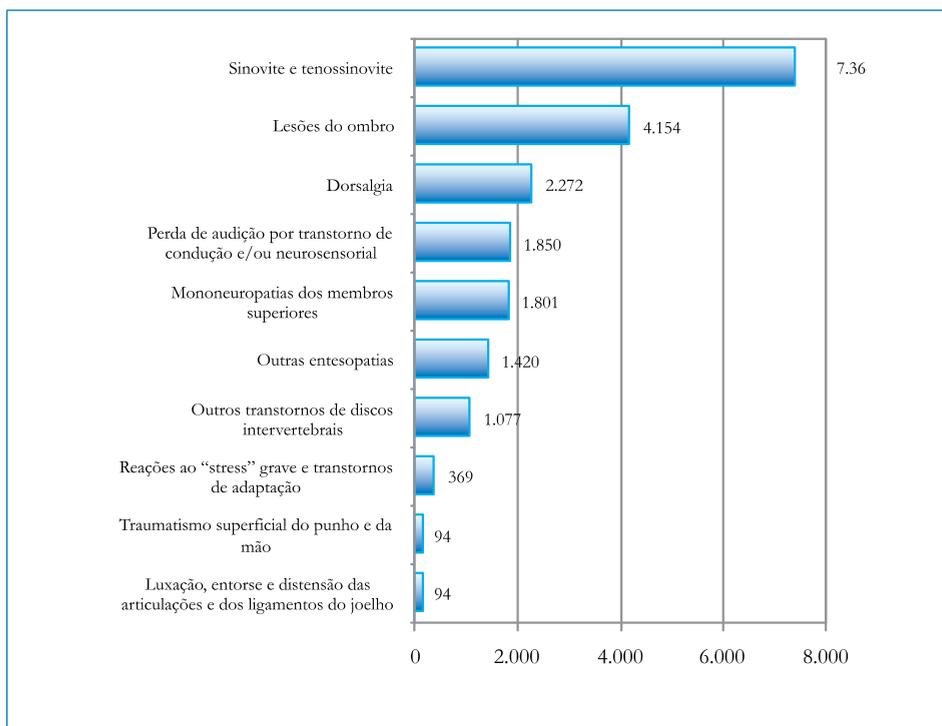
As lesões por esforços repetitivos, denominadas atualmente distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), começaram a ser identificadas na década de 1970 em digitadores e programadores, multiplicando-se durante os anos 90 e atingindo hoje indiscriminadamente trabalhadores de vários setores (WUNSCH FILHO, 2004).

O mesmo autor referencia dados de treze ambulatórios de saúde do trabalhador do estado de São Paulo de 1997, que tratam tanto dos setores formal como informal, demonstrando a predominância das LER e o aparecimento explícito, embora discreto, dos transtornos mentais.

A seguir serão relacionados dados referentes às causas mais freqüentes de doenças relacionadas ao trabalho conforme a CID-10 no ano de 2005. Nota-se

no Gráfico 81 que as principais incidências sobre esses acometimentos tratam de distúrbios osteomusculares. No entanto, outros problemas como perda de audição e transtornos relacionados a *stress* também são apontados.

Gráfico 81 – Incidências mais freqüentes da CID-10 em decorrência de doenças de trabalho – 2005

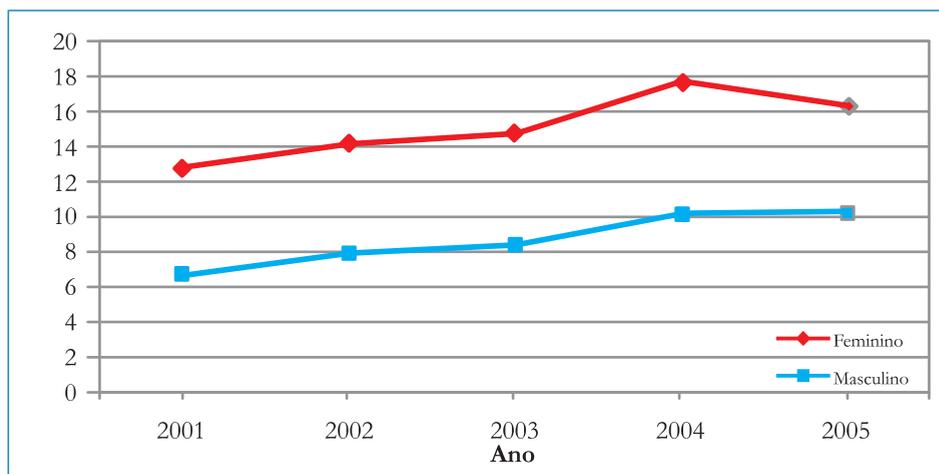


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2006.

Nota: A taxa de incidência considera um caso por 10.000 pessoas com cobertura contra incapacidade laborativa decorrente de riscos ambientais do trabalho. O número de segurados corresponde ao número médio de contribuintes empregados e não inclui dados de Segurados Especiais.

A taxa de incidência de doenças relacionadas ao trabalho entre os anos de 2001 e 2005 é identificada a partir do banco de dados do DATASUS. O Gráfico 82 apresenta a evolução dos índices por gênero, com uma grande diferença entre homens e mulheres – a incidência é cerca de 75% maior para o sexo feminino.

Gráfico 82 – Taxa de incidência de doenças de trabalho por gênero entre 2001-2005

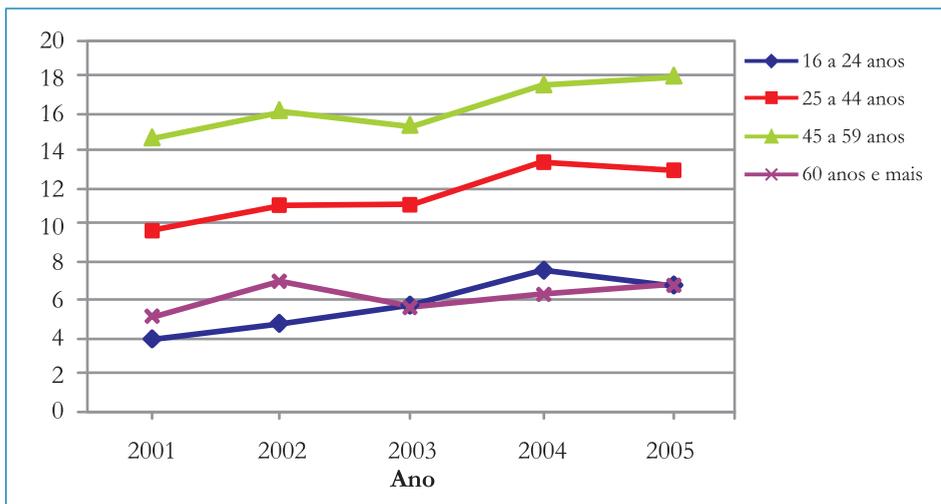


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2006c.

Nota: A taxa de incidência considera um caso por 10.000 pessoas com cobertura contra incapacidade laborativa decorrente de riscos ambientais do trabalho. O número de segurados corresponde ao número médio de contribuintes empregados e não inclui dados de Segurados Especiais.

Em relação à taxa de incidência de doenças do trabalho por faixa etária, observa-se uma tendência de elevação (Gráfico 83). Os maiores índices são verificados entre 45 e 59 anos, com grande diferença em relação às demais. Já as menores taxas encontram-se na faixa etária de 16 a 24 anos.

Gráfico 83 – Taxa de incidência de doenças de trabalho por faixa etária no Brasil entre 2001-2005

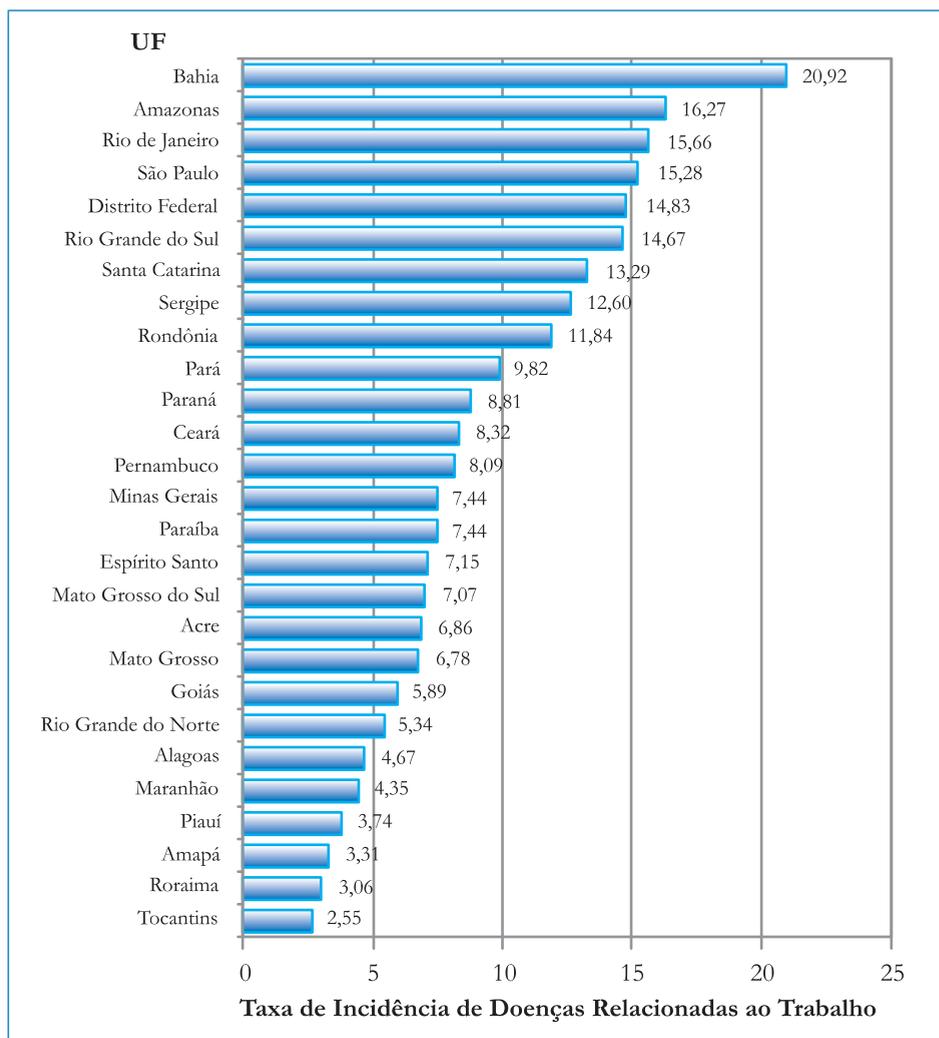


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2006c.

Nota: A taxa de incidência considera um caso por 10.000 pessoas com cobertura contra incapacidade laborativa decorrente de riscos ambientais do trabalho. O número de segurados corresponde ao número médio de contribuintes empregados e não inclui dados de Segurados Especiais.

O Gráfico 84 trata da taxa de incidência de doenças relacionadas ao trabalho de acordo com as Unidades de Federação (UFs). Os estados da Bahia, Amazonas e Rio de Janeiro possuem os maiores índices, enquanto a menor incidência é verificada em Tocantins, Roraima e Amapá.

Gráfico 84 – Taxa de incidência de doenças de trabalho por UF – Brasil – 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2006c.

Nota: A taxa de incidência considera um caso por 10.000 pessoas com cobertura contra incapacidade laborativa decorrente de riscos ambientais do trabalho. O número de segurados corresponde ao número médio de contribuintes empregados e não inclui dados de Segurados Especiais.

As doenças de trabalho estão vinculadas a grandes despesas, tanto diretas, quanto indiretas. As primeiras referem-se aos gastos com a atenção médica

propriamente dita, incluindo tratamentos, exames complementares, internações e reabilitação, aos quais podem ser somados os gastos do paciente com transporte para a realização do tratamento e dieta especial, entre outros. Já os custos indiretos referem-se à perda de dias de trabalho, menor produtividade gerada por limitações físicas e/ou psicológicas e os danos materiais que porventura ocorram, entre outros (GRUPO TÉCNICO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E VIOLÊNCIAS, 2006).

Ao abordar as estatísticas do MPAS, nota-se que no ano de 2005 foram realizados 5,0 milhões de exames médico-periciais, representando um crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior. De 2004 para 2005, a quantidade e o valor total de exames médico-periciais com parecer conclusivo realizados pela rede conveniada aumentaram em 5,3% cada um. Em 2005, a grande maioria desses exames (99,8%) foi realizada em consultórios. Os exames com parecer conclusivo em juízo apresentaram uma diminuição de 25,7% em relação ao ano anterior, correspondendo a 0,1% do total. A quantidade e o valor dos exames complementares e/ou especializados cresceram 19% e 20,7% respectivamente, no período. As especialidades com maior representatividade foram ortopedia e psiquiatria com uma participação de respectivamente, 46,7% e 20,7% na quantidade e de 46,6% e 20,7% no valor dos exames complementares e/ou especializados (BRASIL, 2006b).

6.9 Considerações Finais

Nos últimos anos, a área de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) vem recebendo novas medidas políticas e legislativas e maior atenção por parte das instituições públicas e privadas. Porém, a distribuição de especialistas e grupos de pesquisa aparece de maneira desproporcional no país. Enquanto uma grande concentração é verificada nas regiões Sul e Sudeste, existe um quadro de carência nas regiões Norte e Centro-Oeste, bem como em parte do Nordeste. As regiões Sul e Sudeste também despontam com o maior número de estabelecimentos que prestam serviços de atenção à saúde, representando 77% do total encontrado no país.

Destacam-se dados que, apesar de não guardarem relação de causa com o trabalho, condicionam a saúde do trabalhador, como o aumento da expectativa de vida, a elevação dos casos de obesidade, o aumento da incidência do HIV, as elevadas taxas de sedentarismo e a diminuição da fecundidade.

Entre as patologias relacionadas ao trabalho, despontam como mais expressivos os casos de DORT e a Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR), enquanto as reações ao *stress* passam a ser notificadas com mais frequência. A taxa de incidência de patologias laborais é significativamente superior no sexo feminino.

A maior taxa de incidência de doenças relacionadas ao trabalho é verificada na faixa etária entre 45 e 59 anos. Entre os estados brasileiros, os maiores índices são verificados na Bahia e no Amazonas, e os menores em Tocantins e Roraima.

Embora os setores de Alimentos e Construção apresentem o maior número absoluto de casos de acidentes de trabalho, não podem ser rotulados como os ramos mais perigosos. As ocorrências se justificam pelo fato do número de empregados desses segmentos ser muito superior aos demais. Quando levados em consideração o número de acidentes e de empregados, aparecem como mais significativos os setores de Extração de Carvão Mineral, Petróleo e Álcool.

Tocantins, Pará e Mato Grosso apresentam maior expressão em relação à distribuição regional de acidentes de trabalho, apesar dos números absolutos serem maiores em outros estados.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA - ABRASCO. **Estatuto da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.abrasco.org.br/sobre/arquivos/20061011143804.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2007.

BARROS, M. E.; PIOLA, S. F.; VIANA, S. M. **Política de saúde no Brasil: diagnóstico e perspectivas**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1996/td_0401.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2007.

BRASIL. **Constituição** (1988). Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 15 mai. 2007. Capítulo II artigo 6º e artigo 7º, incisos XXII, XXIII, XXVIII e XXXIII

_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social**. Brasília, DF, 24 jul. 1991. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L8213cons.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2007.

_____. Ministério da Saúde. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE NO BRASIL - OPAS. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.cremesp.com.br/library/modulos/publicacoes/pdf/doenca_trabalhador.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2007.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho: missão**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/ctm/ws_missao.asp?D=CTN>. Acesso em: 18 mai. 2007.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego et al. **Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://>

www.previdenciasocial.gov.br/docs/pdf/pnsst_CNPS.pdf. Acesso em: 29 mai. 2007.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2005. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

_____. Ministério da Saúde; FIOCRUZ - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Conheça a Fiocruz**. Rio de Janeiro, c2005. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>>. Acesso em: 22 mai. 2007.

_____. Ministério da Previdência Social. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho 2005**. Brasília, 2006a. Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/anuarios/aeat-2005/14_08_01_01_04.asp>. Acesso em: 4 set. 2007.

_____. Ministério da Saúde; OPAS – OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Painel de Indicadores do SUS**, ano 1, n. 1. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/painel_%20indicadores_do_SUS.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2007.

_____. Ministério da Previdência Social. **Estatísticas**. Brasília, 2006b. Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/aeaps2005/14_01_02_01.asp>. Acesso em: 4 set. 2007.

_____. Ministério da Saúde. **Indicadores e dados básicos - Brasil - 2006**. Brasília, DF, 2006c. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2006/e0602.def>>. Acesso em: 17 mai. 2007.

_____. Ministério da Saúde; OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Observatório da Saúde do Trabalhador**. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/sausedotrabalhador/Apresentacao/apresentacao.cfm?HOBSNUMCOD=17>>. Acesso em: 16 mai. 2007.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Livro XI Saúde Suplementar**. Brasília, DF, c2007a. p. 71-72

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Portal Inovação**. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: <<http://www.portalinovacao.mct.gov.br/ISPublish/inovacao/portal/>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

_____. Ministério da Previdência Social. **Acidente de trabalho**: Previdência prorroga prazo para empresas contestarem registros de acidentes de trabalho. Brasília, DF, 5 jul. 2007c. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/agprev/agprev_mostraNoticia.asp?Id=27706&ATVD=1&DN1=05/07/2007&H1=14:49&xBotao=0>. Acesso em: 10 set. 2007.

_____. Ministério da Saúde. **Centros de Referência em Saúde do Trabalhador**. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=928>. Acesso em: 21 mai. 2007d.

_____. Ministério da Saúde. **Rede Nacional de Saúde do Trabalhador**. Brasília, DF, 2007e. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/trabalhador/renast.html>>. Acesso em: 4 set. 2007.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Convenções**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/seg_sau/leg_convencoes.asp>. Acesso em: 17 mai. 2007f.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Normas Reguladoras**. Brasília, DF, 2007g. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/seg_sau/leg_normas_regulamentadoras.asp>. Acesso em: 16 mai. 2007.

_____. Ministério da Saúde. **Caderno de informação da saúde suplementar**: beneficiários, operadoras e planos. Rio de Janeiro: ANS, 2006. ISSN 1981-0962. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/portal/upload/informacoess/caderno_informaca_12_2007.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2007h.

BRASIL, Ministério da Saúde. Indicadores e Dados Básicos – IDB-2006. **Indicadores de Mortalidade**: taxa de mortalidade específica por acidentes de trabalho. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2006/c11.def>>. Acesso em: 22 fev. 2008.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 mai. 2007. Pré-publicação.

CARVALHO, M. B. **Perfil dos acidentes e doenças no trabalho no estado do Piauí**. 22 f. Monografia (Especialização em Segurança e Saúde do Trabalho do Instituto de Saúde Coletiva) Universidade Federal da Bahia, Teresina, 2006.

CAVALCANTE, A. P. S. **Atuação da agência nacional de saúde suplementar**. 2008. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/a_acerv/cadernos_tematicos/4/frames/fr_atuacao.htm>. Acesso em: 7 jan. 2008.

CRUZ, R. M. **Psicologia do trabalho**. Apostila de curso de administração organizacional e agroindustrial. Florianópolis: UFSC, 2001.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Tradução Luis Monjardim. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DIAS, C. R.; MIRANDA, C. R. PPRA/PCMSO: auditoria, inspeção do trabalho e controle social. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2004. p. 224-225. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n1/39.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

DINIZ, B. P. C. et al. **Gasto das famílias com saúde no Brasil: evolução e debate sobre gasto catastrófico**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/gastoeconsumov2/10_Cap04.pdf>. Acesso em 4 set. 2007.

ENSP- ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA. **Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana**. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/depto/apresentacao.cfm?dep=18>>. Acesso em: 10 set. 2007.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP. **Legislação de Segurança e Medicina no Trabalho**. São Paulo, 2003.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE. Estudos e análise com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro. São Paulo, 2000.

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FSP. **A Faculdade de Saúde Pública**. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/boletim.php?lang=pt&visionId=11162738200307&style=homepage>>. Acesso em: 31 mai. 2007.

GONÇALVES, E. A. **Segurança e medicina no trabalho em 1200 perguntas e respostas**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2000.

GRUPO TÉCNICO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E VIOLÊNCIAS. O impacto dos acidentes e violências nos gastos da saúde. **Revista Saúde Pública**, v. 40, n. 3, p. 553-556, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n3/28.pdf>>. Acesso em 4 set. 2007.

INST – INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE NO TRABALHO. **Quem somos**. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.instcut.org.br/inst/quem_somos.htm>. Acesso em: 17 mai. 2007.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Conheça o observatório**. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br/portal/index.php?option=content&task=view&id=6&Itemid=31>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

LACAZ, F. A. C. Saúde dos Trabalhadores: cenários e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 7-20, 1997.

_____. **Saúde do Trabalhador**: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical. Tese (Doutorado do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva)–Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1996.

MAIA, A. C; ANDRADE, M. V; OLIVEIRA, A. M. H. C. **O risco moral no sistema de saúde suplementar brasileiro**. 2008. Disponível em:

<<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A099.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2008.

MENDES, E., DIAS, E. C. Da Medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-349, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v25n5/03.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2007.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. da F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X1997000600003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 mai. 2007. Pré-publicação.

MORE, L. F. **A CIPA analisada sob a ótica da ergonomia e da organização do trabalho**: proposta de criação da comissão de estudos do trabalho – CET. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)–Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1997.

OIT. **Conheça a OIT Brasil**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/inst/brasil/index.php>>. Acesso em: 22 mai. 2007.

OLIVEIRA, P. R. A. **Fator acidentário previdenciário - FAP**: uma abordagem epidemiológica. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br/docs/pdf/textosestudo01.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2007.

OPAS. **Missão**. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/opas.cfm>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

RAGASSON, C. A. P. **Qualidade no Trabalho**: estudo das condições de trabalho. Cascavel: Coluna do Saber, 2004.

REDE UNIDA. **A rede**. Londrina, 2007. Disponível em: <<http://www.redeunida.org.br/rede/rede.ASP>>. Acesso em: 31 mai. 2007.

RYERSON UNIVERSITY. **Fortalecimento da saúde e segurança no trabalho para a indústria brasileira**: SST no Brasil. Disponível em: <http://www.sstbrasil.ca/portuguese/html/sst_em_brasil.html>. Acesso em: 15 mai. 2007.

SANTANA, V. et al. Acidentes de trabalho no Brasil entre 1994 e 2004: uma revisão. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, out./dez. 2005. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 5 abr. 2006.

SAÚDE e Segurança no Trabalho: panorama dos acidentes de trabalho no Brasil/Paraná. [Curitiba: s.n], fev. 2006.

SEVITENGE ENGENHARIA. **Segurança do trabalho**: Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT). Disponível em: <<http://www.servitenge.com.br/servicosst.htm#lcat>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

SILVA, F. C. **Análise da sub-notificação de acidentes de trabalho no Brasil através de dados reais no Município de São Bento do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)-Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, Santa Catarina, 2004.

SODRÉ, F. **O Campo político da saúde do trabalhador**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)-Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://teses.cict.fiocruz.br/pdf/sodrefm.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA. **Instituto de Saúde Coletiva**. Disponível em: <<http://www.isc.ufba.br/isc.asp>>. Acesso em: 16 mai. 2007.

WUNSCH, V. F. Perfil Epidemiológico dos Trabalhadores. **Rev. Bras. Med. Trab.**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 103-117. abr.-jun. 2004. Disponível em: <http://www.medicina.ufmg.br/dmps/2006/perfil_epidemiologico.pdf>. Acesso em: 4 set. 2007.

7 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE)



O século XXI inicia permeado por reflexões acerca da validade do modelo civilizatório adotado pela sociedade global. Inúmeros estudos vêm sendo propostos pelas diversas áreas de conhecimento, buscando analisar os padrões capitalistas de desenvolvimento e suas conseqüências no presente e para o futuro. Convive-se com a dúvida da viabilidade da vida da espécie humana sobre a Terra e com uma grande expectativa em relação a proposições de novos modelos.

Esse “repensar” tem afetado diretamente as organizações empresariais, detentoras dos meios de produção e responsáveis em grande parte pela manutenção da lógica capitalista. Para Castells (2005, p. 209), “a cultura que importa para a constituição e o desenvolvimento de um determinado sistema econômico é aquela que se concretiza nas lógicas organizacionais”. Sofrendo interpelações dos movimentos sociais organizados e sujeitas a uma nova lógica competitiva de um mercado globalizado, as empresas vêm buscando um novo direcionamento para suas práticas.

Com o intuito de compreender mais profundamente esta nova estrutura organizacional, realizou-se um estudo sobre a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no Brasil, iniciado por um breve histórico e aprofundado pela busca de indicadores quantitativos que auxiliem na construção do estado da arte da área no país. Sem a pretensão de abordar todos os aspectos relacionados ao tema, a pesquisa foi desenvolvida a partir de informações disponíveis em bancos de dados como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do MTE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

7.1 Conceitos

O envolvimento de organizações empresariais com questões sociais não é uma experiência nova. Entretanto, o diferencial das práticas mais recentes está na dimensão do envolvimento e no direcionamento das questões-chave (COSTA, 2005). Para Lourenço e Schroder (2003), o movimento de valorização da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil ganhou forte impulso na década de 1990. Esse processo desenvolveu-se num contexto marcado pelo fim do regime militar,

reformas do Estado, crises econômicas e instabilidade monetária, baixo crescimento e, ao mesmo tempo, pela introdução de privatizações e reformas no Estado. Soma-se a esses fatores o processo de globalização que desencadeia uma série de novas dinâmicas que acentuaram a exclusão social, como a precarização do trabalho e o aumento dos níveis de desigualdade social e desemprego.

Nesse contexto de democratização, a sociedade civil passa a buscar novas oportunidades de organização e expressão. Gohn (1995) salienta que os movimentos sociais passaram a enfatizar duas categorias básicas como sendo centrais para o seu desenvolvimento nos anos 1990: a cidadania coletiva e a exclusão social. Assim, se por um lado o setor privado fica mais poderoso em decorrência das privatizações, por outro cresce a pressão da sociedade civil.

A abertura do mercado impôs às empresas brasileiras um esforço maior para se adequar às exigências do mercado mundial (BUENO; COLS, 2002 apud ARAÚJO, 2006). Diante desse quadro, as empresas brasileiras passam a reavaliar seu papel, criando mecanismos de inserção política e intervenção como agente social, fazendo da responsabilidade social empresarial um dos caminhos contemplados (COSTA, 2005).

O termo Responsabilidade Social Empresarial (RSE) remete a um campo marcado por vários significados atribuídos por atores diversos – segmentos empresariais, acadêmicos, governamentais e da sociedade civil organizada.

Lima (2002) define a RSE como o dever da empresa em ajudar a sociedade a atingir seus objetivos. O autor avalia a RSE como uma maneira da organização mostrar que não existe apenas para explorar recursos econômicos e humanos, mas também para contribuir com o desenvolvimento social. Em síntese, é uma oportunidade de prestação de contas (LIMA, 2002 apud ARAÚJO, 2006).

Na visão de Passos (2004), a prática da responsabilidade social tem uma conotação filosófica que contraria a relação capital e trabalho, pois:

[...] pressupõe uma nova *filosofia*, uma nova orientação para as organizações produtivas. É uma prática até certo ponto revolucionária, pois coloca

em questão a relação entre capital e trabalho, preconizando uma alteração em sua essência. Propõe que os seres humanos ocupem o lugar de destaque nessa relação (PASSOS, 2004, p. 166).

Os autores se dividem em relação às terminologias “Responsabilidade Social Empresarial” e “Responsabilidade Empresarial”. Conforme *ISO Advisory Group on Social Responsibility*²⁵ (2004), alguns autores preferem o termo “responsabilidade empresarial” por acreditarem que a palavra “social” exclui outras responsabilidades, tais como a ambiental e a econômica.

Teodósio, Barbieri e Csillag (2005) falam em Responsabilidade Socioambiental, conceito que designa o investimento empresarial em questões sociais e ambientais com foco no público interno (trabalhadores, gestores, dentre outros) como também recursos, serviços e produtos destinados ao público externo (comunidade, consumidores e ONGs). O conceito de Responsabilidade Socioambiental é uma evolução do conceito de Responsabilidade Social Empresarial, que considera os fatores sociais inseridos no meio ambiente, e, portanto, interferindo e sofrendo interferências deste.

Costa (2005) afirma que a RSE está cada vez mais ligada à idéia de sustentabilidade. Desta forma, muitos autores têm descrito a Responsabilidade Social Empresarial como uma contribuição das corporações para a sustentabilidade. Entretanto, esse conceito é mais amplo do que o entendimento usual (ISO ADVISORY GROUP ON SOCIAL RESPONSIBILITY, 2004).

Sobre o desenvolvimento do conceito de RSE, Ashley (2005a) afirma que é preciso transpor a discussão do tema para além da corporação. Para a autora, há a necessidade de uma efetiva rede de negócios que incorpore o conceito Responsabilidade Social Empresarial em todas as transações dos *stakeholders* associados.

²⁵ O ISO Advisory Group on Social Responsibility (Grupo Consultivo da ISO em Responsabilidade Social) foi fundado em 2002 pela Diretoria de Gerência Técnica da ISO com o objetivo de determinar se a entidade deveria prosseguir na elaboração de normas no campo da Responsabilidade Social Empresarial. Em caso positivo, o grupo deveria determinar o escopo do trabalho e o tipo de normas adequadas. O grupo foi constituído inicialmente por oito pessoas de várias partes do mundo. Posteriormente foi ampliado para 22 pessoas. No final de seu trabalho, o grupo produziu um relatório técnico que incluía o estado da arte da responsabilidade social no mundo e os principais pontos a serem considerados pela ISO nessa área.

Ashley evidencia a emergência de uma visão sistêmica de redes e verifica uma transição do paradigma antropocêntrico (a empresa é o centro) para o ecocêntrico (tentativa de conciliação dos interesses do indivíduo, da sociedade e da natureza).

Ashley (2005b) propõe um modelo genérico para o conceito de Responsabilidade Social Empresarial, fundamentado em uma abordagem conceitual ampla para as relações negócio-sociedade, que resulta em um modelo multidimensional, relacional e multidirecional. Parte-se da concepção de empresa “como uma rede de relacionamentos de *stakeholders* associados ao negócio, contextualizada no tempo e no espaço, e estando diante de desafios éticos e da busca por uma congruência entre o discurso e prática empresarial” (ASHLEY, 2005b, p. 110).

Em suma, o modelo permite responder a três questões:

- I. Para quem a empresa ou ferramenta gerencial é orientada no sentido da Responsabilidade Social Empresarial?
- II. Até que ponto a empresa ou ferramenta gerencial é orientada quanto à Responsabilidade Social Empresarial?
- III. Com que profundidade a empresa ou ferramenta gerencial é orientada para a Responsabilidade Social Empresarial?

Para a primeira pergunta, o modelo indica as dimensões de relações negócio-sociedade e seus sub-componentes:

- I. Dimensão das Relações Político-Sociais: se referem a um conjunto de *stakeholders* – Estado, famílias e comunidades – que “regulam e legitimam a criação, operação e término dos negócios” (ASHLEY, 2005b, p. 116);
- II. Dimensão de Relações Econômicas Objeto e Meio do Negócio ou Relações *Core Business*: representa “as relações que definem o propósito social da organização e suas respectivas relações operacionais com fornecedores, demandantes, ciência e tecnologia e com os ambientes

natural e construído impactados pela sua operação da organização” (ASHLEY, 2005b, p. 117);

- III. Dimensão de Relações de Produção e Distribuição “Internas”: diz respeito às “escolhas quanto às relações de organização social para fins de produção de bens e serviços, resumindo trabalho contratado, agentes de direção, capital próprio e de terceiros para assim, permitir a realização da missão da organização” (ASHLEY, 2005b, p. 117-118);
- IV. Dimensão Tempo e Espaço: oferece a contextualização e a inserção histórica das relações negócio-sociedade. Ao mesmo tempo, aponta “as diversas possibilidades de definição e operacionalização do impacto dessas relações no tempo atual e futuro e no espaço local e distante” (ASHLEY, 2005b, p. 119).

Cada dimensão do modelo apresenta categorias de *stakeholders*, “as quais estariam associadas expectativas de valores e responsabilidades” (ASHLEY, 2005b p. 119). Desse modo, o modelo indica as diversas arenas de relações de poder que devem ser consideradas na interação negócio-sociedade.

Outro elemento se refere ao vetor Comunicação e Conhecimento que constitui o maior veículo de impacto direto e de correlação positiva sobre a dinâmica das relações negócio-sociedade. Ashley (2005b) parte da premissa de que as três dimensões de relações negócio-sociedade e sua contextualização estão conectados por um plasma de comunicação e conhecimento. Conforme esse plasma se estende, são gerados novos estágios de conhecimento e, conseqüentemente, novos estágios de consciência coletiva dos *stakeholders* associados ao negócio. Isso possibilitaria condições para uma mudança de hierarquização dos valores morais compartilhados.

Para a questão “Até que ponto a empresa ou ferramenta gerencial é orientada quanto à Responsabilidade Social Empresarial?”, o modelo propõe três níveis de desafios éticos, aplicáveis às suas diversas dimensões de relações negócio-sociedade. Trata-se de: “cumprir a lei; atender expectativas atuais da sociedade no contexto em que se insere a empresa; e propor-se a aspirar a ide-

ais éticos, ainda não amplamente reconhecidos nas expectativas atuais de seu contexto social” (ASHLEY, 2005b, p. 112). A autora ressalta que esses três níveis de desafios éticos precisam estar contextualizados quanto às relações negócio-sociedade em que a empresa opera.

E finalmente, para saber “Com que profundidade a empresa ou ferramenta gerencial é orientada para a Responsabilidade Social Empresarial?”, o modelo sugere a avaliação do grau de implementação de sua orientação estratégica tanto na sua estrutura e processos organizacionais quanto no cotidiano de sua cultura institucional. Para tanto, é sugerido o desenvolvimento de uma política interna de implementação da orientação estratégica por meio de equipe multidisciplinar e multi-departamental para rever a estrutura e os processos organizacionais. Entretanto, a autora entende que apenas uma auditoria social realizada de modo independente junto aos *stakeholders* pode avaliar a prática do discurso organizacional. Neste sentido, seria preciso constituir comunidades de prática com pessoas que operam e convivem nas relações com a empresa, com o objetivo de sustentar e refletir sobre os valores da orientação estratégica.

7.2 Legislação, Normas e Certificações

A adoção de critérios mínimos de RSE como instrumento da indução do comportamento das empresas favorece a expansão e o aprofundamento das práticas do setor, ao mesmo tempo em que as preserva como fator diferencial de competitividade no mercado. A regulação do tema tem sido objeto de diversos projetos de lei no Congresso Nacional, cuja tramitação é acompanhada pelas organizações não governamentais²⁶:

- I. PL-4448/2001 – Cria o Índice Nacional de Responsabilidade Social e o Cadastro de Inadimplentes Sociais – CADIS (CUNHA, 2001);

²⁶ É importante ressaltar que os projetos de lei n°. 1305/2003, 1351/2003 e 2110/2003 foram arquivados. Os demais estavam em processo de análise até o dia 17/09/2007, data de consulta ao site da Câmara do Deputados.

- II. PL 1305/2003 – Dispõe sobre a Responsabilidade Social das sociedades empresarias e dá outras providências. A partir da proposta, foi criada a Lei de Responsabilidade Social, bem como o Conselho Nacional de Responsabilidade Social, que será o órgão regulador e fiscalizador (BISPO RODRIGUES, 2003);
- III. PL 1351/2003 – Estabelece normas para a qualificação de organizações de Responsabilidade Socioambiental e dá outras providências (PONTES, 2003);
- IV. PL 2110/2003 – Dispõe sobre a demonstração social das empresas e dá outras providências (NADER, 2003);
- V. PL 2304/2003 – Altera a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública), estabelecendo a responsabilidade social como critério de desempate em licitações públicas (LOPES, 2003);
- VI. PL 64/2007 – Cria o Índice Nacional de Responsabilidade Social (INRS) e o Cadastro Nacional de Inadimplentes Sociais (CNIS) (MACRIS, 2007).

Outras leis também influem diretamente sobre a organização das ações de Responsabilidade Social Empresarial, tais como:

- I. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº. 8.069, de 13 de Julho de 1990.
- II. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº. 8.080, de 19 de Setembro de 1990.
- III. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº. 8.742, de 7 de Dezembro de 1993.
- IV. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei nº. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

- V. Lei da Aprendizagem – Lei nº. 10.097, de 19 de Dezembro de 2000.
- VI. Lei do Voluntariado – Lei nº. 9.608, de 18 de Fevereiro de 1998.
- VII. Leis e Decretos referentes à Inclusão de Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho – A Lei nº. 7.853/1989, o artigo 93 da Lei nº. 8.213/1991, o Decreto nº. 3.298/1999 e o Decreto nº. 5.296/2004 tratam da contratação de pessoas portadoras de deficiência (física, auditiva, visual ou mental) ou de beneficiários reabilitados. O preenchimento das vagas deve ser na seguinte proporção: (i) empresas com até 200 empregados – devem preencher 2% de seus cargos; (ii) empresas de 201 a 500 empregados – 3% dos cargos; (iii) empresas de 501 a 1.000 empregados – 4% das vagas; e (iv) empresas com mais de 1.000 empregados – 5% das vagas (SILVA, 2006).

O Projeto de Lei nº. 6264/2005 de autoria de Paulo Paim (2005), que está em tramitação, institui o Estatuto da Igualdade Racial e prevê, entre outras questões, a implementação de políticas voltadas para a inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho. Algumas dessas medidas têm impacto direto no setor empresarial. Os governos ficam autorizados a estimular as empresas a adotarem ações que garantam a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para os afro-brasileiros. Além disso, o Projeto de Lei prevê a concessão de incentivos fiscais às empresas com mais de 20 empregados que adotem uma cota de, no mínimo, 20% das vagas para trabalhadores afro-brasileiros.

A Responsabilidade Social Empresarial também é impactada pelas convenções estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), internalizadas no Brasil na forma de decretos; e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943.

Outras normatizações também são utilizadas por organizações que buscam diretrizes para a definição de parâmetros na área da Responsabilidade Social Empresarial. Entre as vantagens da padronização estão as definições de termos, a consistência nos procedimentos, o desenvolvimento de sistemas de gestão para garantir cumprimento e auditoria e os mecanismos de melhoria contínua.

Entre as normas internacionais, podem ser citadas:

- I. AA1000 (*Accountability 1000*) – Padrão de processo para a gestão da contabilidade, auditoria e relato da responsabilidade corporativa. O principal diferencial está na inclusão das partes interessadas em todos os seus passos, dando credibilidade à responsabilidade corporativa da organização que o adota (ACCOUNTABILITY, 2007).
- II. SA8000 (*Social Accountability 8000*) – Primeira certificação internacional da responsabilidade social, cujo objetivo é garantir os direitos dos trabalhadores de forma que todos os envolvidos ganhem: empresas, trabalhadores, sindicatos, governo (SAI, 2007).
- III. ETI (*Ethical Trading Initiative*) – Aliança britânica de empresas, ONGs e sindicatos comprometidos em trabalhar juntos para identificar e promover o “*ethical trade*” (comércio ético).
- IV. NBR ISO 9001 – Publicada no Brasil em dezembro de 2000, integra a nova família de normas da série 9000. Trata-se da versão brasileira da norma internacional ISO 9001, que estabelece requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de uma organização. A NBR ISO 9001 define os requisitos básicos para a implantação de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) em que uma organização precisa demonstrar sua capacidade para fornecer produtos que atendam aos requisitos regulamentares aplicáveis e dos clientes. A norma de certificação objetiva o aumento da satisfação do cliente (VALLS, 2004).
- V. NBR ISO 14001 – Integra o conjunto de normas da série 14000, que estabelece diretrizes sobre a área de gestão ambiental nas empresas. A conformidade com a NBR ISO 14001 envolve a revisão de um processo produtivo objetivando a melhoria contínua do desempenho ambiental (ABNT, 2007).

- VI. NBR 16001²⁷ – Aprovada pela ABNT em dezembro de 2004, como antecipação à iniciativa da ISO em elaborar uma norma de Responsabilidade Social (ISO 26000). A norma define que a organização deve determinar sua política de RS e, a partir dela, criar sistemas de planejamento, de implementação, comunicação, documentação, medição, análise e proposição de melhorias. Trata-se também de uma norma passível de auditoria ou certificação (URSINI; SEKIGUCHI, 2005).
- VII. OHSAS 18001 – Criada em 2007, introduz mudanças significativas e substitui a OHSAS 18001 de 1999. De modo geral, a norma define os requisitos para um sistema de gestão da Saúde e Segurança do Trabalho. A ferramenta permite que uma empresa controle e melhore o nível do desempenho da SST estabelecido por ela mesma.
- VIII. ISO 26000 – Prevista para ser instituída em 2009, essa norma internacional de responsabilidade social está sendo elaborada por um grupo de trabalho formado por mais de 430 *experts* e observadores de mais de 70 países. Os membros participam do processo de construção da norma por meio de delegações nacionais ou das chamadas organizações *D-liaison* (URSINI; SEKIGUCHI, 2005).

Ainda sobre a ISO 26000, vale destacar que as delegações nacionais são compostas por representantes das seguintes partes interessadas da sociedade: consumidores, empresas, governo, ONGs, trabalhadores, suporte, serviço, pesquisa e outros. Já as organizações *D-liaison* possuem relevância internacional ou regional, como: *Accountability*, *Consumers International*, *Global Reporting Initiative*, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Pacto Global da ONU (URSINI; SEKIGUCHI, 2005).

A liderança do Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social da ISO é a primeira a ser compartilhada entre o Brasil, representado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a Suécia, representada pelo *Swedish Standards Institute* (SIS) (URSINI; SEKIGUCHI, 2005).

²⁷ O SESI adota o conceito da norma NBR 16001.

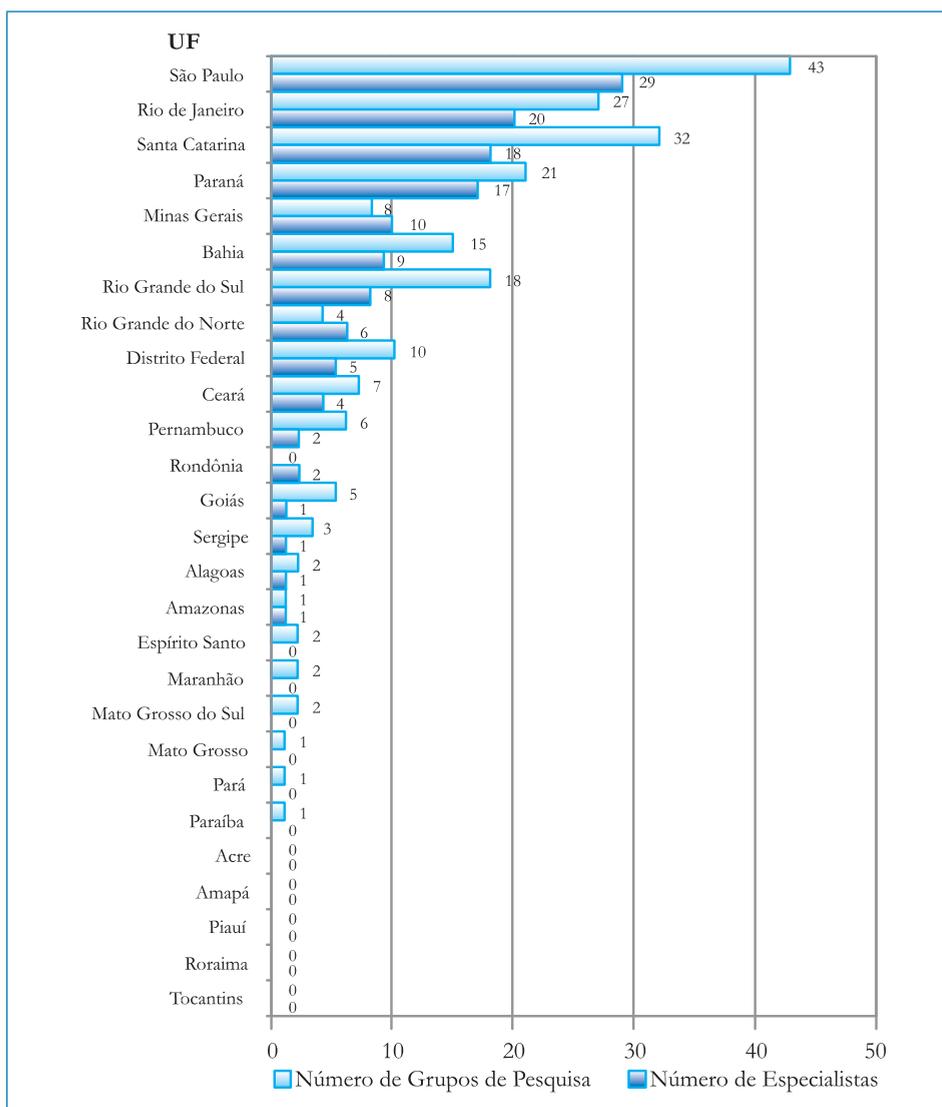
A norma ISO 26000 deverá ser aplicável a todos os tipos de organizações, independente de seu porte, localização, natureza de suas atividades e produtos, cultura, sociedade e ambiente em que opera. Além disso, utiliza a terminologia Responsabilidade Social (RS) ao invés de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), que é mais ampla e se aplica aos diversos tipos de organização, não somente às empresas. Apesar de estabelecer diretrizes para a gestão da responsabilidade social, a ISO 26000 não é uma norma certificadora (URSINI; SEKIGUCHI, 2005).

7.3 Competências

Pelo Portal Inovação – Lattes (MCT/CNPq) realizou-se o mapeamento de especialistas e grupos de pesquisa atuantes na área de Responsabilidade Social no país. A busca foi realizada por meio de uma pesquisa booleana com o cruzamento das palavras “responsabilidade social”, “ética”, “meio ambiente” e “desenvolvimento sustentável”. Como resultado observou-se a existência de 134 especialistas e 211 grupos de pesquisa neste área. A partir do total de especialistas e grupos encontrados, ainda se fez uma avaliação da titulação e da distribuição geográfica dos mesmos.

No Gráfico 85 verifica-se a distribuição de especialistas e grupos de pesquisa por estado. Identifica-se uma grande concentração, tanto dos profissionais, quanto dos grupos de pesquisa nas regiões Sudeste e Sul, que apresentam, respectivamente, 44% e 32% do total de pesquisadores, e 38% e 34% dos grupos de pesquisa. Por outro lado, o Nordeste apresenta 17% e 19% de especialistas e grupos, enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam juntas pouco mais de 6% e 9% do total.

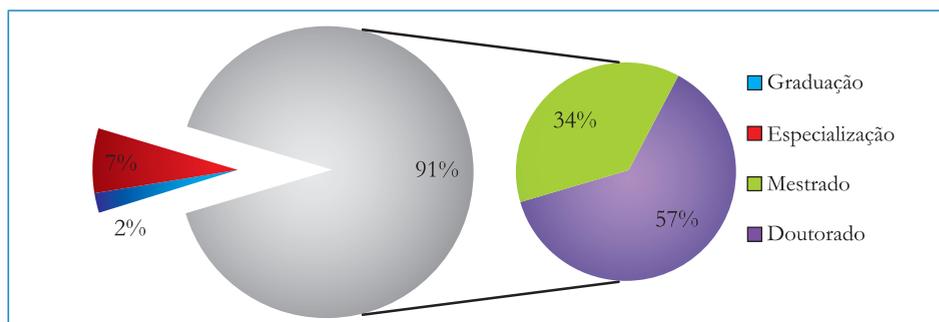
Gráfico 85 – Distribuição de especialistas e grupos por UF – Brasil – 2007



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2007.

Nota: Os dados do Portal Inovação são baseados no banco de dados do CNPq/LATTES.

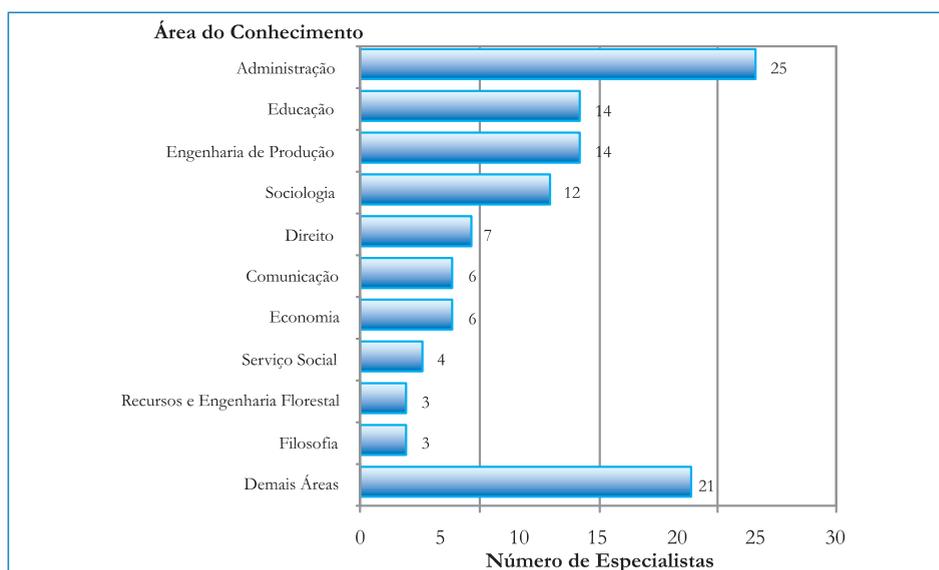
Com relação especificamente aos profissionais desta área, verifica-se que a grande maioria apresenta um alto grau de titulação, com cerca de 91% do total possuindo mestrado ou doutorado (Gráfico 86).

Gráfico 86 – Titulação dos especialistas – Brasil – 2007


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2007.

Nota: Os dados do Portal Inovação são baseados no banco de dados do CNPq/LATTES.

Outro importante resultado verificado é que a área de Administração se destaca como a principal formação entre os especialistas, sendo que um entre cinco profissionais possuem título nesta área (Gráfico 87).

Gráfico 87 – Área de conhecimento em que os especialistas estão inseridos – Brasil – 2007


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2007.

Nota: Os dados do Portal Inovação são baseados no banco de dados do CNPq/LATTES.

7.4 Organizações

Atualmente, existem várias organizações que promovem o tema de Responsabilidade Social Empresarial por meio de conferências, modelos de balanço social, indicadores, prêmios, pesquisas, entre outros. Trata-se de um grande universo, do qual destacam-se algumas instituições:

- I. IBASE – O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas foi criado em 1981 e tem o sociólogo Herbert de Souza (Betinho) entre seus fundadores e principal articulador. Ainda no ano de 1993, a entidade lançou a campanha nacional “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, com o apoio do Pensamento Nacional das Bases Empresarias (PNBE). Esse foi o marco da aproximação dos empresários com as ações sociais. Em junho de 1997, Betinho liderou uma campanha pela divulgação voluntária do balanço social dando visibilidade nacional para a questão (LOURENÇO; SCHRODER, 2003).
- II. FIDES – A Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social foi instituída em 1986 e tem como objetivo a humanização das empresas e sua integração com a sociedade, com base nos princípios éticos envolvidos nas relações com seus diferentes públicos internos e externos. A fundação atua em três grandes vertentes, que visam mobilizar a sociedade civil brasileira na busca do bem comum: (i) diálogo e responsabilidade social; (ii) desenvolvimento empresarial; e (iii) ética na atividade empresarial. Em 1999, a FIDES criou o Fórum Permanente do Balanço Social, que visa estabelecer um diálogo entre ONGs, empresas e profissionais para o aperfeiçoamento permanente deste instrumento. Em 2001, instituiu o Prêmio Balanço Social, em conjunto com outras organizações: Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), Instituto Ethos e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e com o patrocínio do SESI, do SEBRAE e da Petrobras (FIDES, 2007).
- III. ABDL – A Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças foi fundada em 1991, por meio da parceria entre a Universidade de São

Paulo (USP) e a Fundação Rockefeller, que tinha como objetivo implementar no Brasil o Programa de Liderança em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (LEAD). Ao longo dos anos, a ABDL incorporou aos conteúdos de formação a discussão de questões socioeconômicas, culturais e políticas, bem como o enfoque de desenvolvimento a partir de perspectivas regionais e locais (ABDL, 2007).

- IV. GIFE – Criado no ano de 1995, o Grupo de Institutos Fundações e Empresas reúne empresas, institutos e fundações que praticam investimento social privado. O principal objetivo é contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil. Entre as atividades da associação estão: (i) apoio ao aperfeiçoamento e difusão dos conceitos e práticas do investimento social privado; (ii) desenvolvimento de projetos e atividades de seus associados, subsidiando-os com informações qualificadas; (iii) oferta de capacitação por meio de oficinas, cursos, encontros com especialistas; (iv) criação de espaço para troca de idéias e experiências; (v) estímulo e facilidades na construção de parcerias (GIFE, 2007b).

- V. CEBDS – O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável foi fundado em 1997 e constitui uma coalisão dos maiores e mais expressivos grupos empresariais do Brasil. O órgão parte da premissa de que o desenvolvimento sustentável representa a única saída (tanto do ponto de vista ético quanto do ponto de vista pragmático) para conciliar produção de riqueza e bem-estar para a sociedade sem comprometer a sobrevivência do planeta e da espécie humana. O maior desafio do conselho é criar condições no meio empresarial e nos demais segmentos da sociedade, para que se estabeleça uma relação harmoniosa entre as três dimensões da sustentabilidade – econômica, social e ambiental. Como representante do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), o CEBDS integra uma rede global de mais de 50 conselhos nacionais que estão trabalhando para disseminar uma nova maneira de fazer negócios ao redor do mundo (CEBDS, 2004).

- VI. GRI – A *Global Reporting Initiative* é uma organização não-governamental internacional, com sede em Amsterdã, criada em 1997. A missão da GRI é desenvolver e disseminar diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizados voluntariamente por empresas de todo mundo (INSTITUTO ETHOS, 2007a).
- VII. Instituto Ethos – Criado em 1998, o Instituto Ethos tem como associadas algumas centenas de empresas de diferentes portes e setores de atividade. A entidade visa mobilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável. O Instituto Ethos é parceiro de várias entidades internacionais, dentre as quais o *Prince of Wales Business Leadership Forum*, do Reino Unido, e o *Business for Social Responsibility*, organização empresarial sediada nos Estados Unidos que conduz projetos e programas em nível global (INSTITUTO ETHOS, 2007b).
- VIII. ITS – O Instituto de Tecnologia Social é uma associação de direito privado fundada em 2001, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Sua missão envolve a geração, o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias destinadas ao interesse social, bem como a reunião das condições de mobilização do conhecimento, a fim de que se atendam as demandas da população. O instituto também busca a ampliação do acesso ao sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, especialmente para afirmar o papel das organizações da sociedade civil como produtoras de conhecimento (ITS, 2007).
- IX. Sistema S – Além dos órgãos do governo federal, duas outras instituições de referência em RSE no Brasil merecem destaque: o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI). Integrantes do Sistema S, ambas as entidades têm sua estrutura organizada em uma coordenação nacional e departamentos regionais, que promovem projetos específicos em RSE.

7.5 Panorama Quantitativo

7.5.1 Terceiro Setor

O Terceiro Setor é o espaço das iniciativas não-governamentais sem fins lucrativos, que se caracteriza por prestar atividades de interesse público visando atender as necessidades de determinados grupos e movimentos sociais.

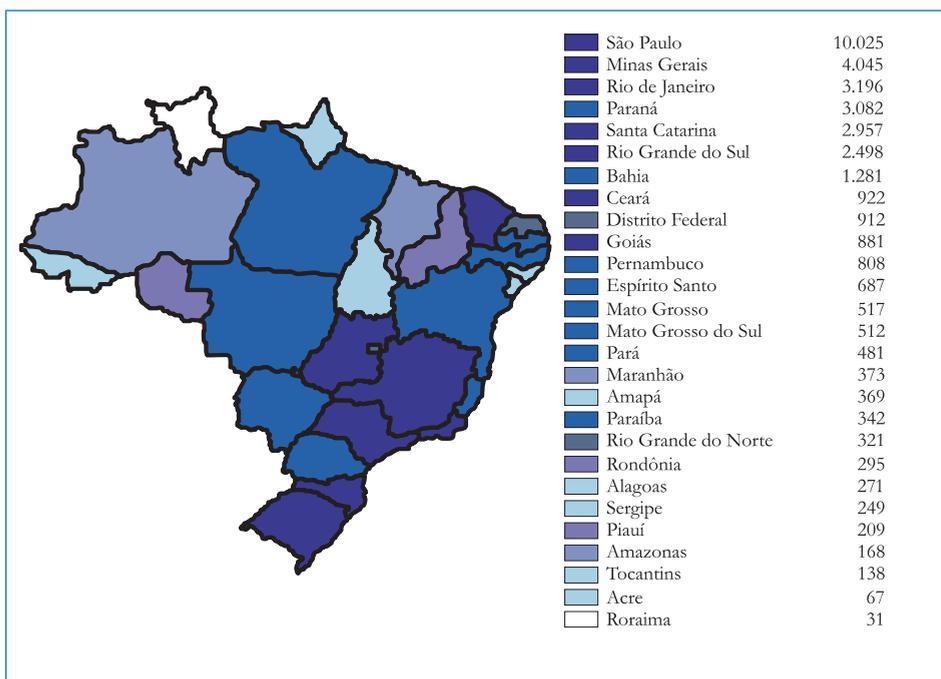
Segundo Coelho (2000), a terminologia foi utilizada pela primeira vez nos Estados Unidos na década de 1970 e na Europa na década de 1980. A classificação pressupõe a existência do primeiro setor (representado pelo Estado) e o segundo setor (espaço dos agentes privados).

As instituições pertencentes ao setor denominaram-se originalmente de Organizações Não Governamentais (ONGs). Porém, atualmente, não só as ONGs integram o Terceiro Setor. Outras instituições vêm sendo criadas para desempenhar esse mesmo papel, diferindo nas formas de constituição para atender a requisitos impostos por lei e que variam de denominação. Por atuarem ao lado do Estado, são consideradas entidades paraestatais. A terminologia pode incluir todas as entidades integrantes do Terceiro Setor, as declaradas de utilidade pública, as que recebem os certificados de fins filantrópicos, os serviços autônomos (SESI, SESC, SENAI), as Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Conforme *ISO Advisory Group on Social Responsibility* (2004), o Terceiro Setor possui papel de destaque na área de Responsabilidade Social Empresarial. As ONGs, especialmente, atuam como mediadores significativos entre as empresas e a sociedade civil.

O mapa de atuação do Terceiro Setor no Brasil, representado pelo indicador bruto de número de instituições (Cartograma 15), foi elaborado a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ano base 2005, utilizando como referência a classificação do CNAE 1.0 da Comissão Nacional de Classificação – CONCLA, classe 9199-5.

Cartograma 15 – Representatividade de ONGS no Brasil – 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

Nota: A intensidade da cor azul indica a representatividade do estado em relação aos demais.

7.5.2 Empresas

O segundo setor, espaço das iniciativas empresariais, tem contribuído para o crescimento das atividades voltadas para o atendimento a demandas sociais da comunidade. O Censo GIFE 2005 indica que as 85 empresas associadas à entidade investem, juntas, cerca de R\$ 1 bilhão em ações sociais. O ranking apontou também que os associados priorizam o destino dos recursos para três entre dez temas pesquisados (GIFE, 2007a): a Educação, Desenvolvimento Comunitário e Cultura & Artes.

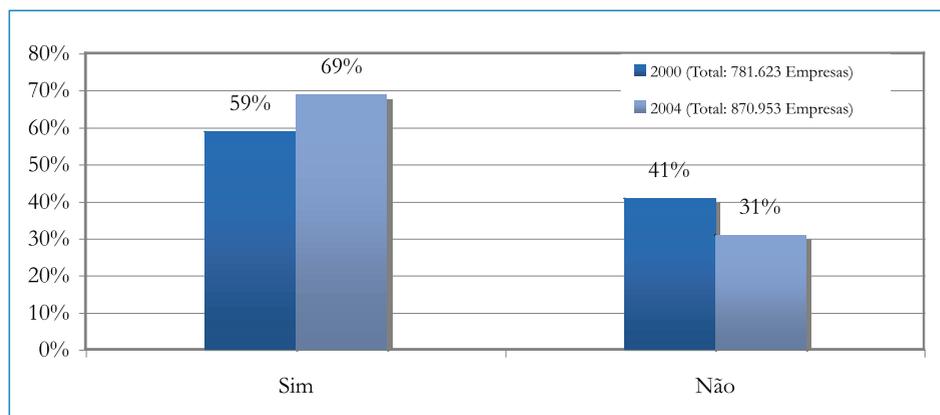
A Pesquisa Ação Social das Empresas, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2006), demonstra o panorama da participação do setor empresarial nas iniciativas voltadas para as comunidades. As informações

produzidas a partir desse estudo aprofundam o conhecimento sobre o envolvimento do setor empresarial na área social. No estudo, identificam-se alguns cenários relevantes, como: (i) aumento da proporção de empresas que atuam na área social; (ii) distribuição das empresas que realizaram ações sociais; (iii) o crescimento das empresas da região Sul; e (iv) o avanço expressivo das micro e médias empresas e a queda no investimento financeiro.

7.5.3 Aumento do Índice de Empresas que Atuam no Social

Desde o final da década de 1990, observa-se um crescimento na proporção de empresas que declararam realizar algum tipo de ação social. Uma análise do conjunto de empresas brasileiras demonstra que a participação empresarial na área social aumentou 10 pontos percentuais em quatro anos, passando de 59% (2000) para 69% (2004). No total, são aproximadamente 600 mil empresas que, de alguma maneira, atuam voluntariamente em prol das comunidades (Gráfico 88).

Gráfico 88 – Empresas que realizam ações sociais para a comunidade – Brasil – 2000/2004



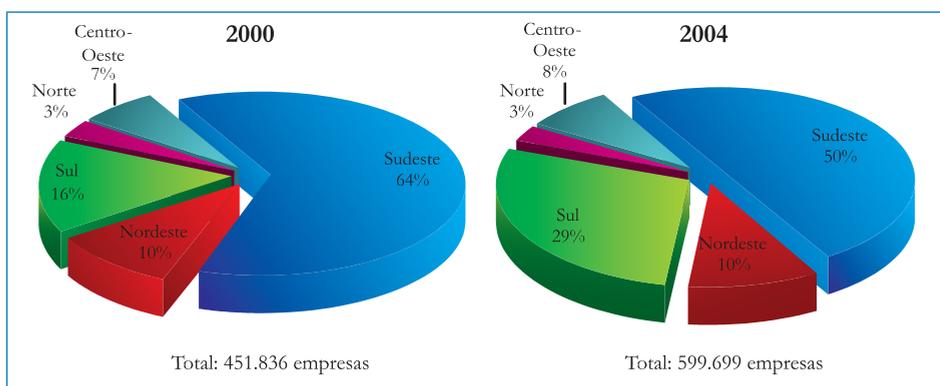
Fonte: IPEA, 2006.

7.5.4 Distribuição das Empresas que Realizaram Ações Sociais

De modo geral, a distribuição das 600 mil empresas que atuam na área social por região (por porte e setor de atividade econômica) tende a manter uma

correspondência com o universo de 871 mil empresas do país com um ou mais empregados. Assim, entre aquelas que realizam atividades sociais, 50% encontram-se no Sudeste e 29% no Sul. Em 2000 essas proporções eram de 64% e 16%, respectivamente (Gráfico 89). O aumento na proporção de empresas sulistas no universo empresarial brasileiro é acompanhado de um acréscimo no número de estabelecimentos da região.

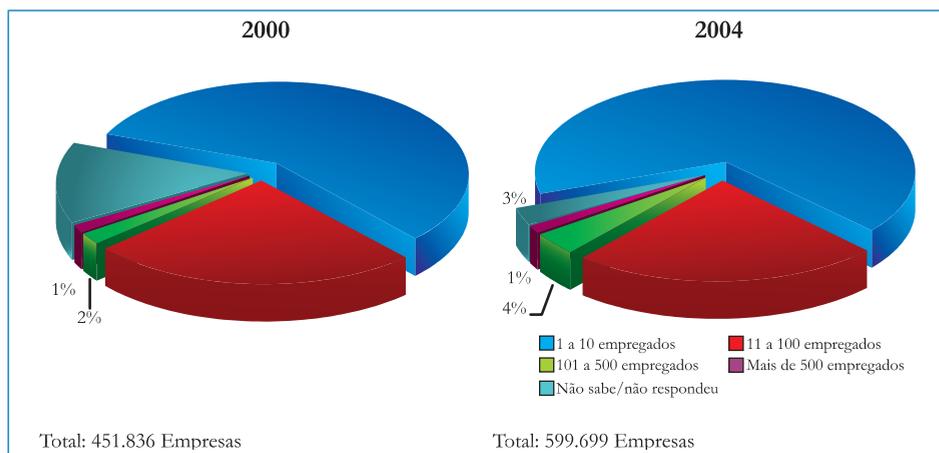
Gráfico 89 – Empresas que realizaram ações sociais para comunidade, por região – Brasil – 2000/2004



Fonte: IPEA, 2006.

Em relação ao porte das empresas, destaca-se o aumento significativo da participação de micro-empresas no conjunto daquelas que beneficiaram as comunidades com sua atuação voluntária. Entre os anos de 2000 e 2004, essa participação passou de 58% para 68%. O aumento na presença de empresas de menor porte se reflete no perfil do atendimento empresarial apresentado. As mudanças observadas decorrem, muitas vezes, do comportamento das micro-empresas e não de mudanças no comportamento das organizações de maior porte, que atuavam, anteriormente, no campo social (ver Gráfico 90).

Gráfico 90 – Empresas que realizaram ações sociais voltadas à comunidade, por número de empregados – Brasil – 2000/2004



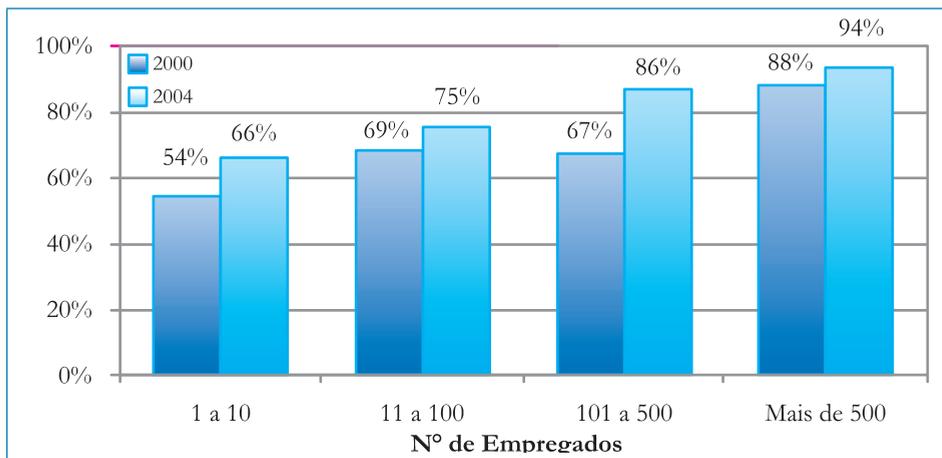
Fonte: IPEA, 2006.

7.5.5 Avanço das Micro e Médias Empresas

As grandes empresas apresentaram maior participação em ações comunitárias no ano de 2004 (taxa de 94%). Contudo, as micro-empresas também demonstraram expressiva participação: 410 mil estabelecimentos deram algum tipo de contribuição para fora de seus muros – índice de cerca de 66% do total.

Na análise da evolução desse comportamento, o crescimento mais expressivo deu-se entre as micro-empresas e organizações de médio porte, com aumentos respectivos de 12% e 19% entre 2000 e 2004. As grandes empresas, que já apresentavam uma participação superior em 2000, cresceram 6% no período (Gráfico 91).

Gráfico 91 – Participação das empresas em ações sociais para a comunidade – Brasil – 2000/2004



Fonte: IPEA, 2006.

Embora registre-se um crescimento de 10% na proporção de empresas atuando em prol das comunidades em todo o Brasil de 2000 a 2004, o IPEA (2006) verificou uma queda no total de investimento financeiro no mesmo período.

Em 2004, o empresariado nacional destinou cerca de R\$ 4,7 bilhões no atendimento de comunidades. Em termos absolutos, esse valor corresponde a, aproximadamente, 0,27% do PIB do país no mesmo ano. Em 2000, esta relação era de 0,43% (Tabela 23).

Tabela 23 – Investimento Social Privado – Brasil 2000/2004

Região	Recursos Investidos em 2004 (em R\$)	Recursos Investidos em Relação ao PIB (%)	
		2000	2004
Sudeste	3,3 bilhões	0,66	0,34
Nordeste	537,0 milhões	0,20	0,22
Sul	562,7 milhões	0,19	0,19
Centro-Oeste	240,8 milhões	0,16	0,18
Norte	93,8 milhões	0,10	0,11
Brasil	4,7 bilhões	0,43	0,27

Fonte: IPEA, 2006.

Nota: Em valores constantes de 2004. Deflacionado pelo INPC médio anual.

A redução nos recursos aplicados acontece, sobretudo, em função do comportamento das empresas do Sudeste, que investiram 0,66% do PIB da região em 1998; e 0,34% do PIB em 2003. No entanto, cabe destacar que, nas demais regiões, a entrada maciça de novas empresas na área social acaba por compensar uma provável redução dos recursos aplicados por organização.

7.5.6 Relatórios e Balanços Sociais

O Balanço Social constitui um importante instrumento que contém informações sobre as práticas em promoção humana, social e ecológica de uma organização na relação com seus *stakeholders*. De acordo com o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas – IBASE (2007b):

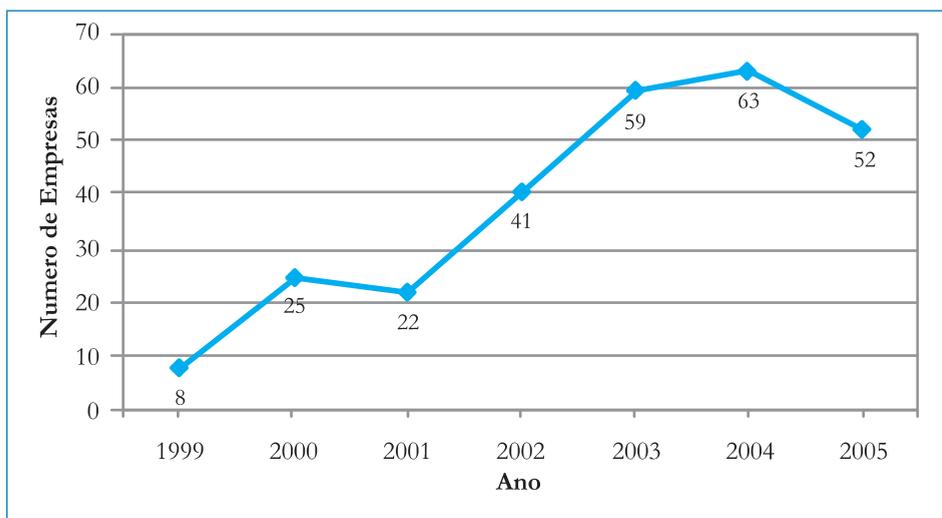
O balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Entre os modelos de balanço social mais utilizados no Brasil, destacam-se os do IBASE, desenvolvidos a partir de uma parceria com diversas empresas públicas e privadas. Em 1997, o sociólogo Betinho, principal fundador do IBASE,

lançou uma campanha nacional a favor da divulgação do Balanço Social com o apoio de lideranças empresariais, da mídia, de empresas e suas instituições representativas. E em novembro de 1997, o IBASE lançou o Selo do Balanço Social, para estimular a participação das companhias. Sucupira (2004) destaca que a maioria das empresas que divulgou o balanço social até 2004 utilizou o modelo sugerido pelo IBASE. O autor afirma que, conforme pesquisa concluída em junho de 2004, um total de 231 empresas publicaram o Balanço Social no modelo IBASE. Hoje, pode-se dizer que esse modelo é hegemônico no Brasil.

Analisando os dados referentes ao Selo Balanço Social IBASE/Betinho dos anos de 1999 a 2005, percebe-se uma tendência de crescimento do número de empresas com atividades no Brasil que receberam o selo (Gráfico 92).

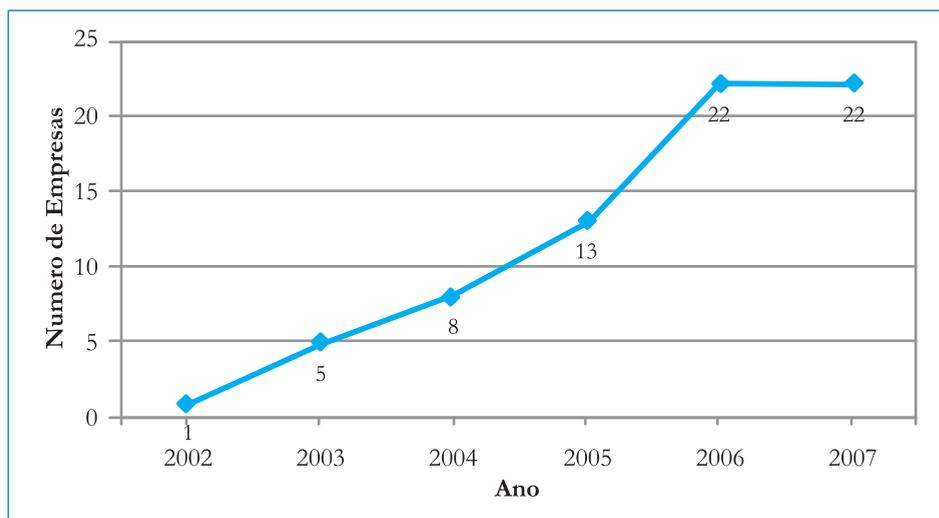
Gráfico 92 – Número de empresas que receberam o selo balanço social IBASE/BETINHO – Brasil – 1999-2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do IBASE, 2007a.

Existe também uma tendência de crescimento do número de empresas com atividades no Brasil que produziram relatórios de prestação de contas seguindo o modelo GRI (Gráfico 93).

Gráfico 93 – Número de empresas que produziram relatórios baseados no modelo GRI – Brasil – 2002-2007



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do GRI; CORPORATEREGISTER, 2007.

Segundo Gonzáles (2005), o modelo proposto atualmente pela *Global Reporting Initiative* (GRI) é conhecido por praticamente todas as companhias abertas e amplamente utilizado por empresas multinacionais. Recentemente, a GRI completou sua comissão permanente que trabalhará na atualização de suas recomendações (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2007).

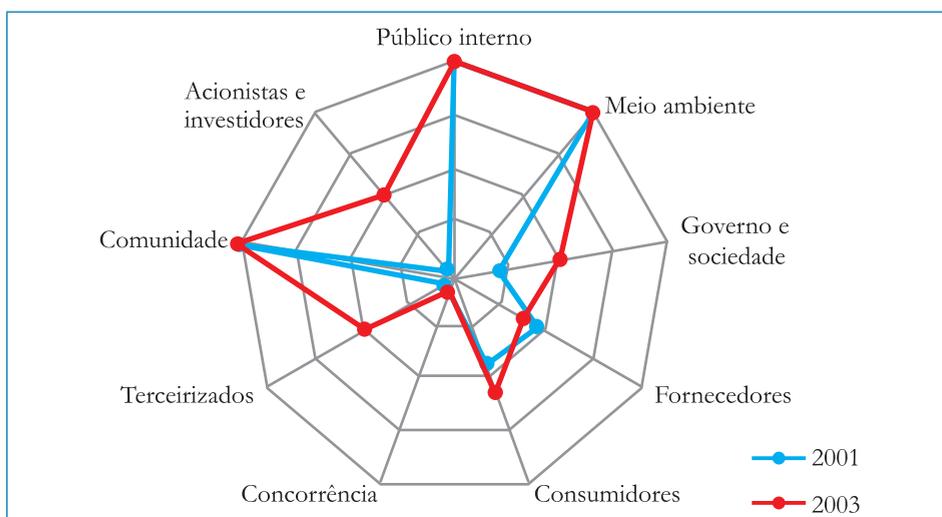
A análise dos Balanços Sociais permite visualizar o perfil da Responsabilidade Social Empresarial que está sendo internalizado pelas corporações. Nesse sentido, a Fundação Dom Cabral (2007) realizou uma pesquisa intitulada “Balanços Sociais: comunicando a responsabilidade corporativa”²⁸, com o objetivo de avaliar o conteúdo de balanços sociais dos anos 2001, 2002 e 2003²⁹. Constatou-se que as empresas analisadas procuraram desenvolver tanto ações de sustentabilidade quanto de diálogo com os *stakeholders*.

²⁸ A pesquisa está disponibilizada no site da FINDES.

²⁹ Na primeira etapa da pesquisa, foram analisados 30 Balanços Sociais referentes a 2001. No ano seguinte, foram analisados apenas 10 Balanços Sociais, referentes a 2002. Em 2003, foi dada maior ênfase às análises quantitativas feitas com base em 60 Balanços do modelo IBASE.

Entretanto alguns *stakeholders* foram sistematicamente excluídos ou pouco citados nos balanços sociais. Em 2001, os funcionários terceirizados, a concorrência e os próprios acionistas e investidores encontravam-se nessa situação. Em 2003, enquanto a preocupação com os acionistas e investidores se tornou bem mais significativa, os terceirizados ainda eram pensados como um problema a ser abordado pela empresa fornecedora de mão-de-obra e não da contratante. O tema da governança corporativa também ganha maior relevância em 2003. O Gráfico 94 representa a presença dos *stakeholders* nos balanços sociais analisados em 2001 e 2003.

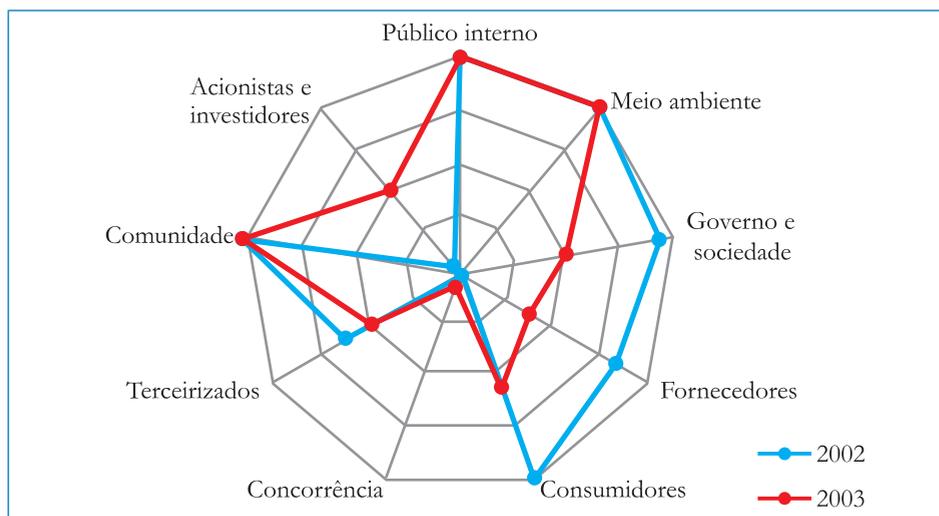
Gráfico 94 – Presença dos *stakeholders* nos balanços sociais nos anos de 2001 e 2003



Fonte: FUNDAÇÃO DOM CABRAL, 2007, p. 15.

Os dados de 2002 e 2003 também apresentam algumas diferenças com relação aos *stakeholders*. A preocupação com fornecedores, governo, sociedade e consumidores aumenta. Embora a preocupação com os terceirizados seja maior em 2002, ela mantém-se em um patamar abaixo de 75% das citações. Já as citações relativas aos acionistas são igualmente baixas em 2002, o que demonstra que seu crescimento é um fenômeno do ano seguinte. O Gráfico 95 mostra a presença dos *stakeholders* nos balanços sociais analisados em 2002 e 2003.

Gráfico 95 – Presença dos *stakeholders* nos balanços sociais nos anos de 2002 e 2003.



Fonte: FUNDAÇÃO DOM CABRAL, 2007, p. 15.

A pesquisa também constatou a baixa frequência de determinados temas nos Balanços Sociais, sobre os quais pairam incertezas quanto à conveniência, como: sindicatos, demissões, aposentadoria, política, corrupção e propinas. Outros temas não relatados são: dificuldades, deficiências, metas não alcançadas e pontos a serem melhorados. Essa tendência começa a se reverter nos balanços de 2003.

A conclusão a que a pesquisa chega é que já houve um grande avanço em relação à constituição dos balanços sociais no Brasil, mas ainda há muito a se fazer. Chama-se a atenção para a necessidade de assumir que o “Balanço Social é antes de tudo uma oportunidade de diálogo com a sociedade” (FUNDAÇÃO DOM CABRAL, 2007, p. 16).

7.5.7 Consumidor

No geral, o consumidor brasileiro cobra do setor empresarial um elevado grau de responsabilidade social e de compromisso com a preservação do meio

ambiente. Segundo pesquisa do Instituto Akatu (2007), nas principais capitais do país, 60% dos consumidores acreditam que é função do setor privado contribuir para a redução da distância entre ricos e pobres. O índice é semelhante ao dos que apóiam a criação de leis de incentivo a práticas socialmente responsáveis, mesmo que isso implique em aumento de preços ou impostos. São provas inequívocas de que a atuação solidária é fator de competitividade em qualquer mercado (TIEGHI, 2006). Belinky et al. (2007) apresentam resultados da pesquisa do Instituto Akatu na Tabela 24.

Tabela 24 – Grau de assimilação do consumo consciente – Brasil – 2006

Público Pesquisado	Percentual de respostas positivas aos ICCs conforme tipo de assimilação pesquisada 2006							
	Valores				Comportamentos			
	Social	Ambiental	Pessoal	Média	Social	Ambiental	Pessoal	Média
Total da Amostra	62%	60%	60%	60%	49%	53%	56%	52%
Conscientes e Engajados	62%	60%	61%	61%	60%	65%	68%	64%
Benchmark Pesquisa Akatu 5	70%	68%	65%	68%	52%	56%	63%	57%

Fonte: BELINKY, *et al.*, 2007.

O percentual de assimilação de valores é elevado (60% em média) e equivalente em todas as dimensões. Ou seja, a população revela-se igualmente sensível ao discurso do consumo consciente tanto nos aspectos pessoais quanto nos sociais e ambientais.

O quadro é diferente em relação ao comportamento do consumidor. Os comportamentos associados aos benefícios pessoais do consumo consciente têm um índice de adoção de 56% contra 49% daqueles associados à dimensão social.

Pode-se observar assim uma “distância entre intenção e gesto” quando comparamos a assimilação de valores e a adoção de comportamentos. No

que diz respeito aos aspectos sociais do consumo consciente, essa diferença é de 13 pontos percentuais, a maior de todas (62% contra 49%). Em relação aos aspectos pessoais, há uma diferença de apenas 4 pontos percentuais (60% contra 56%).

Os resultados apresentados têm importantes implicações nas estratégias e expectativas futuras para disseminação ampla do consumo consciente em toda a população brasileira.

7.6 Considerações Finais

A Responsabilidade Social Empresarial é um tema abordado pelos centros de pesquisa, governo, empresas e comunidade como um aspecto relevante no desafio da sustentabilidade. Esse estudo apresenta um panorama amplo da atuação das organizações na área social, bem como uma tendência de crescimento na atuação socialmente responsável de micro e pequenas empresas.

É possível constatar ainda que a RSE no Brasil segue a dinâmica geográfica de outras temáticas, com um desenvolvimento mais intenso nas regiões Sul e Sudeste. Observa-se também o crescimento da profissionalização no setor e o estabelecimento de diretrizes e legislações que já permitem trabalhar sob bases mais seguras.

A temática da Responsabilidade Social surge na segunda metade do século XX, como resposta das organizações empresariais aos movimentos sociais, e se fortalece na medida em que aumentam as exigências e o conhecimento do consumidor. As possibilidades de um mercado global impulsionam transformações importantes nos modelos de produção e trabalho. Novas barreiras de importação, baseadas em padrões ambientais e normas sociais, são decisivas para a reformulação da atuação das instituições em seus diversos espaços (sociedade, fornecedores, governo, clientes etc.).

A valorização da marca está cada vez mais ligada ao comprometimento da empresa com a sociedade e a ética com a qual os negócios são conduzidos. As

organizações que desconsideram os valores centrais da Responsabilidade Social como variáveis de sucesso têm perdido espaço, e vêem seus produtos substituídos por similares ambientalmente corretos e socialmente engajados. Crescem as gestões socialmente responsáveis e a atuação empresarial sustentável e estes temas passam a fazer parte da pauta dos mais importantes encontros de negócios. A responsabilidade social deixa de ser opção ou diferencial e ocupa *status* de adequação às exigências do mercado e do mundo dos negócios.

Neste cenário, avalia-se como fundamental conhecer o panorama da Responsabilidade Social no Brasil, buscando traçar um mapa da atuação social privada e delinear a atuação das organizações do terceiro setor no país. Com base nos dados estruturados e nas informações sistematizadas, será possível analisar oportunidades e desafios para a área no futuro, e propor ações a partir de uma compreensão ampliada do tema.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS - ABDL. [Site]. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/>>. Acesso em: 27 set. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **Gestão Ambiental**. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/default.asp?resolucao=1024X768>>. Acesso em: 21 set. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ABONG. [Site]. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/>>. Acesso em: 14 mai. 2007.

ACCOUNTABILITY. **AA1000 Overview**. Disponível em: <<http://www.accountability21.net/default.aspx?id=228>>. Acesso em: 17 set. 2007.

ARAÚJO, M. R. M. de. Exclusão social e responsabilidade social empresarial. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2. ago. 2006. p. 417-426. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000200021&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 4 abr. 2007.

ASHLEY, P. A. A Mudança Histórica do Conceito de Responsabilidade Social Empresarial. In: _____ (Org.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005a. p. 44-65.

_____. Responsabilidade Social Empresarial: um modelo genérico para análise e orientação estratégica. In: _____ (Org.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005b. p. 110-135.

BELINKY, A. et al. **Pesquisa n. 7 - 2006**: como e por que os brasileiros praticam o consumo consciente. São Paulo: Instituto Akatu, 2007.

BISPO RODRIGUES. **Projeto de Lei nº. 1305/2003**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/142364.pdf>> Acesso em: 17 set. 2007.

BRASIL. Lei nº. 10.097/2000, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L10097.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2007.

_____. Lei nº. 8.069/1990, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2007.

_____. Lei nº. 8.080/1990, de 19 de setembro de 1990. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 set. 1990b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em: 18 jul. 2007.

_____. Lei nº. 8.742/1993, de 07 de dezembro de 1993. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L8742.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2007.

_____. Lei nº. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2007.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Portal Inovação**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.portalinovacao.mct.gov.br/ISPublish/inovacao/portal/>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação anual de informações sociais**. Brasília, DF, 2005. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

CASTELLS, M. **Sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CEBDS. **Quem Somos**. 2004. Disponível em: <<http://www.cebds.org.br/cebds/cebds-quem-somos.asp>>. Acesso em: 20 set. 2007.

_____. **[Site]**, [Rio de Janeiro], 2007. Disponível em: <<http://www.cebds.org.br>>. Acesso em: 26 mai. 2007.

COELHO, S. de C. T. **Terceiro Setor**: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: SENAC, 2000.

COSTA, M. A. N. Mudanças no mundo empresarial: a responsabilidade social empresarial. **Publicações On-line do CES**, Oficinas do CES, n. 230. Coimbra: CES, MIO, 2005. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/230/230.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

CUNHA, J. P. **Projeto de Lei nº. 4448/2001**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/proposicoes>> Acesso em: 17 set. 2007.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E SOCIAL - FIDES. **O que é a FIDES**. Disponível em: <www.fides.org.br/apresentacao_oquee.htm>. Acesso em: 20 set. 2007.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. **Balanco Social**: comunicando a responsabilidade social corporativa. Disponível em: <http://www.premiobalancosocial.org.br/pesquisa/pesquisa_bs.pdf> . Acesso em: 14 set. 2007.

GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS - GIFE. **[Site]**. Disponível em: <www.gife.org.br>. Acesso em: 18 set. 2007b.

_____. **Censo GIFE 2005/06**. Disponível em: <http://www.gife.org.br/conexao/Censo%20GIFE%202005_2006.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2007a.

_____. **Investimento social privado e terceiro setor:** Censo GIFE 2005/06. [São Paulo], 2007c. Disponível em: <<http://www.gife.org.br/>>. Acesso em: 12 mai. 2007.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Performance Indicators.**

Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/GRIPortal/GRI/G3Online/frmStep6PerformanceIndicator.aspx?NRMODE=Published&NRNODEGUID=%7bA4B9607F-FFB5-4F41-8899-D6526684C94A%7d&NRORIGINALURL=%2fReportingFramework%2fG3Online%2fPerformanceIndicators%2f&NRCACHEIN T=NoModifyGuest>>. Acesso em: 26 mai. 2007.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GONZÁLEZ, R. A contribuição do GRI (Global Reporting Initiative) para a comunicação empresarial e o mercado financeiro. **Revista Relações com Investidores**, n. 92, out. 2005. Disponível em: <http://www.premiobalancosocial.org.br/textos/rg_2.pdf>. Acesso em: 17 set. 2007.

GLOBAL REPORTING INCIATIVE - GRI. **[Site]**. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/Home>>. Acesso em: 18 set. 2007

_____; CORPORATEREGISTER.COM. **[Site]**. Disponível em: <<http://www.corporateregister.com/gri/>>. Acesso em: 18 set. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISE SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE. **[Site Balanço Social]**. Disponível em: <www.balancosocial.org.br>. Acesso em 17 set. 2007a.

_____. **Publique seu Balanço Social.** Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 3 set. 2007b.

INSTITUTO AKATU. **[Site]**. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br>>. Acesso em: 26 mai. 2007.

INSTITUTO ETHOS. **Global Reporting Initiative**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=4206&Alias=ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 20 set. 2007a.

_____. **Sobre o Instituto Ethos**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3334&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 20 set. 2007b.

_____; PNUD. **Brasil faz encontro pioneiro sobre responsabilidade social**. Curitiba, 2004. Disponível em: <http://www.pactoglobal.org.br/view.php?id_mat=6>. Acesso em: 26 mai. 2007.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Conheça o observatório**. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br/portal/index.php?option=content&task=view&id=6&Itemid=31>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

_____. **Responsabilidade Social Empresarial: perspectivas para a atuação sindical**. Florianópolis: Observatório Social, 2004. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br/rse/rse.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2007.

IPEA. **Pesquisa: a iniciativa privada e o espírito público: a evolução da ação social das empresas privadas no Brasil**. Brasília-DF, 2006. Disponibilidade em: <<http://www.ipea.gov.br/asocial/>>. Acesso em: 17 mai. 2007.

ISO. **[Site]**. Disponível em: <<http://www.iso.org/iso/home.htm>>. Acesso em: 27 set. 2007.

_____. **Social Responsibility**. Disponível em: <<http://isotc.iso.org/livelink/livelink/fetch/2000/2122/830949/3934883/3935096/home.html?nodeid=4451259&vernum=0>>. Acesso em: 2 mai. 2007.

ISO ADVISORY GROUP ON SOCIAL RESPONSIBILITY. **Working Report on Social Responsibility**, 2004. Disponível em: <http://inni.pacinst.org/inni/corporate_social_responsibility/WorkingReportonSR.pdf>. Acesso em: 4 set. 2007.

ITS – INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br/modules.php?name=Conteudo&pa=showpage&pid=16>>. Acesso em: 20 set. 2007.

LIMA, M. C. Responsabilidade social: apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor. In: INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002. pp. 103-142. v. 1.

LOPES, R.. **Projeto de Lei nº. 2304/2003**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/172477.pdf>> Acesso em: 17 set 2007.

LOURENÇO, A. G. & SCHRÖDER, D. S. Vale investir em responsabilidade social empresarial? Stakeholders, ganhos e perdas. In: **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2003. p. 77-119, v. 2.

MACRIS, V. **Projeto de Lei nº. 64/2007**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/434032.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2007.

NADER, C. **Projeto de Lei nº. 2110/2003**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/168004.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2007.

PAIM, P. **Projeto de Lei nº. 6264/2005**: Estatuto da Igualdade Racial. Senado Federal, Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/359794.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2007

PASSOS, E. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.

PONTES, A. **Projeto de Lei nº. 1351/2003**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/143426.pdf>> Acesso em: 17 set. 2007.

SAI - SOCIAL ACCOUNTABILITY INTERNATIONAL. **SA8000 Certification**.

Disponível em: <<http://www.saintl.org/index.cfm?fuseaction=Page.viewPage&pageld=617&parentID=473>>. Acesso em: 17 set. 2007.

SILVA, Z. do N. As empresas e a lei de inclusão de deficientes. **Valor Econômico**, 21 de novembro, 2006. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/clipping/2006/as-empresas-e-a-lei-de-inclusao-de-deficientes/>> Acesso em: 17 set. 2007.

SUCUPIRA, J. Balanço social: diversidade, participação e segurança do trabalho. **Democracia Viva**, [S.l.], n. 22, p. 58-63, jun./jul. 2004. Disponível em: <<http://www.premiobalancosocial.org.br/imagens/artigo3.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2007.

TEODÓSIO, A. S. S.; BARBIERI, J. C.; CSILLAG, J. M. Montando o mosaico da sustentabilidade organizacional: em busca de um diálogo entre estratégias de operações e meio ambiente. In: INTERNATIONAL MEETING OF THE IBEROAMERICAN ACADEMY OF MANAGEMENT, 4., 2005. **Anais...**Lisboa: Iberoamerican Academy of management, 2005. pp.1-15.

TIEGHI, C. **Responsabilidade social é fator de competitividade**. São Paulo: Instituto Akatu, 2006. Disponível em: <<http://www.akatu.net/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=1566&sid=84&tpl=view%5Ftipo4%2Ehtm>>. Acesso em: 26 mai. 2007.

URSINI, T. R., SEKIGUCHI, C. Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social: rumo à terceira geração de normas ISO. In: INSTITUTO UNIEMP. **Inovação, Legislação e Inserção Social**. São Paulo, 2005. 4º v. da Coleção Uniemp Inovação Disponível em: <http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/Texto_DSeRS_ISO26000_TarcilaeCelso.pdf>. Acesso em: 3 set. 2007.

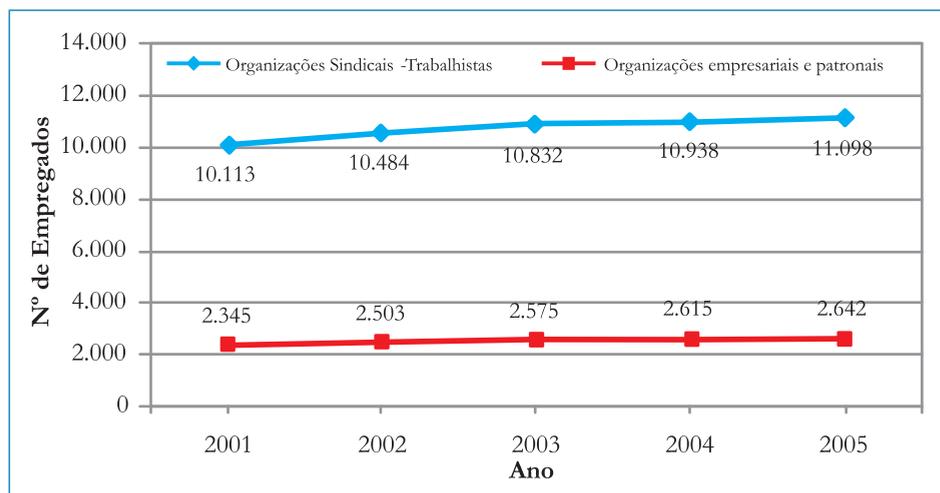
VALLS, V. M. O enfoque por processos da NBR ISO 9001 e sua aplicação nos serviços de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p. 172-178, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a18v33n2.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2007.

8 SINDICATOS



O número de Organizações Empresariais e Patronais³⁰ no Brasil apresentou um crescimento de 12,65% de 2001 a 2005. O Gráfico 96 aponta um aumento de apenas 297 novas organizações no período. Já as Organizações Sindicais-Trabalhistas³¹ cresceram de 10.113 para 11.098 estabelecimentos.

Gráfico 96 – Organizações patronais e trabalhistas – Brasil – 2005



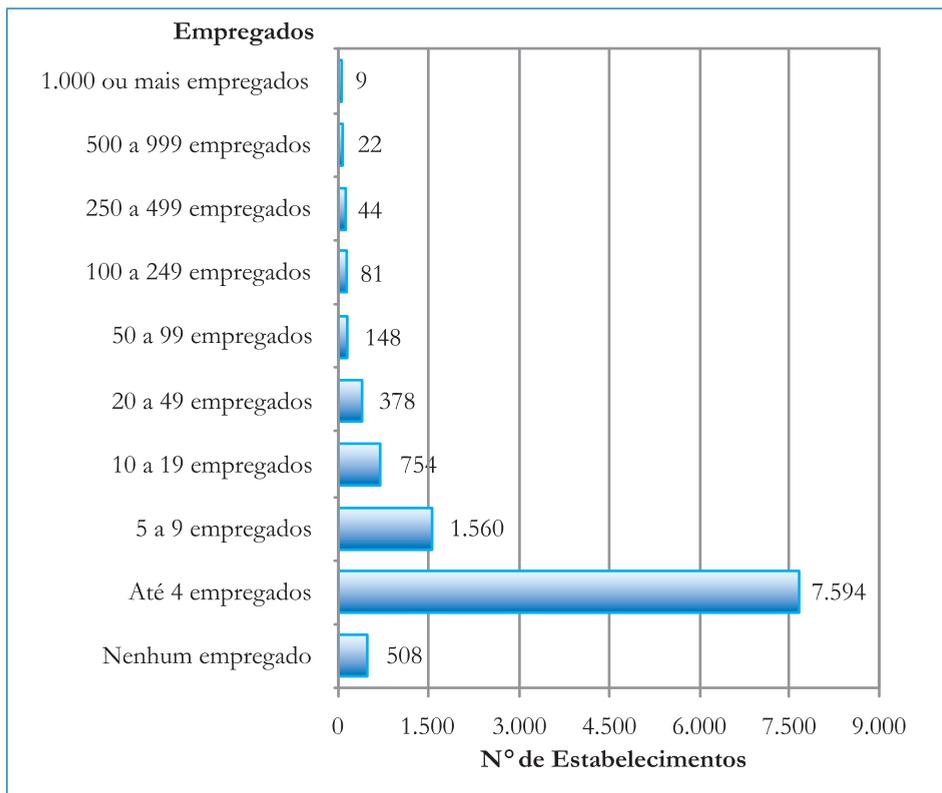
Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005.

A maior parte das Organizações Sindicais-Trabalhistas possui até nove empregados, sendo enquadradas na categoria de microempresas. Esse total corresponde a 9.662 estabelecimentos (70,32%). Por outro lado, existem 9 grandes organizações trabalhistas com mais de 1.000 vínculos ativos, localizadas nos seguintes Estados: (i) Rio Grande do Sul (1 org.); (ii) Santa Catarina (1 org.); (iii) Paraná (2 org.); (iv) São Paulo (2 org.); (v) Espírito Santo (1 org.); (vi) Pernambuco (1 org.); e (vii) Maranhão (1 org.). Os dados completos podem ser verificados no Gráfico 97.

³⁰ Referente à classe 9111-1 (Atividades de Organizações Empresariais e Patronais) da CNAE/IBGE.

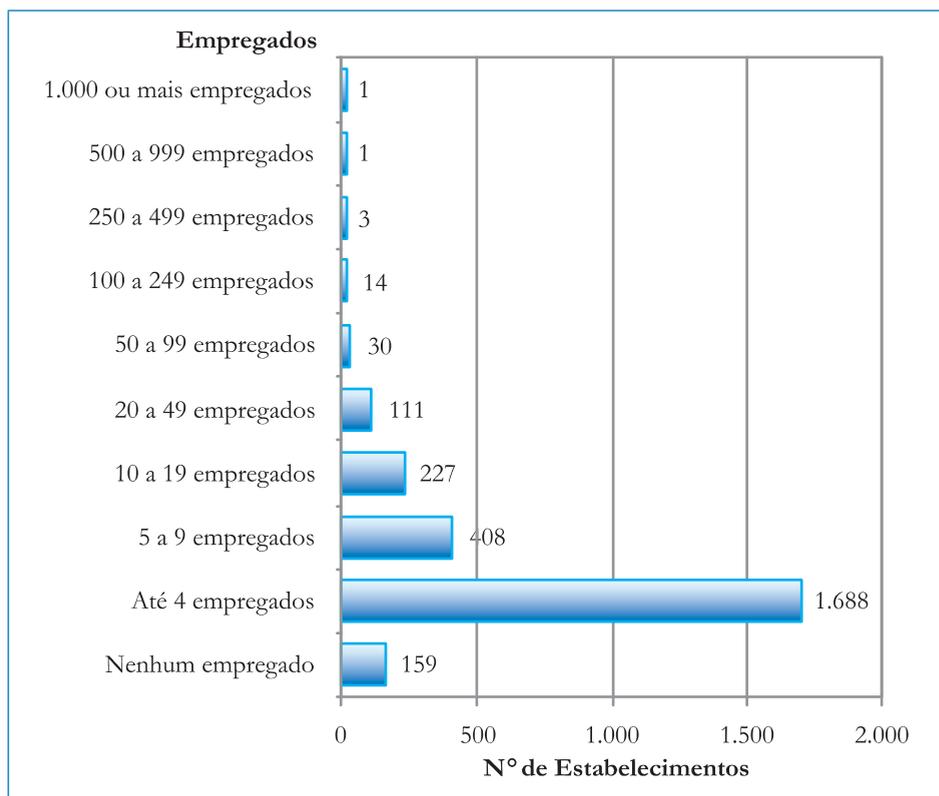
³¹ Referente à classe 9120-0 (Atividades de Organizações Sindicais) da CNAE/IBGE.

Gráfico 97 – Tamanho das organizações sindicais-trabalhistas – Brasil – 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

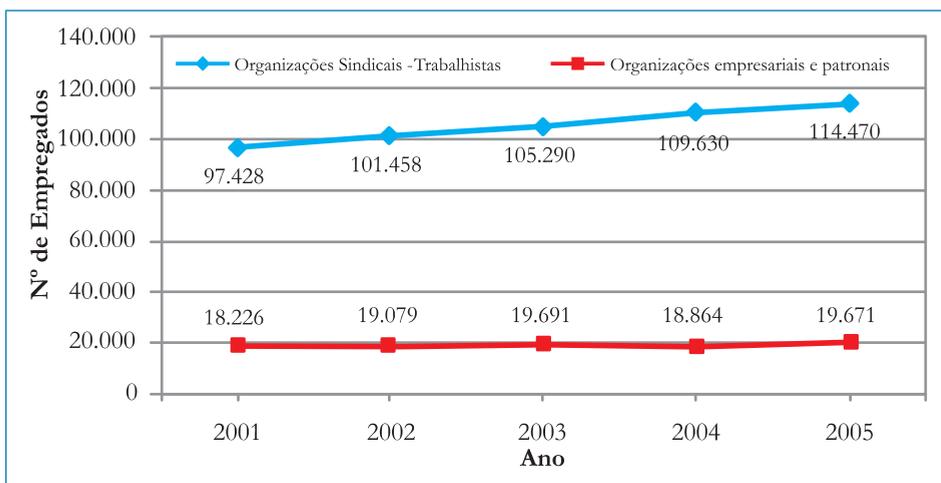
A maioria das Organizações Empresariais e Patronais também é composta por micro organizações. Cerca de 85% dos estabelecimentos desse setor possuem até nove empregados, conforme demonstra o Gráfico 98. Somente duas organizações contam com mais de 500 vínculos ativos, ambas localizadas no estado de São Paulo.

Gráfico 98 – Tamanho das organizações – Brasil – 2005

Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

Quanto ao indicador de emprego, verifica-se que as Organizações Sindicais-
Trabalhistas se encontram em plena ascensão no período analisado. Com au-
mento de 17,04%, essas organizações obtiveram um acréscimo de 17 mil víncu-
los ativos de 2001 a 2005. Já as Organizações Empresariais e Patronais obtive-
ram um aumento de 1.445 vínculos ativos, acréscimo de aproximadamente 8%.
O comparativo entre a evolução dessas duas categorias de organizações pode
ser verificado no Gráfico 99.

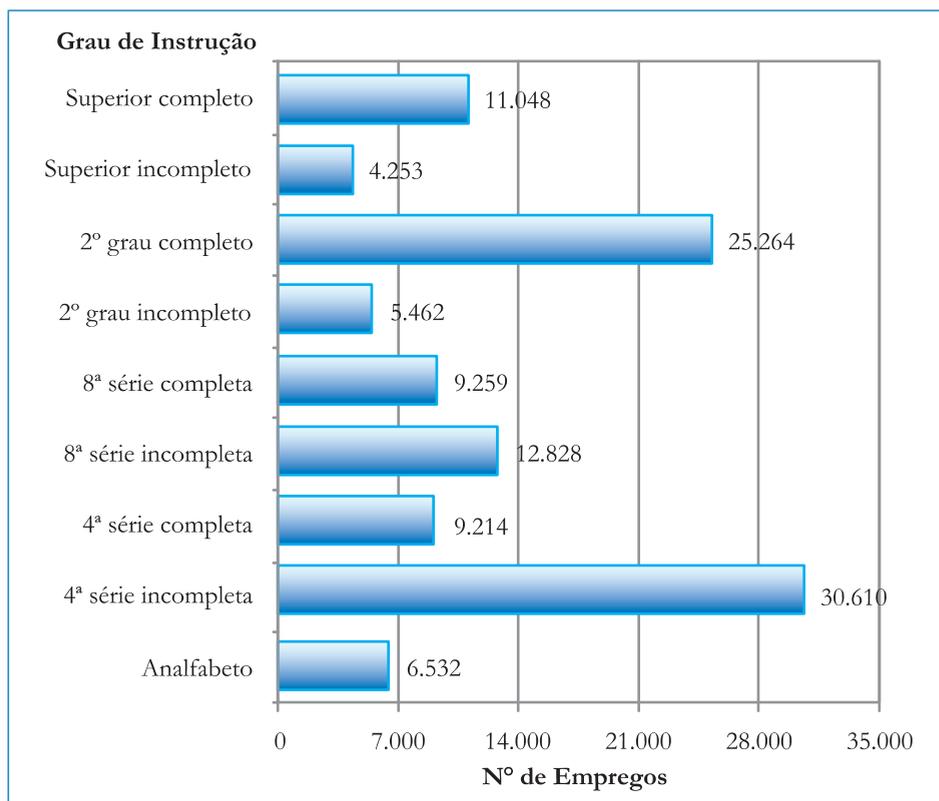
Gráfico 99 – Número de empregos das organizações – Brasil – 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005.

No Gráfico 100, encontram-se os dados referentes ao grau de instrução dos trabalhadores das Organizações Sindicais-Trabalhistas. Aproximadamente 26% do contingente, índice correspondente a 30,6 mil indivíduos, possui 4ª série incompleta. Outro dado expressivo refere-se ao extrato dos indivíduos com Ensino Médio completo, cujo total é de aproximadamente 25,2 mil trabalhadores (22%).

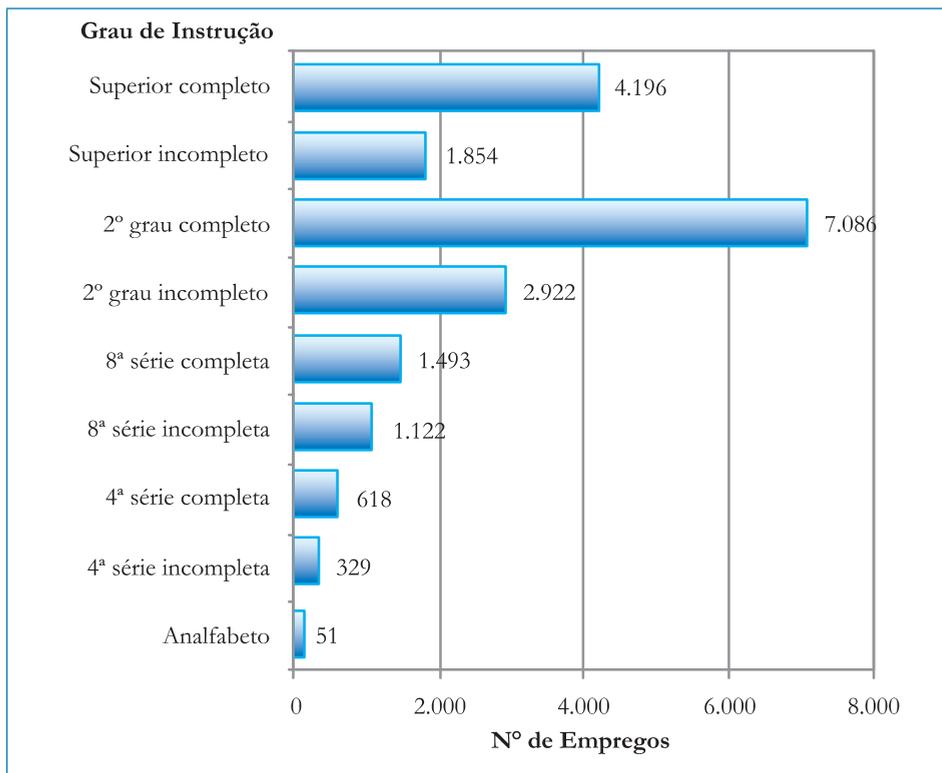
Gráfico 100 – Grau de Instrução nas organizações sindicais trabalhistas – Brasil – 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

Já nas Organizações Empresariais e Patronais, a maior representatividade é do contingente com 2º grau completo, que totaliza 7 mil trabalhadores, ou 36% dos vínculos ativos. O contingente com nível superior completo aparece em seguida, com aproximadamente 4,2 mil indivíduos (21%). Esses e demais dados referentes ao grau de instrução dos trabalhadores das Organizações Empresariais e Patronais estão expostos no Gráfico 101.

Gráfico 101 – Grau de instrução nas organizações empresariais e patronais – Brasil – 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

8.1 Reforma Sindical

A reforma sindical constitui-se em um “amplo reordenamento jurídico- institucional de caráter sistêmico que, do ponto de vista normativo, deverá envolver o Direito Sindical, a Legislação do Trabalho, o Direito Processual do Trabalho, os órgãos da Administração Pública do Trabalho e a Justiça do Trabalho” (SINTEEMAR, 2008).

De acordo com o Sinteamar (2008), a iniciativa da reforma baseia-se no relatório do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e propõe a modificação nos artigos 8, 11, 37 e 114º da Constituição Federal e um anteprojeto de lei de relações sindicais.

Esse conjunto de medidas dá ênfase à idéia de “diálogo social” e prepara o terreno para a reforma trabalhista. A redefinição do sistema de relações coletivas deve ser o centro dinâmico de qualquer esforço de democratização das relações de trabalho, precedendo, assim, a revisão dos demais institutos que regulam o trabalho no Brasil (SINTEEMAR, 2008).

Quanto à estrutura sindical, o projeto de reforma extingue a unicidade sindical e permite a existência de vários sindicatos na mesma base territorial, que deverão ter um percentual mínimo de 20% de sindicalização para se constituir. O projeto possibilita a manutenção da exclusividade da representação sindical pelos sindicatos existentes até a data de promulgação da Emenda Constitucional desde que demonstrem terem o nível de sindicalização exigido por lei (FRAGA, R. C., VARGAS, L. A., 2008).

8.2 Considerações Finais

O estudo aponta um crescimento no número de sindicatos trabalhistas em relação aos sindicatos patronais nos últimos anos. O ambiente democrático contribui com esta tendência no país, porém os indicadores de crescimento da indústria, mesmo que incipientes, também têm importante papel neste cenário.

O aumento da atividade industrial no Brasil resulta na proliferação de novas atividades econômicas regionais e no aumento do emprego formal. Portanto, diversos outros fatores podem ter influenciado o aumento da classe sindical trabalhista. Além disso, vale ressaltar a reforma sindical no Brasil, cujos resultados poderão modificar a estrutura dessas organizações.

Ao se comparar os dois setores organizacionais, percebe-se que os sindicatos patronais estão mais capacitados do que os sindicatos trabalhistas, apesar de haver um crescimento na capacitação das organizações trabalhistas no período analisado – de 2001 a 2005. Isso demonstra que as organizações patronais estão mais preparadas ou com maior potencial para desenvolverem suas atividades.

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2001. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2002. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2003. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2004. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2005. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

FRAGA, R. C., VARGAS, L. A. **Reforma Sindical**. JUS NAVIGANDI. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6118>>. Acesso em: 22 fev. 2008.

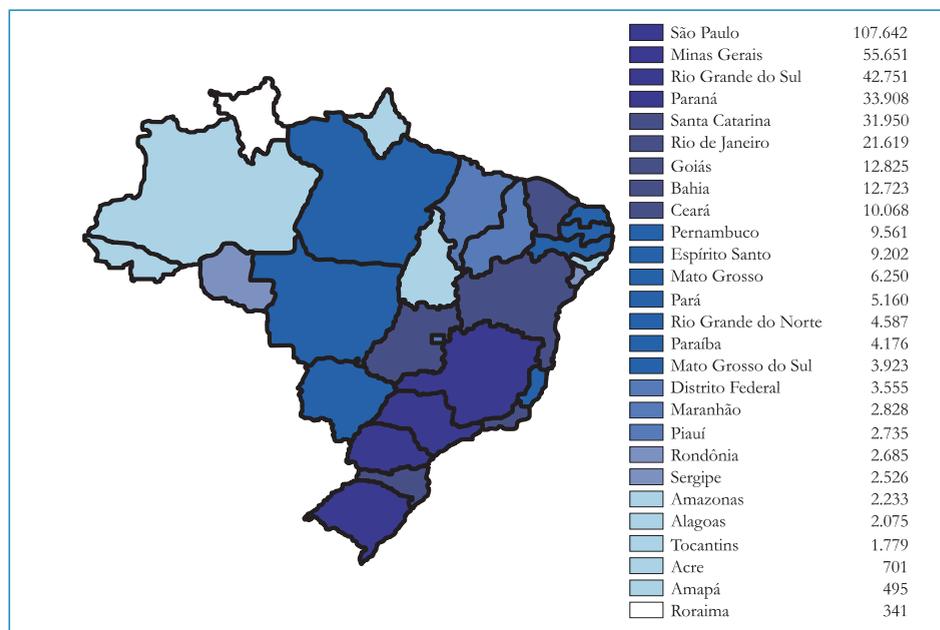
SINTEEMAR – SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE MARINGÁ. **Por que lutar contra a reforma sindical**. Disponível em: <http://www.sinteemar.com.br/Informes/cartilha_reforma/cartilha.asp>. Acesso em: 22 fev. 2008.

9 INDÚSTRIA



A distribuição do número de estabelecimentos³² industriais no Brasil pode ser observada no Cartograma 16. As regiões Sul e Sudeste concentram 302,7 mil estabelecimentos, número equivalente a cerca de 77% das empresas do país. O destaque fica com o estado de São Paulo, com aproximadamente 107,6 mil empresas industriais em 2005.

Cartograma 16 – Número de indústrias – Brasil – 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

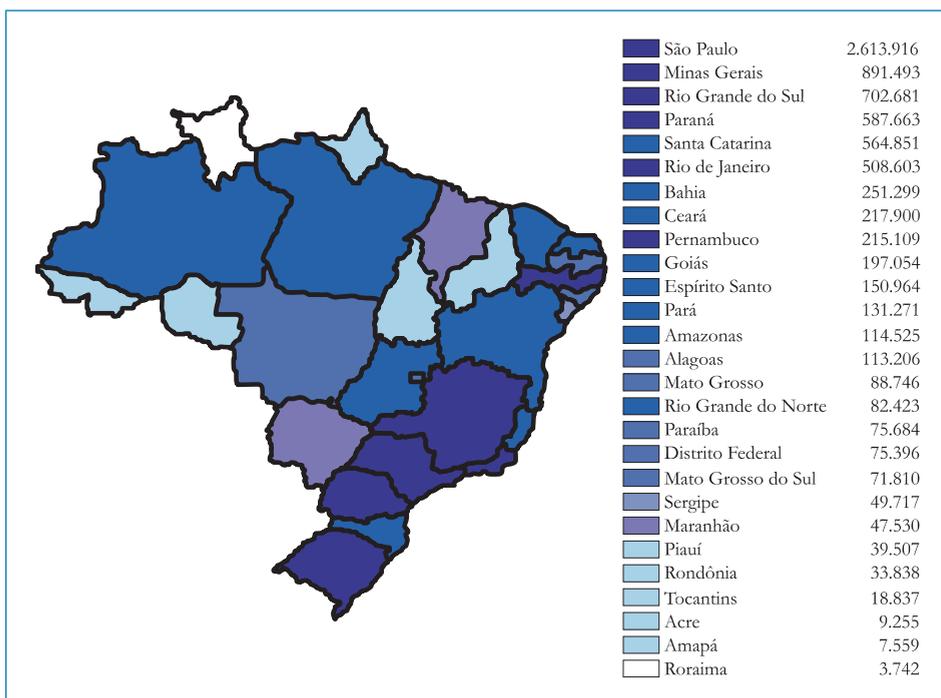
Nota: A intensidade da cor azul indica a representatividade do estado em relação aos demais.

A distribuição do emprego³³ do setor industrial no Brasil é apresentada no Cartograma 17. O estado de São Paulo absorve cerca de 2,6 milhões (33%) dos postos industriais de trabalho. A região Sudeste representa aproximadamente 52,9% dos vínculos ativos nos setores analisados, enquanto a região Sul contempla cerca de 23,6% dos empregos da indústria brasileira.

³² Indicador de Estabelecimento RAIS Negativa: somente dados que possuem vínculo informado.

³³ Indicador de Vínculo Ativo: somente dados com vínculo ativo em 31 de dezembro.

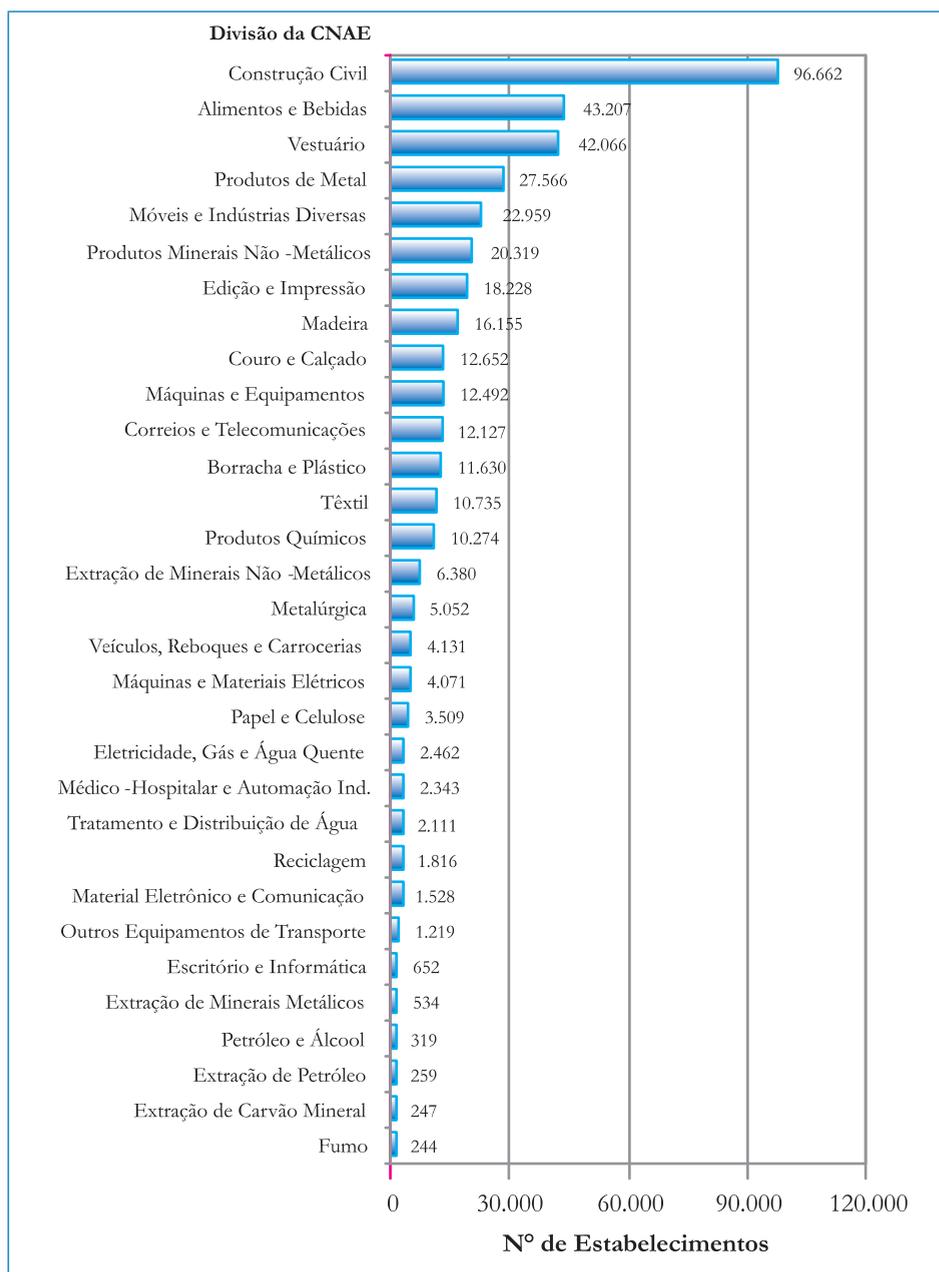
Cartograma 17 – Empregos da indústria – Brasil – 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

Nota: A intensidade da cor azul indica a representatividade do estado em relação aos demais.

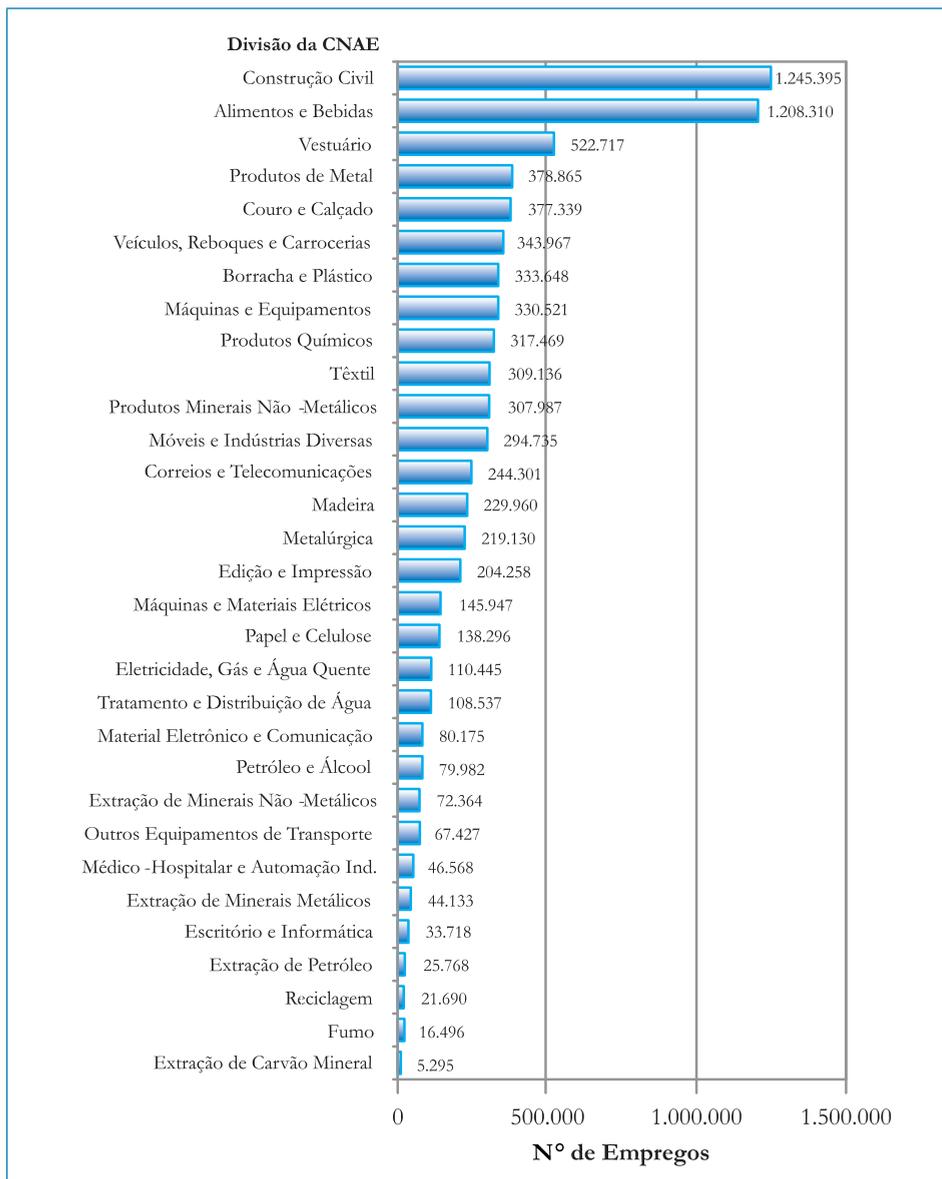
A construção civil se sobressai em relação aos demais setores analisados, sendo responsável por cerca de 25% dos estabelecimentos industriais ou 96,6 mil empresas. O setor de Alimentos e Bebidas representa, aproximadamente, 11% dos estabelecimentos ou 43,2 mil organizações, concretizando, assim, a segunda representatividade do país. Os dados completos sobre o número de estabelecimentos industriais do Brasil podem ser verificados no Gráfico 102.

Gráfico 102 – Estabelecimentos por tipo de indústria – Brasil – 2005

Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

O Gráfico 103 indica que dois setores despontam na geração de empregos na indústria: Construção Civil e Alimentos e Bebidas.

Gráfico 103 – Empregos por tipo de indústria – Brasil – 2005

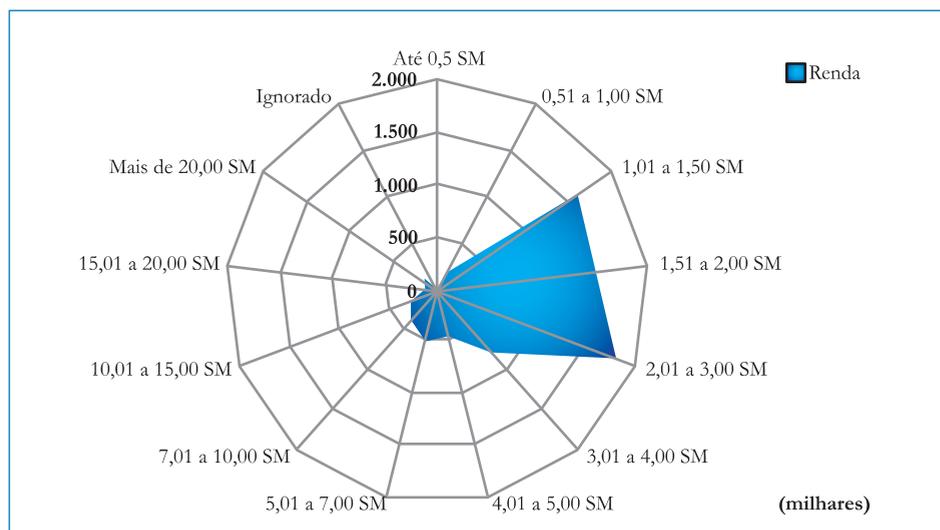


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

Os vínculos ativos da Construção Civil representam, aproximadamente, 15,8% dos empregos, ou 1.245.395 trabalhadores. A indústria de Alimentos e Bebidas contribui com aproximadamente 15,4% dos empregos, índice que corresponde ao contingente de 1.208.310 vínculos ativos. É possível verificar que o setor de Alimentos e Bebidas possui cerca de 53 mil estabelecimentos a menos que o setor da Construção Civil (ver Gráfico 102). Porém, o número de vínculos ativos que esse setor gera é próximo ao número de empregos da Construção Civil. Esse fato é consequência do maior número de grandes empresas no setor de Alimentos e Bebidas. Os demais dados, relativos à representatividade de cada setor, podem ser observados no Gráfico 103.

A distribuição da renda média dos trabalhadores da indústria brasileira em 2005 pode ser verificada no Gráfico 104. A maior parte dos vínculos ativos concentra-se na faixa de renda média entre 1,01 e 3 salários mínimos. Esse contingente representa cerca de 4,8 milhões de trabalhadores, ou 62% do efetivo da indústria nacional.

Gráfico 104 – Renda média dos trabalhadores da indústria – Brasil – 2005

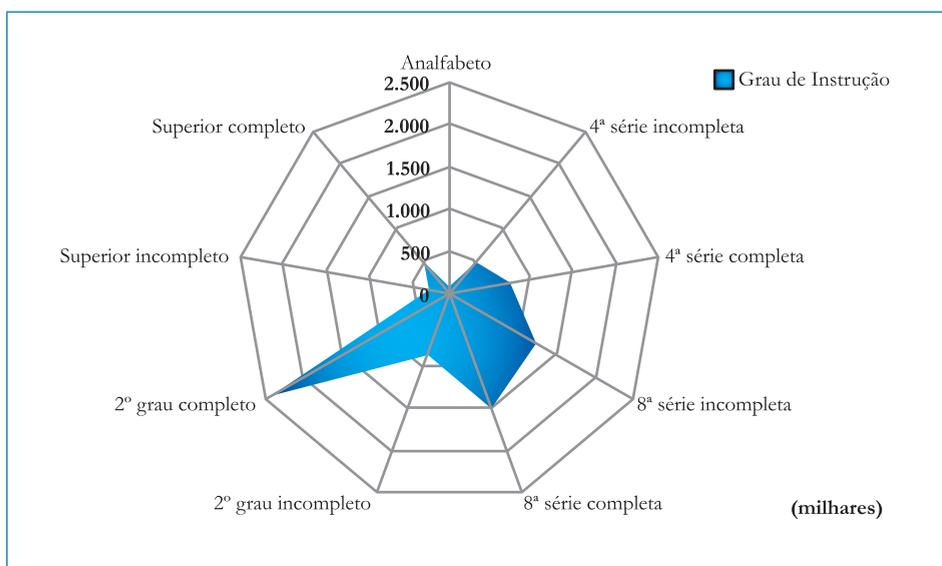


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

Nota: Salário Mínimo (SM).

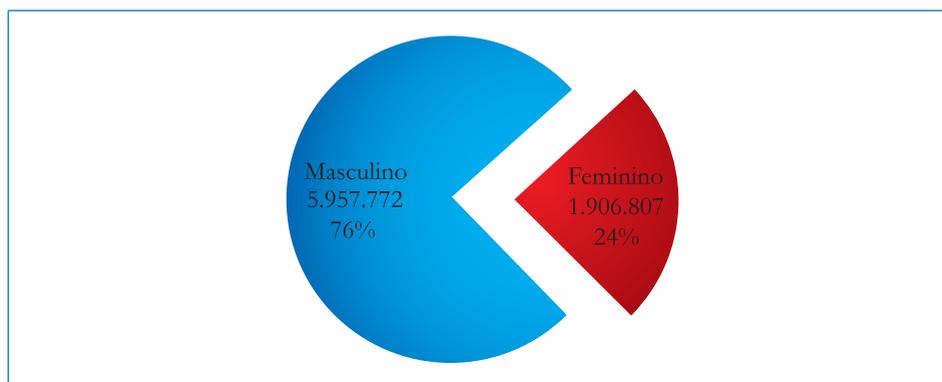
O Gráfico 105, que se refere ao grau de instrução dos trabalhadores, evidencia que os indivíduos com Ensino Médio completo representam aproximadamente 30,5% do contingente da indústria brasileira. Em seguida, aparecem os indivíduos com 8ª série completa, com cerca de 18,5%, e os trabalhadores com 8ª série incompleta, com cerca de 14,7%. Os trabalhadores com nível superior completo de ensino representam, aproximadamente, 6,7% do contingente da indústria brasileira ou cerca de 525 mil indivíduos. Em outro extremo, existem 1.282.326 trabalhadores que possuem ensino referente até 4ª série completa. Esse contingente representa aproximadamente 16,3% dos trabalhadores dos setores analisados.

Gráfico 105 – Instrução dos trabalhadores da indústria – Brasil – 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

De maneira geral, os setores analisados possuem predominância de trabalhadores do sexo masculino. A mulher representa aproximadamente 24% dos trabalhadores, conforme exposto no Gráfico 106.

Gráfico 106 – Gênero na indústria brasileira – Brasil – 2005

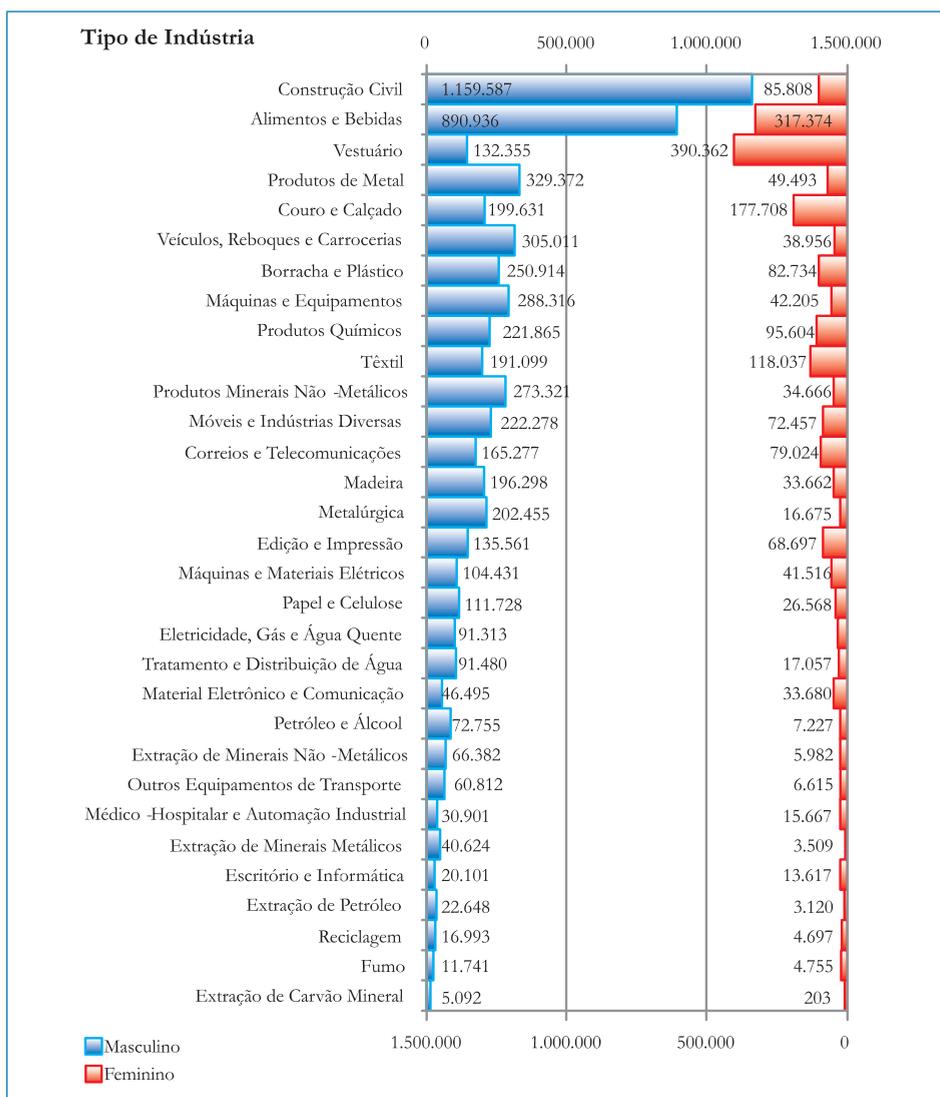
Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

No Gráfico 107, encontra-se a distribuição setorial dos trabalhadores por gênero. O único setor no qual o contingente do sexo feminino é superior ao do sexo masculino é o setor de Vestuário, no qual as mulheres representam aproximadamente 74,7% dos trabalhadores, ou 390.362 indivíduos. Em termos absolutos, o setor de Alimentos e Bebidas emprega 317.374 trabalhadoras, que representam cerca de 26,3% do contingente do setor.

A indústria de Calçados possui um certo equilíbrio de gênero, com leve superioridade de trabalhadores do sexo masculino (53%). As indústrias de Material de Escritório e Informática e de Materiais Eletrônico e Comunicação também empregam um número representativo de mulheres. As trabalhadoras correspondem a 40,4% dos vínculos ativos do setor de Material de Escritório e Informática, e no setor de Material Eletrônico e Comunicação elas significam 42% dos empregos.

Os setores nos quais as mulheres representam os menores percentuais dos vínculos ativos são: Extração de Carvão Mineral (3,8%), Construção Civil (6,9%), Metalúrgica (7,6%), Extração de Minerais Metálicos (7,9%), Extração de Minerais Não-Metálicos (8,3%), Petróleo e Álcool (9%) e Outros Equipamentos de Transporte (9,8%).

Gráfico 107 – Gênero por tipo de indústria – Brasil – 2005

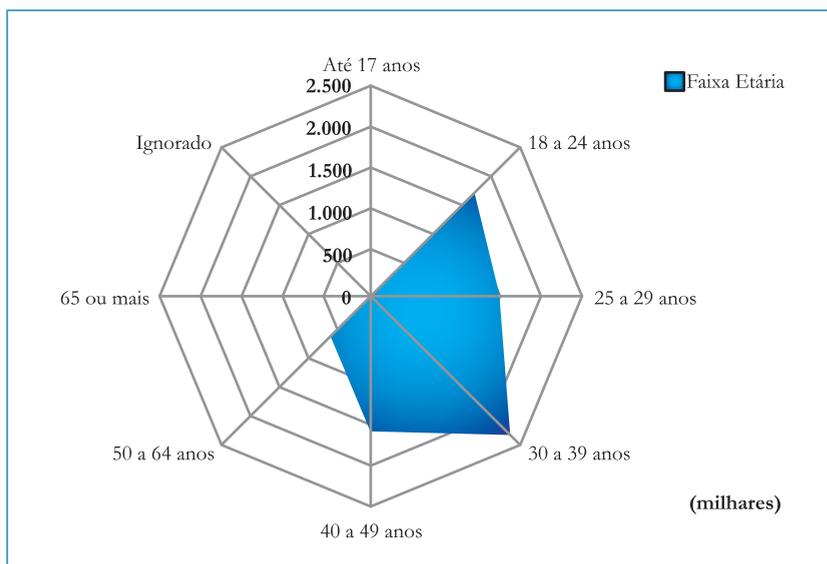


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

Na indústria brasileira, existem aproximadamente 8,8% de trabalhadores com idade acima de 50 anos. Trabalhadores com até 17 anos representam cerca de 1% do contingente total. O maior recorte está na faixa dos trabalhadores com idade entre 30 e 39 anos, cerca de 29,6% do total, ou 2,3 milhões de indiví-

duos. No Gráfico 108, encontra-se a distribuição dos trabalhadores da indústria por faixa etária.

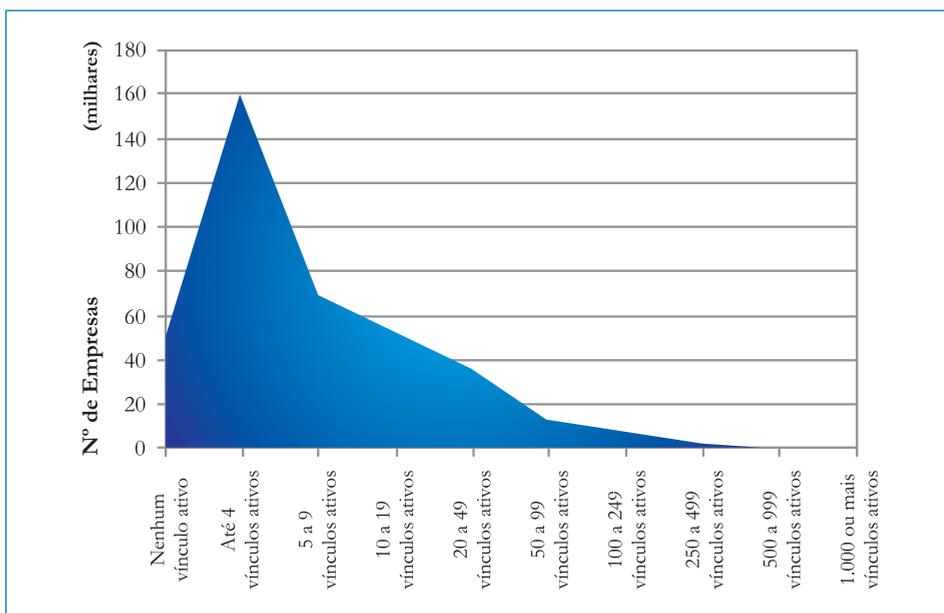
Gráfico 108 – Faixa etária dos trabalhadores da indústria – Brasil – 2005



Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

O Gráfico 109 traz o panorama do tamanho das empresas industriais brasileiras de acordo com o número de vínculos ativos (empregos). As empresas com até quatro vínculos ativos representam cerca de 41% ou 161 mil organizações em todo o Brasil. As empresas com cinco a nove vínculos ativos correspondem aproximadamente a 17,7% das organizações industriais. Por outro lado, existem 1.176 organizações que geram entre 500 e 999 empregos e apenas 661 empresas que possuem mais de mil vínculos ativos.

Gráfico 109 – Classificação por vínculo ativo – Brasil – 2005

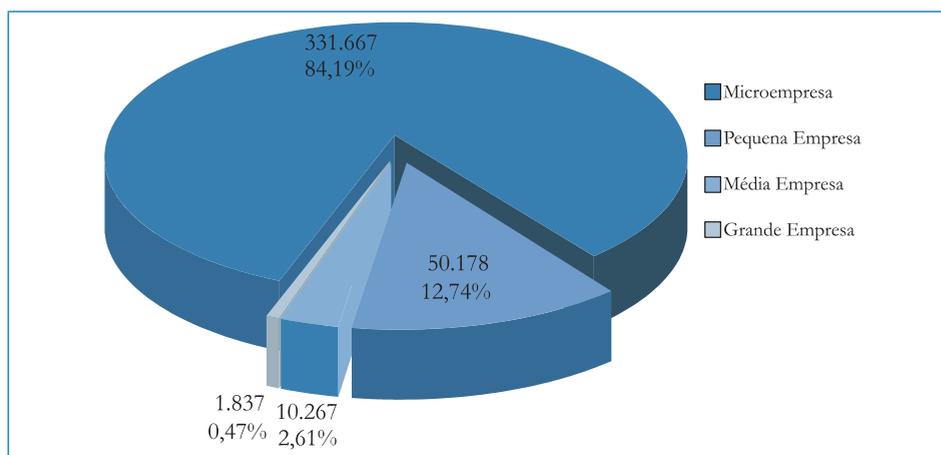


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE utiliza o número de vínculos ativos (empregos) nas organizações como parâmetro para classificar o tamanho das empresas. Segundo esse critério, o tamanho das empresas industriais pode ser determinado da seguinte forma: (i) microempresa: até 19 pessoas ocupadas, (ii) pequena empresa: de 20 a 99 pessoas ocupadas, (iii) média empresa: de 100 a 499 pessoas ocupadas, e (iv) grande empresa: 500 ou mais pessoas ocupadas.

Nesse contexto, os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS foram trabalhados segundo os critérios do IBGE descritos anteriormente, o que de fato gerou uma outra radiografia do setor, conforme o Gráfico 110. Percebe-se que 84,19%, ou cerca de 331,6 mil organizações, podem ser classificadas como microempresas e 12,74% como pequenas empresas industriais (50,1 mil). Apenas 0,47% das organizações industriais, ou 1.837 empresas, podem ser categorizadas como de grande porte. Isso demonstra a representatividade das micro e pequenas empresas para a indústria brasileira.

Gráfico 110 – Porte das indústrias brasileiras – Brasil – 2005

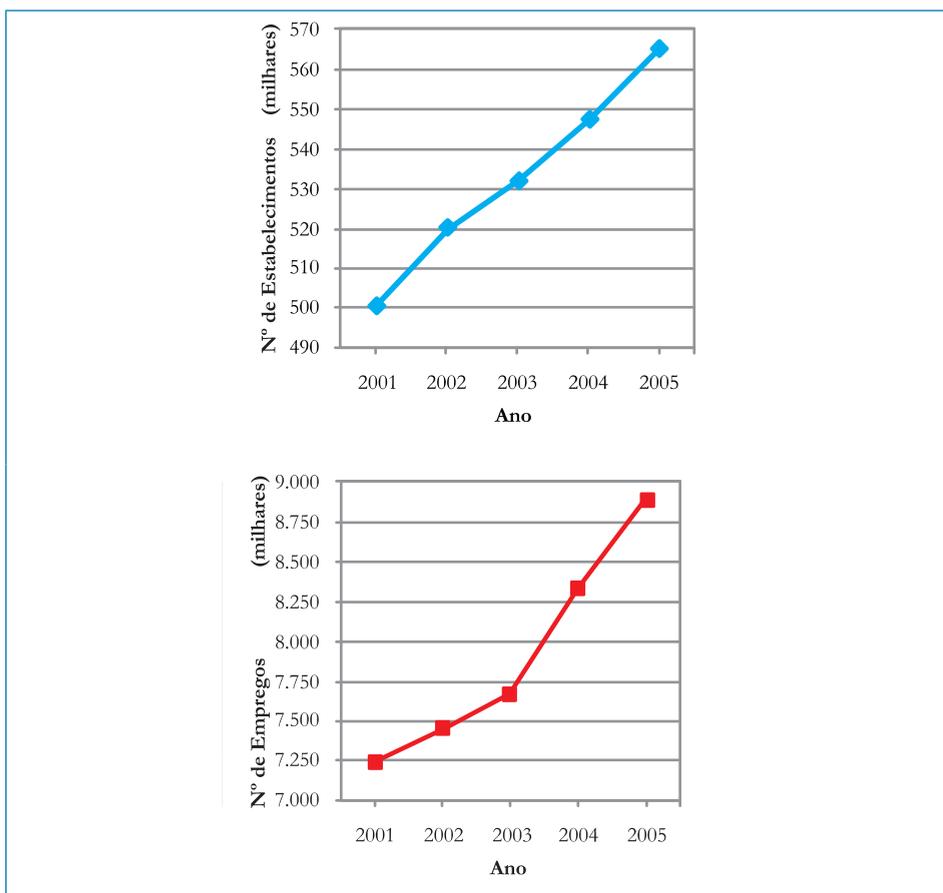


Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2005.

A análise da projeção (período de 2001 a 2005) do número de estabelecimentos e do número de empregos³⁴ da indústria brasileira revela um crescimento expressivo da atividade indústria. Em 2001, o número de estabelecimentos industriais correspondia a cerca de 364 mil empresas. Em 2005, esse indicador atingiu o patamar de aproximadamente 394 mil indústrias, um crescimento de 8,3%. Nesse mesmo período, o emprego cresceu cerca de 29,6%, passando de 6,6 milhões, em 2001, para próximo de 7,9 milhões, em 2005, conforme exposto no Gráfico 111.

³⁴ Dados projetados entre 2001 e 2005: Indicador de Estabelecimento RAIS Negativa – somente dados que possuem vínculo informado; e Indicador de Vínculo Ativo – somente dados com vínculo ativo em 31 de dezembro.

Gráfico 111 – Estabelecimentos e empregos – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005.

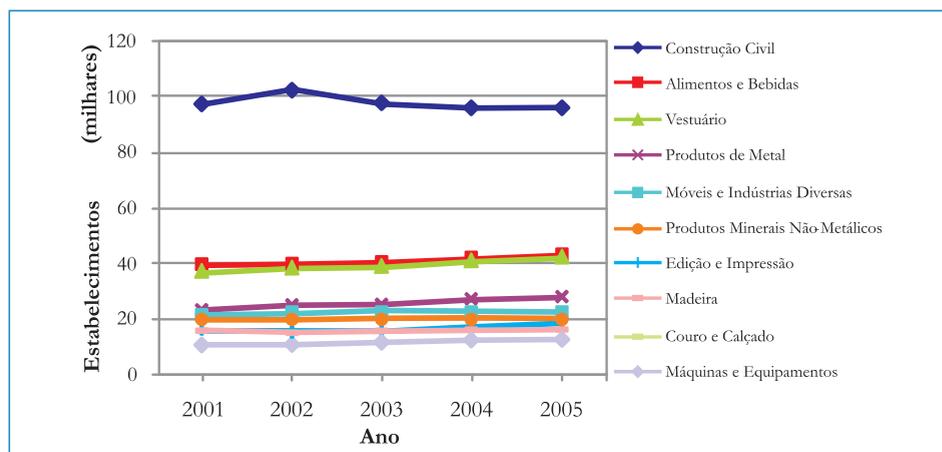
Para verificar a contribuição de cada setor no desempenho industrial brasileiro, é preciso analisá-los separadamente. Foi considerada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE do IBGE para identificar as indústrias a serem analisadas. A representatividade do número de estabelecimentos dos principais setores industriais pode ser verificada nos gráficos a seguir.

Analisando o período de 2001 a 2005, pode-se verificar que o setor da Construção Civil obteve decréscimo no número de estabelecimentos, com redução nominal de 1.076 empresas (ver Gráfico 112). Além dele, tiveram redução no

número de estabelecimentos os seguintes setores: (i) Tratamento e Distribuição de Água, com menos 224 empresas (ver Gráfico 114); (ii) Metalúrgico, com decréscimo de 68 organizações (ver Gráfico 113), e (iii) Material Eletrônico e Comunicação, com redução de cinco estabelecimentos (ver Gráfico 114). As demais indústrias tiveram acréscimo no número de estabelecimentos nesse mesmo período, mesmo que incipiente.

No extrato exposto no Gráfico 112, o maior crescimento nominal no período analisado é do setor de Vestuário, com aumento de 5.269 empresas. Em seguida, aparece o setor de Produtos de Metal, com ampliação de 4.344 novos estabelecimentos, e o de Alimentos e Bebidas, com acréscimo de 4.126 organizações industriais. O setor de Máquinas e Equipamentos apresenta a taxa de crescimento mais expressiva, com aumento de 20,1% entre 2001 e 2005, ou nominalmente 2.090 novas organizações.

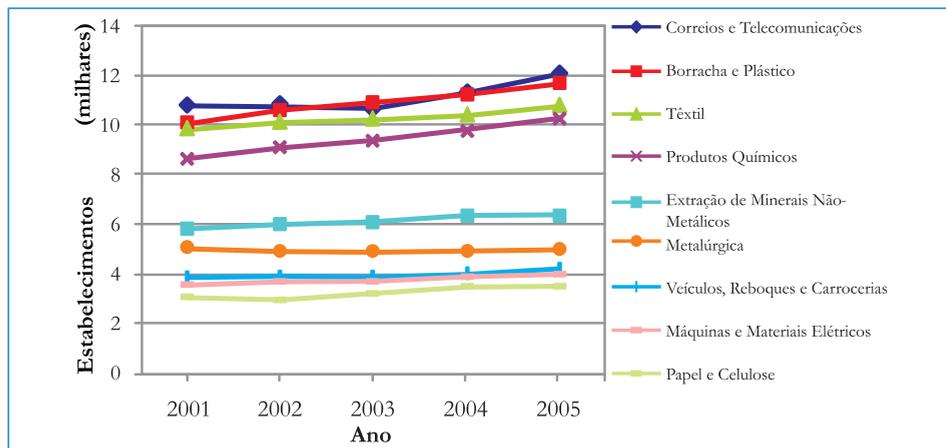
Gráfico 112 – Projeção dos estabelecimentos – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005.

No extrato analisado no Gráfico 113, a maior taxa de crescimento é do setor de Produtos Químicos, com aumento de 17,8%, ou 1.553 novos estabelecimentos no período. Nominalmente, o aumento mais expressivo é do setor de Borracha e Plástico, com 1.562 novas empresas.

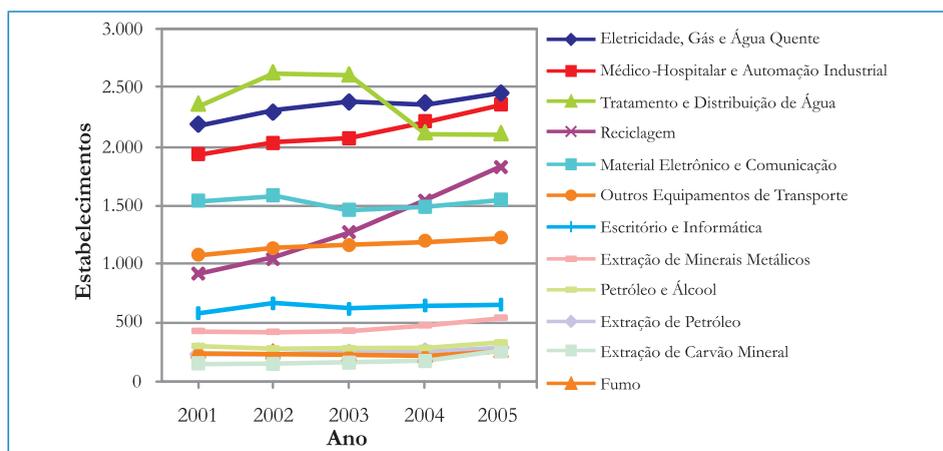
Gráfico 113 – Projeção dos estabelecimentos – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005.

No extrato setorial do Gráfico 114, o destaque é a indústria da Reciclagem, com crescimento de 97,2% no número de empresas de 2001 a 2005. Além disso, o setor de Reciclagem também possui o melhor desempenho nominal, com 895 novos empreendimentos. Outro que obteve uma ampliação significativa é o setor de Extração de Carvão Mineral, com aumento de 71,5%, ou 103 empresas.

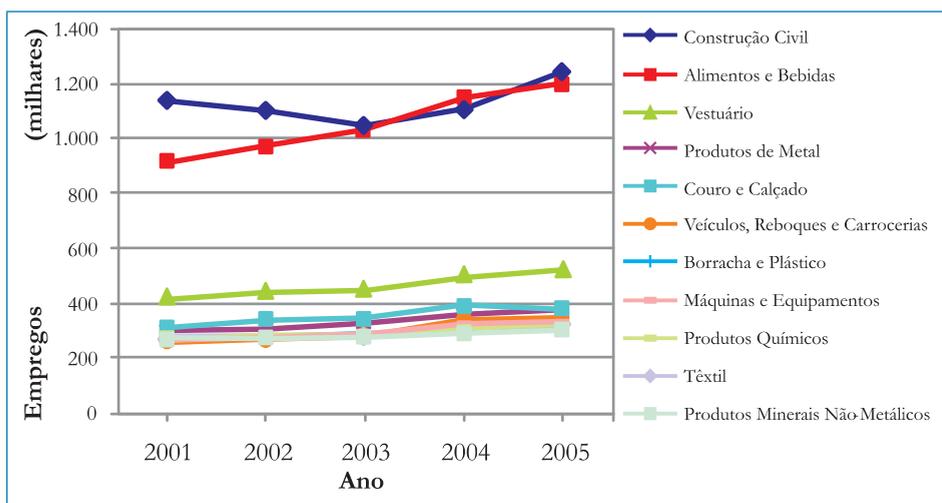
Gráfico 114 – Projeção dos estabelecimentos – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005.

Quanto à projeção do emprego, a indústria de Alimentos e Bebidas apresentou a maior taxa de crescimento entre as indústrias analisadas no extrato do Gráfico 115, com aproximadamente 33% de crescimento. Esse setor também possui o maior crescimento nominal, com 300 mil novos vínculos ativos. Apesar do setor da Construção Civil ter obtido redução no número de estabelecimentos, o mesmo não se pode verificar quanto ao número de empregos. Houve crescimento de 9,9% no número de vínculos ativos, ou 112,4 mil novos empregos no período na Construção Civil. Todas as indústrias analisadas tiveram crescimento no número de empregos durante o período de 2001 a 2005, mesmo que pequeno.

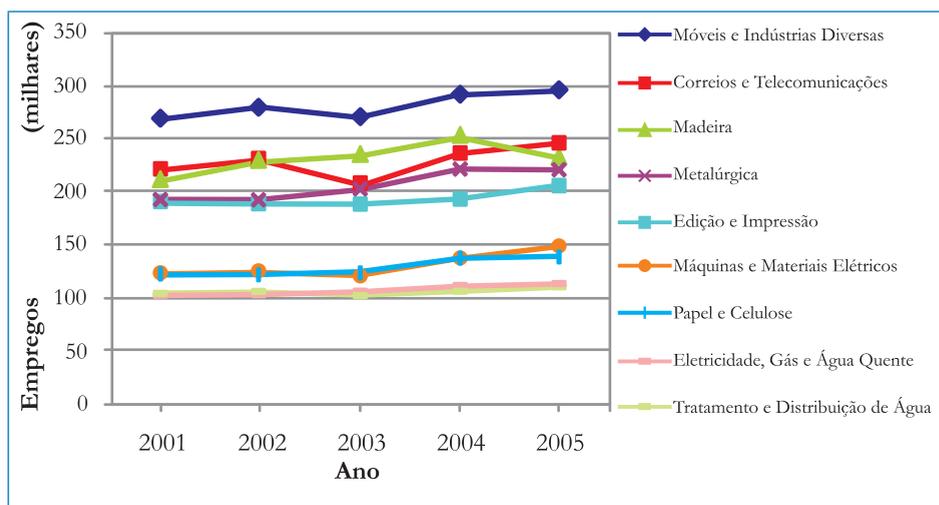
Gráfico 115 – Projeção do emprego industrial – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005.

No extrato do Gráfico 116, a indústria de Máquinas e Materiais Elétricos aparece com o crescimento mais representativo, com 19,5% que corresponde a 23,8 mil empregos. Porém, em valores absolutos, a indústria de Máquinas e Materiais Elétricos não é o setor que mais gerou empregos neste extrato. Setores como o de Móveis e Indústrias Diversas, com 28,9 mil, de Metalurgia, com 27,5 mil, e de Correios e Telecomunicação, com 26,7 mil, geraram maior número de empregos no período.

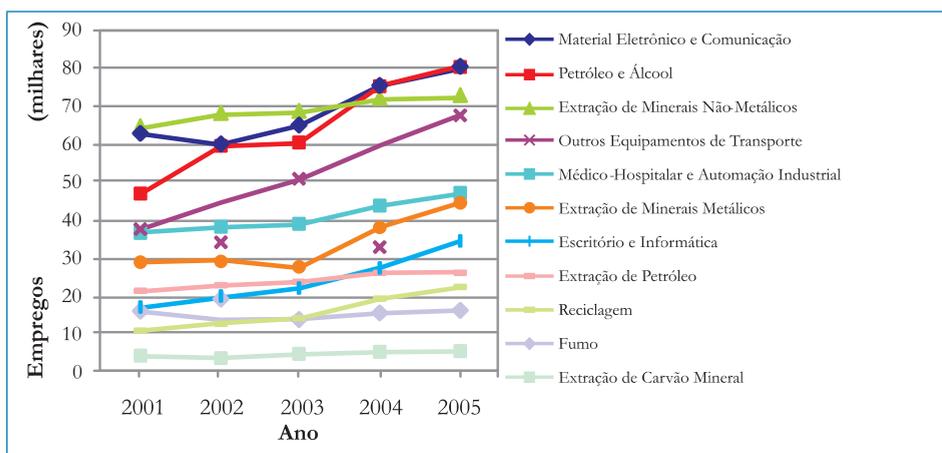
Gráfico 116 – Projeção do emprego industrial – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005.

No último extrato analisado (ver Gráfico 117), a indústria da Reciclagem apresenta-se com o crescimento mais significativo, com 109,7% de aumento no número de empregos. Além dela, as indústrias que obtiveram crescimento expressivo nesse período foram: (i) Escritório e Informática (97,9%), (ii) Outros Equipamentos de Transporte (79,1%), (iii) Petróleo e Álcool (69,7%), e (iv) Extração de Minerais Metálicos (55%).

Gráfico 117 – Projeção do emprego industrial – Brasil – 2001-2005



Fontes: OBSERVATÓRIO SESI-PR a partir de dados do BRASIL, 2001-2005.

Em termos absolutos, a indústria de Petróleo e Álcool gerou o maior número de empregos desse extrato, aproximadamente 32,8 mil novos vínculos ativos. Em seguida, aparece a indústria classificada como Outros Equipamentos de Transporte, com cerca de 29,8 mil novos empregos. Todas as projeções desse extrato podem ser verificadas no Gráfico 117.

9.1 Considerações Finais

O estudo sobre os indicadores econômicos da indústria nacional evidencia que, em sua maioria, os setores tiveram aumento no número de estabelecimentos e empregos. Alguns setores, como a Reciclagem, apresentaram desempenho ainda mais significativo que os demais. Dentre os setores analisados, a Construção Civil e Alimentos e Bebidas destacam-se no número de estabelecimentos e empregos gerados.

A pesquisa demonstra também a enorme desigualdade industrial entre os estados brasileiros, principalmente se comparadas às regiões Sul e Sudeste com o restante do país. Outra constatação relevante é que a maior parte do tecido industrial brasileiro é composta por micro e pequenas empresas.

Por fim, alguns indicadores apontam que o setor industrial carece de capacitação, principalmente de nível superior, além da significativa diferença de gênero, constata-se que a mulher representa cerca de 25% dos vínculos empregatícios.

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2001. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2002. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2003. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2004. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2005. CD ROM. (Software SGTmicro 7.0 MTE).

SESI/DN

Unidade de Tendências e Prospecção – UNITEP

Fabrizio Machado Pereira

Gerente- Executivo

Andréa Guimarães Nunes

Coordenadora do Projeto

Observatório de Prospecção e Difusão de Iniciativas Sociais – SESI-PR

Marília de Souza

Coordenadora

Equipe Técnica

Organizadores SESI-PR

Heloísa Kavinski

Marília de Souza

Sidarta Ruthes

Pesquisadores SESI-PR

Elaine Yassue Nagai

Graziela Scalise Horodyski

Heloísa Kavinski

Lennita Oliveira Ruggi

Juliana Calábria

Maicon Gonçalves Silva

Ramiro Pissetti

Raquel Valença

Siani Trentin Hassegawa

Sidarta Ruthes

Silvia Rossana Caballero Poledna

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – SSC
Área Compartilhada de Informação e Documentação – ACIND

Renata Lima
Normalização

Suzana Curi
Produção Editorial

Consultores / Pesquisadores

Elizeu Francisco Calsing

Estélio Henrique Martins Dantas

Evelcy Monteiro Machado

Francisco José Gondim Pitanga

Frederico Peres

Gino Giacomini Filho

Giuliano Gomes de Assis Pimentel

José Álvaro Moisés

Liliana Vasconcellos

Marcos Bechara

Marcos Lima

Maria de Fátima Frazão

Patricia Almeida Ashley

Sandhi Barreto

Sebastião Gobbi

Vilma Santana

Tomás Barreiro
Revisor Técnico

Renata Portella
Revisão Gramatical

Projects Brasil Multimídia
Projeto Gráfico e Diagramação

CNI
SESI
SENAI
IEL

CNI SESI

*Confederação Nacional da Indústria
Serviço Social da Indústria
Departamento Nacional*

ISBN 978-85-7710-114-6



9 788577 101146 >